



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Marilene Bertuol Guidini

**Avaliação dos Resultados/Impactos do Programa de
Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde no
RS**

Porto Alegre
2018

Marilene Bertuol Guidini

**Avaliação dos Resultados/Impactos do Programa de
Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde no
RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Onofre Gomes Souza

Porto Alegre
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice Reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Coordenador Geral (UFRGS): Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Edson Luiz Lindner

CIP - Catalogação na Publicação

Bertuol Guidini, Marilene
Avaliação dos Resultados/Impactos do Programa de
Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde
no RS / Marilene Bertuol Guidini. -- 2018.
213 f.
Orientador: Diogo Onofre Gomes de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-
RS, 2018.

1. Avaliação de resultados e impactos. 2. Políticas
Públicas. 3. PPSUS/RS. 4. Quase-experimento. I.
Gomes de Souza, Diogo Onofre, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PPGQVS/UFRGS

Rua: Rua Ramiro Barcelos, 2600 - Prédio Anexo.

CEP: 90035-003 - Porto Alegre/RS

E-mail: educacaociencias@ufrgs.br

Fones: (51) 3308 5538 / (51) 3308-5540

Marilene Bertuol Guidini

**Avaliação dos Resultados/Impactos do Programa de
Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde no
RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências.

Aprovada em: 05 de Abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Pontual Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Odir Antônio Dellagostin
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. João Batista Teixeira da Rocha
Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Fazer opções faz parte da nossa caminhada e, indubitavelmente, novas responsabilidades são inevitáveis. Toda escolha requer renúncia de outros prazeres e não raro adiam-se sonhos importantes.

Entretanto, por mais desafiadora que seja a trajetória, sempre há o acalento e o estímulo de pessoas capazes de torná-la, não só desejável, mas gratificante. Algumas dessas “pessoas notáveis” recebem, aqui, meus agradecimentos.

Primeiramente, agradeço ao Senhor Jesus Cristo, pelo dom da vida, pela paz nos momentos em que me encontrei incapaz de prosseguir. Por ter me dado o privilégio de andar por novos caminhos, e pela força, coragem e determinação para alcançar mais uma meta em minha vida profissional. Pois sem Ele não seria possível o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. A Ele, toda a glória.

Agradeço também àqueles que são mais importantes em minha vida. Meu filho, Rafael Guidini Machado, minha maior motivação, que soube compreender a razão de minha ausência e sempre me estimulou, dando força e coragem através do olhar e das palavras de admiração. Meus pais, Balduino Guidini e Teresinha Bertuol Guidini, exemplos de dedicação e fortaleza, que me deram toda a sua confiança, apoio incondicional e amor, necessários durante esses anos.

Aos meus irmãos Márcia, Cezar e Paulo e demais familiares, que sempre acreditaram em mim, pelo apoio, incentivo e carinho recebidos nos momentos em que estive ausente.

Aos meus professores do Programa de Pós Graduação - Educação em Ciências, pelos sábios conhecimentos transmitidos no decorrer do curso. Em especial, agradeço a Professora Dr^a Luciana Calabro, tenho certeza de que ela sabe a importância que teve e tem não só na condução do trabalho, mas também na minha vida, como conselheira e amiga.

Ao meu querido orientador, Professor Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza, pelo profissionalismo, pelos ensinamentos transmitidos, pela paciência e pela amizade demonstrada nesses anos de convivência.

Aos professores componentes da Banca Examinadora por terem aceitado o convite de participar da banca e pelas valiosas contribuições, meu muito obrigada.

Ao casal Pr. Gerson e Sandra Martins e Jandira Santos pelo exemplo de perseverança e pelas palavras de fé e coragem que muito me impulsionaram nessa trajetória.

À minha amiga Rosemarie Bröker Bone, um “anjo da guarda”, obrigada pela sua amizade e por me impulsionar a percorrer esse caminho.

Maria Ivanice Vendruscolo, amizade que nasceu no Mestrado e seguimos juntas nesta trajetória. Obrigada pelo companheirismo, ajuda e carinho de sempre.

Aos colegas e amigos da Faculdade Monteiro Lobato, professores Fabiane Oliveira, Márcia Ayub, Elisa Sartori e Alexandre Pinto que num momento impar em nossa instituição estiveram ao meu lado. Obrigada pelas orações, força e apoio incondicional, e pelas pessoas maravilhosas que são.

A todos os meus colegas do PPG, com os quais, indistintamente, tive a oportunidade de aprender muitas coisas e de compartilhar momentos de alegria e de dificuldades, o que contribuiu no meu aprendizado. Em especial, aos colegas Ediane, Juliana Pereira e Cleber Homem pela amizade e por toda a trajetória percorrida no decorrer do curso, com quem compartilhei aflições, dúvidas e um profundo aprendizado, ainda pela amizade, carinho e compreensão.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul pela oportunidade singular de cursar um Programa de Doutorado, concomitantemente com o exercício de minha atividade profissional. Obrigada.

Aos Diretores da FAPERGS por ter confiado em mim e não ter medido esforços para propiciar as condições necessárias à realização do doutorado, autorizando à pesquisa e disponibilizado os dados.

Aos colegas da FAPERGS, pelo apoio nessa jornada, em especial Paulo Pereira, Jeanine Lacerda, Marcia Borges, Cristine Marks, Consuelo Barbosa, Agnes Sobbé, Jaqueline Fagundes e Simone Rodrigues pelo carinho e compreensão nos momentos que precisei de um ombro.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação, pela contribuição para a realização do meu objetivo. Em especial, a Douglas, pela competência e, principalmente, pelas manifestações de estímulo, presteza e amizade.

Aos pesquisadores do PPSUS/RS, sem os quais este trabalho seria impossível de ser concluído.

A empresa INDEORUM pelo apoio na extração e qualificação das produções científicas dos pesquisadores objeto desta pesquisa.

De maneira geral, a todas as pessoas próximas e “distantes”, com quem pude compartilhar as dúvidas e o peso do compromisso assumido em distintas formas e intensidades e, por fim, pela alegria de ver este trabalho construído.

“... Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantes, porque o SENHOR, teu Deus, é contigo por onde quer que andares.” Josué 1:9

RESUMO

Este estudo teve por objetivo identificar as contribuições que o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS – no RS proporcionou em âmbito científico, acadêmico e para o SUS. O PPSUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS) e descentralizado para os estados da federação para serem executados pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). No Rio Grande do Sul, a FAPERGS é a agência de fomento responsável pela gestão local do Programa, já em sua quinta edição. Para atingir o objetivo proposto foram avaliados os resultados dos projetos apoiados das edições finalizadas (de 2004 a 2013) e os impactos de produção científica e acadêmica, da edição de 2013, no quinquênio anterior e posterior ao lançamento do programa. Efetuou-se uma pesquisa aplicada, *ex-post-facto*, de abordagem quase-experimental. Para avaliar os resultados dos projetos apoiados nas quatro edições os dados foram obtidos do formulário padrão do MS, respondido pelos pesquisadores dos projetos aprovados, ao término da pesquisa. Para avaliar o impacto do apoio do PPSUS/RS, edição 2013/2015 o método utilizado foi o de diferença-em-diferença e regressão linear. Foram apoiadas 196 propostas no total, sendo a maioria de pesquisadores do sexo feminino, doutoras, de instituições públicas, envolvendo 12,91 milhões de reais. Dos resultados dos projetos apoiados nas edições 2008 e 2013, 57 possuem aplicabilidade imediata no SUS, nas três esferas (municipal, estadual e federal) e em âmbito da atenção básica, na maioria delas. Quanto ao impacto do PPSUS/RS na produção científica e acadêmica, o estudo revelou que, no quinquênio posterior ao programa houve um efeito positivo, em média, de aproximadamente 18% no número de artigos completos publicados e de 19,45% nas orientações concluídas pelos pesquisadores apoiados, e efeito negativo (-0,8%) para teses, comparados ao contrafactual. Estatisticamente, as variáveis testadas não foram significativas. Conclui-se que, as contribuições do PPSUS/RS foram positivas no nível de qualidade das propostas gerando conhecimento e inovação. Contribuiu para melhorias no SUS, por meio de interação entre grupos de pesquisa básica e clínica, com hospitais internacionais, prefeituras, programas educacionais para a rede SUS, assim como formação de recursos humanos, patentes, infraestrutura de laboratórios, redes de pesquisa e gerou impactos positivos na produção científica e acadêmica dos pesquisadores. Evidenciou-se, portanto, que os resultados obtidos podem contribuir para a discussão da importância do PPSUS/RS como política pública e

para o entendimento de como o acesso ao fomento pode permitir o crescimento da produção científica e acadêmica.

Palavras-Chave: Avaliação de resultados e impactos. Políticas Públicas. PPSUS/RS. Quase-experimento.

ABSTRACT

This study aimed to identify the contributions that the Research Program for SUS: shared management in health - PPSUS - in the RS provided in scientific, academic and for the SUS. The PPSUS is an initiative of the Ministry of Health (MS) and decentralized to the states of the federation to be executed by the Foundations of Support to Research (FAPs). In Rio Grande do Sul, FAPERGS is the development agency responsible for the local management of the Program, already in its fifth edition. In order to achieve the proposed objective, the results of the supported projects of the completed editions (from 2004 to 2013) and the impacts of scientific and academic production, from the 2013 edition, in the five years before and after the launch of the program, were evaluated. An applied, ex-post facto, quasi-experimental approach was applied. To evaluate the results of the projects supported in the four issues the data was obtained from the standard form of MS, answered by the researchers of the approved projects, at the end of the research. To evaluate the impact of PPSUS/RS support, edition 2013/2015, the method used was difference-in-difference and linear regression. A total of 196 proposals were supported, with the majority of female researchers, doctors, from public institutions, involving 12.91 million reais. Of the results of the projects supported in the 2008 and 2013 editions, 57 have immediate applicability in the SUS, in the three spheres (municipal, state and federal) and in the scope of basic care, in most of them. Regarding the impact of PPSUS/RS on scientific and academic production, the study revealed that, in the five-year period after the program, there was a positive effect, on average, of approximately 18% in the number of complete articles published and of 19.45% in the completed guidelines by the researchers supported, and negative effect (-0.8%) for theses, compared to the counterfactual. Statistically, the variables tested were not significant. It is concluded that, the contributions of the PPSUS / RS were positive in the level of quality of the proposals generating knowledge and innovation. It has contributed to improvements in the SUS, through interaction between basic and clinical research groups, with international hospitals, prefectures, educational programs for the SUS network, as well as training of human resources, patents, laboratory infrastructure, research networks and generated impacts in the scientific and academic production of the researchers. It was therefore evident that the results obtained can contribute to the discussion of the importance of PPSUS/RS as a public

policy and to the understanding of how access to development can allow the growth of scientific and academic production.

Keywords: Evaluation of results and impacts. Public policy. PPSUS/RS. Near-experiment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Principais Parceiros do PPSUS	33
Figura 2 - Dimensões para avaliação dos resultados dos projetos e sua relação com o tempo	46
Resultados (Artigo 1 seção 3.1)	
Gráfico 1 – Histórico dos Projetos – PPSUS	52
Gráfico 2 – Distribuição dos recursos do programa por fonte	53
Gráfico 3 – Projetos contratados por Instituição de Ensino	53
Resultados (Artigo 2 seção 3.2)	
Figura 1 – Demandas por Temáticas x Sexo....	60
Figura 2 - Titulação por Gênero x Temática	60
Figura 3 - Número de artigos publicados em periódicos científicos	62
Resultados (Artigo 3 seção 3.3)	
Figura 1 - Demanda global <i>versus</i> aprovados por Temática <i>versus</i> Sexo....	68
Figura 2 - Pesquisadores aprovados <i>versus</i> Bolsista de Produtividade CNPq	69
Figura 3 - Número de pesquisadores com artigos completos publicados em periódicos	69
Figura 4 - Número de pesquisadores que orientaram mestrado e doutorado	70
Resultados (Artigo 4 seção 3.4)	
Figura 1 – Número de propostas aprovadas por área temática	73
Figura 2 – Natureza da pesquisa	73
Figura 3 – Tipo de Pesquisa	74
Figura 4 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao prazo de aplicação (nos três grandes temas)	75
Figura 5 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao nível de aplicação (nos três grandes temas)	76
Figura 6 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao âmbito do atendimento (nos três grandes temas)	76

Figura 7 - Formação de recursos humanos	78
---	----

Resultados (Artigo 5 seção 3.5)

Figura 1 - Perfil da amostra	101
Figura 2 - Efeito do PPSUS/RS sobre a média do número de artigos publicados grupo controle <i>versus</i> grupo tratado	104
Figura 3 - Efeito do PPSUS/RS sobre a média de orientações de mestrado concluídas	106
Figura 4 - Efeito do PPSUS/RS sobre a média de orientações concluídas de doutorado	107

LISTA DE QUADROS

Resultados (Artigo 1 seção 3.1)

Quadro 1 – Formação de Recursos Humanos edições 2004/2005, 2006/2007 e 2008/2009	54
---	----

Resultados (Artigo 2 seção 3.2)

Quadro 01 - Personalidade Jurídica das Instituições de vínculo dos solicitantes	61
---	----

LISTA DE TABELAS

Resultados (Artigo 1 seção 3.1)

Tabela 1 – Resultados de Produção Científica/Patentes	54
---	----

Resultados (Artigo 5 seção 3.5)

Tabela 1 - Temáticas apoiadas na Chamada Pública n. 02/2013	101
Tabela 2 - Número de artigos publicados e orientações de Mestrado e Doutorado – Grupo Controle – Quinquênio anterior e posterior à Chamada PPSUS/RS n. 02/2013	102
Tabela 3 - Número de artigos publicados e orientações de Mestrado e Doutorado – Grupo Tratado – Quinquênio anterior e posterior à Chamada PPSUS/RS n. 02/2013	103
Tabela 4 – Média do número de artigos completos publicados em periódicos	103
Tabela 5 - Média do número de orientações concluídas de mestrado	105
Tabela 6 - Média do número de orientações concluídas de doutorado	106
Tabela 7 - Resultado do Efeito Tratamento	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&A	Acompanhamento e Avaliação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCTIS	Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DECIT	Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação
FAPs	Fundações de Apoio/Amparo à Pesquisa dos Estados
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEEPS	Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MS	Ministério da Saúde
PP	Políticas Públicas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do RS
POA	Porto Alegre
PPSUS	Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde
PRO-HOSP	Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS
PRONEM	Programa para Núcleos Emergentes
SCTIE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNCTIS	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
SPS	Secretaria de Políticas de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	23
1.2	OBJETIVOS	23
1.2.1	GERAL	23
1.2.2	ESPECÍFICOS	23
1.3	JUSTIFICATIVA	23
1.4	ESTRUTURA DA TESE	24
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)	27
2.2	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	28
2.3	DESCENTRALIZAÇÃO	30
2.4	O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	31
2.4.1	PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE – PPSUS	32
2.4.2	MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)	33
2.4.3	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (DECIT)	34
2.4.4	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)	35
2.4.5	A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS - FAPERGS	35
2.4.6	A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RS	36
2.4.7	O PPSUS NO RS	37
2.5	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	37
2.5.1	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E DE IMPACTOS EM CT&I	40
2.5.2	IMPACTOS DOS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS EM CT&I	43
3	RESULTADOS	48
3.1	AVALIAÇÃO DE RESULTADO DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS NO RS	48
3.2	UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DA DEMANDA DOS PESQUISADORES SOLICITANTES DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS – PPSUS NO RS	57
3.3	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS - PPSUS/RS NO PERFIL ACADÊMICO DOS PESQUISADORES	64
3.4	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE NO RS – EDIÇÃO 2013/2015	72
3.4.1	CARACTERIZAÇÃO DO PPSUS NO RS	72
3.4.2	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PPSUS/RS	77
3.4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

3.5	PPSUS/RS: UM ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO DE IMPACTO USANDO ABORDAGEM QUASE-EXPERIMENTAL	85
4	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	113
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXOS	126
	ANEXO 1.....	127
	ANEXO 2.....	191
	ANEXO 3.....	211

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões territoriais muito grandes e na mesma dimensão são os problemas sociais e sanitários que enfrenta. Inserido em um processo de desenvolvimento profundo e tendo que concorrer em um mercado internacional amplamente competitivo e globalizado, inúmeras são as questões a resolver. No âmbito da saúde, o Brasil se depara com desigualdades regionais extremas. A Constituição Federal de 1988 trouxe um modelo de gestão baseado na participação coletiva com a descentralização de seus serviços públicos sanitários. Em seus artigos 204 e 207 assegura que por meio de organizações representativas a criação e formulação das políticas públicas de controle e ações em todas as três esferas municipal, estadual e federal (BRASIL, 1988).

No âmbito federal, o Ministério da Saúde (MS) busca maneiras para diminuir as desigualdades regionais, através de ações de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, tentando dar respostas aos pontos mais críticos do sistema, por meio do financiamento a programas que apresentam soluções baseadas em estudos científicos para contribuir nas questões prioritárias da saúde. Por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE), o MS vem desenvolvendo atividades de fomento descentralizado à pesquisa em todos os estados brasileiros por meio do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), (BRASIL, 2011).

O Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS) é resultado de uma parceria entre o MS e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), firmada em 2004, com o objetivo de viabilizar a sustentabilidade técnica e de execução financeira ao Programa, bem como agilidade ao seu gerenciamento administrativo. Esta parceria permitiu ao Decit estabelecer parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realizar a gestão junto aos parceiros estaduais.

O PPSUS envolve parcerias também no âmbito estadual. Participam as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES). É imprescindível a participação das FAPs, pois estão inseridas no Sistema de Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I) e são responsáveis pela distribuição de recursos financeiros governamentais destinados ao desenvolvimento científico,

tecnológico e de inovação do país e dos estados. São agências de fomento ligadas à administração indireta e no Rio Grande do Sul a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPERGS), tem responsabilidade pela operacionalização do Programa PPSUS/RS. São transferidos recursos financeiros do MS ao CNPq, que repassa esses recursos à Fundação. A FAP, em parceria com a respectiva Secretaria Estadual da Saúde (SES), atua desde o lançamento da chamada pública, controle da execução das pesquisas e desempenhando avaliações periódicas (BRASIL, 2002).

No RS, este Programa está em sua 5ª edição. A primeira, em 2004/2005; a segunda 2006/2007; terceira 2008/2009; a quarta em 2013/2015 e a quinta edição encontra-se em fase inicial de execução. Este estudo está limitado aos resultados da 1ª a 4ª edição do PPSUS/MS/CNPq/ FAPERGS.

Os recursos destinados por meio das chamadas são ofertados a pesquisadores doutores e mestres (neste último caso, somente a 4ª edição) que atuam na área da saúde e que são vinculados a uma instituição de ensino superior (IES) ou a centros de pesquisa do RS, interessados em desenvolver um projeto de pesquisa com execução de até 24 meses, nos temas oferecidos no edital e que busquem contemplar ao final da vigência, resultados do investimento realizado voltados para a formação e capacitação de recursos humanos, geração de patentes, entre outros, e que tenham aplicabilidade ao Sistema Único de Saúde (SUS) (FAPERGS, 2017).

Vencer a distância entre a produção científica realizada nas universidades e a atuação dos serviços de saúde, especificamente os do sistema único de saúde - SUS é um desafio. De um lado, os resultados da pesquisa acadêmica não têm sido apropriados da maneira esperada pelo SUS por várias razões, entre elas o desconhecimento recíproco. Por outro lado, o distanciamento da sociedade quanto aos resultados dos investimentos públicos em pesquisa reflete a pouca tradição, no Brasil em avaliar resultados de políticas públicas em geral (PIETROSKI, 2017).

Desta forma, deve ser considerado que todo investimento precisa ser bem alocado, principalmente porque os recursos são escassos e neste caso, públicos. Neste sentido, avaliar os resultados desta política pública possui elevado grau de importância, pelo fato de buscar demonstrar se o programa foi efetivo, ou seja, quais os impactos gerados. Também possibilita o apoio à decisão sobre a continuação do programa ou a formulação de novas políticas públicas, além de incentivar o

desenvolvimento em pesquisa e inovação, a formação de recursos humanos, as melhorias de infraestrutura, entre outros.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Neste intuito, o presente estudo buscou responder: quais as contribuições que o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS no RS proporcionou em âmbito científico, acadêmico e para o SUS?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Identificar as contribuições que o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS no RS proporcionou em âmbito científico, acadêmico e para o SUS.

1.2.2 Específicos

- a) apresentar a demanda de propostas submetidas e o número de aprovados;
- b) demonstrar o total de recursos investidos;
- c) verificar os resultados obtidos nos projetos de pesquisa contemplados pelo programa, nas quatro edições;
- d) apresentar o perfil dos coordenadores dos projetos contemplados;
- e) analisar bibliometricamente a produção científica (número de artigos científicos, orientações) e formação de recursos humanos realizados pelos pesquisadores dos projetos aprovados;
- f) verificar os possíveis impactos gerados pelo programa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pelo fato de que o sistema único de saúde mostra-se cada vez mais carente por pesquisas que visam contribuir para o seu

aperfeiçoamento e diminuir desigualdades regionais. Justifica-se também, pela importância do tema, de analisar os resultados que os pesquisadores apoiados pelo Programa alcançaram com o desenvolvimento da pesquisa e os possíveis impactos gerados em âmbito científico. Além da característica do PPGE, permitir a discente a execução em seu ambiente de trabalho, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS órgão gestor administrativo do PPSUS a nível local.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em quatro capítulos intitulados: Introdução, Referencial Teórico, Resultados, Conclusão, complementada pelas Recomendações, Referências e Apêndices.

Esta pesquisa gerou publicações, as quais compõem, em sua integralidade, o corpo desta tese. Portanto, a metodologia utilizada nesses manuscritos não será reescrita em um capítulo específico. Porém, há duas partes constituintes da presente tese, que ainda não foram objeto de publicação e, portanto, suas metodologias são descritas no capítulo de resultados, nas respectivas seções.

O capítulo 3 - Resultados - foi organizado em seções. A seção 3.1, 3.2 e 3.3 apresenta-se um artigo científico publicado e/ou submetido, na seção 3.4 um relatório técnico e a última seção em desenvolvimento, um artigo para futura publicação. Apresenta-se a seguir uma breve descrição do conteúdo de cada seção do capítulo 3 - Resultados.

a) Seção 3.1 - Avaliação de Resultado do Programa de Pesquisa para o SUS no RS

Esta seção apresenta os resultados alcançados por meio do Programa PPSUS/RS, edições de 2004 a 2009. Foi um estudo indutivo, de natureza aplicada, com objetivo exploratório. Como metodologia, utilizou-se o modelo proposto por Rodrigues *et al.* (2010). Os dados foram coletados por meio documental e questionário padrão (modelo MS), respondido pelos contemplados nas edições.

Este estudo foi apresentado na modalidade comunicação oral e, publicado nos anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X

ENPEC - Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de Novembro de 2015, ISSN:1809-5100 promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC.

b) Seção 3.2 - Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS

A seção 3.2 teve por objetivo caracterizar o perfil científico dos pesquisadores solicitantes da chamada pública do PPSUS/RS, edição de 2013/2015. Pesquisa de natureza aplicada, exploratória, quantitativa e documental. Foram analisados o perfil de 198 pesquisadores. A coleta de dados foi por meio do currículo Lattes – Plataforma Lattes do CNPq, de dados de cinco anos antes do lançamento da chamada pública PPSUS/RS n. 02/2013. Constatou-se que a maioria dos solicitantes são do sexo feminino, possuem título de doutor, nas áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, são de instituições públicas, em torno de 28% são bolsistas de produtividade do CNPq e com pós-doutorado.

Este artigo foi apresentado na modalidade comunicação oral e, publicado nos anais do 5º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria – 5º EBBC – São Paulo, USP/SP – p. A104, 6 a 8 de Julho de 2016, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP), com o apoio da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).

c) Seção 3.3 - Avaliação dos Impactos do Programa de Pesquisa para o SUS - PPSUS/RS no Perfil Acadêmico dos Pesquisadores

Neste artigo utilizou-se do método bibliométrico para avaliar o perfil acadêmico dos pesquisadores que tiveram projetos aprovados, no quinquênio anterior e posterior, ao lançamento da Chamada Pública do PPSUS/RS, edição de 2013/2015, especificamente para identificar as possíveis contribuições do Programa.

O estudo foi aprovado para apresentação oral no 6º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria – 6º EBBC – Rio de Janeiro, RJ – ocorrerá de 17 a 20 de Julho de 2018, promovido pelo Instituto de Bioquímica Médica, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz.

d) *Seção 3.4 - Avaliação de Resultados do Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde no RS – edição 2013/2015*

Nesta seção, foram apresentados os resultados alcançados na edição 2013/2015 do PPSUS/RS. Utilizou-se o modelo proposto por Rodrigues *et al* (2010) e a coleta dos dados foi realizada por meio documental e formulário padrão (modelo MS), respondido pelos contemplados na edição. Este estudo gerou um relatório técnico para entrega ao CNPq.

e) *Seção 3.5 - PPSUS/RS: Um estudo sobre avaliação de impacto usando abordagem quase-experimental*

Nesta última seção foi comparada a evolução do número de artigos publicados e formação de mestres e doutores de uma amostra do grupo de pesquisadores apoiados pelo PPSUS/RS, edição 2013/2015 com a evolução observada para uma amostra do grupo de pesquisadores similares que não receberam o apoio do Programa nesse período. Foi utilizada a base de dados da FAPERGS, que possibilitou a obtenção de um grupo de controle (utilizado para construir o contrafactual) adequado para avaliar o impacto da intervenção no grupo tratamento (pesquisadores apoiados). Este estudo foi submetido ao I Seminário de Avaliação de Políticas de CT&I do CNPq, em 17/06/2018.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O panorama da história da ciência e do fomento à ciência no Brasil é bastante recente, se comparado ao contexto mundial. Em alguns países, seu histórico é milenar, no Brasil possui pouco mais de meio século (BORGES, 2014). O grande alicerce do desenvolvimento científico e tecnológico são os pesquisadores cientistas. Cabe ao sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) acompanhar e incentivar o conhecimento, abrindo cada vez mais fronteiras para atender às necessidades da sociedade, corrigindo desequilíbrios e proporcionando qualidade de vida para todos (BRASIL, 2011).

2.1 SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

A pesquisa e desenvolvimento (P&D) constitui-se de fundamental importância no processo de aceleração do progresso científico e tecnológico nacional. Por isso, o sistema de CT&I tem como principal desafio a adequação às dimensões territoriais e populacionais, volume adequado de recursos distribuídos de forma a estimular sua integração, eficácia e equilíbrio (BRASIL, 2016).

O sistema de CT&I é estruturado através de agentes do setor governamental. A partir da década de 50 o Brasil criou as principais agências de fomento: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estas agências foram responsáveis pelo crescimento da pós-graduação e da produção científica e tecnológica e, por consequência, são responsáveis pelo sucesso que o Brasil representa em nível internacional, no que diz respeito à produção científica (BORGES, 2014). Em nível estadual, o sistema é representado pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), agentes que fomentam programas e projetos de pesquisa de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (PEREIRA, 2001).

A ciência, tecnologia e inovação são questões de Estado e, como tal, devem ser encaradas como compromissos que se transferem de uma gestão a outra. O tema é de suma importância para o crescimento do país, superando as barreiras conforme comentado pelo ex-ministro brasileiro de ciência e tecnologia Ronaldo Sardenberg, cujo mandato compreendeu do período de 1999 a 2002:

Sem ciência e tecnologia, como pode um país aspirar uma posição de relevo no futuro? Trata-se de uma das mais importantes questões a ser colocada não apenas aos governantes, ao sistema político e aos meios de comunicação, mas ao povo brasileiro (ITS BRASIL, 2012).

A história relata a preocupação do governo brasileiro no desenvolvimento nacional. Em 1990, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) deu início no que era considerada essencial à sistematização, de forma exaustiva e detalhada, dos vários elementos relacionados a este desenvolvimento (BRASIL, 2002). Em 2001, foi gerado o livro branco¹, cujo fim é “apontar caminhos para que a ciência, tecnologia e inovação, possam contribuir para a construção de um país mais dinâmico, competitivo e socialmente mais justo” (FIGUEIREDO, 2005).

O país vem buscando a ampliação e a consolidação do sistema de ciência, tecnologia e inovação. Percebe-se a sua evolução, quanto a esta busca. Vários foram os avanços no desenvolvimento da sua capacidade, houve aumento significativo dos recursos propostos a essa finalidade para as universidades federais e aos estados, denotou-se o fortalecimento da CT&I, institucionalmente, ampliando a P&D, em termos de infraestrutura. Foram desenvolvidos instrumentos de divulgação da pesquisa e da inovação, proporcionando ampliação e qualificação de recursos humanos, nas diversas áreas da ciência. As descentralizações se multiplicaram, quando da disseminação de maneiras colaborativas de busca pelo desenvolvimento da pesquisa e o incentivo crescente para a formação de redes (BRASIL, 2002).

As instituições que compõem esse sistema buscam formas de melhor gerir os recursos aplicados, interessadas em avaliar suas políticas de financiamentos em CT&I, e assim justificar suas decisões. Além disso, existe uma maior cobrança da sociedade em relação aos investimentos públicos feitos nessa área, fazendo com que sejam incorporados a este sistema novas formas de informar ao público o que vem sendo desenvolvido (RODRIGUES; GUIDINI; BAETA, 2008).

2.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conforme Mayor e Forti (1998, p. 25) “A antiguidade clássica e os gregos e

¹ Baseado nas discussões da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001, contém uma proposta estratégica de rumos para os próximos dez anos, sendo para o período de 2002-2012 (BRASIL, 2002).

romanos são a fonte e fundação da ciência moderna”. Se não houvesse Demócrito, Aristóteles, Pitágoras e outros, não haveriam os Newton, Kepler, Galileu, etc. A origem do pensamento científico surgiu na Grécia e no Mediterrâneo, através das muitas observações, teorias, descobertas e hipóteses, acontecendo o início do saber científico.

Para Mayor e Forti (1998, p. 53) “a ciência não é apenas conhecimento, concebido como produto de uma curiosidade ociosa, é conhecimento em termos de processo social, planejamento e iniciativa”. Spinak (1988 apud RODRIGUES, 2008) define ciência ao que seja produzido de informações na forma de patentes e publicações, considerando a publicação como a informação disponível para uso comum e que esteja registrada; as informações servem de base conceitual para origem da ciência.

Zouain (2001) entende que ciência e tecnologia são diferentes, todavia são interrelacionadas, a tecnologia acaba por ser alimentada por problemas da ciência, instrumentos e recursos. A ciência por sua vez nutre a tecnologia trazendo conhecimento e capacidades fundamentais, contudo, em menor extensão.

Rodrigues (2008) define tecnologia como a aplicação do conhecimento da ciência para a produção de determinado fim. Sem o conhecimento da ciência a tecnologia não se desenvolveria.

A acirrada competitividade entre as organizações tornou-se um dos fundamentais elementos na velocidade e capacidade da busca pela geração de inovações de produtos, serviços e processos, apesar disso, compreender a amplitude do que é inovação é fator-chave que pode determinar o desenvolvimento do país (SCHERER e CARLOMAGNO, 2009).

Conforme o Manual Frascati (2002), inovação é o êxito da introdução de produtos, processos, serviços, métodos e sistemas, sejam diferentes, nunca feitos ou feitos de uma forma diferente.

Para Schumpeter (1985) inovação pode ser um conjugado de funções evolutivas e novas que permitem alterar os métodos de produção, permitindo novas maneiras de organização do trabalho, produzindo novas mercadorias e possibilitando a abertura de mercados novos e consumos e usos.

2.3 DESCENTRALIZAÇÃO

Conforme Silva (2000) ao governo federal cumpre formular e desenvolver uma política de ciência, tecnologia e inovação que contemple as ações nas três esferas de governo bem como dos segmentos empresariais. No Brasil essa política já conta com instrumentos que lhe permitem descentralizá-la de forma a atender às condições e oportunidades em cada região do País. As fundações de amparo à pesquisa são parte essencial dessa política, sua função básica é apoiar a pesquisa para que possam cumprir a parte que lhes compete na promoção do desenvolvimento local.

Os fundamentos da descentralização advêm de três linhas teóricas, sendo estas de grande influência quanto ao debate, a primeira denominada teoria da escola pública Tiebout, Buchanan e Weingast; a segunda nomeada economia do bem-estar e por fim o neo-institucionalismo histórico de Weaver and Rockman; (ARRETCHE, 2008). As teorias acima descritas partem da pressuposição de que:

[...] nem sempre explícito – de que (i) diferentes dimensões da descentralização podem ser tomadas como equivalentes e (ii) a descentralização de competências pode ser adequadamente interpretada como descentralização da autoridade decisória no exercício destas mesmas competências (ARRETCHE, 2008, p. 3).

No caso do Brasil trata-se de um modelo que ressalta que as competências dos governos locais podem ser significativamente limitadas por arranjos institucionais específicos (ARRETCHE, 2008), isto é, a descentralização sempre estará alinhada com a forma instituída pelo governo federal.

É pertinente salientar que a Constituição Federal do Brasil de 1988, “manteve a autoridade para normatização sob responsabilidade exclusiva da União”, quer dizer o concebimento de descentralização conforme a constituição, envolve basicamente a “transferência da execução de políticas, mantendo centralizada na União a autoridade para normatizar sobre as regras desta execução” (ARRETCHE, 2008, p. 12). Pode-se fazer a leitura de que mesmo havendo a descentralização, será o órgão federativo que estará incumbido da criação e regulação das leis para os estados.

A descentralização está pautada na ideia que ela produza homogeneidade das normas em todo o território brasileiro, sendo suprimida a concepção de autoridade nas esferas estaduais. Na Constituição de 1988 deixa ao encargo da

união a centralidade sendo dela a “autonomia decisória de políticas” e aos estados a “atribuição de encargos”, ficando explícita a legislação das leis pela esfera federal e aos estados por fim os encargos (ARRETCHE, 2008, p. 12).

A partir de 1990, o processo de descentralização da saúde, implicou na descentralização para os municípios na execução das ações básicas da saúde, sendo mantida a centralização decisória no MS. A união é encarregada pelo financiamento da política nacional da saúde e também pela coordenação das ações intergovernamentais, isto é, as políticas locais estão sempre ligadas aos recursos despendidos do governo federal e estes recursos por sua vez seguirão as regras implementadas pelo MS (ARRETCHE, 2008).

O governo tem buscado estruturar a área de ciência e tecnologia em saúde, e desta forma vem promovendo a aproximação da ciência e tecnologia das políticas públicas de saúde.

Descentralização é um processo complexo, considerando as dimensões do país, e envolvendo as três esferas governamentais. Este processo pressupõe a estratégia do governo, pois contribuem para que ele possa atingir os objetivos macros de atenção à saúde (VIEIRA-DA-SILVA *et al*, 2007).

Salienta-se que a análise da avaliação de resultados que será evidenciada nesta pesquisa, no caso como sendo o produto da descentralização o PPSUS, poderá contribuir para melhorias e desenvolvimento para o funcionamento do sistema de saúde.

2.4 O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O SUS é o sistema de saúde do Brasil, instituído através da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90, Leis Orgânicas da Saúde, tem como alvo minimizar a desigualdade no que diz respeito à assistência à saúde da população, fazendo valer a obrigatoriedade do atendimento de saúde pública para quaisquer cidadãos de forma gratuita (BRASIL, 2012). Fazem parte do SUS os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros, bancos de sangue, além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil (BRASIL, 2012).

O SUS propõe-se a promover a saúde, primando pelas ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde, controle da ocorrência de doenças, controle da qualidade de remédios, de exames, de alimentos, higiene e adequação de instalações que atendem ao público (vigilância sanitária). O SUS é mantido com recursos recolhidos através de impostos, mesmo assim o setor privado participa do SUS de forma complementar, por meio de contratos e convênios de prestação de serviço ao Estado quando as unidades públicas de assistência à saúde não são suficientes para garantir o atendimento a toda a população de uma determinada região (BRASIL, 2012).

2.4.1 Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde – PPSUS

O Ministério da Saúde – MS, visando contribuir para o incremento científico, tecnológico e inovador em saúde no País e para a redução das desigualdades regionais nesse campo, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – Decit/SCTIE, criou, em 2004, o Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde – PPSUS, com o intuito de desenvolver atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos 27 estados da federação (BRASIL 2017).

Os objetivos do Programa são: (1) financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira; (2) contribuir com o aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS; e (3) promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde em todos os estados da federação.

O desenvolvimento do Programa envolve dez etapas distintas: (1) realização de oficinas para seleção das prioridades de pesquisa em saúde; (2) elaboração e publicação do edital; (3) submissão dos projetos; (4) enquadramento das propostas; (5) distribuição das propostas e análise pelos consultores *ad hoc*; (6) análise pela Comissão de Especialistas; (7) análise e aprovação final pelo Comitê Gestor; (8) divulgação do resultado do julgamento; (9) contratação dos projetos; e (10) acompanhamento e avaliação das pesquisas financiadas.

Para a operacionalização do Programa, são transferidos recursos financeiros do Ministério da Saúde, por intermédio do DECIT ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – CNPq/MCTIC – que, por sua vez, repassa esses recursos, via convênios, às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) do País, que são os agentes executores do Programa em cada estado.

A Figura 1 mostra os principais parceiros do Programa PPSUS e suas atribuições.

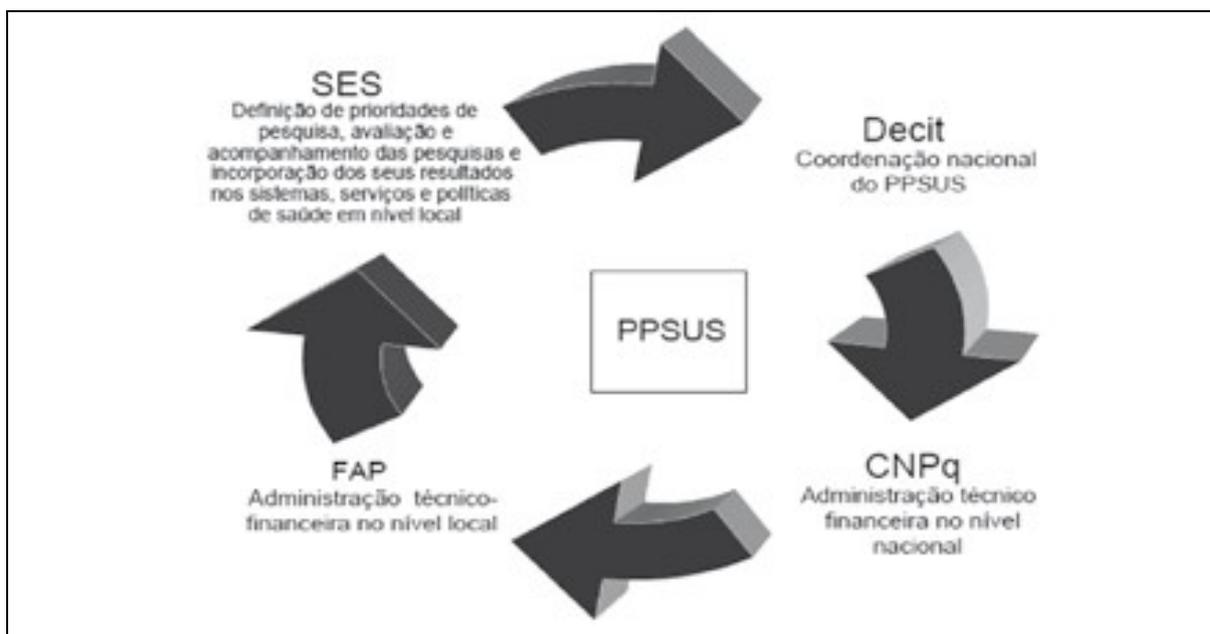


Figura 1– Principais Parceiros do PPSUS
Fonte: Adaptada de São Paulo (2011, p. 08)

A FAPERGS, como gestora administrativa do programa no RS, define sua contrapartida financeira a cada edição. As FAPs, em parceria com as respectivas Secretarias Estaduais de Saúde – SES – com o Ministério da Saúde e com o CNPq, publicam chamada pública para seleção de projetos de pesquisa em temas considerados relevantes para o sistema estadual de saúde. A seguir, discorre-se sobre cada um dos parceiros do programa.

2.4.2 Ministério Da Saúde (MS)

O Ministério da Saúde (MS) é o órgão do poder executivo federal incumbido da elaboração e organização de políticas e planos para fins de prevenção, promoção

e assistência à saúde da população brasileira. O Ministério tem como função primordial disponibilizar condições para fins da recuperação e proteção da saúde pública, diminuindo enfermidades, contendo as doenças endêmicas e parasitárias e aperfeiçoando a vigilância à saúde, preconizando desta forma, mais qualidade de vida ao brasileiro (BRASIL, 2012).

Fazem parte da missão deste Ministério: “promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania”. Ressalta-se algumas das competências que dizem respeito a este ministério são: a coordenação e fiscalização do SUS; a política nacional de saúde e a pesquisa científica e tecnológica na área da saúde (BRASIL, 2012).

A importância da saúde se reflete nos números da economia. No Brasil, a dependência de insumos importados para o atendimento de necessidades básicas da saúde de sua população gera imensa vulnerabilidade estratégica do País, mas cria, também, oportunidade única para um esforço integrado de pesquisa, desenvolvimento e industrialização avançada. As questões de saúde se refletem nas políticas públicas – desde os orçamentos governamentais para o setor público de saúde e na regulação dos agentes privados, até as questões de patentes e de propriedade industrial, debatidas em foros internacionais (BRASIL, 2014).

Saúde é um exemplo marcante de como as mais diversas disciplinas de ciência e tecnologia – química, física, matemática, biologia, genética, medicina, engenharia, informática, ciências sociais, entre outras – podem ser articuladas entre si e com atividades de serviço e industriais – medicina social, postos de saúde, centros hospitalares e hospitais-escola, indústrias química, farmacêutica e de equipamentos médicos, incubação de novas empresas, entre outras - em um grande programa propulsor do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2014).

2.4.3 Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECIT)

Em 1994, durante a 1ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CNCTIS), sobre o quão importante e no que implicava o desenvolvimento científico e tecnológico na saúde, levando a uma discussão política

entre atores da saúde, da sociedade e da pesquisa. No ano 2000 é oficializada através do Decreto nº 3.496, de 1º de junho de 2000, a concepção do Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde, no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde (SPS), do Ministério da Saúde, tendo como missão “formular e implementar um instrumento político e de gestão nesta área, promovendo a articulação, a coordenação e a indução da área da saúde no âmbito do Sistema Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação” (SNCTI) (BRASIL, 2014, p. 7).

A busca pelo fomento à pesquisa acabou por culminar em várias alterações nos organogramas governamentais. Uma destas alterações aconteceu em 2004, devido ao firmamento de termo de cooperação e assistência técnica com o MCT, com o objetivo de viabilizar o financiamento à pesquisa científica e tecnológica. Para haver maior agilidade e gerenciamento, a celebração do termo consentiu que o DECIT estabelecesse uma parceria com o CNPq, para desenvolvimento do PPSUS nos estados brasileiros.

2.4.4 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Criado em 1951, exerce papel fundamental com respeito à formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Atua contribuindo para o desenvolvimento do país e o reconhecimento das entidades de pesquisa e aos pesquisadores brasileiros visando a comunidade científica internacional. O CNPq é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações MCTIC, tendo como principais funções o fomento a pesquisa científica e tecnológica e o incentivo a formação de pesquisadores brasileiros (CNPq, 2017).

A missão desta agência é o fomento à CT&I, atuando para a formulação de políticas para o alcance dos objetivos, colaborando para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

2.4.5 A Fundação de Amparo à Pesquisa do RS - FAPERGS

Fundação criada em 1964, através da Lei estadual nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964, é a segunda fundação de amparo à pesquisa do Brasil, precursora na criação de programas de interação universidade empresa, haja vista

ampla experiência na busca pela inovação através da pesquisa. Atua como instrumento essencial da política no que tange ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do RS, detém parcerias com agentes sociais e econômicos majoritários. A instituição sustenta ações de instituições de pesquisa e pesquisadores indo ao encontro das estratégias do Estado, articulando-as com demandas de criação, inovação e qualificação que a sociedade e a ciência necessitam.

A FAPERGS atua em três grandes frentes: i) Formação de Recursos Humanos; ii) Fomento ao Intercâmbio Científico e Tecnológico; iii) Fomento à Pesquisa.

A principal finalidade da fundação é fomentar a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, tendo por atribuição a promoção da inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural; estimulando a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infraestrutura de pesquisa no Estado (FAPERGS, 2017).

Desde o início das suas atividades, a fundação vem colocando em prática programas que propiciam o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no RS. A FAPERGS como agência de fomento, ocupa posição estratégica, servindo de referência para a comunidade científica do Estado e também do país. A FAPERGS subsiste através dos recursos oriundo de várias instituições, entre elas a CAPES, o CNPq e a FINEP, além de ser sustentada diretamente pelo governo do Estado.

A FAPERGS, a partir da celebração do termo de cooperação com o MS, já participou das edições do PPSUS lançadas nos anos de 2004, 2006, 2008, 2013 e 2017.

2.4.6 A Secretaria Estadual de Saúde do RS

A Secretaria Estadual de Saúde do RS (SES/RS) atua como parceira no PPSUS/RS, juntamente com a FAPERGS, não aportando recursos financeiros, mas gerenciando na oficina de prioridades, avaliações, acompanhamento dos projetos e no comitê gestor (FAPERGS, 2017).

2.4.7 O PPSUS no RS

O PPSUS no RS contemplou, por meio de chamadas públicas lançadas pela FAPERGS, edições em 2004/2005, 2006/2007, 2008/2009 e 2013/2015 totalizando 196 projetos contratados (ANEXO 2), envolvendo 12,91 milhões de reais em recursos estaduais e federais.

As chamadas concernentes às edições 2004/2005 (n. 08/2004) e 2006/2007 (n. 06/2006) (ANEXO 1) tiveram como objetivo *apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde, no Estado do Rio Grande do Sul*. A chamada relativa à edição 2008/2009 (n. 02/2009) (ANEXO 1) também teve o mesmo objetivo, porém incluído a questão de apoiar projetos *com aplicabilidade no Sistema Único de Saúde*. A chamada pública n. 02/2013 (ANEXO 1) relativa à edição 2013/2015 seguiu com o mesmo objetivo desta última, porém abriu uma nova linha de apoio para mestres.

2.5 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos objetivos do governo federal visa a redução das disparidades regionais por meio do compartilhamento de esforços para o desenvolvimento da pesquisa e promoção da inovação, observadas as especificidades de cada região. Entretanto, sabe-se que os recursos são escassos e que é necessário desenvolver e implementar mecanismos eficientes de comunicação dos resultados, por meio da avaliação, a fim de colaborar com o desenvolvimento econômico e social naquilo que se propuseram a solucionar (VASCONCELLOS; KRUGLIANSKAS, 1991).

O campo de estudos sobre avaliação de políticas públicas é um campo em expansão, e sua evolução depende da evolução da estrutura política, econômica e social (FAGUNDES e MOURA, 2009). As primeiras avaliações na administração pública surgiram no século XX, relacionadas a programas sociais. As agências financiadoras passaram a exigir dos governos o acompanhamento da execução e dos resultados alcançados para liberação dos recursos e a realização de estudos avaliativos com o fim de verificar a eficácia dos programas sociais implantados nos países do Terceiro Mundo.

No Brasil, até os anos de 1970, segundo Fagundes e Moura (2009), a avaliação de políticas e programas priorizava as áreas de saúde e educação. Nas demais áreas da política social, a avaliação assumia características de “estudos de caso”, já que era descontínua e, na maioria das vezes, não exigida. No início dos anos 80, em plena expansão da globalização, a imprensa e a academia passaram a discutir o papel do estado na economia e na sociedade e nos anos 90 decidiu-se promover a melhoria da gestão do estado, condição necessária para que ele exercesse melhor seu papel condizente com a nova realidade econômica mundial (DINIZ, 2001).

Foi nesse contexto histórico que reformas administrativas foram implementadas, visando capacitar gerencialmente os estados na implantação de políticas públicas e na prestação de serviços com duplo objetivo estratégico: criar o controle por resultados dessa administração e ampliar a descentralização na execução de serviços públicos (PEREGRINO, 2009).

O objetivo seria implantar uma administração baseada em resultados, conforme ocorre no ambiente empresarial. A avaliação envolve julgamento, trata-se de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público ou privado. No campo das políticas públicas, esta avaliação ou análise não é neutra.

Neste sentido, o uso adequado de instrumentos de análise e avaliação são fundamentais para que não se confunda opção pessoal com resultados de avaliação (ARRETCHE; BRANT, 2006).

A avaliação julga, valoriza, informa, interpreta, identifica os dados a serem alterados na ação das políticas e programas sociais públicos. É preciso uma concepção totalizante de avaliação que busque apreender a ação desde a sua formulação até sua implementação, execução, seus resultados e impactos. Não é uma avaliação apenas de resultados, mas também de processos. Não é apenas uma avaliação que mensura quantitativamente os benefícios ou malefícios de uma política ou programa, mas que qualifica decisões, processos, resultados e impactos (ARRETCHE; BRANT, 2006, p. 88).

Para Cunha (2006) a avaliação é um importante instrumento para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do governo, bem como para a divulgação de resultados das políticas públicas.

A avaliação de políticas públicas pode ser realizada por uma série de motivos, dentre eles, para permitir o aperfeiçoamento de atividades, garantir que objetivos

sejam atingidos, que recursos escassos sejam utilizados de maneira eficiente e para evitar a repetição de erros ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (KONDO, 1998). De acordo com Castro (2006) toda organização deve ser analisada sob a ótica da efetividade, da eficácia e da eficiência.

À medida que os resultados de uma ação trazem benefício à população, no que concerne a área pública, se apresenta o conceito de efetividade. Sendo este conceito mais abrangente que a eficácia, pois além de indicar que os objetivos foram atingidos, exhibe também as melhorias que trouxeram à população (CASTRO, 2006). A efetividade é o indicador que mostra os aspectos positivos em relação ao ambiente pesquisado nos quesitos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais (COSTA; CASTANHAR, 2003). Se os resultados alcançados por uma ação estatal prover a real necessidade da população, demonstra que o programa gerou impactos positivos (GOMES; OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Campos (1999), a efetividade é classificada em três possibilidades: i) impacto real efetivo: aquele cuja aplicação já foi difundida no mercado, com resultados reais e tangíveis; ii) impacto potencial: que diz respeito aos resultados que ainda não foram aplicados, mas estão disponíveis; e iii) impacto real em difusão/transferência: que trata dos desenvolvimentos que não atingiram ainda sua maturidade para serem plenamente difundidos, porém já se encontram incorporados em certos artefatos no mercado.

Esta classificação varia conforme o ambiente onde os impactos serão percebidos. Outra forma de classificar os impactos é em relação ao período de tempo após o qual os mesmos serão sentidos: pode-se avaliar os impactos no curto ou no longo prazo (FRANCISCO, 2002).

Conforme Maximiano (2012, p.6) “eficácia é a palavra usada para indicar que a organização realiza seus objetivos. Quanto mais alto o grau de realização de seus objetivos, mais a organização é eficaz”. Logo, quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização (CASTRO, 2006).

Eficiência é a relação entre o quanto custou e o benefício que trouxe, ou seja, é o resultado alcançado, utilizando-se de pouco recursos, é a razão entre o esforço e o resultado. Este princípio na gestão é a maneira como os recursos são aplicados, ou seja, sua relação custo-benefício. A eficiência não está voltada para os fins, mas

para os meios, ela se insere nas operações, voltada para os aspectos internos da organização (CASTRO, 2006). De acordo com Alcantara (2009) para as organizações públicas o conceito de eficiência constitui outra adjacência, devendo atender somente o interesse da população.

Neste sentido, a avaliação se faz necessária tendo em vista ser um processo para verificar os reais resultados de programas apoiados com recursos públicos, de forma a obterem-se respostas das atividades que foram desenvolvidas. Nas FAPs este processo responde a três questões: Quais foram os resultados e impactos gerados? Os objetivos foram atingidos? Os recursos foram bem utilizados para o alcance desses objetivos?

De acordo com Pinto (2006), avaliar admite determinar a harmonia entre objetivos e resultados, permitindo e obtendo informações para ponderar as decisões tomadas, não tão somente controlar, avaliar implica em aprender.

A avaliação de resultado contribui de forma decisiva para a continuação ou subsistência de determinado programa, conforme Costa e Castanhar (2003, p. 972), “[...] o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa”.

Percebe-se a importância da avaliação de resultado, não apenas como ferramenta de tomada de decisão, mas oportunizando aos gestores públicos o atendimento a futuras demandas de investimento, possibilitando tomar providências para com determinado item avaliado.

2.5.1 Avaliação de resultados e de impactos em CT&I

A avaliação de resultados e impactos em CT&I tem por objetivos justificar escolhas, monitorar as ações e auxiliar na tomada de decisão, ou seja, é utilizada como uma ferramenta gerencial direcionando-as para a obtenção de melhores índices de eficácia, eficiência e de efetividade (FRANCISCO, 2002).

Neste sentido, a avaliação se faz necessária tendo em vista ser um processo para verificar os reais resultados de programas de CT&I apoiados com recursos públicos, de forma a obterem-se respostas das atividades que foram desenvolvidas.

Para Furtado (2005) avaliar programas de pesquisa em CT&I é lidar com a natureza incerta do avanço do conhecimento e de sua apropriação social e com o hiato temporal entre a produção do conhecimento e a expressão de seus impactos na sociedade.

A avaliação de resultados mede os resultados mais diretos do programa e/ou projetos de pesquisa, que vão desde a geração de produtos científicos até diversas formas de interação com o mercado/sociedade. Já a avaliação de impactos mede a intensidade e a importância das transformações ocorridas ou potenciais entre um número muito mais amplo de atores e visam essencialmente mensurar a efetividade do Programa (FURTADO, 2005). Na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefícios à população (CASTRO, 2006), indica se o programa ou projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.

A busca pela avaliação de resultado não é algo novo. Ao longo do tempo o poder público vem em busca de medir a desenvoltura dos programas públicos e, uma das formas de mensurar está descrita por Kettl (1998 *apud* Costa e Castanhar, 2003, p. 972), que diz respeito a estabelecer a “eficiência, eficácia e efetividade como medidas de sucesso da ação governamental”. Cabe destacar, que cada vez mais, cresce a preocupação em como proceder à aplicação de sistemas de avaliação de resultados nos programas financiados pelas agencias de fomento em CT&I (FRANCISCO, 2002).

Costa e Castanhar (2003) afirmam que avaliação de resultados de programas em CT&I serve como norte, ou seja, orientando os gestores públicos a verificar se tal política ou programa terá prosseguimento ou deverá ser corrigido ou quem sabe até mesmo ser suspenso.

É claro a evidência da importância da utilidade do que resultará da avaliação de resultado, Ala-Harja e Helgason (2000, p. 5), destacam que “[...] a avaliação de programa pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis”.

Francisco (2002) discorre que avaliação de resultados é a forma de evidenciar a toda a sociedade, onde, como e de que maneira os recursos estão sendo empregados. Referindo-se à pesquisa científica e tecnológica, todavia, não se trata apenas da obtenção de resultado superior ou até mesmo empate no investimento

empregado; claro que o resultado econômico é importante, também deve-se levar em consideração outros pontos importantes como o aprendizado, a formação de redes de colaboração e a alavancagem de novos projetos, que permitiriam a sequência do processo de desenvolvimento, alavancando potencialmente resultados econômicos positivos no futuro.

De acordo com Ala-Harja e Helgason (2000), o objetivo da avaliação não é buscar a verdade absoluta, mas oferecer justificativas para a implementação dos programas e políticas, permitindo que as decisões sejam tomadas de maneira mais consciente.

Corroborando com a definição da avaliação de resultado Rodrigues, Guidini e Baeta (2012, p. 1), descrevem o seguinte:

[...] a busca por processos e sistemas eficientes de avaliação de resultados de projetos e programas públicos se intensifica. Além da transparência, este sistema deve servir também, e principalmente, como uma ferramenta gerencial, que permita correções e ajustes nas políticas de investimento.

Para Pereira (2001), avaliação de resultados não é uma tarefa simples, pois influencia a tomada de decisão, ainda mais quando esta avaliação envolve investimentos públicos; num cenário onde há escassez de recursos, os investimentos devem cumprir o papel ao qual foram destinados, compensando todo o dispêndio de esforço.

Francisco (2002, p. 13), salienta que:

A avaliação de projetos tem por objetivos justificar escolhas, controlar o desencadeamento, e auxiliar os processos de decisão. É utilizada como uma ferramenta gerencial, que fornece subsídios tanto para as atividades administrativas como para as operacionais, direcionando-as para a obtenção de melhores índices de eficácia, eficiência, relevância, e ainda de impactos positivos.

Avaliar um resultado para Helou Filho e Otani (2006, p. 8) necessita de “[...] um período de tempo para desenvolver medidas ou critérios de avaliação adequados que atendam as necessidades de maneira clara e objetiva”.

Cotta (1998, p. 107), salienta algo que deve ser levado em consideração concernente a avaliação do resultado:

Avaliação desempenha um papel central no esforço de racionalização dos programas e projetos sociais. A ausência de controles e de metodologias de avaliação geralmente leva a um gasto social ineficiente e, conseqüentemente, ao desperdício dos recursos disponíveis.

Corroborando com a definição de avaliação de programas Cotta (1998, p. 105) aponta que “[...] a principal característica da avaliação de programas é,

certamente, seu caráter aplicado. Aliás, é este o norte que os avaliadores não podem perder de vista, sob pena de produzir trabalhos desprovidos de utilidade prática”.

A aplicação da avaliação de resultado em programas propicia tanto à sociedade quanto à gestão pública o melhor controle, permitindo para ambos visualizar desde o início de cada demanda até a sua realização, isto é, vêm de encontro com os interesses de ambas as partes, primando pela excelência a que se está sendo proposto.

Sendo assim, pode-se concluir que a avaliação pode vir a auxiliar o planejamento e formulação das políticas governamentais, o acompanhamento, reformulações e ajustes, bem como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. Ou seja, é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, assim como para a divulgação de resultados de governo.

Segundo Rodrigues (2008) as FAP's do Brasil, selecionam os projetos que financiam, realizando uma avaliação *ex-ante*, conforme objetivos e outros parâmetros exigidos nos editais. Nesse tipo de avaliação, as propostas são avaliadas quanto ao mérito científico do projeto, por pesquisadores renomados na sua área de conhecimento, indicando a viabilidade da execução da pesquisa, o currículo dos pesquisadores e a coerência entre os recursos necessários.

Já a avaliação *ex-post* de projetos, é realizada após a conclusão do projeto, ou, mais precisamente, após o término do prazo estipulado para esta execução. Sbraggia (1984) caracteriza este tipo de avaliação como sendo um processo que permite a identificação dos resultados obtidos por uma atividade que foi realizada, a fim de atingir determinados objetivos, considerando seu desempenho ou sucesso.

2.5.2 Impactos dos resultados dos investimentos em CT&I

Este item aborda como são percebidos os impactos dos resultados dos investimentos em CT&I, como podem ser verificados e os diferentes aspectos da sua abordagem. Os impactos dos resultados dos investimentos em CT&I conforme Costa e Castanhar (2003) referem-se aos efeitos sociais, econômicos, tecnológicos,

científicos, ambientais ou outros, em indivíduos, na comunidade e no próprio local onde se desenvolve o projeto.

Conforme Cunha (2006, p. 36), impacto é o “[...] resultado que pode ser atribuído exclusivamente às ações do programa, após a eliminação dos efeitos externos, [...] é o resultado líquido ou efeito social do programa ou projeto”.

Existem aspectos importantes a serem relacionados também com relação aos impactos dos resultados dos investimentos quando estes forem divulgados, elencado por Ohayon (1985 *apud* FRANCISCO 2002, p. 16):

- aspectos tecnológicos: referem-se ao grau de inovação ou melhoria obtido, assim como à capacidade funcional do resultado do projeto.
- aspectos econômicos e mercadológicos: trata-se da viabilidade econômica do uso dos resultados, inclusive na obtenção de vantagens competitivas.
- aspectos sociais, individuais e políticos: aceitabilidade social e política dos resultados, através da melhoria da qualidade de vida e da saúde.
- aspectos relativos ao meio ambiente: relacionados à preservação do equilíbrio ecológico.
- valores e aspectos coletivos dos resultados: referem-se aos benefícios à coletividade, provenientes de opiniões de simpatizantes e adversários do uso dos resultados.

Avaliação de impacto conforme Costa e Castanhar (2003) procura identificar os efeitos produzidos sobre uma população-alvo, verificando se as atividades previstas foram executadas, se os resultados finais que se esperavam foram alcançados. Em síntese, o foco desse tipo de estudo detecta mudanças nas condições de vida de um grupo-alvo ou de uma comunidade, e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada.

Corroborando, Francisco (2002) também afirma que, dependendo da esfera ou grupo social, os impactos serão sentidos de forma diferentes e que eles poderão também ser classificados conforme o período, podendo ser sentidos e medidos no pequeno e no longo prazo. Resumindo, a medição dos impactos sempre dependerá do local e da população envolvida, também poderá ser de curto e longo prazo, atrelada ao tempo.

Não raras vezes, os recursos empregados e o tempo destinado para a pesquisa não são suficientes para o alcance do resultado e em outras vezes acontece dos resultados estarem prontos, mas ainda não terem sido aplicados ou utilizados para o propósito ao qual eram destinados. Frente a isto, é a importância de se diferenciar os produtos e impactos efetivos daqueles potenciais (FRANCISCO, 2002).

Francisco (2002) demonstra, através de um *framework*, a classificação dos resultados de projetos de pesquisa em C,T&I, conforme Figura 2:

- a) **t₀**: é o período de tempo transcorrido desde a aprovação do projeto de pesquisa pela fundação, até t_n;
- b) **t_n**: tempo futuro indefinido, quando ainda se podem verificar o surgimento de produtos e impactos do projeto, em termos práticos, t_n deverá ser considerado o momento no qual se fará a avaliação;
- c) **t₂ e t₃**: é aquele durante o qual desenvolve-se a pesquisa propriamente dita (período compreendido entre);
- d) **t₄**: a curto prazo, podem ser identificados os produtos diretos da pesquisa (como novas metodologias, publicações, teses, formação de competências);
- e) **t₅**: dentro de um prazo médio, inovações tecnológicas resultantes podem ser identificadas: materiais, produtos ou processos, novos ou melhorados (geralmente, demandam tempo maior para seu surgimento, sendo resultado de um processo tecnológico, que dependem da cooperação concreta entre os dois lados envolvidos no projeto, centro de pesquisa e demandante).
- f) **t₆**: no longo prazo a partir deste verifica-se os resultantes ou impactos do projeto, tanto na esfera da demandante envolvida, como na sociedade em geral, difícil a sua identificação, pois quanto maior o tempo transcorrido entre a aplicação dos insumos e o efeito sentido, mais difícil à vinculação do mesmo ao projeto em questão.

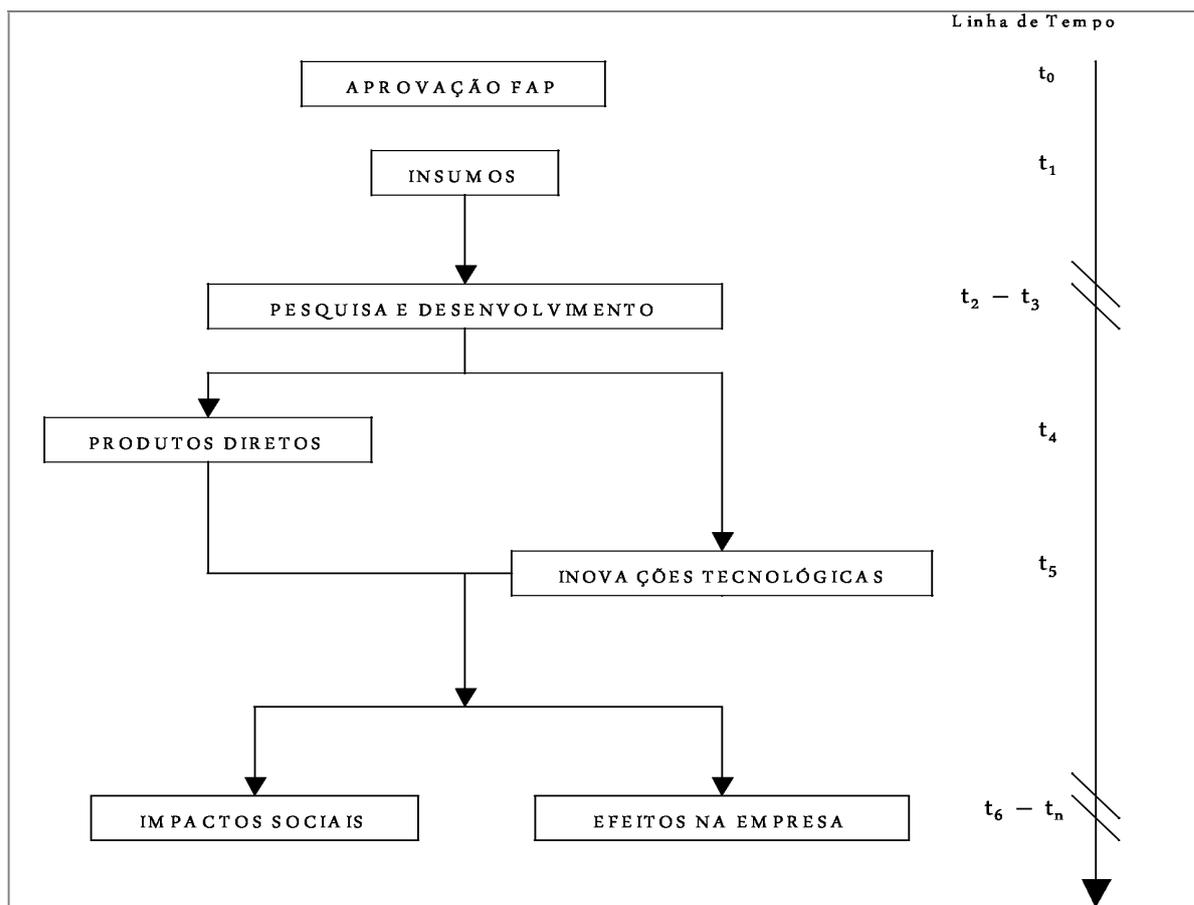


Figura 2 - Dimensões para avaliação dos resultados dos projetos e sua relação com o tempo
 Fonte: Francisco (2002, p. 60).

A Figura 2 demonstra o período negociado entre os pesquisadores e a agência de fomento para o fim do projeto, mas nada impede que na prática, após o período contratado, alguns projetos já tenham atingido seus objetivos e não dêem sequência. Outros, mesmo a pesquisa não alcançado o objetivo, é finalizada, e ainda existem situações em que seguem em desenvolvimento, por meio de financiamentos de outras fontes. Mesmo considerando estas variações, é imprescindível que se determine um tempo limite.

O modelo contempla aspectos que comportam informar sobre os resultados dos projetos, nos seguintes pontos (FRANCISCO, 2002, p. 61):

[...] questões científicas (produtos diretos), tecnológicas (inovações tecnológicas), econômicas (no que se refere tanto aos impactos na empresa como para a sociedade em geral), sociais e ambientais (que enquadram-se dentro dos impactos sociais).

Pode-se entender através das considerações de Francisco (2002) que, é um ponto crítico do processo de avaliação o momento em que ela é feita, sendo

considerada em relação aos seus objetivos, para que haja a abrangência do maior número de produtos e primordialmente impactos da pesquisa, seria necessária uma avaliação mais tardia. Entretanto, quanto maior for o tempo transcorrido, mas difícil será a vinculação dos impactos aos respectivos programas e projetos.

3 RESULTADOS

3.1 AVALIAÇÃO DE RESULTADO DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS NO RS

X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC
Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de Novembro de 2015

Avaliação de Resultado do Programa de Pesquisa para o SUS no RS

Results Evaluation of Research Program for the SUS in RS

Marilene Bertuol Guidini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Faculdade Monteiro Lobato – FATO
marilenebg@terra.com.br, marilene.guidini@ufrgs.br

Luciana Calabro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
luciana.calabro.berti@gmail.com; luciana.berti@ufrgs.br

Rosane Lima Mello

Faculdade Monteiro Lobato – FATO
adm.rosanemello@gmail.com

Elisângela da Silva Pereira

Faculdade Monteiro Lobato – FATO
elisangelaspo@gmail.com, elispereira11@hotmail.com

Diogo Onofre Gomes de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
diogo.bioq@gmail.com; diogo@ufrgs.br

AVALIAÇÃO DE RESULTADO DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS NO RS

Resumo

O Ministério da Saúde e demais agentes de governo vêm tentando definir prioridades na saúde pública do Brasil. A descentralização foi um meio de atender necessidades regionais, direcionando recursos na pesquisa. Em 2004, foi criado o Programa de Pesquisa para o SUS, que fomenta a pesquisa em todos os estados. O objetivo desta pesquisa foi verificar os resultados alcançados por meio do Programa PPSUS/RS, edições 2004 a 2009. É um estudo indutivo, de natureza aplicada, com objetivo exploratório. Para avaliar os resultados, utilizou-se o modelo proposto por Rodrigues *et al* (2010) e coleta dos dados por meio documental e questionário padrão, respondido pelos contemplados nas edições. Concluiu-se que o programa contribuiu para a formação de pós-graduandos e graduandos, criação e consolidação de grupos e centros de pesquisa, publicações em congressos, entre outros. Apresentou possíveis contribuições para políticas públicas do SUS. Percebeu-se a necessidade de intermediação dos órgãos financiadores e demais envolvidos para que haja efetiva aplicabilidade dos resultados no SUS.

Palavras chave: avaliação de resultados, projetos de pesquisa, sistema único de saúde.

Abstract

The Ministry of Health and other government agents have been trying to address priorities in public health in Brazil. Decentralization was a means to meet regional needs, directing resources in research. In 2004, the Research Program was created for the SUS, which encourages research in all states. The objective of this research was to verify the results achieved through the PPSUS/RS program, issues 2004 to 2009. It is an inductive study of applied nature, with exploratory objective. To assess the results, we used the model proposed by Rodrigues *et al* (2010) and collection of data through documentation and standard questionnaire, answered by the contemplated on the issues. It was concluded that the program contributed to the training of graduate students and undergraduates, creation and consolidation of groups and research centers, publications at conferences, among others. Presented contributions to public SUS policies. He realized the need of intermediation of funding agencies and other stakeholders for an effective applicability of the results in the SUS.

Key words: outcome assessment , research projects , national health system

Introdução

O Ministério da Saúde (MS) promove ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico tendo como principal objetivo o financiamento de pesquisas em saúde, buscando contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nesta área. O MS, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE), vem ampliando o investimento de forma descentralizada, por meio do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS).

O programa busca atender as condições e oportunidades levantadas em cada região especificamente e, para isso, os recursos investidos são descentralizados, deixando ao cargo dos estados, por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) a tarefa de levantar, juntamente com a Secretaria Estadual da Saúde (SES), as demandas da região e a gerência desses recursos; isto é, competem às FAPs o lançamento do edital, contratação dos projetos aprovados, controle e acompanhamento até a finalização das pesquisas. Observando-se este cenário percebe-se que tanto o Estado quanto a população necessitam aferir os resultados dos recursos empregados e se os mesmos estão cumprindo efetivamente o fim proposto.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo verificar os resultados obtidos pelos projetos aprovados no âmbito do PPSUS/RS nas edições 2004/2005, 2006/2007 e 2008/2009. Totalizando 105 projetos contratados, envolvendo 5,4 milhões de reais em recursos estaduais e federais, alocados pela FAPERGS e pelo DECIT/MS através do CNPq.

A avaliação de resultados propicia mostrar se os recursos investidos estão sendo empregados da melhor maneira possível. Porém, no caso de investimentos em pesquisa científica, tecnológica ou de inovação o resultado vai além do econômico, contempla formação de recursos humanos, formação de novos grupos de pesquisa, novos projetos, potencializando futuros resultados.

O Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde - PPSUS

O PPSUS: gestão compartilhada - foi implantado em 2004 no Rio Grande do Sul, a partir de convênio entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (FAPERGS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por iniciativa do Ministério da Saúde. No RS foram fomentadas quatro edições até o momento (BRASIL, 2014).

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS - FAPERGS

As FAPs são as responsáveis pela distribuição de recursos financeiros governamentais destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação (C,T&I). Desempenham um papel essencial, promovendo o aumento de recursos destinados à formação de pesquisadores, atuando em todos os estados da federação (BORGES, 2014). As FAPs são agentes pertencentes à administração indireta. Cada estado possui a sua fundação de amparo à pesquisa. No Rio Grande do Sul, é a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPERGS que tem a responsabilidade pela operacionalização do PPSUS desde o lançamento do edital, até as avaliações periódicas (FAPERGS, 2014).

De acordo com Peixoto (2005), as FAPs têm como principal cliente a sociedade vislumbrando eficiência/eficácia/efetividade, em termos de pesquisa e desenvolvimento, devendo monitorar permanentemente os resultados obtidos com os investimentos em C,T&I, de forma a identificar a relação entre o planejado e o realizado.

Avaliação de Resultados em Programas de C,T&I

De acordo com Castro (2006) toda organização deve ser analisada sob a ótica da eficácia, da eficiência e da efetividade. A eficácia relaciona-se com o atendimento dos objetivos desejados. A eficiência em como esses objetivos foram alcançados, ou seja, busca maximizar os resultados e minimizar os custos. Já a efetividade é mais abrangente, além de indicar se o objetivo foi atingido, mostra em que medida os resultados de uma ação trazem benefício (CASTRO, 2006). E no caso da esfera pública os benefícios à população.

Neste sentido, a avaliação de programas de políticas públicas se faz necessária, tendo em vista ser um processo para verificar os reais resultados de projetos de pesquisa apoiados com recursos

públicos, de forma a obterem-se respostas das atividades que foram desenvolvidas. Nas FAPs, este processo responde a três questões: Os objetivos foram atingidos? Os recursos foram bem utilizados para o alcance desses objetivos? Quais foram os resultados e impactos gerados?

O que é avaliação? Porque avaliar?

De acordo com Pinto (2006), avaliar admite determinar a harmonia entre objetivos e resultados, permitindo e obtendo informações para ponderar as decisões tomadas. Não tão somente controlar, avaliar implica em aprender. Avaliação é um processo cujo fim visa determinar, objetiva e sistematicamente, a eficiência do impacto de atividades, sendo esta uma importante ferramenta gerencial orientada tanto para atividades transitórias ou para planos futuros, programas e tomada de decisão (UNICEF, 2014).

Kondo (1998) destaca as seguintes razões do porque se avaliar: segurança que os objetivos traçados sejam alcançados, aprimoramento das atividades, que a utilização de recursos escassos seja eficiente e para evitar erros. Segundo MacLean et al (1998 *apud* FRANCISCO 2002, p. 1) “os objetivos desta avaliação devem ser: primeiro, assegurar que os recursos financeiros limitados sejam bem gastos, e em segundo, apresentar de forma transparente ao público estes investimentos”. Nesta definição o autor resume o cerne do porque avaliar, tratando da seguridade dos recursos escassos e a transparência em demonstrar os resultados para a população.

A avaliação de resultado contribui de forma decisiva para a continuação ou subsistência de determinado programa ou política pública, pois conforme Costa e Castanhar (2003, p. 972), “o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa”. Quando determinado programa ou projeto é avaliado pode-se perceber como foram empregados os investimentos tanto dos recursos financeiros, como não financeiros, além de se verificar se os recursos foram empregados de forma correta, toda avaliação servirá para visualizar o resultado seja este positivo ou negativo, possibilitando tomar providências para com determinado item avaliado (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Avaliação de Resultados de Programas em C,T&I

A busca pela avaliação de resultado não é algo novo, ao longo do tempo o poder público vem em busca de medir a desenvoltura dos programas públicos e uma das formas de mensurar está descrita por Kettl (1998 *apud* Costa e Castanhar, 2003, p. 972), que diz respeito a estabelecer a “eficiência, eficácia e efetividade como medidas de sucesso da ação governamental”. Cabe destacar, que cada vez mais, cresce a preocupação em como proceder à aplicação de sistemas de avaliação de resultados nos programas financiados pelas agencias de fomento em C,T&I (FRANCISCO, 2002).

Costa e Castanhar (2003) afirmam que avaliação de resultados de programas em C,T&I serve como norte, ou seja, orientando os gestores públicos a verificar se tal política ou programa terá prosseguimento ou deverá ser corrigido ou quem sabe até mesmo ser suspenso. Francisco (2002) discorre que é a forma de evidenciar para toda a sociedade, onde, como e de que maneira os recursos estão sendo empregados. Referindo-se à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, todavia, não se trata apenas da obtenção de resultado superior ou até mesmo empate no investimento empregado; claro que o resultado econômico é importante, mas também deve-se levar em consideração outros pontos importantes como o aprendizado, a formação de recursos humanos, de redes de colaboração e a alavancagem de novos projetos, que permitiriam a

sequência do processo de desenvolvimento, alavancando potencialmente resultados econômicos positivos no futuro.

Sendo assim, pode-se concluir que a avaliação pode vir a auxiliar o planejamento e formulação das políticas governamentais, o acompanhamento, reformulações e ajustes, bem como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. Ou seja, é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, assim como para a divulgação de resultados de governo.

Procedimentos Metodológicos

O método utilizado foi o indutivo, que de acordo com Gil (1999, p. 28), “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada e exploratória, documental e com abordagem quantitativa (GIL, 1999). A população engloba todos os projetos de pesquisas contemplados nas edições em âmbito nacional. A amostra foram os 105 projetos de pesquisa aprovados nas três edições do Programa no RS, por meio de editais. Para coleta de dados, foi utilizado um questionário padrão, validado pelos agentes do MS/CNPq, composto de questões abertas e fechadas, aplicado aos 105 coordenadores dos projetos contemplados nas referidas edições, não tendo sido objeto desta pesquisa a verificação *in loco* da informação prestada. As questões utilizadas na análise foram tratadas com o uso do programa Microsoft Office, por meio de planilhas de Excel, bem como por meio de análise descritiva (GIL, 1999) e utilizou-se o modelo de avaliação de resultados proposto por Rodrigues *et al* (2010).

Caracterização do PPSUS no RS

O Programa Pesquisa para o SUS – Gestão Compartilhada no âmbito do Rio Grande do Sul foi implantado em 2004 e contemplou edições em 2004/2005, 2006/2007 e 2008/2009, totalizando 454 projetos apresentados e 105 contratados, envolvendo 5,4 milhões de reais em recursos estaduais e federais, alocados pela FAPERGS e pelo DECIT/MS através do CNPq.

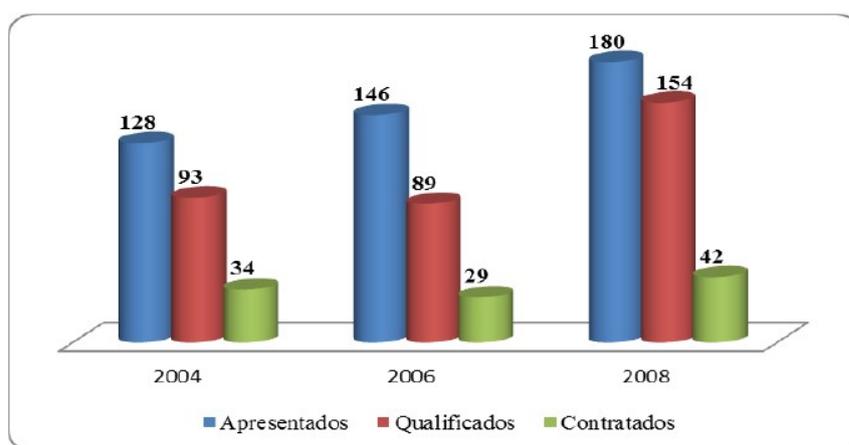


Gráfico 1 – Histórico dos Projetos – PPSUS. Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Percebe-se no Gráfico 1, a expressiva e crescente adesão ao Programa desde sua primeira edição, pois o número de projetos apresentados em cada uma delas evoluiu sucessivamente. Porém, entre a demanda bruta e os projetos qualificados observa-se uma diferença significativa, fato que pode

ser explicado pela existência de dificuldades na elaboração das propostas e/ou exigências não atendidas por parte dos solicitantes. Já no que refere-se a relação entre os projetos qualificados e efetivamente contratados, há uma significativa queda justificada pela escassez de recursos (FAPERGS, 2014).

Quanto aos recursos financeiros alocados no PPSUS (Gráfico 2), visualiza-se a participação de cada parceiro em cada uma das edições.

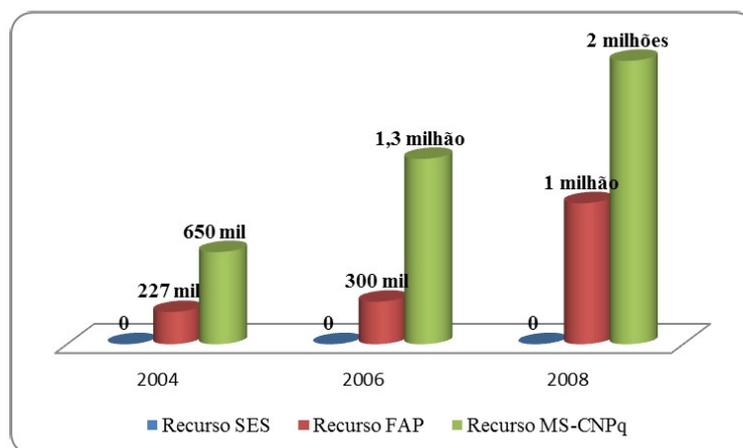


Gráfico 2 – Distribuição dos recursos do programa por fonte. Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Confirma-se a falta de investimento por parte da Secretaria da Saúde (SES) na totalidade do programa. A Fapergs apresentou uma tímida evolução da primeira para a segunda edição, não obstante, da segunda para terceira evoluiu sua participação de forma considerável, enquanto os recursos por parte do MS-CNPq quase dobraram a cada edição (FAPERGS, 2014).

Em relação às instituições contempladas, segue demonstrativo:

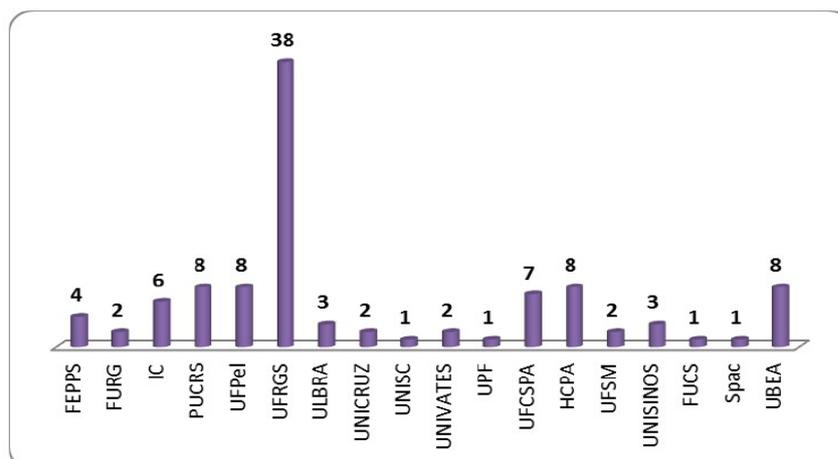


Gráfico 3 – Projetos contratados por Instituição de Ensino. Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

A UFRGS, que concentra a maior parte de especialistas da área da saúde, foi a instituição que mais recebeu apoio. Todas são instituições de ensino superior com exceção da FEPPS, que é um centro de prestação de serviços tecnológicos e de pesquisa ligado à SES, gestor estadual do SUS.

Ainda, ocorreram seis seminários de avaliação de resultados, parcial e final, relativos às edições do Programa, o que possibilitou o alinhamento das pesquisas, a integração entre os pesquisadores e suas pesquisas e a difusão do conhecimento junto aos pesquisadores e gestores da saúde, porém, estes últimos em menor proporção (FAPERGS, 2014).

Avaliação dos Resultados do PPSUS/RS

A avaliação dos resultados do Programa foi baseada no modelo de avaliação proposto por Rodrigues *et al* (2010) e na análise das respostas dos coordenadores ao questionário padrão. Os resultados obtidos dos 105 projetos apoiados nas edições 2004 a 2009 relativos à formação de recursos humanos são apresentados no Quadro 1.

Modalidade	Alunos formados Edição 2004/2005	Alunos formados Edição 2006/2007	Alunos formados Edição 2008/2009	Total
Pós-doutorado	-	-	1	1
Doutorado	15	15	15	45
Mestrado	53	27	16	96
Especialização	28	1	2	31
Graduação	57	43	11	111
Total por Edição	153	86	45	284

Quadro 01 – Formação de Recursos Humanos edições 2004/2005, 2006/2007 e 2008/2009

Constatou-se que houve um número significativo de formação de recursos humanos nas mais diversas áreas da saúde, na ordem de 284 pessoas qualificadas no período, entre graduação (111), especialização (31), mestrado (96), doutorado (45) e pós-doutorado (1), conforme Quadro 01. Pode-se verificar também, que na primeira edição a quantidade de recursos humanos capacitados por meio do Programa foi mais elevada do que nos anos subsequentes, em todas as modalidades, exceto doutorado que se manteve no mesmo patamar em cada uma das edições. Já o pós-doutorado obteve um aluno.

Conforme Borges (2011) as atividades de fomento a pesquisa financiados pelas FAPs contribuem para formar novos pesquisadores. Corroborar Brasil (2011) quando afirma que a formação de pesquisadores é a chave para o desenvolvimento tecnológico de um país.

Os resultados obtidos das edições 2004/2005, 2006/2007 e 2008/2009 relativos à produção científica e patentes são apresentados na Tabela 1.

Produção Científica	Patentes
1.093	04

Tabela 1 – Resultados de Produção Científica/Patentes Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Quanto aos resultados relativos à produção científica observou-se que as três edições juntas resultaram em 1.093 publicações, entre artigos científicos, participação/publicados em congressos nacionais e internacionais, capítulos de livros, jornadas científicas, simpósios, resumos em anais, reuniões técnicas nas comunidades locais. Quanto ao indicador de patentes percebe-se que ainda é uma cultura não muito difundida nesta área no RS, pois nas três edições resultou em 4 patentes.

Outros benefícios trazidos pelo Programa foram a consolidação de grupos de pesquisa, melhorias na infraestrutura dos laboratórios, criação de Programas Educacionais, entre outros. Citam-se alguns exemplos de grupos que se consolidaram através deste Programa: REDE-TB; Ambulatório São Lucas da PUC/RS; Unidade de pesquisa do Instituto de Cardiologia do RS; SOFT; Grupo de Epidemiologia do Instituto de Cardiologia; Núcleo de Pesquisas em Imagens Médicas da PUC/RS; Tabagismo e Doenças Tabaco-Relacionadas da PUC/RS; Linha de Pesquisa do GIEEH Educação e Cidadania para a Terceira Idade – UNICRUZ; Grupo de Pesquisa em Fibrilação Atrial – Instituto de Cardiologia do RS; Instituto de Pesquisas Biomédicas da PUC/RS; Instituto de Biociências de Rio Claro; Laboratório de Limnologia da UNISC; Grupo de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da UFRGS.

Conforme FAPERGS (2014), todos os projetos contemplados tiveram seus relatórios técnico-financeiros aprovados pelo comitê assessor e área técnica da Fundação.

Percebe-se que o programa possibilitou aos pesquisadores a busca de novos conhecimentos, proporcionando capacitação de recursos humanos e difusão do conhecimento por meio da participação em congressos nacionais e internacionais, assim como publicação de artigos. Isto mostra que o Programa obteve eficácia, eficiência e efetividade, conforme apregoa Castro (2006). O Programa PPSUS contribui estimulando novos pesquisadores na busca de conhecimento que apresentem melhorias em áreas prioritárias no campo da saúde. Com estudos avaliativos dos resultados sobre programas de pesquisa Rodrigues, Guidini e Baeta (2008) comentam que possibilita que a sociedade aprecie se geraram benefícios. Além disso, conforme Cunha (2006) a eficiência do gasto público pode ser cada vez mais alcançada, com avaliações periódicas em sua gestão, com mecanismos de controle sobre os impactos das ações do Estado, permitindo a sociedade enxergar os resultados da ação pública em questões sociais.

Considerações Finais

O desempenho do PPSUS, no Rio Grande do Sul, foi positivo em relação ao nível de qualidade dos projetos, gerando conhecimento e inovação. Isso, provavelmente, pode ser reflexo do rigoroso critério de seleção do edital, quando cerca de 20% das propostas foram aprovadas dentre a demanda global. O apoio, entretanto, foi limitado pelo volume de recursos envolvidos, ou seja, a demanda de projetos qualificados foi muito superior ao número de projetos contratados, o que evidencia a necessidade de mais recursos para o Programa.

Avalia-se também, a partir dos dados levantados, que o Programa atingiu seus objetivos alcançando a eficácia, eficiência e efetividade, devendo, entretanto, ser objeto de maior atenção em relação ao investimento do gestor estadual do SUS - Secretaria de Estado da Saúde - a fim de que sejam mais bem aproveitados os projetos que retratam o potencial de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde no Rio Grande do Sul, pois os recursos de infraestrutura e humanos disponíveis nas instituições, tanto universidades como centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, podem oferecer maior contribuição ao Programa, ampliando os resultados obtidos nas pesquisas pelo PPSUS.

Em relação à gestão, ainda, propõe-se que as ações das FAPs devam estender-se ao papel de um articulador constante do processo, criando mecanismos e eventos de aperfeiçoamento da reflexão sobre as necessidades e possibilidades de pesquisa, integrar o pesquisador com os objetivos do programa e resultar em maiores interações com os princípios, diretrizes e políticas de saúde. E, assim, ampliar as possibilidades de aproveitamento dos resultados dos projetos em direção a sua aplicação nas políticas setoriais de saúde, contribuindo para a efetividade da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do RS.

Agradecimentos e apoios

Fundação de Amparo à Pesquisa de Rio Grande do Sul

Referências

- BORGES, Mario Neto. **As Fundações de Amparo à Pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13876/15694>. Acesso em: 06 out. 2014.
- BRASIL. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acesso em: 17/9/14.
- CASTRO, Rodrigo Batista de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. ENANPAD, Salvador, 2006.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de Programas Públicos: Desafios Conceituais e Metodológicos**. RAP, Rio de Janeiro. 2003.
- CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Rio Grande do Sul, 2006.
- FAPERGS, Portal. Disponível em: <http://www.fapergs.rs.gov.br/>.
- FRANCISCO, L. T. S. T. **Indicadores para Avaliação de Resultados de Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica**. 2002. 116 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- KONDO, Edson Kenji. **Desenvolvendo Indicadores Estratégicos em Ciência e Tecnologia: as Principais Questões**. Ciência da Informação. Brasília, v.27, n.2, p. 128-133, 1998.
- PEIXOTO, Fernanda Maciel. **Painéis de indicadores Financeiros e Operacionais para Alocação de Recursos: o caso FAPEMIG**. 2005. 335f. Dissertação de Mestrado. UFU.
- PINTO, Sérgio L. de Moraes. **Proposta e Avaliação de uma Política Pública Contra a Desigualdade Econômica no Brasil: A Sociedade de Participantes**. FGV. São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Glauciane da P.; GUIDINI, Marilene B.; BAETA, Adelaide M. Coelho. **Avaliação Ex-Post de Projetos de Pesquisa: uma Análise nas Agências de Fomento em C,T&I**, 2009. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a12v33n01/12330111.html>.
- RODRIGUES, Glauciane da P.; BAETA, Adelaide M. Coelho; GUIDINI, Marilene B.; VALENTIM, Fabiano de Souza; PAIVA, Vanessa P. de Vasconcelos. **Um Modelo de Gestão e Avaliação de Programas para Melhoria do Desempenho de Instituição do Sistema de Ciência e Tecnologia**. XXXIV ENANPAD, RJ, 2010.
- UNICEF. **Guide for Monitoring and Evaluation**. Disponível em: <http://preval.org/documentos/00473.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

3.2 UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DA DEMANDA DOS PESQUISADORES SOLICITANTES DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS – PPSUS NO RS

Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS



Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS

Marilene Bertuol Guidini¹; Luciana Calabró²; Diogo Onofre Gomes de Souza³

GUIDINI, M. B.; CALABRÓ, L.; SOUZA, D. O. G.. Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. p. A104

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; ²Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS

Eixo temático: Políticas de Pesquisa

Modalidade: Comunicação oral

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões territoriais muito grandes e na mesma dimensão são os problemas sociais e sanitários que enfrenta. No âmbito federal, o Ministério da Saúde (MS) busca maneiras para diminuir as desigualdades regionais, através de ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico tentando dar respostas aos pontos mais críticos do sistema, por meio do financiamento a programas que apresentam soluções baseadas em estudos científicos para contribuir nas questões prioritárias da saúde. Por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE), vem desenvolvendo atividades de fomento descentralizado à pesquisa em todos os estados brasileiros por meio do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), (BRASIL, 2015).

Como os investimentos em pesquisa são necessários para o crescimento do país e, os recursos públicos destinados à pesquisa estão cada vez mais disputados, a avaliação de programas de CT&I permite as agências de fomento verificar por meio de indicadores de CT&I desde o perfil a quem está sendo destinado os recursos até os resultados obtidos com a pesquisa. Os indicadores existem para permitir aos tomadores de decisão verificar se o sistema sob sua responsabilidade está atingindo o objetivo para o qual foi planejado. Assim, é importante identificar que características interessam ao fortalecimento e à consolidação do PPSUS/RS para que a concessão do auxílio se dê nesse sentido. Uma possibilidade de iniciar essa identificação de características é traçar o perfil científico que apresentam os pesquisadores solicitantes deste Programa.

Neste sentido, avaliar o perfil dos candidatos que possuem interesse e pesquisas na área da saúde se torna relevante, pelo fato de possibilitar apoio à tomada de decisão sobre a continuidade do programa ou a formulação de novas políticas públicas. O presente estudo tem por objetivo geral, caracterizar o perfil científico dos pesquisadores solicitantes da chamada pública do PPSUS/RS, edição de 2013/2015, no que tange suas características gerais a fim de subsidiar políticas públicas. Justifica-se este estudo pelo fato de que estes pesquisadores disputam recursos públicos para pesquisas na área da saúde e passíveis de aplicabilidade no SUS e ainda, para poder servir de fonte para novas e/ou ajustes nas políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O panorama da história da ciência e de fomento a ciência no Brasil é bastante recente, se comparado com contexto mundial em que nos casos de alguns países seu histórico é milenar, dentro do contexto brasileiro possui pouco mais de meio século (BORGES, 2013). O grande alicerce do desenvolvimento científico e tecnológico são os pesquisadores cientistas.

Esta notável constatação pode ser observada com a crescente produção científica brasileira nas últimas décadas, fato comprovado pelas publicações indexadas no *Institute for Scientific Information* (ISI) e no *Scielo*. A análise quantitativa do que é publicado é objeto de estudo da cienciometria, ciência que surgiu nos anos 60 (VANTI, 2005). A cienciometria vale-se de indicadores bibliométricos, tais como frequência de artigos, frequência de citação dos artigos

e fator de impacto dos periódicos onde os artigos são publicados, quantidade de alunos de mestrado e doutorado, fomento destinado à pesquisa, dentre outros.

2.1 PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (PPSUS)

O programa objeto de pesquisa deste artigo, o PPSUS, é um programa desenvolvido pelo MS por intermédio do Decit/SCTIE, com finalidade de desenvolver atividades de fomento descentralizado à pesquisa em todos os estados da federação. Tendo por objetivos: financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira, auxiliar com o aprimoramento do SUS e promover desenvolvimento científico e tecnológico em saúde em todos os estados da federação (BRASIL, 2015).

É um programa inovador, porque desenvolve um modelo de gestão descentralizado e participativo, que envolve vários profissionais de saúde, pesquisadores e representantes da sociedade civil. Funciona através de transferências de recursos financeiros do MS ao CNPq que repassa as FAPs do país. De uma maneira geral o programa estimula os iniciantes em pesquisas, através da capacitação de recursos humanos, consolidando grupos de pesquisas, com melhorias na infraestrutura dos laboratórios e difusão do conhecimento com os eventos nacionais, internacionais e nas comunidades locais.

2.2 FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA (FAPS)

As Fundações de Amparo à Pesquisa, no Brasil, são as responsáveis pela distribuição de recursos financeiros governamentais destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Além disso, desempenham um papel essencial no processo, promovendo o aumento de recursos destinados a formação de pesquisadores, atuando em todos os estados da federação (BORGES, 2013). No Rio Grande do Sul a Fundação de Amparo à Pesquisa é a FAPERGS e tem responsabilidade pela operacionalização do PPSUS desde o lançamento do edital, até o acompanhamento da execução das pesquisas e desempenhando avaliações periódicas. Este Programa está em sua 4ª edição no RS. A primeira, em 2004/2005; a segunda 2006/2007; terceira nos anos de 2008/2009 e a quarta em 2013/2015. Ficando este estudo limitado à pesquisa relativa à 4ª e última edição até o momento (FAPERGS, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi de natureza aplicada, exploratória, quantitativa e documental. No que concerne à população, a presente pesquisa engloba a demanda geral de pesquisadores solicitantes na edição 2013/2015 do PPSUS/RS, qual seja, 198 propostas enquadradas. A coleta de dados utilizada na pesquisa foi por meio do currículo Lattes – Plataforma Lattes do CNPq. Para fins de atender ao objetivo desta pesquisa foram considerados os dados de cinco anos antes do lançamento da chamada pública PPSUS/RS n. 02/2013, ou seja, de 2012 a 2008. As questões utilizadas na análise foram tratadas com o uso do programa Microsoft Office, por meio de planilhas de Excel, bem como por meio de análise descritiva, que serão apresentados na seção de análise dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

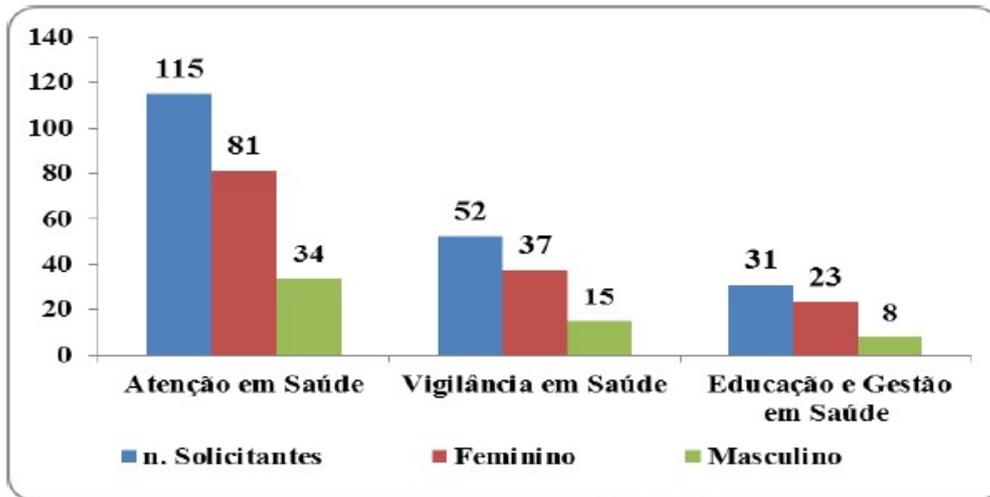
4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados, objetos deste estudo, apresenta a caracterização do perfil da demanda de pesquisadores que submeteram propostas à Chamada Pública PPSUS/RS n.

02/2013. O total de recursos aportados nesta Chamada foi de R\$ 7.430.000,00 dos quais R\$ 4.500.000,00 foram oriundos MS/Decit/SCTIE/CNPq e R\$ 2.930.000,00 pela FAPERGS provenientes do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. No término do período das inscrições obteve-se um total de 198 propostas enquadradas (FAPERGS, 2016).

A demanda de pesquisadores que submeteram propostas à referida Chamada estão distribuídos por linha temática e sexo conforme apresentadas na Figura 01:

Figura 01: Demanda por Temática x Sexo

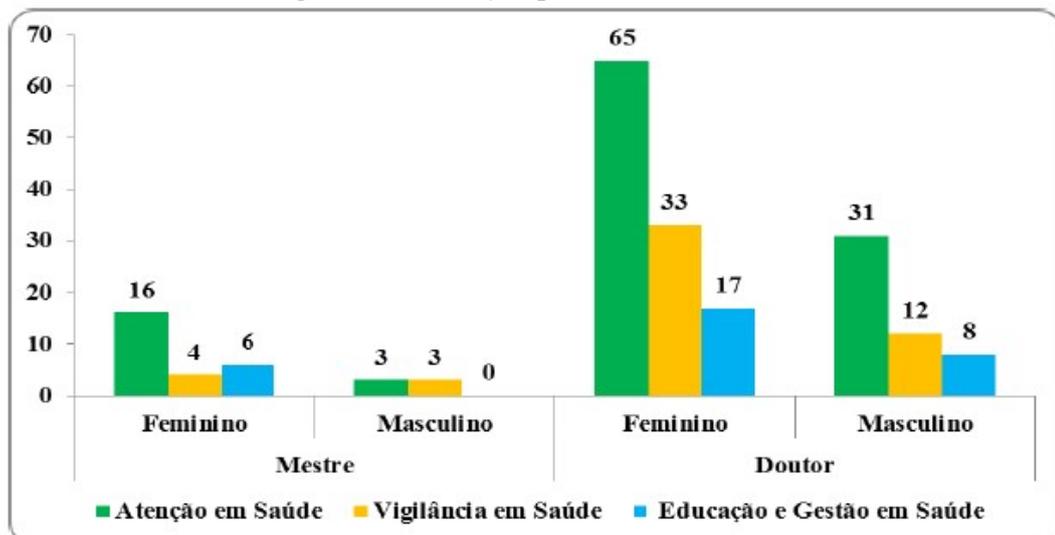


Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Dos 198 pesquisadores que submeteram propostas ao PPSUS/RS, 115 foram para área temática de Atenção em Saúde, 52 para o tema Vigilância em Saúde e 31 na temática de Educação e Gestão em Saúde. Pode-se observar na Figura 01 que o sexo feminino predomina em todas as categorias.

Na Figura 02, apresenta-se a titulação destes 198 concorrentes da Chamada Pública PPSUS/RS n. 02/2013.

Figura 02: Titulação por Sexo x Temática



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Na Figura 02, observa-se que tanto na titulação de mestre como de doutor o sexo que prevalece é o feminino. Na temática de Atenção em Saúde, é mais do que o dobro (65) em relação ao masculino (31). Nas demais linhas de apoio, também se destaca o sexo feminino em maior quantidade.

A formação em nível de doutorado deste grupo de solicitantes está distribuída nas seguintes áreas: Ciências Biológicas (53); Cardiologia (8); Ciências Farmacêuticas (5); Psicologia, Serviço Social e Sociologia (14); Ciências Médicas e da Saúde e do Movimento Humano (16); Ciências Jurídicas (2); Ciências da Computação (2); Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde Coletiva; Odontologia, Saúde da Mulher (15); Enfermagem (15); Endocrinologia, Epidemiologia, Pneumologia (19); Educação Ambiental, Administração, Estatística, Linguística e Letras, Engenharia de Minas, Cirurgia Geral, entre outros (49).

No Quadro 01, apresenta-se à personalidade jurídica das instituições de vínculo dos solicitantes, por área temática.

Temática	Pública	%	Privada	%	OSCIPIs	%	Total
Atenção em Saúde	70	65%	43	48%	2	100%	115
Vigilância em Saúde	30	28%	22	25%	0	0%	52
Educação e Gestão em Saúde	7	7%	24	27%	0	0%	31
Total	107	100%	89	100%	2	100%	198
	54%		45%		1%		

Quadro 01: Personalidade Jurídica das Instituições de vínculo dos solicitantes

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Percebe-se que 54% do total dos solicitantes são oriundos de instituições públicas e, a maioria deles voltados para pesquisas nas áreas de Atenção em Saúde (65%) seguida de Vigilância em Saúde (28%). Do total da demanda, 45% dos solicitantes, possuem vínculo com instituições privadas, sendo que 48% receberam recursos para desenvolver pesquisas na área de Atenção em Saúde, seguido de 27% em Educação e Gestão em Saúde e 25% na temática de Vigilância em Saúde.

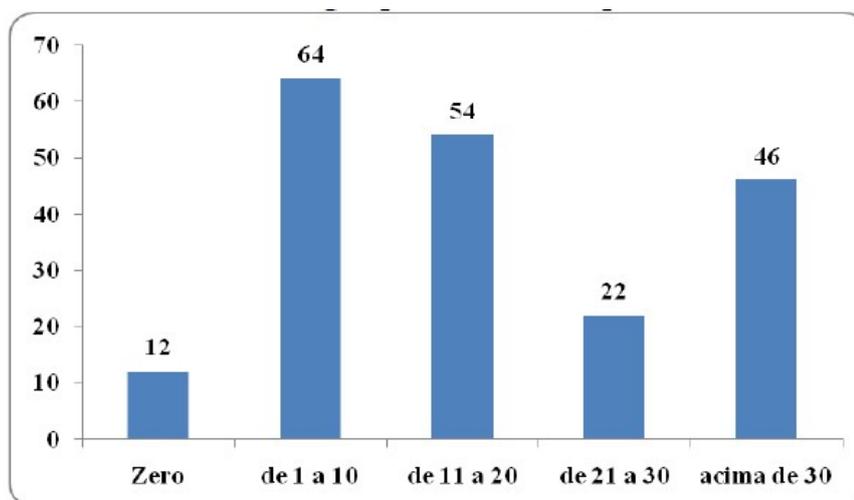
Um dado interessante que pode ser observado refere-se ao número de solicitantes na temática de Educação e Gestão em Saúde de instituições privadas. Atribui-se este fato a possibilidade destes solicitantes terem suas pesquisas voltadas as situações mais cotidianas.

Dos 198 solicitantes, 56 são bolsistas de produtividade CNPq. Destes, 33 encontram-se distribuídos no nível 1 e 23 no nível 2. Os demais solicitantes (142) não possuem bolsa de produtividade CNPq.

Da demanda de 115 solicitantes da área de Atenção em Saúde, 81 não possuía pós-doutorado e 34 obtinha esta qualificação. Na temática de Vigilância em Saúde, dos 52 solicitantes, 12 deles possuíam pós-doutorado. Em Educação e Gestão em Saúde dos 31 concorrentes, somente 8 deles possuíam pós-doutorado à época da submissão da proposta à Chamada do PPSUS/RS.

Na Figura 03 verifica-se o número de artigos publicados em periódicos científicos relativos aos cinco últimos anos antes do período de submissão de propostas à Chamada Pública do PPSUS/RS de 2013.

Figura 03: Número de artigos publicados em periódicos científicos



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se que, dos 198 pesquisadores que apresentaram propostas, 46 deles têm acima de 30 artigos publicados, 64 ficam entre a média de 1 a 10 publicações, 54 entre 11 a 20 publicações e 22 dos solicitantes entre 21 a 30 publicações. Porém, nenhuma publicação foi observada em 12 currículos analisados. Este fato pode ser atribuído por ter pesquisadores com titulação de mestre e outros por terem concluído o doutorado recentemente ou estar em andamento. Dos pesquisadores que publicaram acima de 30 artigos, um dado que chamou a atenção, foi a maior concentração de publicações na temática de Atenção em Saúde.

No quesito de formação de recursos humanos este grupo de 198 pesquisadores que solicitaram recursos à FAPERGS por meio do PPSUS/RS contribuiu na formação de 788 alunos em nível de mestrado e 276 em nível de doutorado, em áreas voltadas para a saúde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com o resultado deste estudo que a caracterização do perfil deste grupo de pesquisadores na sua maioria são do sexo feminino, doutores, possuem formação nas áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, atuam em instituições públicas, publicaram até 10 artigos em periódicos científicos e inserem-se na linha temática Atenção em Saúde. Pode-se observar também que, em torno de 28% do total são bolsistas de produtividade do CNPq e com pós-doutorado.

Ainda, este grupo pesquisado, contribuiu com elevado número na formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado na área da saúde. Também, em razão da Chamada Pública contemplar a linha temática de Educação e Gestão em Saúde, possibilitou a participação de pesquisadores de áreas como Administração, Direito, Estatística, Engenharias, Linguística e outras.

Por fim, este estudo faz parte de uma pesquisa mais abrangente e será objeto de formulações de políticas públicas que poderão ser adotadas nas próximas edições do PPSUS/RS como por exemplo: incentivos para formação de recursos humanos, publicações de artigos, participação de outras áreas do conhecimento e continuidade no apoio a pesquisadores com titulação de mestre.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

REFERÊNCIAS

BORGES, Mario Neto. **As Fundações de Amparo à Pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13876/15694>. Acesso em: 06 out. 2013.

BRASIL.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988, Art. 196, 204-207.

_____. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acesso em: 17 nov. 2015.

FAPERGS, Portal. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.fapergs.rs.gov.br>. Acesso em: 07 abril de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed: São Paulo: 2010, Atlas.

VANTI, N. Os links e os estudos webométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p.78-88, jan./abr. 2005.

3.3 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS - PPSUS/RS NO PERFIL ACADÊMICO DOS PESQUISADORES

Aprovado no 6º EBBC, em abril/2018

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS - PPSUS/RS NO PERFIL ACADÊMICO DOS PESQUISADORES

Eixo temático: Políticas e Avaliação de C&T

Modalidade: Comunicação oral

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a importância das atividades de pesquisas científicas e tecnológicas se deve muito ao ambiente acadêmico. Para que os governos apoiem essas atividades são necessários que os benefícios se estendam para além das próprias pessoas ou instituições que realizaram essas pesquisas. É notória a necessidade de incentivos a estas atividades e compete aos formuladores de políticas públicas (PP) determinarem sua magnitude e operacionalização. Para uma melhor eficiência, se faz necessário avaliar os resultados dessas PP, que trazem informações de grande utilidade, porém muitas vezes pouco utilizadas. Segundo Pietroski (2017), a ausência de uma tradição de monitoramento e avaliação das PP é um dos mais graves problemas enfrentados pelo Estado. A gestão pública muitas vezes não conta com evidências científicas, não envolve a sociedade civil e não mede os resultados daquilo que faz, promovendo o desperdício de recursos e a ineficiência.

Conforme Faria (2005) podem se valer das descobertas da avaliação, além dos diretamente envolvidos nos programas, outros agentes da sociedade, como o governo e fundações, interessados em conhecer os projetos de sucesso para futuros financiamentos ou para o aprimoramento dos programas pelos quais são responsáveis.

Como os investimentos em pesquisa são necessários para o crescimento do país e os recursos públicos destinados à pesquisa estão cada vez mais disputados, a avaliação de programas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) permite às agências de fomento verificar, por meio de estudos de cientometria ou bibliometria, quais indicadores científicos utilizar para tomarem decisões quanto às áreas de pesquisa com necessidade imediata de maiores apoios, para planejarem diferentes formas de apoiar, bem como gerenciarem com mais propriedade os recursos escassos de fomento. Esses indicadores vão desde o perfil para quem estão sendo destinados os recursos até os resultados obtidos com a pesquisa.

Diante deste contexto, este estudo tem por objetivo avaliar o perfil acadêmico dos pesquisadores que tiveram projetos aprovados na Chamada Pública do PPSUS/RS, edição de 2013/2015. Eles foram avaliados no quinquênio anterior e posterior ao lançamento da Chamada, especificamente para identificar as possíveis contribuições do Programa. A relevância desta pesquisa se dá pelo fato de subsidiar PP relacionadas ao fomento em CT&I.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (PP)

Considerando que o Governo Federal destina recursos financeiros para o incremento de programas que propiciem benefícios às diversas áreas sociais, é indispensável o planejamento, controle de execução e avaliação destes programas. A avaliação, de acordo com Ala-Harja e Helgason (2000), proporciona melhoria no processo de tomada de decisão, desde a garantia de melhores informações até a prestação de contas sobre as políticas públicas. Conforme Furtado (2005) na avaliação de impactos são medidas a intensidade e a importância das transformações ocorridas ou potenciais entre um amplo número de envolvidos e visam essencialmente indicar se o programa ou projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio.

2.1 PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS/(PPSUS) E A FAPERGS

O Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) é uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS) com a finalidade de promover ações de pesquisas em saúde de forma descentralizada, deixando a cargo dos estados, por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), juntamente com as Secretarias Estaduais da Saúde (SES) a tarefa de identificar as demandas da região e gerenciar os recursos fornecidos. Tem por objetivos: financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira; auxiliar por meio das pesquisas o aprimoramento do SUS; e promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde em todos os estados da federação (BRASIL, 2007). No Rio Grande do Sul, a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERGS foi criada em 1964 e tem a responsabilidade pela operacionalização do PPSUS: lançamento do edital, acompanhamento da execução das pesquisas e avaliações periódicas (FAPERGS, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado foi o bibliométrico que, de acordo com Araújo (2006), é uma técnica quantitativa e estatística para medir a produção de conhecimento em certa área analisada.

Borgman e Furner (2002), por sua vez, comentam que são usados métodos bibliométricos para explicar e interpretar o comportamento de determinada área de conhecimento com o intuito de observar eventos, objetos, agentes, produtos e contextos, que podem ser contados, medidos e quantificados. Também são usados para descrever o número de publicações, autores, tipos de trabalho, vínculos institucionais dos pesquisadores e outras informações relevantes publicadas a respeito de uma área de conhecimento durante um período de tempo específico.

A amostra pesquisada foi de 91 pesquisadores aprovados na edição 2013/2015 do PPSUS/RS. Foi utilizado como base de dados o CV Lattes - Plataforma Lattes do CNPq e foram consideradas informações do quinquênio anterior e posterior ao lançamento da Chamada Pública PPSUS/RS n. 02/2013. As variáveis utilizadas seguem as do estudo de Guidini, Calabró e Souza (2016) com a inclusão de uma nova variável - *número de orientações concluídas*. As questões utilizadas na análise foram tratadas com o uso do programa *Microsoft Office*, por meio de planilhas de Excel. Na análise de conteúdo foi usada a identificação dos pesquisadores aprovados, as áreas de pesquisa envolvidas, o volume de recursos aportados na forma de análise descritiva.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O total de recursos aportados nesta Chamada foi de R\$ 7,43 milhões, dos quais R\$ 4,5 foram oriundos MS/Decit/SCTIE/CNPq e R\$ 2,93 milhões da FAPERGS provenientes do Tesouro do Estado. Obteve-se uma demanda global de 198 propostas enquadradas e, destas, 91 aprovadas (FAPERGS, 2017). Na Figura 01 apresenta-se a demanda global versus o número de pesquisadores aprovados por temática e gênero. Desta demanda de 198 pesquisadores, 141 são do gênero feminino (26 com titulação de mestre e 115 de doutor) e 57 do gênero masculino (6 mestres e 51 doutores).

Conforme Barata (2018), as conquistas alcançadas pelas mulheres na ciência são atribuídas ao aumento da sua escolaridade no século XX, comenta que as mulheres já têm hoje, em média, maior escolaridade do que os homens, sinalizando uma maior disponibilidade de mulheres participando de atividades científicas.

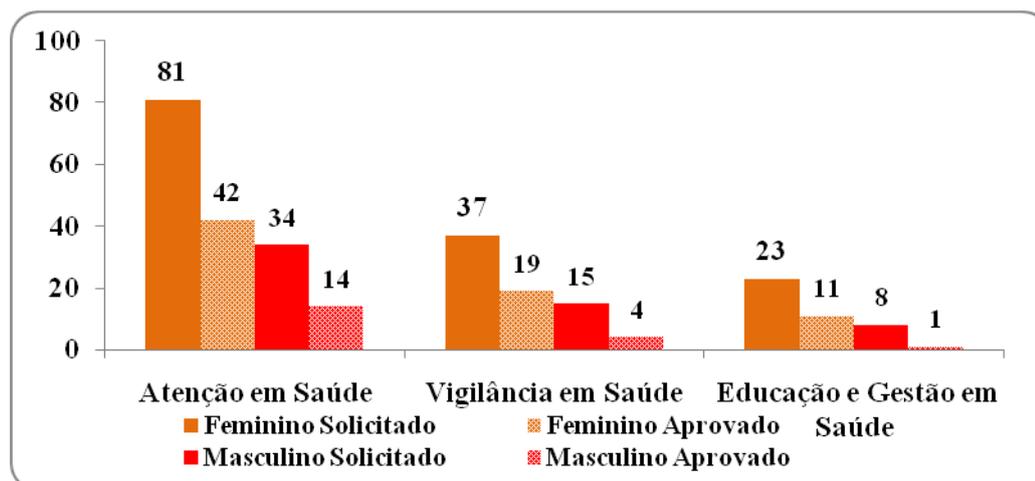


Figura 01: Demanda global *versus* aprovados por Temática *versus* Sexo
 Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Dos 91 pesquisadores aprovados 72 são do sexo feminino (13 mestres e 59 doutoras) e 19 do gênero masculino (2 mestres e 17 doutores). Temáticas aprovadas: *Atenção em Saúde* (56), *Vigilância em Saúde* (23) e *Educação e Gestão em Saúde* (12).

Dos dados coletados pela pesquisa viu-se que 6 pesquisadores que possuíam titulação de mestre (quando da submissão da proposta) se titularam doutores, entre 2013 a 2017 (durante e pós PPSUS/RS), sendo 5 na temática de *Atenção em Saúde* e 1 na *Vigilância em Saúde*. Quanto ao vínculo dos pesquisadores aprovados na edição 2013/2015 - PPSUS/RS, 62% são oriundos de instituições públicas e 38% de instituições privadas. Em ambas as instituições, a maioria dos pesquisadores é das áreas de *Atenção em Saúde* seguida de *Vigilância em Saúde*, porém em *Educação e Gestão em Saúde* prevalece a iniciativa privada.

A Figura 02 mostra o número de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq, quando da submissão da proposta e pós finalização do Programa (2017). Observa-se na Figura 02, que a maioria dos contemplados não são bolsistas de produtividade. Dos 60 pesquisadores aprovados que não eram bolsistas de produtividade, 5 passaram a ser bolsistas de nível 2 e 2 pesquisadores que eram nível 1B e nível 2 deixaram de ser bolsistas no período analisado, finalizando com 57 pesquisadores não bolsistas de produtividade do CNPq. O nível 1A iniciou com 1 pesquisador e após a finalização do Programa com 2 pesquisadores – 1A, sendo que o 1C passou para o nível 1A neste período. O nível 1D permaneceu estável.

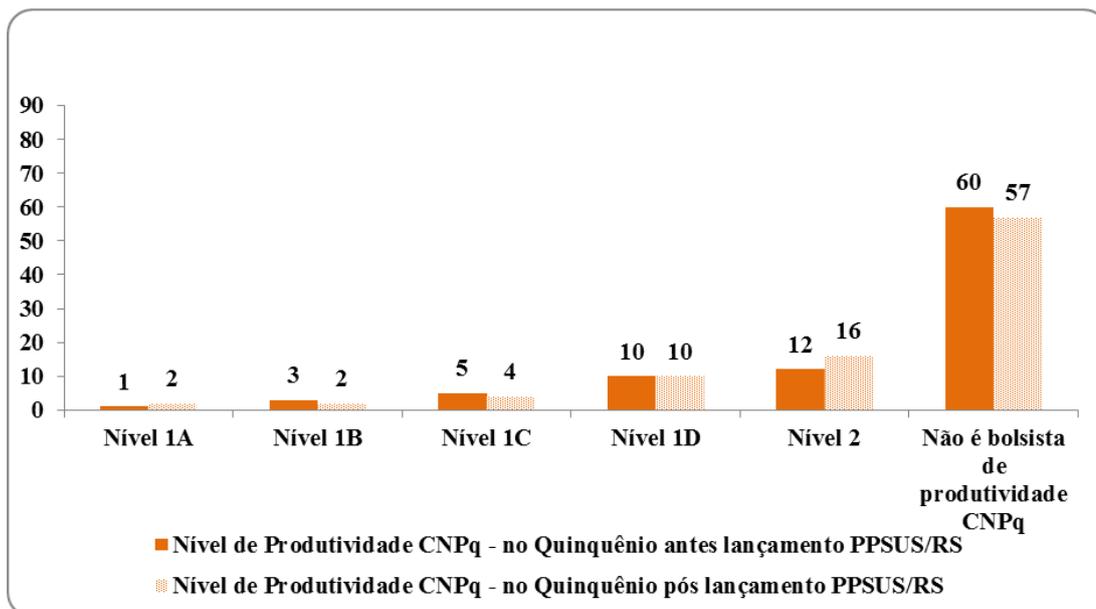


Figura 02: Pesquisadores aprovados *versus* Bolsista de Produtividade CNPq

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Um fator importante na avaliação de programas de CT&I é a produção científica do pesquisador. Na Figura 03 verifica-se um comparativo do número de pesquisadores com artigos completos publicados em periódicos científicos.

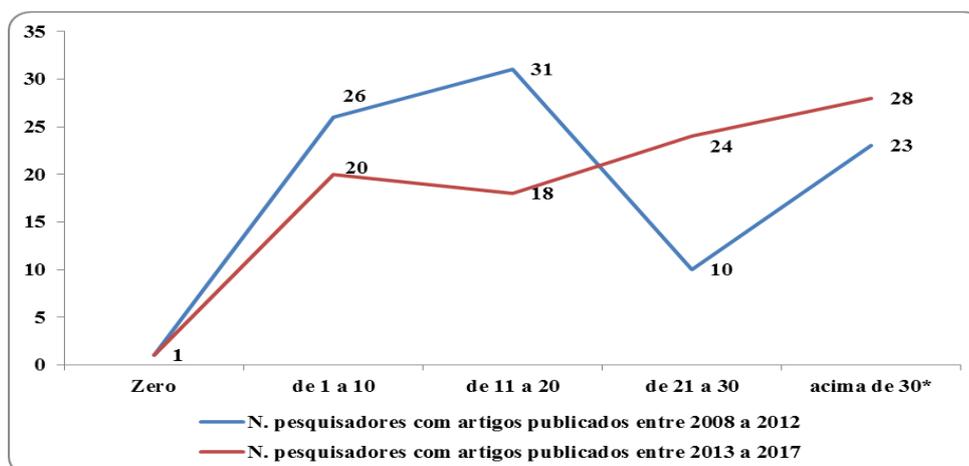


Figura 03: Número de pesquisadores com artigos completos publicados em periódicos

Fonte: Dados da pesquisa (2017). *Máximo de 151 artigos publicados.

A Figura 03 mostra que houve um deslocamento de pesquisadores que publicavam menos artigos (1-10 e 11-20) no quinquênio de lançamento do PPSUS/RS, para pesquisadores que publicavam mais artigos (21-30 e acima de 30) no quinquênio pós PPSUS/RS. É possível inferir que esta edição do PPSUS/RS tenha possibilitado este aumento. Salienta-se que dos pesquisadores que publicaram acima de 30 artigos, a maior concentração se deu na temática de *Atenção em Saúde*, com destaque para 4 pesquisadores que publicaram mais de 100 artigos

completos em periódicos, sendo que um deles atingiu o máximo de 151 publicações realizadas no período pós lançamento da Chamada.

No quesito de formação de recursos humanos, este grupo de 91 pesquisadores formou um total de 672 alunos (449 mestres e 223 doutores), em áreas voltadas para a saúde no quinquênio 2013 a 2017. No quinquênio anterior (2008 a 2012), este mesmo grupo formou 561 alunos (399 mestres e 162 doutores). O PPSUS/RS possivelmente teve participação nestes quase 20% de aumento na formação de mestres e doutores e de pesquisadores orientadores, conforme Figura 04.

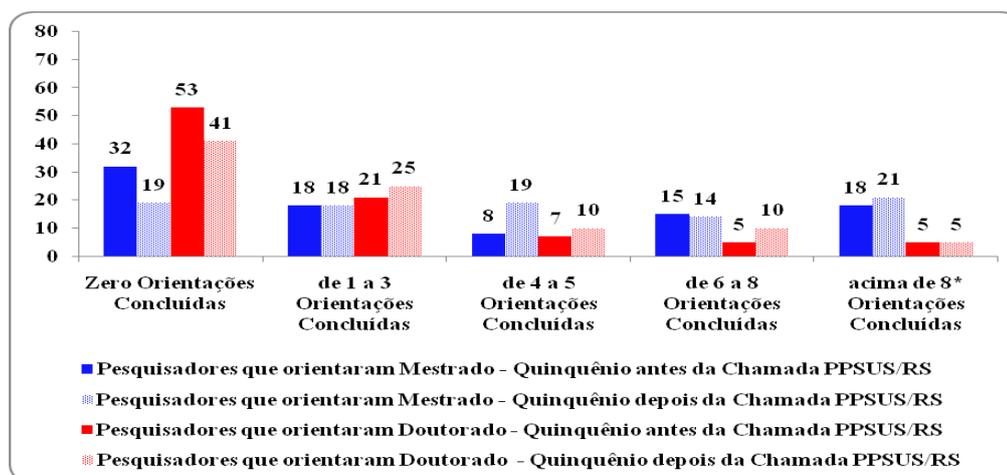


Figura 04: Número de pesquisadores que orientaram mestrado e doutorado

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As orientações de doutorado aumentaram em todas as escalas, exceto na acima de 8 orientações que se manteve no mesmo patamar. Por outro lado, diminuiu o número de pesquisadores que não orientaram nenhum aluno tanto de doutorado (de 53 para 41) como de mestrado (de 32 para 19). Logo, as orientações de mestrado cresceram em quase todas as escalas, conforme Figura 04.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicaram a predominância do sexo feminino. Também, este estudo permitiu inferir que o perfil acadêmico dos pesquisadores analisados obteve um considerável aprimoramento, baseado em todas as variáveis pesquisadas no PPSUS/RS. Durante a vigência e após o encerramento do Programa, o número de pesquisadores com publicações entre 21 a 30 artigos teve um aumento de 140% e nas publicações acima de 30 artigos um crescimento de 21,8% em relação ao quinquênio anterior. Adicionalmente, 6 pesquisadores se titularam doutores na área da saúde, bem como 5 pesquisadores passaram a

ser bolsistas de produtividade CNPq nível 2 e 1 pesquisador elevou o seu nível de 1C para 1A. Outra inferência refere-se ao Programa ter contribuído positivamente para o aumento em quase 20% na formação de mestres e doutores quando comparado com o quinquênio 2008-2012. Pode-se dizer, portanto, que a elevação no número de orientações foi significativa para o aumento na formação de mestres e doutores no período analisado.

Conclui-se que o PPSUS/RS possivelmente tenha contribuído para o aprimoramento do perfil acadêmico dos pesquisadores analisados, havendo indícios positivos e com isso recomenda-se que deva ser cada vez mais consolidado dentro das políticas públicas do Estado do RS.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ARAÚJO, Carlos A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **EmQuestão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- BARATA, R. C. B. **Mulher e Ciência**. 09/03/2018. Disponível em: <http://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8790-diretoras-da-capes-falam-sobre-presenca-feminina-na-ciencia-e-seus-desafios>. Acesso em: 12/03/2018.
- BORGMAN, Christine L.; FURNER, Jonathan. Scholarly communication and bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, n. 1, p. 2-72, 2002. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.1440360102/abstract> >. Acesso em: 25 set. 2017.
- BRASIL. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acesso em: 17 out. 2017.
- FAPERGS, Portal. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.fapergs.rs.gov.br/upload/20130506161543chamada_02_2013_ppsus.pdf. Acesso em: 07 set. 2017.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
- FURTADO, André Tosi. **Avaliação de Resultados e Impactos do PROSAB**. Relatório Final. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, maio de 2005.
- GUIDINI, M. B.; CALABRÓ, L.; SOUZA, D. O. G.. Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. P. A104.
- PIETROSKI Iradir. Para Avaliar as Políticas Públicas. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 23, 21 dez. 2017.

3.4 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA DE PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE NO RS – EDIÇÃO 2013/2015

O objetivo desta seção foi o de apresentar os resultados alcançados por meio do Programa PPSUS/RS, referente a edição 2013/2015. Para isso, realizou-se um estudo indutivo, de natureza aplicada, com objetivo exploratório. Para avaliar os resultados utilizou-se o modelo proposto por Rodrigues *et al* (2010) e a coleta dos dados foi realizada por meio documental e formulário padrão (modelo MS), respondido pelos contemplados na edição, e os resultados geraram um relatório técnico.

3.4.1 Caracterização do PPSUS no RS

O Programa Pesquisa para o SUS – Gestão Compartilhada no âmbito do Rio Grande do Sul edição 2013/2015, obteve uma demanda de 198 propostas cadastradas no sistema informatizado de pesquisa para o SUS, sendo que 168 foram enquadradas. Estas propostas foram julgadas por consultores *ad hoc* para avaliação técnica, por meio do Sistema DATASUS.

Após a avaliação pelos consultores *ad hoc* a Comissão de Especialistas analisou os 168 projetos enquadrados, conforme previsto no item 4.3 da Chamada. Das 198 propostas submetidas e 168 enquadradas, foram aprovadas 91, sendo 14 na íntegra e 77 propostas com cortes orçamentários, perfazendo um total de R\$ 7.41 milhões de reais. Do total, foram destinados R\$ 4,82 milhões para despesas de Custeio e R\$ 2,58 milhões para despesas de Capital.

Apresenta-se os resultados alcançados nos projetos apoiados com a implantação do Programa no estado do RS. Estes resultados foram obtidos com base no Formulário de Acompanhamento e Avaliação Final (A&A) (ANEXO 3) disponibilizado pelo Ministério da Saúde e preenchido pelos coordenadores dos projetos aprovados.

A Chamada Pública n. 02/2013 apoiou as seguintes áreas temáticas: Atenção em Saúde, Vigilância em Saúde e Gestão e Educação em Saúde. Na Figura 01 observa-se o total dos projetos aprovados, distribuídos em cada um destes temas.

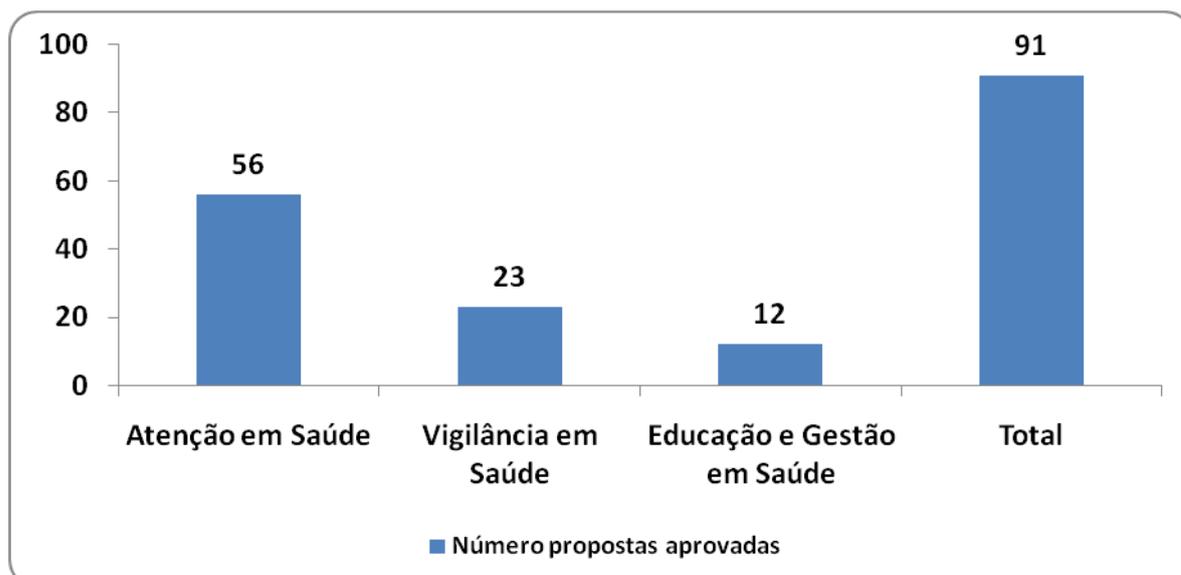


Figura 1 – Número de propostas aprovadas por área temática
 Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Percebe-se na Figura 1 que o tema com a maioria dos projetos aprovados foi o que diz respeito à atenção em saúde, tendo 56 propostas, seguido pelo tema vigilância em saúde, com 23 das propostas contempladas, e por fim com 12 de participação, o tema educação e gestão em saúde. Em cada tema macro o Edital definiu linhas temáticas como apresentado na Chamada (ANEXO 1).

Dos 91 projetos aprovados, apresenta-se na Figura 2 a classificação da natureza destas pesquisas.

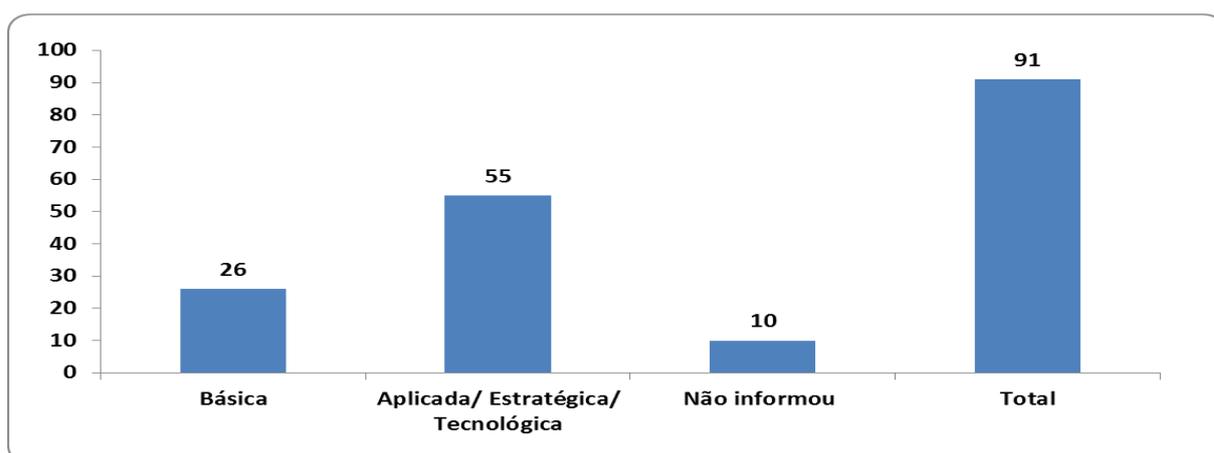


Figura 2 – Natureza da pesquisa
 Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Visualiza-se na Figura 2 a natureza da pesquisa dos projetos contemplados no Programa. Observa-se que 55 dos pesquisadores contemplados no Programa

tiveram projeto de natureza aplicada/estratégica/tecnológica; 26 foram de natureza básica e 10 não informaram nos formulários.

Outra questão respondida pelos coordenadores dos projetos apoiados pelo edital foi sobre o tipo de pesquisa evidenciada pelos seus projetos PPSUS. Na Figura 3 observa-se a distribuição entre os 91 projetos contemplados.

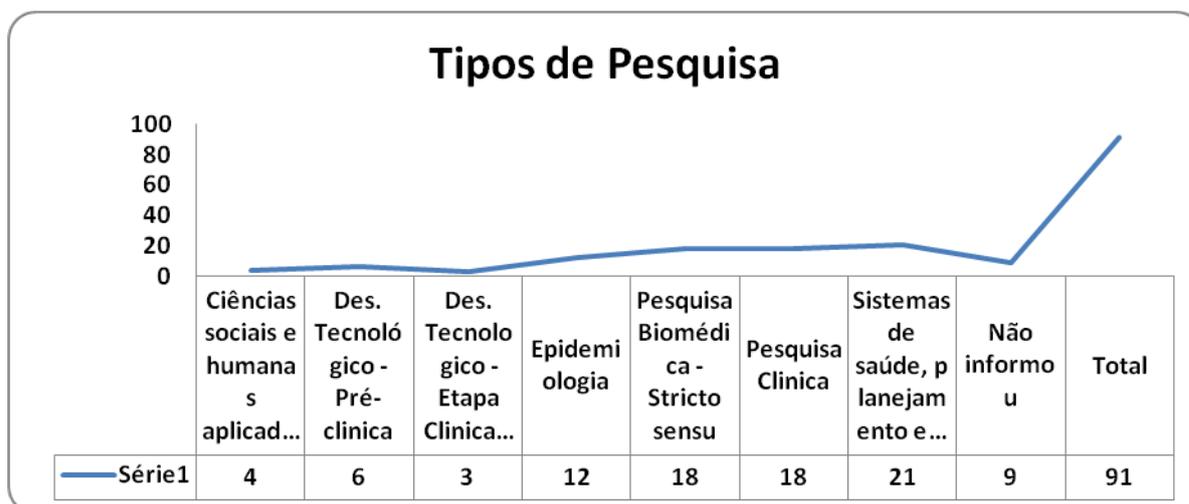


Figura 3 – Tipo de Pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Figura 3 visualiza-se os muitos tipos de pesquisa apoiadas por este Programa. A maioria das respostas foi para sistemas de saúde, planejamento e gestão de políticas, programas e serviços de saúde com 21 pesquisas; seguida da pesquisa biomédica (*stricto sensu*) e clínica totalizando 18 propostas para cada tipo; epidemiologia com 12 propostas apoiadas e desenvolvimento tecnológico – pré-clínica e clínica Fase I com 6 e 3 propostas, respectivamente; as ciências sociais e humanas aplicadas em saúde tiveram 4. Não informaram a esta questão 9 dos pesquisadores contemplados.

Outra questão do formulário que foi verificada é sobre a perspectiva de prazo para aplicação dos resultados das pesquisas no SUS. Na Figura 4 pode-se observar o que os coordenadores responderam sobre esta perspectiva de aplicação dos resultados ao SUS.

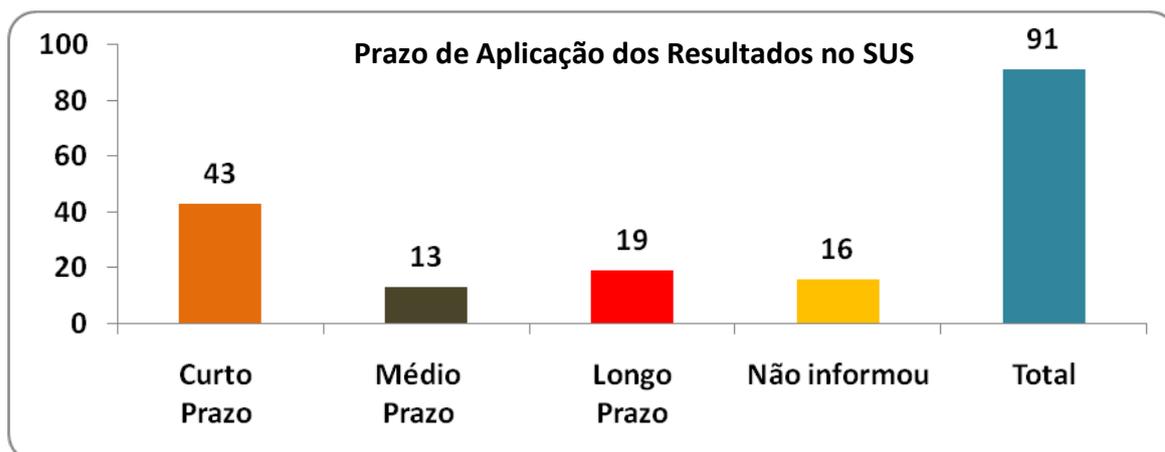


Figura 4 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao prazo de aplicação (nos três grandes temas)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Figura 4 observa-se que o curto prazo (CP) é o item mais mencionado com 43 projetos tendo a possibilidade de aplicabilidade imediata (CP) dos seus resultados no SUS. Para 19 coordenadores dos projetos, os resultados de suas pesquisas apontam que têm aplicabilidade no longo prazo, para 13 no médio prazo e 16 dos coordenadores não responderam quanto à aplicabilidade do seu projeto.

Desta forma, pode-se inferir que a maioria dos resultados é passível de terem aplicabilidade imediata. No entanto, para que isso aconteça há a necessidade de que haja um articulador entre o pesquisador e o agente de saúde, de forma que tais resultados possam vir a ser incorporados no SUS, concretizando a finalidade da Chamada FAPERGS nº 02/2013.

Também foi observado, quanto ao nível de aplicação destes resultados, se em esfera Municipal, Estadual ou Federal ou em todas. Na Figura 5 visualiza-se esta perspectiva.

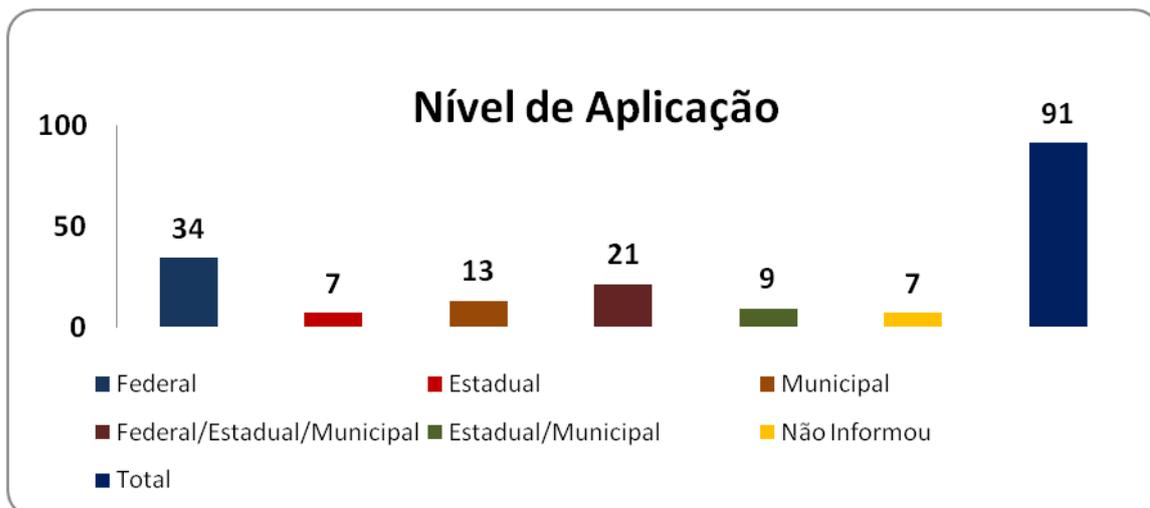


Figura 5 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao nível de aplicação (nos três grandes temas)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A quantidade total dos níveis de aplicação dos projetos contemplados é explicitada na Figura 5, onde 34 dos respondentes entendem que suas pesquisas terão sua aplicabilidade na esfera federal, 21 projetos na esfera federal/estadual/municipal, 13 projetos na esfera municipal, 09 projetos na esfera estadual/municipal, 07 projetos na esfera estadual e 07 dos questionados não informaram sobre esta questão.

Na perspectiva de aplicação dos resultados alcançados por meio das pesquisas apoiadas no Programa, na Figura 6 pode-se observar quanto ao âmbito de atendimento, isto é, se na atenção básica, secundária ou terciária.

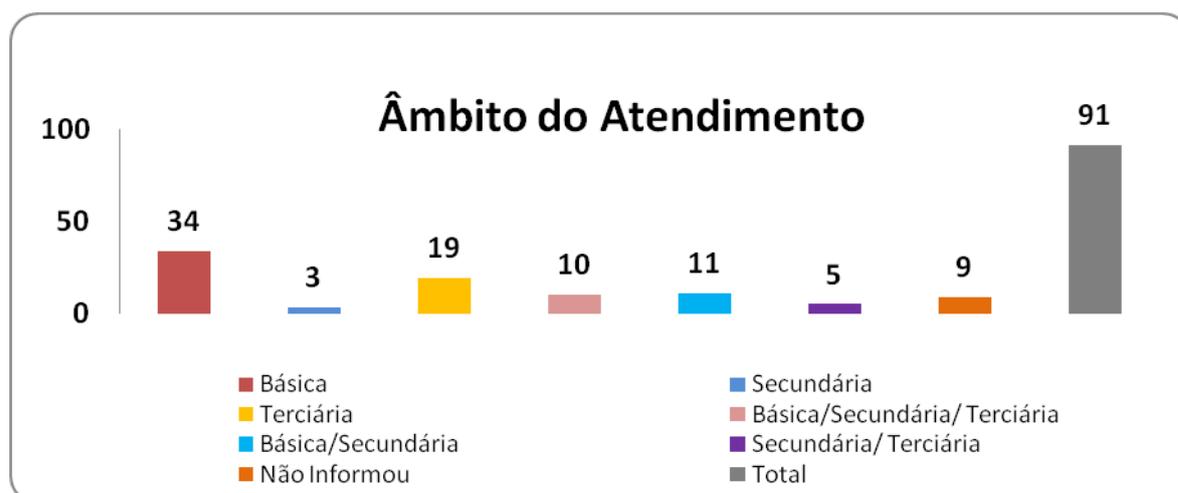


Figura 6 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS quanto ao âmbito do atendimento (nos três grandes temas)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Figura 6 mostra o que os coordenadores entendem que suas pesquisas terão de aplicabilidade quanto ao âmbito do atendimento do seguinte modo: a maioria respondeu que os resultados de suas pesquisas poderão ter aplicabilidade na atenção básica, com 34 projetos; na atenção terciária com a possível aplicação de 19 projetos; com 11 projetos tanto para a atenção básica como para a secundária; com 10 projetos nos três âmbitos, ou seja, atenção básica/secundária/terciária; no âmbito da atenção tanto secundária como terciária, 5 projetos e por fim 03 projetos com possível aplicação na atenção secundária, e 09 pesquisadores não informaram quanto a este quesito.

3.4.2 Avaliação dos Resultados do PPSUS/RS

No que tange a resultados alcançados nos projetos apoiados pela Chamada FAPERGS nº 02/2013- PPSUS referente a produção científica, formação de recursos humanos, patentes e outros, apresenta-se a seguir:

3.4.2.1 Produção científica

Os resultados de produções científicas alcançados pelos 91 projetos aprovados resultaram em 494 publicações, entre artigos, seminários, simpósios, congressos, palestras, revistas, resumos em anais, pôsteres e conferências, tanto em âmbito nacional como internacional. Foram submetidos 41 artigos em revistas e congressos nacionais e internacionais quando da finalização das pesquisas. Além disso, houve publicação de 6 livros e 26 capítulos de livros. A divulgação dos resultados também se deu por meio de organização de eventos, reuniões, cursos e encontros. Tiveram 6 trabalhos premiados e foram produzidos 23 documentários e 2 produtos criados, tendo 2 patentes sido depositadas.

3.4.2.2 Formação de recursos humanos

Os diferentes projetos possibilitaram a formação de 88 alunos, sendo 32 em nível de doutorado, 29 de mestrado, 21 em nível de graduação, 4 de especialização e 2 de pós-doutorado, conforme Figura 7.

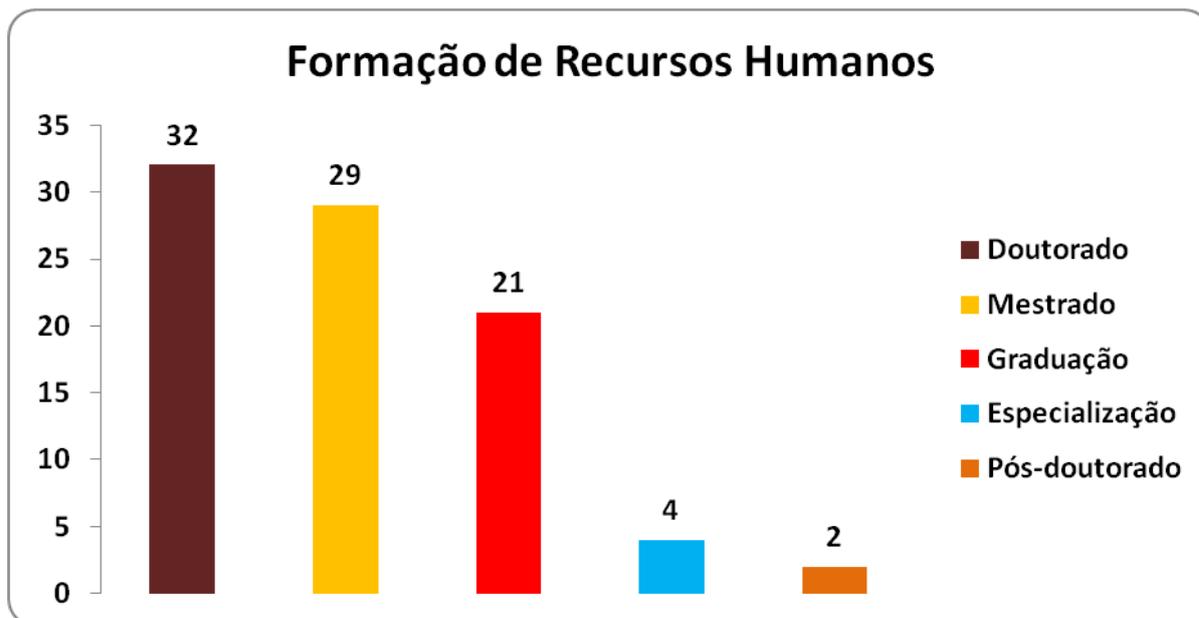


Figura 7 - Formação de recursos humanos

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Ainda, os projetos possibilitaram 149 participações em salões de iniciação científica. Permitiram também a qualificação de recursos humanos através de formação de equipes, criação de grupos de pesquisa, tornando-se um impacto percebido em longo prazo.

Além da quantificação dos resultados da Figura 7, foram destacados pontos importantes dos Formulários de Avaliação e Acompanhamento Final respondido pelos coordenadores, especificamente sobre as contribuições que a pesquisa trouxe, pois, sendo uma questão aberta, possibilitou o levantamento de resultados. Citam-se alguns:

- a) Construção e divulgação de uma proposta de Educação em Saúde para pessoas com dor lombar crônica inespecífica no âmbito do serviço de atenção básica (EFP_00007642).
- b) Análise de como o processo de regionalização da saúde vem se consolidando na Região Metropolitana e no Estado; um documentário produzido (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=999orwf1Ct4>) que aponta para o longo tempo de espera das pessoas para acessar os serviços de média e alta complexidade na Capital (EFP_00008001).

- c) Desenvolvimento de modelo ovino para tratamento do enfisema pulmonar (EFP_00007949).
- d) Um *software* PACS de comunicação e visualização de imagens e dados foi customizado para a coleta de dados de índices de dose (CTDI e DLP) e análises das imagens para a quantificação dos parâmetros para os hospitais parceiros para viabilizar um programa de controle da qualidade e da dose de imagens de tomografia computadorizada que possa ser utilizado pelos sistemas de vigilância em saúde em nível regional e nacional de forma remota (EFP_00007447).
- e) Implementação de um sistema de emissão de laudos para o e-mail do médico solicitante e os órgãos responsáveis pelo tratamento do paciente. (EFP_00007665).
- f) Descoberta inédita do papel de BDNF como marcador de doença ativa e fator prognóstico em leucemias pediátricas poderão trazer benefícios clínicos concretos aos pacientes no futuro (EFP_00007814).
- g) Conhecimento do perfil epidemiológico e da situação da atenção às condições crônicas nestes municípios revelou fragilidades e também potencialidades do SUS, principalmente no que se refere à efetividade de redes regionalizadas e da Atenção Básica, que são dois eixos estratégicos do Ministério da Saúde para operacionalização do SUS. Além disso, um projeto de extensão, com atividades junto a dois municípios da região (estudo piloto), visando qualificar a rede de atenção à saúde das pessoas com estas condições (EFP_00007704).
- h) Avaliação do uso de amostras de sangue fixadas em papel filtro utilizando técnicas moleculares para a detecção dos vírus das hepatites B e C, como alternativa à coleta de plasma convencional.
- i) Consolidação de um programa de *Follow Up* multiprofissional, em ambulatório de seguimento de prematuros de alto risco egressos de unidade de terapia intensiva neonatal, vinculado à um hospital de abrangência regional; (EFP_00007692).
- j) O primeiro ensaio clínico randomizado avaliando o impacto da Entrevista Motivacional na prevenção de agravos em saúde bucal na

América Latina, com impacto da redução de cárie da infância em crianças de 1 ano de idade cujas famílias são de baixa renda e escolaridade. Em médio prazo, os resultados poderão embasar as políticas de atenção à Saúde bucal infantil para o SUS (EFP_00007770).

- k) Um extrato seco de *P. major* (tanchagem) padronizado, com comprovada ação farmacológica, no que se refere a ação anti-inflamatória e segurança toxicológica garantida (EFP_00007777).
- l) Informações sobre a mortalidade materna em um município de médio porte do Sul Brasil à comunidade acadêmica e profissionais de saúde envolvidos com saúde pública; contribuir para melhoria de políticas e programas de saúde voltados à mulher no município de Caxias do Sul; Criação do Comitê Municipal de Prevenção do Óbito Materno de Caxias do Sul (EFP_00007691).
- m) Contribuiu para uma melhor compreensão de parâmetros cerebrais envolvidos na Doença de Parkinson; Sensibilização de setores de escolas públicas de POA para a relevância de estratégias preventivas (hábitos de vida) frente a doenças crônicas neurodegenerativas (EFP_00008097).
- n) Criação de Cartilhas educativas sobre o SUS a ser utilizada nas campanhas educativas; Cartazes sobre o SUS a serem dispostos nas salas de espera dos serviços de saúde; Criação do Curso de Extensão (100h/aula) sobre “Gestão e educação permanente em saúde”; Criação do Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil, com o propósito de organizar a rede de atenção e qualificar a assistência materno infantil; Criação da Incubadora de Aprendizagem como ferramenta para a Educação Permanente em Saúde, no trabalho; Criação da “Banheira Portátil” como ferramenta tecnológica de banho de leito, de baixo custo; Aprovação do Edital/Chamada: Produtividade em Pesquisa - PQ – 2014; Conquista de posição de pesquisa, da proponente, no Ranking dos Pesquisadores do Brasil, *Ranking Web Universities* (EFP_00007304).

- o) Entendimento do comportamento dos genes de reparo do DNA nesse tipo de câncer. Também identificou possíveis marcadores de agressividade tumoral que são candidatos futuros a nortear a terapia e acompanhamento dos pacientes com câncer de tireóide (EFP_00007705).
- p) Prêmio melhor trabalho da categoria Saúde no FINOVA/UFRGS 2014 (Feira de Inovação/UFRGS); Prêmio FAPERGS Pesquisador Gaúcho 2015, na categoria Jovem Inovador (EFP_00007804).
- q) Um protótipo de rTES-ELISA que ainda necessita de otimização; Uma patente depositada no INPI (BR10201502605); Parceria com um grupo nacional (Instituto de Medicina Tropical/IMT-USP) e outro internacional de pesquisa (Instituto Nacional de Enfermidades Infecciosas /INEI-Argentina) (EFP_00008115).
- r) Criação de uma ferramenta que expressa a LINHA DE CUIDADO em uso na gestão do Hospital Criança Conceição e Hospital Nossa Senhora da Conceição, com aplicabilidade em projetos que necessitem mapeamento no SUS podendo ser replicado em outras instituições (EFP_00007759).
- s) Contribuição para a geração e disseminação de conhecimentos sobre o tratamento das Glicogenoses hepáticas no âmbito do SUS. (EFP_00007123).
- t) Criação de estratégias de apoio aos pacientes em uso de varfarina, por exemplo, subsidiar a criação de um ambulatório de anticoagulados ligado à rede básica de saúde no município de Ijuí e em outras localidades (EFP_00007812).
- u) O desenvolvimento pleno da tecnologia de expansão de células NK para uso clínico no tratamento da Leucemia Mieloide Aguda (EFP_00007703).
- v) Uma técnica nova foi desenvolvida e avaliada. Um ensaio *in house* *TaqMan*-IS6110 para a detecção do DNA do complexo *Mycobacterium tuberculosis* foi padronizado. O método foi estabelecido para amplificar uma região do elemento de inserção IS6110 do Complexo *M. tuberculosis*. A cultura de *M. tuberculosis* não é um exame feito de

rotina no atendimento, esse grupo implantou a metodologia na Universidade Luterana do Brasil e através do acordo com o Serviço Municipal realizou a cultura de todas as amostras que chegaram até o laboratório. Um dos produtos já está em fase III de testes. Se houver interesse de uma empresa poderá ser disponibilizado em 1 ano. O outro, em 2 anos se houver interesse de investimentos para finalizar (EFP_00007737).

- w) Intervenções com gestores públicos resultaram na criação de um comitê gestor quilombola no município de Passo do Lorenço e Algodão. (EFP_00007856).
- x) Validação de uma técnica de amostragem de sangue seco em papel como uma abordagem atrativa, flexível e com baixo consumo de sangue para análises direcionadas à avaliação do tratamento com o tamoxifeno. (EFP_00007689).
- y) Visibilidade ao PTI construindo um conjunto de ações articuladas registrado no documento do PTI com os vários setores da instituição para alcançar a meta de ampliar a adesão ao tratamento da tuberculose; Divulgação através de vídeo documentário; Revista Venérico e Contagioso; Publicação de um livro “Caiu na rede, mas não é peixe”: Vulnerabilidades sociais e desafios para a integralidade” ampliou a interlocução com profissionais e instituições que estão vivenciando os mesmos desafios ao tratamento da tuberculose e comorbidades (EFP_00007662).
- z) Desenvolvimento de uma nova metodologia de análise molecular (HRM) que pode ser utilizada não somente para pesquisa de mutações em TP53 mas também de outros genes; (EFP_00007776).

Destaca-se um projeto desta edição que concorreu em nível nacional e foi premiado em nível nacional².

² Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS, promovido pelo Ministério da Saúde. Conquistou o 1º lugar com o projeto “Novas Tecnologias para Estudo da Tuberculose” da Professora Maria Lúcia Rosa Rosseti da ULBRA e com participação da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS e da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

3.4.3. Considerações Finais

O crescimento de um país é proporcional aos seus investimentos em P&D. Este Programa trouxe à tona um assunto de suma importância para o desenvolvimento de qualquer país, o fomento a pesquisa. Partindo desta seara, o governo brasileiro vem disseminando e incentivando a pesquisa e o desenvolvimento, a fim de obterem-se os resultados esperados e estes retornarem para a sociedade, gerando progresso e, minimizando as diferenças entre as regiões, principalmente no que tange a saúde pública, área considerada prioritária para o governo.

Conclui-se que o programa PPSUS no RS, com recursos da ordem de 7,45 milhões possibilitou resultados positivos e de extrema relevância para uma das áreas mais prioritárias, que é a saúde. Os resultados possibilitaram contemplar ações que só vem somar para a promoção e prevenção no SUS de forma que os resultados revelam que as 91 pesquisas ora financiadas por este Programa possuem aplicabilidade na sua maioria imediata (43 projetos), no médio prazo (13) e no longo prazo (19) projetos, tanto em esfera municipal, estadual e, principalmente em nível federal, bem como os resultados poderão ser aplicados à atenção básica na maioria delas (34), considerando que os demais resultados também podem ser aplicados nos três âmbitos de atendimento básica/secundária/terciária.

O resultado das produções científicas, traduzindo em números foram 494, entre artigos, seminários, simpósios, congressos, palestras, revistas, resumos em anais, pôsteres e conferências, tanto em âmbito nacional como internacional. Além disso, a publicação de 6 livros e 26 capítulos de livros, bem como 6 trabalhos premiados, 23 documentários produzidos e 2 produtos criados, tendo 2 patentes sido depositadas. Estes tipos de resultados tendem a ecoar e se perpetuar, além é claro da formação de recursos humanos através de formação de equipes, criação de grupos de pesquisa, tornando-se um impacto percebido em longo prazo.

O Programa também possibilitou a formação de 88 alunos entre graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de ser objeto de estudo desta tese de doutorado.

Quanto impactos percebidos, os coordenadores sinalizaram interação com hospitais internacionais, entre grupos de pesquisa básica e clínica, com equipes de prefeituras, treinamentos de pessoal, desenvolvimento de banco de dados, patentes requeridas, premiações, consolidação de grupos de pesquisa; melhorias na infraestrutura dos laboratórios; difusão do conhecimento através de participação em eventos internacionais e nacionais e nas comunidades locais.

Uma questão para reflexão e possíveis avanços seria buscar uma forma de articulação entre o pesquisador e o agente de saúde, para que os resultados possam vir a ser incorporados ao Sistema Único de Saúde, concretizando a finalidade do edital FAPERGS nº 02/2013, pois percebe-se que ainda há dificuldades neste sentido.

3.5 PPSUS/RS: UM ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO DE IMPACTO USANDO ABORDAGEM QUASE-EXPERIMENTAL

Submetido ao I Seminário de Avaliação de Políticas de CT&I do CNPq, em 17/06/2018

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) é uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS)/DECIT/CNPq em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), juntamente com as Secretarias Estaduais da Saúde (SES) para lançamento de chamadas públicas descentralizadas por estado com a finalidade de convidarem pesquisadores a apresentarem projetos de pesquisas no âmbito do Programa.

Os pesquisadores interessados em concorrer a este Programa tiveram que atender critérios de elegibilidade obrigatórios e considerados imprescindíveis para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento, bem como, atender ao objetivo do Programa, que trata de apoiar financeiramente atividades de pesquisa que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador, com aplicabilidade no Sistema Único de Saúde, conforme Chamada Pública n. 02/2013.

Nesse contexto, considera-se relevante medir os efeitos que o PPSUS/RS pode provocar sobre alguma variável de resultado dessas pesquisas. A literatura de avaliação de impacto das intervenções, recentemente, tem ganhado espaço no debate sobre a efetividade das políticas públicas. Salles Filho *et al* (2011) comentam que em estudos de avaliação de impactos de programas, em termos inferenciais, a pergunta que se deve fazer é: "duas medidas de um determinado indicador, pré e pós, a variação observada seria por causa do programa?" que leva a uma questão de contrafactual, "Esta variação teria ocorrido, ou teria sido a mesma, se não houvesse o programa?". Para isolar esse efeito, a forma mais natural é observar em uma população semelhante, que não foi apoiada pelo programa, estes mesmos indicadores. Ao entender como os efeitos da intervenção alteram o contexto de CT&I a avaliação de impacto possibilita a reformulação do modelo adotado, contribuindo para o aperfeiçoamento do seu desenho.

O objetivo deste estudo foi o de avaliar o impacto do programa PPSUS/RS, edição 2013/2015 sobre a produção científica e acadêmica do pesquisador apoiado e sua importância como foco de política pública. Foi comparada a evolução do número de artigos publicados e formação de mestres e doutores de uma amostra do grupo de pesquisadores apoiados pelo PPSUS/RS, com a evolução observada para uma amostra do grupo de pesquisadores similares que não receberam o apoio do Programa nesse período. Para realizar a avaliação foi utilizada a base de dados da FAPERGS, que possibilitou a obtenção de um grupo controle (que será

utilizado para construir o contrafactual) adequado para avaliar o impacto da intervenção no grupo tratamento (pesquisadores apoiados).

No presente estudo, os resultados da avaliação do impacto do Programa PPSUS/RS, edição 2013/2015, estão focados nos indicadores passíveis de análise por quase-experimento, ou seja, indicadores quantitativos de produção “científica” e “acadêmica”. O estimador de diferença-em-diferenças foi o método utilizado para avaliar o impacto do apoio do PPSUS/RS sobre a produção científica e acadêmica dos pesquisadores apoiados. Esse método baseia-se na hipótese de que, na ausência do tratamento, os resultados médios para o grupo de tratados e de controle evoluiriam em trajetórias paralelas ao longo do tempo. Desse modo, para obter o efeito médio do tratamento sobre os tratados, utiliza-se a evolução temporal do grupo de controle como contrafactual para a evolução que o grupo de tratamento teria apresentado (SALLES FILHO *ET AL* (2011); NORONHA *ET AL* (2014)). Foram utilizados dados do banco da FAPERGS relativos à edição 2013/2015 do PPSUS/RS para a composição da amostra (grupo tratado e controle) e dos respectivos currículos dos pesquisadores, coletados na base da Plataforma Lattes do CNPq, no quinquênio pré e pós lançamento da Chamada Pública n. 02/2013 PPSU/RS.

O capítulo está estruturado em quatro seções, além da introdução. Na segunda seção, a importância da avaliação de políticas públicas, um breve relato sobre a Chamada Pública n. 002/2013 PPSUS/RS e uma revisão da literatura sobre avaliação de impacto. A terceira seção mostra as bases de dados, o desenho da avaliação e a estratégia de estimação adotada no estudo. A quarta seção traz os resultados das estimações do modelo, seguido das considerações gerais e referências.

2 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (PP) PARA O ACESSO AO FOMENTO

Esta seção visa discutir a importância da avaliação dos programas de fomento para a área de CT&I. Nesse contexto, são abordados assuntos sobre o acesso ao fomento, bem como um breve relato da Chamada Pública n. 02/2013 - PPSUS/RS, edição 2013/2015 da FAPERGS. Adicionalmente, apresenta-se exemplos de estudos que avaliam o impacto do financiamento público e as metodologias adotadas nessas avaliações.

2.1 Pesquisadores e o acesso ao fomento

As instituições de Ensino Superior, institutos de pesquisa e empresas, por meio de seus pesquisadores, são elementos fundamentais em um sistema de CT&I. Porém o nível de desenvolvimento, bem como o avanço desse Sistema não depende apenas desses atores, de modo isolado ou em conjunto, nem do grau de interação que possa ocorrer entre eles, dependem de outro agente, o Governo, fomentando essas atividades científicas e tecnológicas. O Governo, com suas políticas públicas de CT&I e suas agências de fomento tem um papel crucial nesse Sistema.

Neste contexto, as atividades de pesquisa executadas por estes pesquisadores e seus resultados têm importante papel no desenvolvimento socioeconômico da nação. Apesar da importância, esses pesquisadores encontram restrições na oferta desse fomento, em razão da escassez de recursos destinados à CT&I. No Rio Grande do Sul (RS), o volume de recursos destinados à CT&I conforme estudo da Fundação de Economia e Estatística - FEE (2014) se mantiveram estáveis no período 2000-11, representavam 0,10% do PIB em 2000 e 0,11% em 2011 (crescimento de 5,8%). Em termos comparativos, São Paulo apresentou os maiores dispêndios com CT&I entre todos os estados pesquisados, com 0,48% do PIB investido 2000 e 0,51% em 2011, o que representa uma variação de 6,2%. Já a intensidade de dispêndio em CT&I do Governo Federal, que era de 0,49% do PIB nacional em 2000, aumentou para 0,57% em 2011, implicando uma elevação de 16,3% no período (FEE, 2014).

Percebe-se, que o volume de investimentos neste setor são tímidos, porém necessários. A atuação da FAPERGS justifica-se nesse contexto. Dada a importância dos pesquisadores neste processo de geração de conhecimento, por meio de suas pesquisas, a FAPERGS atua para promover o acesso a esse apoio por meio dos seus programas de fomento à pesquisa, formação de recursos humanos e intercâmbio científico e tecnológico e, portanto, contribui para alavancar o desenvolvimento da CT&I, bem como do Rio Grande do Sul.

A FAPERGS oferece diversas linhas de fomento que atende a esses pesquisadores. Entre as principais, está o PPSUS. O PPSUS é um programa de fomento desenhado para promover o acesso de pesquisadores da área da saúde ao financiamento.

2.2 Chamada FAPERGS/MS/CNPq/SESRS n. 02/2013 - Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – 2013/2015

A Chamada n. 02/2013 - PPSUS/RS (ANEXO 1) é resultado de uma parceria entre MS/DECIT/CNPq/FAPERGS/SESRS e consiste em um programa de fomento à pesquisas na área da saúde. Destinado a pesquisadores mestres ou doutores, de instituições de ensino superior ou de pesquisa, públicas ou privadas, sem fins lucrativos sediadas no RS e, interessados, em apresentar propostas de pesquisa que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação da área de saúde, em temas prioritários para o Estado do Rio Grande do Sul, e com aplicabilidade no Sistema Único de Saúde.

Os objetivos do Programa são: (1) financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira; (2) contribuir com o aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS; e (3) promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde em todos os estados da federação.

O total de recursos aportados nesta Chamada foram de R\$ 7,43 milhões, para serem aplicados com gastos de capital e custeio. Sendo R\$ 4,5 milhões oriundos do MS/Decit/SCTIE/CNPq e R\$ 2,93 milhões da FAPERGS provenientes do Tesouro do Estado. Obteve-se uma demanda global de 198 propostas enquadradas, 168 qualificadas para julgamento de mérito e, destas, 91 aprovadas (FAPERGS, 2017).

A Chamada apresentava duas faixas de financiamento, A e B. A Faixa A, exclusiva para mestres, com limite de propostas até 50 mil reais e a Faixa B, exclusiva para doutores, até o limite de 150 mil reais, perfazendo um total de 2,0 milhões para Faixa A e 5,43 milhões para a Faixa B.

Para concorrer a este apoio os pesquisadores interessados necessitavam atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item 2.1 e 2.2 do Regulamento da Chamada. O item 2.1 tratava dos itens que deveriam ser atendidos pelo pesquisador proponente, exigindo: a) ser pesquisador Doutor ou Mestre atuante na área; b) ter seus dados e de todos os pesquisadores da equipe técnica cadastrados e atualizados no Currículo *Lattes*; c) possuir vínculo empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento entre outros, públicas e privadas, sem fins lucrativos, sediadas no estado do RS; d) não ser membro do Comitê Gestor do Programa PPSUS/RS. Também, ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, na área específica do projeto de pesquisa, bem como não estar inadimplente junto a FAPERGS. Sua equipe técnica constituída por pesquisadores, alunos e técnicos, podendo outros profissionais integrar a equipe como colaboradores.

O item 2.2 da Chamada relatava as exigências quanto à proposta de pesquisa, ou seja, informações pertinentes ao projeto (objetivo, metas, equipe, parcerias, indicadores, resultados esperados, etc), de forma a permitir sua adequada análise por parte da comissão de especialistas, dos consultores *ad hoc* e comitê gestor. Estas propostas deveriam atender às linhas temáticas estabelecidas na “Oficina de Prioridades para o PPSUS, Edição 2013/2015”, nos seguintes temas: Atenção em Saúde, Vigilância em Saúde e Educação e Gestão em Saúde e, com o objetivo de orientar o fomento para projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores a fim de solucionar problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa e não podem ser enfrentados por meios de intervenção já existentes.

Demais exigências relacionadas a instituição, permissões de comitê de ética, documentações e preenchimento de formulários *online*, etc que podem ser observadas na Chamada (ANEXO 1).

No item 3 do Regulamento da Chamada (ANEXO 1) estão definidos os critérios de julgamento que são observados para o apoio ou não das propostas, sob dois aspectos:

✓ item 3.1 - Mérito técnico-científico: originalidade, viabilidade técnica para a execução do projeto, aspectos éticos em pesquisa, contribuição para o SUS, relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do RS, benefícios potenciais para a área da saúde, estímulo ao ensino e pesquisa, orçamento, atividades e resultados propostos, compatibilidade da infra-estrutura e dos recursos humanos, cooperação com grupos, entre outros.

✓ item 3.2 - Análise de relevância sócio-sanitária: Contribuição para desigualdades, melhoria dos indicadores de saúde, impacto positivo na qualidade de vida da população, clareza dos benefícios esperados, possibilidade de incorporação dos resultados, entre outros.

O acompanhamento e avaliação (A&A) prevista no programa se deu por meio de seminários parciais e final e a entrega de relatório técnico-científico final avaliado pelos comitês assessores da FAPERGS.

Os resultados observados no apoio da FAPERGS, por meio do PPSUS/RS, já na sua quinta edição, revela a importância de avaliar o impacto que o apoio desse programa gera no sistema de CT&I, ou seja, se há algum incremento no desempenho científico desses

pesquisadores ao receberem o apoio do PPSUS/RS. Para este fim, o presente estudo utiliza uma metodologia de avaliação de impacto, consagrada na literatura de avaliação de políticas públicas de projetos sociais, porém pouco difundida na área de CT&I.

2.3 Avaliação de Impacto de Políticas Públicas em CT&I

O principal propósito de uma avaliação de impacto conforme Peixoto *et al* (2016, p. 16) “é verificar se, na realidade, determinado programa está alcançando os objetivos, ou impactos, esperados.” Para esses autores o entendimento de impacto está relacionado “as diferenças entre a situação dos participantes do projeto após terem participado e a situação em que estariam, caso não tivessem tido acesso a ele”. Ou seja, o contraste entre duas situações: uma real e outra hipotética.

Para Furtado (2005) a avaliação de impactos mede a intensidade e a importância das mudanças ocorridas ou potenciais visando indicar se o programa tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio. Neste sentido, os formuladores de políticas públicas, partem do pressuposto de que a decisão de investir em programas de CT&I deverá gerar impacto positivo trazendo benefícios para, ao menos, uma parcela da sociedade.

Para que essa análise seja feita de forma objetiva, a avaliação necessita de indicadores quantitativos que possam ser utilizados para aferir o sucesso do programa. Além disso, é necessário que haja um grupo de controle, ou seja, pessoas, regiões ou instituições, por exemplo, que não foram atendidas pelo programa e são parecidas com o grupo que foi atendido (grupo de tratamento).

Os resultados dessas avaliações têm uma variedade de utilidades potenciais. A mais óbvia delas é utilizar as informações produzidas para a melhoria do próprio programa em questão. Além disso, os resultados produzidos podem ser usados para auxiliar no modelo de outros programas subsequentes na mesma comunidade ou até mesmo para informar formuladores de políticas que pretendam desenhar programas com objetivos similares em outras comunidades.

Quando se compreende como a intervenção atua na alteração do contexto de CT&I a avaliação de impacto possibilita a reformulação da política adotada, contribuindo para o

aperfeiçoamento do programa. Destaca-se também, que apresentar os resultados coopera no empenho da transparência nos gastos públicos.

A avaliação pode ser desdobrada em avaliação qualitativa ou quantitativa e pode ser dividida em *ex-ante* e *ex-post-facto*. Neste tipo de avaliação, para calcular os resultados de uma intervenção, utiliza-se métodos quantitativos. A análise *ex-ante* busca prever os resultados que a intervenção teria. Por outro lado, na análise *ex-post-facto*, estima-se o impacto atribuído à intervenção, buscando aproximar-se do efeito real na sociedade (RODRIGUES *ET AL*, 2010). Neste estudo foi adotada a avaliação quantitativa *ex-post-facto*.

A avaliação de impacto quantitativa baseia-se no conceito de contrafactual, isto é, considera o que ocorreria ao objeto da avaliação na inexistência da intervenção. Para isso, estima-se um contrafactual por meio de um grupo de controle. Porém, nesse tipo de avaliação, a dificuldade é de encontrar um grupo adequado (controle) para comparação com o grupo de tratamento (que recebeu a intervenção). Para a construção de um grupo controle adequado é necessário encontrar um conjunto de agentes que possuem características similares ao grupo de tratamento, mas que não tenham participado da intervenção. Esse mecanismo tem por objetivo isolar o efeito da intervenção de outras mudanças que ocorreram no período de tempo analisado. O avaliador deve evitar o problema de viés de seleção, que ocorre quando as razões pelas quais o objeto da avaliação participa da intervenção são correlacionadas com os resultados. Esse tipo de viés é mais suscetível quando o objeto é inadequado para participar da intervenção ou ele opta por não participar (PEIXOTO *ET AL*, 2016).

Entre os trabalhos que tratam da avaliação de impacto de políticas voltadas para programas de fomento do governo no Brasil, destacam-se os que avaliam o impacto do Programa Biota da FAPESP por Salles Filho *et al* (2011) e por Noronha *et al* (2014) que avaliam o impacto do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG (Pro-Hosp).

Salles Filho *et al* (2011) avaliam o efeito do programa Biota nos projetos de biodiversidade da FAPESP apoiados pela Fundação em relação a um conjunto de projetos de pesquisa financiados pela FAPESP no tema da biodiversidade, mas que não foram apoiados pelo Programa Biota. Os autores concluíram que o Programa Biota impulsionou a produção científica em pesquisas de biodiversidade. Quanto a produção acadêmica não foram estimados efeitos significativos em meio à projetos desta natureza. Já para a variável infraestrutura, os museus de zoologia paulistas foram os que mais se beneficiaram como Programa.

Noronha *et al* (2014) avaliaram o impacto do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG (Pro-Hosp) no desempenho de quatro indicadores (a proporção média de cesárea, a taxa média de ocupação, a taxa média de mortalidade e o tempo médio de permanência) em relação a hospitais da rede SUS de estados limítrofes a Minas Gerais que não foram beneficiados pelo Pro-Hosp. Os autores concluíram o Pro-Hosp teve impacto na proporção média de cesáreas no sentido de reduzi-las.

Para a mensuração dos efeitos de políticas públicas em CT&I estes exemplos evidenciam a real importância da avaliação de impacto. Pois os efeitos positivos têm potencialmente reflexos sociais, regionais e econômicos expressivos. Mesmo no caso de não encontrar efeitos positivos, a medição desses efeitos permite o incentivo ao redesenho das políticas públicas de apoio a este segmento. Com respeito ao PPSUS/RS fomentado pela FAPERGS e demais agentes, este trabalho é um esforço pioneiro na tentativa de encontrar uma metodologia para avaliar o impacto de um Programa voltado, basicamente, para a área da saúde. O intuito dessa análise é contribuir para o debate sobre o papel da FAPERGS no fortalecimento das pesquisas apoiadas e, conseqüentemente, no desenvolvimento do sistema de CT&I.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Pesquisa para Gil (1999) são as atividades que nos permitem, no âmbito da ciência, construir um conjunto de conhecimentos, para auxiliar na solução de problemas e na compreensão de uma realidade mediante o emprego de procedimentos científicos. No entanto, para que essas respostas sejam consideradas científicas é necessário identificar técnicas que possibilitem a sua verificabilidade, e para isso deve-se definir a metodologia a ser utilizada (GIL, 1999).

3.1 Classificação da Pesquisa

Conforme a tipologia apresentada por Gil (1999) a pesquisa apresenta a seguinte classificação: Quanto à natureza, à forma de abordagem do problema, aos objetivos e aos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza trata-se de uma pesquisa aplicada, pois é desenvolvido um conhecimento para que seja empregado empiricamente.

Quanto à forma de abordagem do problema, foi quase-experimental e quantitativa, pois os resultados obtidos foram analisados e classificados de acordo com técnicas estatísticas.

Quanto aos objetivos a pesquisa, foi classificada como explicativa pois têm como preocupação principal identificar fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, que explica a razão, o porquê das coisas. Normalmente, são classificadas como experimentais ou *ex-post-facto* e em algumas áreas do conhecimento são chamadas de “quase experimental” (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos técnicos, o método utilizado foi o de diferenças-em-diferenças (DD) e regressão linear. O método DD realiza uma dupla subtração: a primeira referente a diferença das médias da variável de resultado entre os períodos pré e pós programa, para o grupo de tratamento e para o grupo de controle. A segunda se refere a diferença destas primeira diferenças calculada entre esses dois grupos. A segunda diferença usa a variação temporal do que ocorre com o grupo de controle antes e depois do programa para que venha refletir corretamente a variação temporal do grupo de tratados na situação contrafactual de não tratamento (FOGUEL, 2016). Por fim, foi realizada uma regressão linear para testar se há significância estatística nas diferenças médias encontradas.

3.2 Abordagem Quase-experimental

A pesquisa realizada neste estudo foi de quase-experimento. De acordo com Salles Filho *et al* (2011) a abordagem quase-experimental é considerada como alternativa natural e útil para testar a efetividade de uma intervenção. Na sua construção devem ser considerados quatro aspectos: 1) considerar que os efeitos sejam os mesmos para os dois grupos; 2) supor quais seriam os efeitos potenciais decorrentes da intervenção; 3) construir grupo de controle simples (aqueles que não receberam a intervenção), e 4) coletar dados dos efeitos e dos insumos-chave antes e depois da intervenção (SALLES FILHO *ET AL*, 2011).

Em relação ao primeiro aspecto, para fins deste estudo foi considerado que os dois grupos (controle e tratado) tenham o mesmo desempenho (científico e acadêmico) no período

pós-tratamento, na ausência do tratamento por estarem inseridos no mesmo ambiente acadêmico-científico.

Quanto ao segundo aspecto, foram elaboradas duas hipóteses relacionadas as variáveis produção científica (número de artigos publicados) e acadêmica (número de dissertações e teses defendidas) para verificar os potenciais efeitos do Programa.

No terceiro, foi construído um grupo controle a partir de pesquisadores que tiveram projetos relativamente similares aos tratados, mas não receberam apoio do Programa.

E para o quarto aspecto, foram coletados informações do currículo vitae - CV Lattes– dos pesquisadores selecionados referente ao número de artigos completos publicados em periódicos e número de orientações de mestrado e doutorado, no quinquênio anterior e posterior ao PPSUS/RS (edição 2013/2015); na base de dados da FAPERGS obteve-se as informações relativas aos pesquisadores que submeteram propostas ao Programa, foram qualificados para avaliação de mérito e que foram ou não aprovados para receber recursos.

3.2.1 Seleção da amostra (Grupo Tratado e Grupo Controle)

O grupo *tratado* foi definido como os pesquisadores que tiveram projetos aprovados no PPSUS/RS (edição 2013/2015) para desenvolverem pesquisas voltadas para a área da saúde, especificamente ao sistema único de saúde (SUS).

O objetivo esperado do apoio financeiro do Programa foi visando promover o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação da área de saúde. Uma das formas de medir esse efeito seria através da verificação dos resultados de produção científica e acadêmica dos pesquisadores. Além de ser um dos critérios de elegibilidade exigidos na Chamada Pública, no item 2.1.2. “O proponente deverá ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, na área específica do projeto de pesquisa.”, também, as propostas submetidas à Chamada, deveriam atender as linhas temáticas estabelecidas que visam a indução seletiva de projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa (FAPERGS, 2017).

Desta forma, entende-se que o fomento à pesquisa por meio de programas de CT&I são fundamentais, pois possibilitam que resultados possam ser alcançados por meio da

realização de investimentos, compra de insumos, participação em congressos, formação de recursos humanos, entre outros, como discutido anteriormente.

O período de tratamento foi fixado em 2013 relativo a última edição finalizada do PPSUS e optou-se por estimar o impacto do Programa em relação à evolução do desempenho científico e acadêmico dos pesquisadores pré e pós tratamento, considerando duas alternativas para a observação dos efeitos: a primeira, no quinquênio antes do período de tratamento (2008-2012), e a segunda, no quinquênio durante e após esse período (2013-2017). Com base nessas considerações, foi necessária, inicialmente, a obtenção de um grupo controle adequado, que possibilitasse a comparação de sua evolução com a observada para os pesquisadores apoiados pelo PPSUS/RS.

Para a seleção da amostra do estudo que forneceu os grupos de pesquisadores apoiados e o grupo de pesquisadores controle foi adotada a seguinte estratégia:

✓ Para a seleção do grupo Controle: baseou-se em informações coletadas da Ata de reunião do Comitê Gestor do Programa, onde consta todas as propostas qualificadas e julgadas quanto ao mérito técnico-científico, relevância sócio sanitária, a homologação do resultado da Comissão de Especialistas e a análise orçamentária dos projetos que, por fim, são ranqueadas por notas e aprovadas até o limite de recursos financeiros disponíveis para apoio. A partir deste documento o grupo Controle foi formado pelos primeiros 30 pesquisadores, ordenados a partir da nota do ranking, listados após o grupo que foi financiado pelo Programa (FAPERGS, 2017).

Esses dados permitiram a identificação de um grupo controle para os pesquisadores apoiados, composto de pesquisadores que, tivessem concorrido à Chamada Pública n. 02/2013, não foram apoiados com o Programa no período de tratamento. Argumenta-se que o grupo controle adotado é um bom grupo de comparação para os pesquisadores apoiados, pois: (i) é composto de pesquisadores que manifestaram o interesse em concorrer na edição 2013/2015; (ii) atenderam aos critérios de exigibilidade do Programa, ou seja, possuem as condições necessárias para concorrer; e (iii) apresentam características similares, como ser pesquisador atuante na área da saúde, possuir titulação mínima de mestre ou doutor, possuir vínculo com instituições de ensino e pesquisa do estado do Rio Grande do Sul, entre outras, conforme discutido anteriormente. E tem interesse, motivação e capacidade de pesquisa relativamente similar aos selecionados.

✓ Para a seleção do grupo tratamento: foram selecionados para compor a amostra os 30 últimos pesquisadores do ranking de aprovados no Programa, edição 2013/2015, ou seja, que celebraram contrato e receberam recursos. O interesse em ter os últimos 30 aprovados, de acordo com o ranking, se deu em razão de ter um grupo tratamento similar ao grupo controle, ou seja, os projetos submetidos possuem qualidade similar em razão da nota obtida pelo ranqueamento.

Com base nisso, a amostra foi de 60 pesquisadores, sendo 30 do grupo PPSUS/RS (Tratado) e 30 do grupo Controle.

3.2.2 Coleta dos dados e hipóteses

Com a relação dos 60 pesquisadores da amostra, foi realizada para este quase-experimento uma busca através de dados secundários, no currículo Lattes - Plataforma Lattes do CNPq para levantar a produção científica por meio do número de artigos completos publicados em periódicos e a produção acadêmica, das orientações concluídas de mestrado e doutorado, em dois momentos: no quinquênio anterior (2008 a 2012) e posterior (2013 a 2017) ao lançamento da Chamada Pública PPSUS/RS n. 02/2013.

A razão pela escolha das variáveis (artigos e orientações) se deu pelo fato de que estas variáveis seriam factíveis de serem comparadas entre o grupo Tratado (que recebeu apoio) com o grupo Controle (que não recebeu apoio). Não seria factível comparar os resultados alcançados com as pesquisas financiadas, pois um grupo recebeu apoio e outro não. Também, por estas variáveis se tratarem de resultados gerados, na maioria das vezes, em razão do fomento à pesquisa. Por fim, estas variáveis propiciam a disseminação do conhecimento e divulgação dos resultados dos experimentos, assim como a formação de recursos humanos qualificados na área, promovendo o desenvolvimento da ciência, um dos propósitos do PPSUS. Além disso, outra razão foi por se tratarem de indicadores significativos para a CT&I, mesmo que no PPSUS/RS são considerados resultados secundários do Programa, pois não havia essa exigência, conforme Chamada Pública (ANEXO 1).

Com base nessas variáveis, foi elaborado um conjunto de hipóteses para fins de verificar os possíveis efeitos potenciais oriundos do PPSUS/RS, edição 2013/2015.

Hipótese 1 – *O PPSUS/RS incrementa as publicações de artigos completos em periódicos dos pesquisadores que receberam apoio em maior quantidade que aqueles que concorreram, mas não receberam apoio.*

Esta hipótese tem por objetivo testar se a produção de artigos completos publicados em periódicos (produção científica) é maior por parte de quem recebeu auxílio do PPSUS/RS. Parte-se da premissa de que o processo de inovação depende e gera conhecimento científico.

Hipótese 2 – *Os pesquisadores do PPSUS/RS formaram mais mestres e doutores na área da saúde que os pesquisadores que não entraram no Programa.*

Esta hipótese se destina a testar se o número de orientações concluídas, em nível de mestrado e doutorado, por parte dos pesquisadores que receberam auxílio é maior do que a dos que não receberam o PPSUS/RS. Parte-se da premissa que o Programa possibilita o trabalho em equipe, favorecendo a formação de recursos humanos, grupos de pesquisa e estimulando o trabalho colaborativo, conforme critérios definidos na Chamada.

Hipótese, conforme Gil (1999, p. 56), é uma “proposição que se forma e que será aceita ou rejeitada somente depois de devidamente testada” e é traduzida em hipóteses estatísticas: hipótese nula (H_0), que é presumida verdadeira até que provas estatísticas sob a forma de testes indiquem o contrário. Essa hipótese é descrita em termos de parâmetros populacionais e é basicamente uma negação daquilo que o pesquisador deseja provar. Já a hipótese alternativa (H_1) é, via de regra, o que o pesquisador deseja provar (BARBETTA, 2006).

Ao se tomar uma decisão estatística, existem duas possibilidades de erro: o erro de tipo I (α): rejeitar a hipótese nula (H_0), quando ela é verdadeira; e o erro de tipo II (β): aceitar a hipótese nula (H_0), quando ela é falsa. Infelizmente, quando a probabilidade de cometer um erro diminui, a probabilidade de cometer o outro aumenta. Assim, os testes estatísticos foram delineados para controlar o erro de tipo I, chamado de nível de significância, que é definido como a probabilidade de cometer o erro de tipo I. Isto é, rejeitar a hipótese nula (H_0) quando ela é verdadeira (BARBETTA, 2006). O erro de tipo I é expresso em valor pequeno (5% ou 10%), usualmente, e rejeita-se a hipótese nula se o valor- p encontrado for menor que a probabilidade de erro do tipo I definida pelo pesquisador.

O nível de significância é definido previamente, ou seja, antes da estimação da regressão. Normalmente os níveis utilizados são de 1%, 5% ou 10%. Quando o valor p , de acordo com Gujarati (2000), for inferior ao valor escolhido do nível de significância não se

rejeita a relação de causa e efeito entre as variáveis explicada e explicativas. Se o valor p for superior ao nível de significância escolhido, significa que se rejeita a relação com o resultado. Nesta pesquisa foi definido um nível de significância de 5%.

A estatística t testa a existência de relação significativa entre cada uma das variáveis explicativas e a variável explicada (GUJARATI, 2000). O valor da estatística t é calculado dividindo-se o coeficiente de determinada variável explicada pelo seu erro padrão, que por sua vez, reflete no valor p . Esses valores podem ser visualizados na Tabela 7, da seção 4 deste estudo.

O erro padrão mede a variabilidade dos resultados não explicados pelas variáveis explicativas incluídas na regressão (GUJARATI, 2000).

3.2.3 O estimador de diferença-em-diferenças (DD)

A metodologia de quase-experimento requer a utilização de modelos estatísticos que permitam a estimativa dos efeitos do programa nos tratados em relação aos não tratados. O estimador de diferenças-em-diferenças e os modelos de regressão linear são adequados para este tipo de modelagem. A técnica estatística utilizada neste estudo foi a de diferenças-em-diferenças, que consiste em comparar a variação no indicador antes e depois da intervenção para o grupo de tratamento (que sofreu a intervenção), com a variação observada para o grupo de controle (sem a intervenção) (FOGUEL, 2016).

O método avalia as diferenças entre as médias de dois grupos e as suas respectivas diferenças ao longo do tempo. O impacto é estimado a partir da diferença entre essas duas variações, isto é, faz-se a hipótese de que a variação temporal na variável de resultado para o grupo de controle representa a variação contrafactual do grupo tratado, ou seja, a variação que seria experimentada pelo grupo de tratamento na ausência do programa. Em decorrência dessa hipótese, a diferença entre a variação efetivamente observada para o grupo de tratamento e a variação contrafactual fornecida pelo grupo de controle irá capturar o efeito causal da intervenção (FOGUEL, 2016).

Portanto, variações observadas nos indicadores selecionados para a avaliação seriam explicadas apenas pelo recebimento do tratamento, obtendo-se assim o impacto do Programa. Ao assumir essa hipótese, tem-se que o efeito médio do tratamento sobre os tratados pode ser expresso da seguinte forma (WOOLDRIDGE, 2006):

$$\text{Efeito Médio Tratamento} = \frac{(\text{Resultado médio dos tratados após o tratamento} - \text{Resultado médio dos tratados antes do tratamento}) - (\text{Resultado médio dos não tratados após o tratamento} - \text{Resultado médio dos não tratados antes do tratamento})}{2}$$

O efeito médio do tratamento é estimado por meio do que a literatura de avaliação denominada dupla diferença define: primeiramente, são obtidas as diferenças na média de resultado (Artigos completos em periódicos e orientações de teses e dissertações) entre os dois períodos para cada grupo e, então, é tomada a diferença dessas diferenças.

Para verificar se o efeito do Programa tem significância estatística foi utilizado o modelo de regressão linear. Para cada uma das hipóteses, aplicou-se a equação (1):

$$Y = \alpha + \beta \text{ tratamento} + \theta \text{ Pós} + \gamma \text{ efeito tratamento} + U \quad (1),$$

Onde,

Y: resposta de interesse (como número artigos completos em periódicos, número de orientações concluídas de doutorado e de mestrado).

Tratamento: Variável indicadora da participação no programa. Assume valor 1 se o pesquisador pertence ao grupo PPSUS/RS e 0 se for do grupo Controle.

Pós: variável indicadora do quinquênio posterior ao lançamento da Chamada PPSUS/RS.

Efeito tratamento: variável medida como o produto de ‘Tratamento’ e ‘Pós’. O coeficiente é indicador do efeito causal do Programa.

U: características não observáveis, modeladas como resíduos do modelo.

(α , γ , θ): Vetores de parâmetros de interesse, desconhecidos. As estimativas destes parâmetros fornecem os efeitos de cada variável (θ) e o efeito do programa (γ). Utilizou-se Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para a estimação dos parâmetros.

Para estimar o modelo de regressão linear foi utilizado o *software Microsoft Office Excel 2010*.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta seção é apresentar as principais características da amostra do estudo e, a seguir, compará-las entre os grupos de tratamento e controle no período analisado.

4.1 Perfil da amostra

Na Figura 1 apresenta-se o perfil da amostra dos 60 pesquisadores definidos para o quase-experimento, conforme gênero, titulação, instituição de vínculo e bolsista de produtividade do CNPq.

Pesquisadores	Gênero		Total	Titulação		Total	Instituição de Vínculo		Total	Bolsista Pq do CNPq			Total
	Feminino	Masculino		Mestre	Doutor		Pública	Privada		Nível 1	Nível 2	Não é Pq	
Grupo Controle	19	11	30	2	28	30	26	4	30	6	2	22	30
Grupo Tratado (PPSUS/RS)	23	7	30	6	24	30	20	10	30	4	6	20	30

Figura 1: Perfil da amostra

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Pesquisa (2017).

Dos 60 pesquisadores que compõem a amostra deste estudo, 30 são do grupo PPSUS/RS (tratamento) e 30 são do grupo controle. Quanto ao sexo feminino (Obs.: 42; 23T; 19C) e masculino (Obs.: 18; 7T; 11C) nos dois grupos percebe-se a predominância de mulheres. No que se refere a titulação de doutores (Obs.: 52; 24T; 28C) e de mestres (Obs.: 8; 6T; 2C) o grupo de tratamento possui uma quantidade um pouco maior de mestres Já relacionado ao vínculo institucional destes pesquisadores (Obs.: 46; 20T; 26C) a maioria é de instituições públicas e a minoria (Obs.: 14; 10T; 4C) de privadas. O número de bolsista de produtividade CNPq, por nível são (Nível 1: 10; 4T; 6C), (Nível 2: 8; 6T; 2C) e a maioria não é bolsista Pq (Não é Pq: 42; 20T; 22C) em proporções similares entre os dois grupos, tratamento e controle.

Na Tabela 1 observa-se o número de pesquisadores do grupo controle e grupo tratado por área temática a qual submeteu sua proposta nesta edição do Programa.

Tabela 1: Temáticas apoiadas na Chamada Pública n. 02/2013

Pesquisadores	Temáticas apoiadas pelo PPSUS/RS			Total
	Atenção em Saúde	Vigilância em Saúde	Educação e Gestão em Saúde	
Grupo Controle	13	11	6	30
Grupo Tratado (PPSUS/RS)	19	8	3	30

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Pesquisa (2017).

Para uma melhor visualização da semelhança dos grupos apresenta-se na Tabela 1 as temáticas apoiadas pelo Programa e o número de pesquisadores em cada grupo. São eles: *Atenção em Saúde* (Obs.: 32; 19T; 13C), *Vigilância em Saúde* (Obs.: 19; 8T; 11C) e *Educação e Gestão em Saúde* (Obs.: 9; 3T; 6C). Percebe-se que a área de *Atenção em Saúde* concentra o maior número de pesquisadores de ambos os grupos.

As estatísticas apresentadas tiveram o intuito de verificar a semelhança dos grupos em variáveis disponíveis nas bases da FAPERGS.

4.2 Estimativas de diferenças-em-diferenças para as variáveis pesquisadas

Antes de mostrar os resultados e análises das estimativas do método de DD para as variáveis estudadas, apresenta-se o número total coletado no CV-Lattes dos grupos pesquisados.

As variáveis de interesse deste estudo foram produção científica (número de artigos publicados) e acadêmica (número de dissertações e teses defendidas) dos pesquisadores do grupo Controle e grupo Tratado, observa-se esse número na Tabela 2 e 3, respectivamente.

Tabela 2: Número de artigos publicados e orientações de Mestrado e Doutorado – Grupo Controle – Quinquênio anterior e posterior à Chamada PPSUS/RS n. 02/2013

Pesquisadores	Grupo Controle			Total
	Número de Artigos Completos publicados	Número de Orientações concluídas de Mestrado	Número de Orientações concluídas de Doutorado	
Quinquênio Pré	850	130	35	1.015
Quinquênio Pós	931	137	60	1.128

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que o grupo Controle elevou moderadamente a publicação de artigos e as defesas de dissertações de mestrado. Já para as teses defendidas o aumento foi de quase 50%, no período posterior ao lançamento do Programa.

Na Tabela 3 visualiza-se as mesmas variáveis para o grupo que recebeu apoio do PPSUS/RS (Tratado).

Tabela 3: Número de artigos publicados e orientações de Mestrado e Doutorado – Grupo Tratado – Quinquênio anterior e posterior à Chamada PPSUS/RS n. 02/2013

Pesquisadores	Grupo Tratado (PPSUS/RS)			Total
	Número de Artigos Completos publicados	Número de Orientações concluídas de Mestrado	Número de Orientações concluídas de Doutorado	
Quinquênio Pré	692	99	41	832
Quinquênio Pós	911	128	53	1.092

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que houve uma evolução em todas as variáveis analisadas no período pós lançamento do PPSUS para o grupo Tratado.

4.2.1 Número de artigos completos publicados em periódicos

A Tabela 4 e a Figura 2 ilustram as variações do número de artigos completos publicados em periódicos dos pesquisadores no quinquênio pré e pós lançamento da Chamada Pública, respectivamente.

Na Tabela 4 observa-se os resultados das estimativas de diferenças-em-diferenças, relacionado ao número de artigos completos publicados em periódicos no período analisado.

Tabela 4: Média do número de artigos completos publicados em periódicos

Grupo	Pré	Pós	Diferença (antes e depois)
Grupo Controle	28,33	31,03	2,7
Grupo Tratado (PPSUS/RS)	23,07	30,37	7,3
Efeito do Programa			4,6

Fonte: Elaborado pelo autor, com base dados do CV-Lattes (2018).

Percebe-se que o grupo tratado antes de ter recebido apoio do PPSUS/RS publicava artigos completos, em média, em menor quantidade (23,07) que o grupo controle (28,33). Porém, após a intervenção do Programa, o grupo tratado obteve um melhor desempenho (7,3 artigos completos publicados em periódicos a mais), na relação quinquênio anterior e posterior ao lançamento do Programa, do que o grupo Controle, que sem a intervenção, aumentou a produção em 2,7 artigos completos publicados em periódicos no período analisado, em média.

O contrafactual representa o que teria acontecido caso o grupo Tratado não tivesse recebido o apoio do PPSUS/RS, ou seja, um aumento de 2,7 artigos, em média. Percebe-se,

então, que o impacto médio do Programa sobre o desempenho da produção científica dos pesquisadores apoiados é medido pela diferença entre o grupo Tratado e o contrafactual (o observado com o grupo Controle). Desta forma, o efeito do Programa foi de que o grupo Tratado obteve 4,6 artigos publicados a mais do que o grupo controle ao longo do tempo.

A Figura 2 ilustra as variações no número de artigos publicados em média entre o quinquênio pré e pós Programa. O contrafactual representa o que teria acontecido caso o grupo tratado não tivesse recebido o auxílio e foi construído aplicando-se apenas o efeito de período sobre a média inicial desse grupo. Assim, o grupo de controle e o contrafactual têm trajetórias paralelas no transcorrer do tempo, conforme hipótese do método utilizado.

Percebe-se, então, que o impacto médio do Programa sobre o número de artigos publicados dos pesquisadores apoiados é medido pela diferença entre o contrafactual e o de fato observado com eles (em média 4,6 artigos). No quinquênio pós PPSUS/RS essa diferença representava 17,85%.

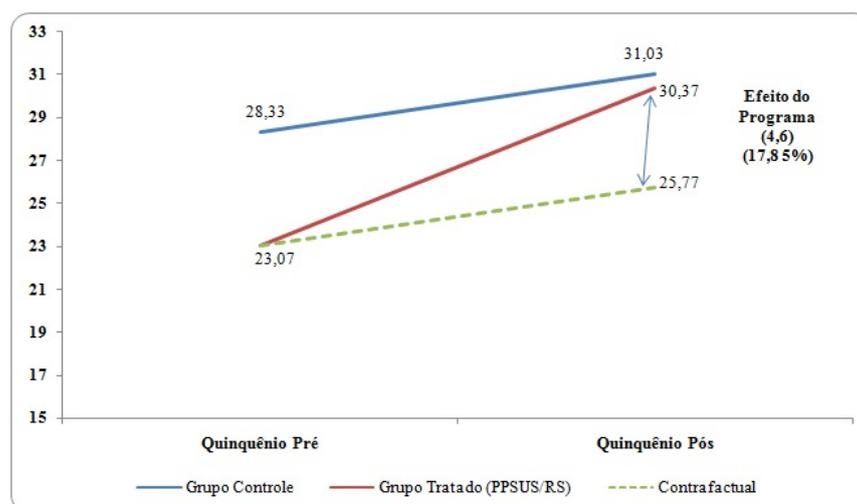


Figura 2: Efeito do PPSUS/RS sobre a média do número de artigos publicados grupo controle *versus* grupo tratado

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2018).

Na comparação entre os dois resultados, nota-se que os pesquisadores que não foram apoiados pelo Programa apresentaram no quinquênio pós-tratamento um nível médio de publicações de artigos completos ligeiramente pequeno em relação ao quinquênio anterior. Por outro lado, os pesquisadores que foram apoiados pelo programa observou-se um aumento no nível médio de publicações de artigos de um período para outro. Assim, os resultados sugerem que os pesquisadores que tiveram acesso ao apoio do PPSUS/RS puderam aumentar, ou até iniciar, publicações de artigos completos em periódicos.

Esse resultado positivo ocorreu, mesmo com o grupo controle tendo aumentado, em média, seu número de publicações em 2,7 artigos. O grupo tratado teve um aumento em quase 2 vezes. Portanto, há evidências de que houve impacto positivo na produção científica dos pesquisadores que obtiveram apoio do PPSUS/RS, edição 2013/2015, em média de 17,85%.

Um ponto importante a ser analisado é o Fator de Impacto (FI), que reflete a média de citações dos artigos publicados em determinado periódico, com a finalidade de avaliar sua importância na respectiva área. Os que possuem um maior FI considera-se mais importante do que os com menos FI (WIKIPÉDIA, 2017). Esta análise está sendo construída.

4.2.2 Número de orientações concluídas de mestrado e doutorado

Quanto aos resultados relativos às orientações concluídas em nível de mestrado (produção acadêmica) observa-se os resultados na Tabela 5 e Figura 3.

Tabela 5: Média do número de orientações concluídas de mestrado

Grupo	Pré	Pós	Diferença (antes e depois)
Grupo Controle	4,3	4,6	0,3
Grupo Tratado (PPSUS/RS)	3,3	4,3	1,0
Efeito do Programa			0,7

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2018).

Observa-se na Tabela 5 que no intervalo de cinco anos, os pesquisadores apoiados tiveram, na média, orientações concluídas de mestrado (de 3,3 para 4,3), ou seja, em média, 1 dissertação a mais defendida no período pós apoio do PPSUS/RS. Já o grupo controle que não recebeu o apoio, o aumento na média de orientações concluídas foi inferior a uma unidade (de 4,3 para 4,6), em média, 0,3 dissertação a mais defendida no período pós-tratamento. Observa-se que o Programa apresentou impacto médio de 0,7 sobre a variável orientações concluídas pelos pesquisadores apoiados, em nível de mestrado.

Na Figura 3, visualiza-se o comportamento do grupo tratamento em relação ao grupo controle, na relação quinquênio antes e pós o lançamento do Programa.

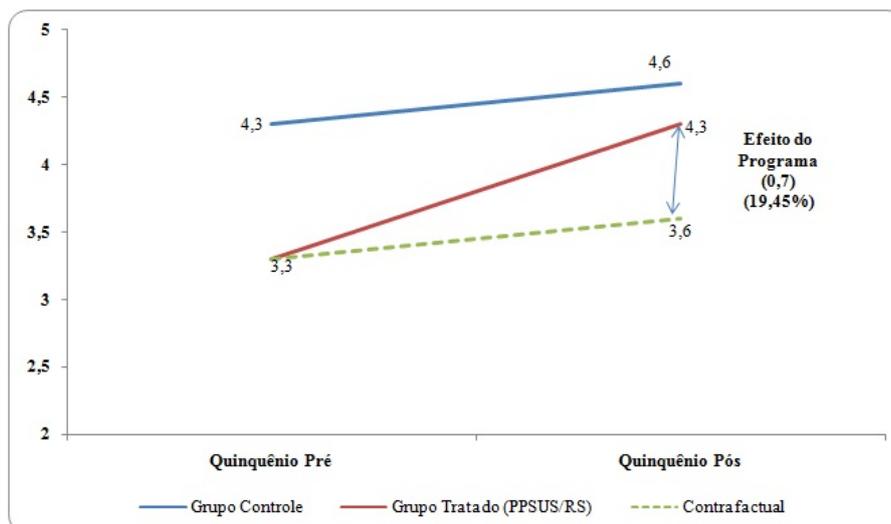


Figura 3: Efeito do PPSUS/RS sobre a média de orientações de mestrado concluídas
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2018).

A Figura 3 mostra que o grupo PPSUS/RS, no quinquênio anterior ao apoio do Programa, tinha em média, 1 orientação de mestrado concluída a menos que o grupo controle. No quinquênio posterior ao Programa, esse mesmo grupo passou a ter uma orientação de mestrado concluída a mais em comparação ao quinquênio anterior. Já o grupo controle, que não obteve apoio do Programa, teve, em média, comparado ao quinquênio anterior, um aumento de 0,3 de orientações concluídas. Pode-se inferir que os pesquisadores apoiados, tiveram um efeito positivo com o tratamento. Esse efeito fez com que passassem de uma média de orientações concluídas menor que a do grupo de controle, antes do apoio, para uma média maior, depois do apoio do Programa (quinquênio 2013/2017).

Desta forma, o contrafactual mostra que, em média, o grupo tratado teria 3,6 dissertações defendidas no período pós-tratamento, caso não tivesse recebido o apoio. Pode-se inferir então, que o impacto médio do PPSUS/RS, edição 2013/2015 sobre o desempenho de orientações concluídas de mestrado para o grupo tratado foi de 0,7 dissertações defendidas a mais que o grupo controle no período analisado, em média.

No quesito orientação concluída de doutorado verificar-se na Tabela 6 e na Figura 4 os resultados.

Tabela 6: Média do número de orientações concluídas de doutorado

Grupo	Pré	Pós	Diferença (antes e depois)
Grupo Controle	1,17	2,00	0,83
Grupo Tratado (PPSUS/RS)	1,37	1,77	0,40
Efeito do Programa			-0,43

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

No quesito orientações concluídas de doutorado percebe-se que tanto o grupo Tratado como o Controle evoluíram no quinquênio pós tratamento (de 1,37 para 1,77 e de 1,17 para 2,00, respectivamente) teses concluídas, em média. Apesar do grupo Tratamento ter um número um pouco mais elevado no período anterior que o grupo Controle quando comparado no período posterior ao Programa o grupo Controle obteve uma variação maior que o grupo Tratado.

Na Figura 4 visualiza-se a trajetória de ambos os grupos, Tratado e Controle, respectivamente, antes e depois do Programa. Percebe-se que a trajetória do contrafactual foi superior a do grupo Tratado, isto é, mostra como seria o comportamento do grupo Tratado caso não tivesse a intervenção do PPSUS/RS.

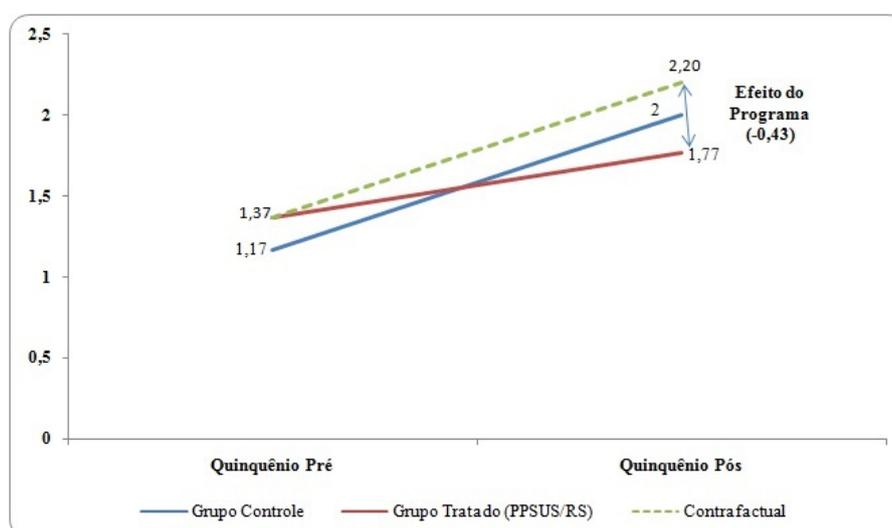


Figura 4: Efeito do PPSUS/RS sobre a média de orientações concluídas de doutorado
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2018).

Para esta variável (orientações defendidas) o impacto do Programa PPSUS/RS, edição 2013/2015, foi negativo em -0,43, se comparado ao contrafactual.

A razão para este efeito pode ser pelo fato de que no grupo Controle há um número maior de doutores, além de mais bolsistas de produtividade - nível 1 do CNPq do que no grupo Tratado. Esse fato pode ser considerado como também o tempo transcorrido para a formação de um doutor, bem como horas dedicadas em pesquisas de laboratório. O método não consegue identificar as razões para os resultados e, este, é um tema para investigações suplementares.

Em síntese, concluiu-se que em média o Programa teve um impacto positivo nas variáveis artigos publicados e dissertações, enquanto que na variável teses de doutorado o impacto foi negativo.

Desta forma, pode-se dizer que das duas hipóteses propostas neste estudo, o PPSUS/RS, edição 2013/2015 contribuiu positivamente no incremento médio do número de publicações de artigos completos em periódicos dos pesquisadores que receberam apoio do Programa, corroborando com a ideia de que o conhecimento gerado por meio das pesquisas apoiadas fosse disseminado e divulgado por meio das publicações.

Possibilitou, também, que estes pesquisadores formassem, em média, mais mestres do que os que não obtiveram apoio, no período analisado, confirmando a premissa de que o Programa promove o trabalho em equipe e colaborativo permitindo formação de pessoal, num nível mais qualificado. Por outro lado, o Programa teve um efeito negativo na variável de formação de doutores. Pode-se inferir que algumas das razões sejam de que esta não foi uma exigência estipulada na Chamada n. 02/2013 - PPSUS/RS, além de pesquisadores agraciados com titulação de mestre, impossibilitados de orientar em nível de doutorado e o período que transcorre para a formação de um doutor é bem mais longo.

4.3 Discussão dos resultados

A análise das estimativas traz evidências de impactos positivos do Programa, mostrando que os pesquisadores apoiados têm, em média, artigos completos publicados cerca de 18% maior do que teriam se não tivessem obtido o apoio desse Programa de fomento, conforme Figura 2, representam, em média 4,6 artigos publicados a mais, em comparação ao contrafactual (2,7). As estimativas de orientações concluídas de mestrado, o impacto foi de 19,45%, ou seja, o mostra que o trabalho em equipe e colaborativo contribui para a formação e qualificação de pessoal e para o desenvolvimento da ciência, um dos objetivos do Programa em questão (Figura 3). Já quanto às orientações em nível de doutorado, o efeito foi negativo em -0,8% (Figura 4). Algumas das razões que pode ter levado a este resultado seria o período de tempo transcorrido para a formação de um doutor, ser mais longo, bem como o programa fomentar pesquisas para mestres.

Os resultados apresentados mostram, então, a importância do PPSUS/RS como um programa que possibilita o desenvolvimento da ciência e a formação de recursos humanos. O impacto positivo estimado revela que o acesso ao fomento permitiu um aumento de produção científica (em termos de número de artigos publicados e de formação de mestres), que pode ter ocorrido em razão de propiciar a colaboração entre equipes ou grupos de pesquisa formados em razão da pesquisa apoiada, além de gerar conhecimento a ser divulgado.

Pode-se inferir que o PPSUS/RS, ao suprir uma lacuna na oferta de fomento na área da saúde, viabilizou novos investimentos para os pesquisadores apoiados, que melhoraram seus resultados e puderam publicar e formar mais pessoas. Alternativamente, pode-se intuir que novos mestres e doutores representam mão-de-obra de alta qualificação no mercado e que precisaram ser alocados em empresas ou instituições de ensino e pesquisa viabilizando maiores níveis de produção advindos de financiamento de políticas públicas.

O apoio do PPSUS/RS contribuiu, também, com o fortalecimento dos pesquisadores já consolidados, bem como os com titulação de mestre, incentivando e motivando no contexto da pesquisa, além, de criar a oportunidade de acesso a outros programas de fomento da FAPERGS – como o Pesquisador Gaúcho, PRONEM, entre outros. Esses efeitos de caráter científico e acadêmico podem abrir espaço para investimentos mais significativos em capital possibilitando expandir laboratórios e melhorar a infraestrutura para a realização das pesquisas de maior monta.

4.4 Análise e Interpretação Econométrica

Para fins de confirmar os resultados estatisticamente, conforme mencionado na seção da metodologia utilizou-se da análise de regressão, apresentados na Tabela 7, para artigos, dissertações e teses defendidas, respectivamente.

Tabela 7: Resultado do Efeito Tratamento

<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>stat t</i>	<i>Valor-P</i>
Artigos Completos - Efeito Tratamento	4,60	9,75	0,47	0,64
Dissertações de Mestrado - Efeito Tratamento	0,73	1,53	0,48	0,63
Teses de Doutorado - Efeito Tratamento	-0,43	0,89	- 0,49	0,63

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2017).

Observa-se na Tabela 7, que em relação a variável artigos publicados, a probabilidade do efeito Tratamento (4,60 artigos publicados) não ser explicado em razão do apoio do PPSUS/RS é de valor $p=0,64$. Como foi definida na seção de metodologia, serão consideradas explicativas as variáveis com nível de significância inferior a 5%. Em função disso, percebe-se que o efeito Tratamento não tem significância estatística para explicar que os artigos publicados no período pós apoio foram em razão do Programa. Da mesma forma, ocorre com as variáveis dissertações e teses defendidas, com probabilidade de valor $p= 0,63$ para ambas, o que mostra que o efeito Tratamento não obteve significância estatística.

O resultado da regressão não rejeitou a hipótese nula de homogeneidade dos grupos pesquisados com relação a média das variáveis analisadas, tendo em vista que o p -valor

calculado foi de 0,64 para artigos publicados e 0,63 para dissertações e teses, respectivamente. Ou seja, a um nível de significância de 5% não se rejeita a hipótese nula, o que significa que apesar da diferença de médias observada, a dispersão de resultados em cada grupo é tão grande que não há segurança estatística em afirmar que as diferenças são significativas entre os grupos pesquisados.

Isto quer dizer que, as hipóteses levantadas neste estudo, de que as publicações de artigos por parte dos pesquisadores do PPSUS/RS seriam em maior quantidade do que daqueles que não receberam apoio e que os pesquisadores do PPSUS/RS formaram mais mestres e doutores na área da saúde que os pesquisadores que não entraram no Programa, no período analisado, não é significativo estatisticamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou avaliar o impacto do programa PPSUS/RS, edição 2013/2015 sobre a produção científica e acadêmica dos pesquisadores apoiados e sua importância como foco de política pública, já que estes possuem um papel crucial na geração de conhecimento, de soluções em áreas prioritárias do governo e formação de pessoal. Considerando isso e o acesso restrito ao fomento, o programa PPSUS/RS pode ter contribuído para o crescimento do sistema de CT&I, na área da saúde e, portanto, com o desenvolvimento da ciência brasileira.

Pelo fato de existir um grupo de controle entre os próprios pesquisadores que manifestaram interesse pelo Programa – aqueles que submeteram propostas e não receberam apoio –, foi possível isolar o impacto estimado do Programa sobre os pesquisadores apoiados. Assim, a avaliação realizada neste artigo, por meio de um quase-experimento, pelo método de diferença-em-diferenças, testou a hipótese de que o apoio do Programa PPSUS/RS tem efeito positivo sobre o incremento da produção científica e acadêmica dos pesquisadores apoiados ao longo do tempo analisado. Em outras palavras, buscou-se avaliar a importância do Programa como instrumento de política pública para o fortalecimento da CT&I, em termos de produção científica e acadêmica.

A avaliação revela que, no quinquênio posterior ao lançamento do PPSUS/RS, houve um impacto de aproximadamente 18% e de 19,45% sobre o número de artigos completos publicados e dissertações de mestrado defendidas, respectivamente, em média, pelos pesquisadores apoiados. Isto quer dizer que, enquanto no grupo Controle as publicações

de artigos e dissertações defendidas tiveram um leve aumento no período pós, o grupo Tratado, entretanto, obteve um desempenho melhor na trajetória pesquisada do que os não apoiados. O impacto para a variável orientações concluídas de doutorado foi negativo em -0,8%, ou seja, o grupo Tratado obteve um leve crescimento no período posterior à Chamada Pública do PPSUS/RS, no entanto foi menor comparado ao contrafactual. Por outro lado, estatisticamente, os resultados das variáveis pesquisadas não foram significativos.

Ressalta-se que, este estudo é um primeiro esforço na busca de uma metodologia de avaliação de impacto de programas de fomento em CT&I sobre o desempenho científico e acadêmico dos pesquisadores apoiados. Sugere-se um aprofundamento do seu escopo e técnicas permitindo que a tomada de decisão seja melhor fundamentada pelos formuladores de políticas públicas para o aperfeiçoamento, a continuidade ou remodelagem do fomento de programas desta natureza.

Nessa linha, considera-se que podem ser investigadas as diferenças dos impactos por temáticas afins, por região e, principalmente, incorporar outras variáveis de resultado à análise (redes e grupos de pesquisa, patentes, fator de impacto, tecnológicos, institucionais, econômicos, ambientais, entre outros).

Por fim, outro aspecto a ser avaliado numa pesquisa futura seria o que foi incorporado dos resultados das pesquisas no SUS e seus impactos. Ao considerar esses resultados, o impacto agregado do Programa pode se revelar ainda maior, reforçando as evidências da importância da avaliação de impactos para justificar os investimentos públicos e as políticas formuladas para atender necessidades da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS

Empresa INDEORUM

REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BRASIL. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acesso em: 17 out. 2017.

_____ – Wikipédia, a **enciclopédia livre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>. Acesso em: mar 2018.

FAPERGS, Portal. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.fapergs.rs.gov.br/upload/20130506161543chamada_02_2013_ppsus.pdf. Acesso em: 07 set.2017.

FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Ciência, Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul**: Indicadores Seleccionados 2014/coordenação de Rafael Bernardini; Alberto de Souza Rossi... [et al.]. Porto Alegre. FEE, 2014. 80 p. il.

FOGUEL, M. Modelo de Resultados Potenciais (cap.2) in Menezes-Filho (org). *Avaliação Econômica de Políticas Sociais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

FURTADO, André Tosi. **Avaliação de Resultados e Impactos do PROSAB**. Relatório Final. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, maio de 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUJARATI, Damodar M. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000.

NORONHA, K. V. M. de S.; FORTES, F. B. C. T. P; CAMARGOS, M. C. S.; PEREIRA, D. R. de M.; Avaliação de Impacto do Programas de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/Minas Gerais (PRO-HOSP). **Revista do Serviço Público**. Brasília 65 (1): 65-85 jan/mar, 2014.

PEIXOTO, B... [et al.]. **Avaliação econômica de projetos sociais**. [organizador Naercio Menezes Filho]. São Paulo : Fundação Itaú Social, 2016.

RODRIGUES, Glauciane da P.; BAETA, Adelaide M. Coelho; GUIDINI, Marilene B.; VALENTIM, Fabiano de Souza; PAIVA, Vanessa P. de Vasconcelos. **Um Modelo de Gestão e Avaliação de Programas para Melhoria do Desempenho de Instituição do Sistema de Ciência e Tecnologia**. XXXIV ENANPAD, RJ, 2010.

SALLES FILHO, S. L. M.; CASTRO, P. D. de; ZEITOUN, C.; COLUGNATI, F.; ALONSO, J. E. O. S.; FIRPO, S. P. Aplicação do Método Quase-experimental para Avaliação de Resultados e Impactos de Programas de CT&I : um estudo a partir do Programa Biota/FAPESP. XIV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC, 2011.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2006.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho trouxe à tona um assunto de suma importância para o desenvolvimento de qualquer país, o fomento a pesquisa. O estudo considerou a premissa de que o processo de inovação depende e gera conhecimento científico e que o trabalho em equipe, favorece a formação de recursos humanos, grupos de pesquisa e estimula o trabalho colaborativo podem ser fatores que contribuem na geração de resultados e impactos em Programas de CT&I. Com este propósito procurou-se identificar as contribuições que o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS/RS proporcionou em âmbito científico, acadêmico e para o SUS.

Estudos sobre avaliação de resultados e impactos possibilitam significativas contribuições nos estudos de política públicas, mostrando que se avalia algo quando se quer perceber o seu valor. Quando se compreende como a intervenção atua na alteração do contexto de CT&I a avaliação de resultado/impacto possibilita a reformulação da política adotada, contribuindo para o aperfeiçoamento do programa, assim como na transparência nos gastos públicos. Conseqüentemente, o gestor público precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir diante dessa realidade complexa.

Para identificar as contribuições que o PPSUS/RS proporcionou em âmbito científico, acadêmico e para o SUS, foi realizada avaliação dos resultados dos projetos contemplados das quatro edições, para isso, utilizou-se informações do banco de dados da FAPERGS e questionário padrão do MS. Verificou-se, também, através de técnicas estatísticas, se as produções científicas e acadêmicas dos pesquisadores apoiados, entre o quinquênio anterior e posterior ao lançamento da Chamada Pública da quarta edição, tiveram impactos gerados pelo Programa. Para responder ao objetivo geral desta pesquisa, foram elaborados 6 objetivos específicos.

Para os objetivos específicos 1, 2 e 3, foram identificadas as demandas e projetos aprovados, os recursos envolvidos e os resultados avaliados das quatro edições pesquisadas, através de dados coletados no banco da FAPERGS e das respostas obtidas no Formulário padrão do MS entregue pelos pesquisadores apoiados o término das suas pesquisas, conforme seção 3.1 e 3.4. As quatro edições juntas tiveram uma demanda global de 652 propostas submetidas ao

PPSUS/RS, sendo 504 qualificadas para análise de mérito, resultando em 196 propostas aprovadas para serem apoiadas. Destas, 34 da primeira edição, 29 na segunda, 42 propostas na terceira edição e 91 da quarta edição.

O volume de recursos aportados pelo MS e a FAPERGS nas quatro edições foi na ordem de 12,91 milhões de reais, sendo 8,458 milhões de reais do MS e 4,452 milhões de reais da contrapartida da FAPERGS.

Quanto aos resultados alcançados por meio das pesquisas nas quatro edições do PPSUS/RS, as edições 2008/2009 e a 2013/2015, diferem das anteriores em seu objetivo por prever a aplicabilidade dos resultados no SUS. Desta forma, as duas últimas edições revelaram em suas pesquisas contemplar ações para a promoção e prevenção no SUS de forma que os resultados possuem aplicabilidade na sua maioria imediata (57 projetos), e também no médio prazo (21 projetos) e no longo prazo (22 projetos), tanto em esfera municipal, estadual e, principalmente em nível federal, bem como os resultados poderão ser aplicados à atenção básica na maioria delas, considerando que os demais resultados também podem ser aplicados nos três âmbitos de atendimento básica/secundária/terciária.

No entanto, para que isso aconteça há a necessidade de que haja um articulador entre o pesquisador e o agente de saúde, de forma que tais resultados possam vir a ser aplicados no SUS, concretizando a finalidade das edições de 2008/2009 e 2013/2015.

Destaca-se também que, os investimentos em atenção básica em saúde produzem maior retorno para os gestores e irão impactar nos indicadores de saúde do país, mais uma vez faz-se necessário este tipo de reflexão e constatação sobre a importância de agentes financiadores e demais atores envolvidos na intermediação entre, o agente de saúde e, o pesquisador para que haja a junção dos resultados da pesquisa aplicados no SUS, trazendo desenvolvimento regional e nacional, devolvendo para a sociedade, o resultado positivo desta parceria, tratando os escassos recursos públicos como algo que traduza resultados aplicáveis, preferencialmente de forma imediata, como apontada neste estudo.

Os resultados alcançados com a implantação do PPSUS/RS quanto à produção científica, formação de recursos humanos, patentes, entre outros, podem ser considerados significativos, conforme pode-se verificar com os dados da pesquisa. Dos 196 projetos apoiados pela FAPERGS nas 4 edições do Programa

resultaram em 1.587 produções científicas, divididas em: publicação de artigos nacionais e internacionais, congressos nacionais e internacionais, jornadas científicas, simpósios, resumos em anais de eventos, pôsteres, entre outros.

Além disso, a publicação de 6 livros e 26 capítulos de livros, bem como 6 trabalhos premiados, 23 documentários produzidos e 2 produtos criados, só na edição de 2013/2015.

O Programa também possibilitou a formação de 372 alunos entre graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, nas diversas áreas da saúde. Além de ser objeto de estudo desta tese de doutorado e resultar em 2 orientações concluídas de graduação e artigos publicados.

O PPSUS/RS possibilitou a geração de 6 patentes, sendo que 2 foram de finalista no Prêmio Mercosul em Nanotecnologia 2010 e no Prêmio Santander.

Outros benefícios alcançados por intermédio do Programa foram a consolidação de grupos de pesquisa, melhorias na infraestrutura dos laboratórios, criação de Programas Educacionais, entre outros. Citam-se alguns exemplos de grupos que se consolidaram através deste Programa: REDE-TB; Ambulatório São Lucas da PUC/RS; Unidade de pesquisa do Instituto de Cardiologia do RS; Grupo de Epidemiologia do Instituto de Cardiologia; Núcleo de Pesquisas em Imagens Médicas da PUC/RS; Tabagismo e Doenças Tabaco-Relacionadas da PUC/RS; Linha de Pesquisa do GIEEH Educação e Cidadania para a Terceira Idade – UNICRUZ; Grupo de Pesquisa em Fibrilação Atrial – Instituto de Cardiologia do RS; Instituto de Pesquisas Biomédicas da PUC/RS; Laboratório de Limnologia da UNISC; Grupo de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da UFRGS.

Diversas premiações, dentre elas destaca-se o uma pesquisadora que obteve projeto aprovado na edição de 2013/2015, conquistando o 1º lugar, com projeto PPSUS, em nível nacional.

Quanto à inovação tecnológica e impactos percebidos, os pesquisadores que responderam o formulário sinalizaram interação com hospitais internacionais, entre grupos de pesquisa básica e clínica, com equipes de prefeituras, treinamentos de pessoal, desenvolvimento de banco de dados, patentes requeridas, premiações, consolidação de grupos de pesquisa; melhorias na infraestrutura dos laboratórios; difusão do conhecimento através de participação em eventos internacionais e nacionais e nas comunidades locais.

Conforme dados da FAPERGS (2017), todos os pesquisadores contemplados tiveram seus relatórios técnicos e financeiros aprovados pelo comitê assessor e área técnica da Fundação.

Assim, foi possível responder aos três primeiros objetivos específicos.

Para tender ao quarto e quinto objetivo específico foi analisado o perfil dos pesquisadores solicitantes da chamada pública n. 02/2013, a escolha por analisar o perfil deste grupo foi em razão de ter mudado um dos critérios da chamada pública que inclui uma linha para mestres concorrerem. Posteriormente, foi avaliado o perfil acadêmico dos aprovados, no quinquênio anterior e posterior a chamada, com a finalidade de identificar as possíveis contribuições do Programa.

O resultado da avaliação do primeiro artigo mostra que o perfil da demanda de solicitantes desta chamada pública são pesquisadores na sua maioria do gênero feminino, doutores, possuem formação nas áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, em torno de 28% são bolsistas de produtividade do CNPq e com pós-doutorado. Atuam em instituições públicas e publicaram até 10 artigos em periódicos científicos e a linha temática *Atenção em Saúde* foi a mais requisitada. Possuem elevado número na formação de recursos humanos (mestrado e doutorado) na área da saúde. Também, possibilitou a participação de pesquisadores de áreas como Administração, Direito, Estatística, Engenharias, Linguística e outras, em razão do edital contemplar a linha temática de Educação e Gestão em Saúde.

Os resultados do segundo artigo permitiram inferir que o perfil acadêmico dos pesquisadores analisados obteve aprimoramento, pois o número de pesquisadores com publicações entre 21 a 30 artigos teve um aumento de 140% e nas publicações acima de 30 artigos de 21,8% em relação ao quinquênio anterior analisado. Possivelmente possibilitou aos pesquisadores mestres que 6 se titulassem doutores na área da saúde, bem como 5 pesquisadores passaram a ser bolsistas de produtividade CNPq nível 2. Esse grupo obteve um aumento em quase 20% na formação de mestres e doutores quando comparado com o quinquênio 2008-2012. Pode-se dizer, portanto, que a elevação no número de orientações foi significativa para o aumento na formação de mestres e doutores no período analisado.

O sexto objetivo específico desta pesquisa foi alcançado na seção 3.5, aplicando uma abordagem quase-experimental e ao utilizar o método de diferença-em-diferenças e regressão linear para avaliar o impacto do apoio do PPSUS/RS

sobre a produção científica e acadêmica dos pesquisadores apoiados. Com base nessas variáveis, foram testadas duas hipóteses para fins de verificar os possíveis efeitos potenciais oriundos do Programa. Pelo fato de existir um grupo de controle entre os próprios pesquisadores que manifestaram interesse pelo Programa e não receberam apoio, foi possível isolar o impacto estimado do Programa sobre os pesquisadores apoiados.

A avaliação revelou que, no quinquênio posterior ao lançamento do PPSUS/RS, houve um impacto de aproximadamente 18% e de 19,45% sobre o número de artigos completos publicados e dissertações de mestrado defendidas, respectivamente, em média, pelos pesquisadores apoiados. Já para a variável orientações concluídas de doutorado o impacto foi negativo em -0,8%, ou seja, foi menor comparado ao contrafactual. Estatisticamente, os resultados das hipóteses testadas não foram significativos.

Conclui-se, portanto, que as contribuições do PPSUS/RS, foram positivas em relação ao nível de qualidade dos projetos, gerando conhecimento e inovação. Provavelmente seja reflexo do rigoroso critério de seleção adotado, quando cerca de 30% das propostas foram aprovadas dentre a demanda global. Porém, o apoio, foi limitado pelo volume de recursos envolvidos, o que evidencia a necessidade de mais recursos para o Programa.

Os resultados demonstrados por meio dos formulários respondidos pelos pesquisadores apoiados nas quatro edições demonstram as contribuições em nível de respostas ao SUS, formação de recursos humanos, patentes, melhorias na infraestrutura dos laboratórios, formação de grupos e redes de pesquisa, entre outros.

Quanto aos impactos, foi possível isolar o impacto estimado do Programa sobre os pesquisadores apoiados pelo fato de existir um grupo de controle entre os próprios pesquisadores que manifestaram interesse pelo Programa e não receberam apoio. Assim, foi possível verificar que o apoio do Programa PPSUS/RS tem efeito positivo sobre o incremento da produção científica e acadêmica dos pesquisadores apoiados ao longo do período analisado.

Avalia-se também, a partir dos dados levantados, que o Programa atingiu seus objetivos alcançando a eficácia e efetividade, devendo, entretanto, ser objeto de maior atenção em relação ao investimento do gestor estadual do SUS -

Secretaria de Estado da Saúde - a fim de que sejam mais bem aproveitados os projetos que retratam o potencial de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde no Rio Grande do Sul, pois os recursos de infraestrutura e humanos disponíveis nas instituições, tanto universidades como centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, podem oferecer maior contribuição ao Programa, ampliando os resultados obtidos nas pesquisas pelo PPSUS.

Uma questão para reflexão e possíveis avanços seria buscar uma forma de articulação entre o pesquisador e o agente de saúde, para que os resultados possam vir a ser incorporados ao SUS, concretizando a finalidade das Chamadas FAPERGS nº 02/2009 e nº 02/2013, pois percebe-se que ainda há dificuldades neste sentido.

Em relação à gestão, ainda, propõe-se que as ações da FAPERGS devam estender-se ao papel de um articulador constante do processo, criando mecanismos e eventos de aperfeiçoamento da reflexão sobre as necessidades e possibilidades de pesquisa, integrar o pesquisador com os objetivos do programa e resultar em maiores interações com os princípios, diretrizes e políticas de saúde. E, assim, ampliar as possibilidades de aproveitamento dos resultados dos projetos em direção a sua aplicação nas políticas setoriais de saúde, contribuindo para a efetividade da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do RS.

Por fim, o PPSUS/RS contribuiu inclusive, por meio desta tese, com uma metodologia (utilizada na seção 3.5) de avaliação de impacto de programas de fomento em CT&I para ser utilizada nos demais programas da FAPERGS.

Esta pesquisa não se esgotou em si mesma; antes, provocou a necessidade de continuação e realização de outros trabalhos. A experiência oportunizada pelo encaminhamento desta pesquisa, que avaliou os resultados e impactos do PPSUS/RS no âmbito das edições lançadas pela FAPERGS, permite fazer recomendações para trabalhos posteriores que venham a desenvolver esta temática. Em função disso, sugerem-se:

- a) Estudos investigando as diferenças dos impactos por temáticas afins, por região e, principalmente, incluindo outras variáveis de resultado à análise, além de artigos publicados e dissertações e teses defendidas (redes e grupos de pesquisa, patentes, fator de impacto, tecnológicos, institucionais, econômicos, ambientais, entre outros).

- b) Aprofundamentos sobre as razões que levam à variável orientações concluídas de doutorado ter tido impacto negativo.
- c) Investigar quais são as áreas de maior predominância e que estudos estão sendo realizados pelo gênero feminino.
- d) Avaliar o que foi incorporado dos resultados das pesquisas no SUS e seus impactos.
- e) Aplicar esta metodologia de quase-experimento em outros programas da Fundação.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALCANTARA, Christian Mendez. **Os Princípios Constitucionais da Eficiência e Eficácia da Administração Pública**: um estudo comparativo Brasil e Espanha. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2009, n. 1, Ago-Dez. p. 24-49.

ARAÚJO, Carlos A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARRETCHE, Marta. **Nota Técnica**. Descentralização e Integração do Fomento Público. Estratégias de Descentralização nas Áreas de Saúde e Educação no Brasil, Brasília – DF, jun 2008.

ARRETCHE, Marta T. S.; BRANT, Maria do C. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de política sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, IEE, 2006.

BARATA, R. C. B. **Mulher e Ciência**. 09/03/2018. Disponível em: <http://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8790-diretoras-da-capes-falam-sobre-presenca-feminina-na-ciencia-e-seus-desafios>. Acesso em: 12/03/2018.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BORGES, Mario Neto. As Fundações de Amparo à Pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Rev. USP**, n. 89, São Paulo, mar./maio 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13876/15694>. Acesso em: 06 out. 2013 e 2014.

BORGMAN, Christine L.; FURNER, Jonathan. Scholarly communication and bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, n. 1, p. 2-72, 2002. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.1440360102/abstract> >. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988, Art. 196, 204-207.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.cgее.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acesso em: 17/9/14.

_____. Portal do Ministério da Saúde (MS). **Decit + 2: atuação do Ministério da Saúde em ciência, tecnologia e inovação**. Relatório Final. Brasília, 2007.

Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627. Acessos em: 2011, 2012, 2015, 2016 e 2017.

_____. – Wikipédia, a **enciclopédia livre**. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>. Acesso em: mar 2018.

CAMPOS, André Luiz Sica de. **Identificação de Impactos Econômicos a Partir da Pesquisa Acadêmica**: um estudo de projetos temáticos da FAPESP. Dissertação de Mestrado em Política Científica e Tecnológica - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

CASTRO, Rodrigo Batista de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. ENANPAD, Salvador, 2006.

CNPq, Portal. **Regimento Interno**. Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/regimento-interno>. Acesso em: 03 jun. 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de Programas Públicos**: Desafios Conceituais e Metodológicos. RAP, Rio de Janeiro. 2003.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: Análise de Resultados e de Impacto. Brasília, **Revista do Serviço Público**, ano 49, nº 2, abr/jun, 1998.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais**: tendências recentes e experiências no Brasil. Rio Grande do Sul, 2006.

DINIZ, E. Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15/ nº 4/out-dez. São Paulo. 2001.

FAGUNDES, H. e MOURA, A. B. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 89-103. jan./jun. 2009.

FAPERGS, Portal. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.fapergs.rs.gov.br>. Acessos em: 2014, 2016 e em set. 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Ciência, Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul**: Indicadores Seleccionados 2014/coordenação de Rafael Bernardini; Alberto de Souza Rossi... [et al.]. Porto Alegre. FEE, 2014. 80 p. il.

FIGUEIREDO, Paulo N. Aprendizagem Tecnológica em Inovação no Contexto de Industrialização Recente. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério (Organizadores) **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

FOGUEL, M. Modelo de Resultados Potenciais (cap.2) in Menezes-Filho (org). **Avaliação Econômica de Políticas Sociais**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

FRANCISCO, L. T. S. T. **Indicadores para Avaliação de Resultados de Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica**. 2002. 116 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FURTADO, André Tosi. Avaliação de Resultados e Impactos do PROSAB. **Relatório Final**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, maio de 2005.

GOMES, Maria Lucineide Serpa; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Modelos Organizacionais de Administração Pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. **Revista de Ciências da Administração**, v.12, n. 28, p. 105-126, set/dez 2010. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/download/17475/17427. Acesso em: 10 nov, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIDINI, M. B.; CALABRÓ, L.; SOUZA, D. O. G.. Um estudo sobre o perfil da demanda dos pesquisadores solicitantes do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS no RS In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. P. A104.

GUJARATI, Damodar M. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000.

HELOU FILHO, Espiridião Amim; OTANI, Nilo. **A Utilização de Indicadores na Administração Pública**: A Lei nº 12.120/2002 do Estado de Santa Catarina. Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.slideshare.net/valderif/1395-7782744>. Acesso em: 20 maio 2015.

ITS – BRASIL. **Instituto de Tecnologia Social. Ciência, Tecnologia, Inovação e Termos Correlatos**. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/conceitos/ciencia-tecnologia-inovacao-e-termos-correlatos>. Acesso em: 10 abr. 2012.

KONDO, Edson Kenji. Desenvolvendo Indicadores Estratégicos em Ciência e Tecnologia: as Principais Questões. **Ciência da Informação**. Brasília, v.27, n.2, p. 128-133, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: 2010, Atlas.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2012, p.6.

MAYOR, Frederico; FORTI, Augusto. **Ciência e Poder**; tradução de Roberto Leal Ferreira, Papyrus; CNPq/UNESCO, Brasília, 1998.

NORONHA, K. V. M. de S.; FORTES, F. B. C. T. P; CAMARGOS, M. C. S.; PEREIRA, D. R. de M.; Avaliação de Impacto do Programas de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/Minas Gerais (PRO-HOSP). **Revista do Serviço Público**. Brasília, V. 65, n.1, p. 65-85, jan/mar, 2014.

PEIXOTO, Fernanda Maciel. **Painéis de indicadores Financeiros e Operacionais para Alocação de Recursos**: o caso FAPEMIG. 2005. 335f. Dissertação de Mestrado. UFU.

PEIXOTO, B... [et al.]. **Avaliação econômica de projetos sociais**. [organizador Naercio Menezes Filho]. São Paulo : Fundação Itaú Social, 2016.

PEREGRINO, Fernando Otávio de Freitas. **A Nova Administração Pública no Brasil (1995/2009)**: uma avaliação do modelo de organização social na área da ciência & tecnologia. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Claudia Maria Herrlein. **Investimentos em Ciência e Tecnologia**: indicadores de Resultados de Projetos de Pesquisa. 2001. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PIETROSKI Iradir. Para Avaliar as Políticas Públicas. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 23, 21 dez. 2017.

PINTO, Sérgio L. de Moraes. **Proposta e Avaliação de uma Política Pública Contra a Desigualdade Econômica no Brasil**: A Sociedade de Participantes. FGV. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Glauciane da Piedade. **Avaliação Ex-post em Projetos de Pesquisa**. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Cultural e Educacional Dr. Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo-MG.

RODRIGUES, Glauciane da P.; GUIDINI, Marilene B.; BAETA, Adelaide M. Coelho. Avaliação *Ex-Post* de Projetos de Pesquisa: uma Análise nas Agências de Fomento em C,T&I. XXXII ENCONTRO DA ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ. 06 a 10 de setembro, 2008.

RODRIGUES, Glauciane da P.; BAETA, Adelaide M. Coelho; GUIDINI, Marilene B.; VALENTIM, Fabiano de Souza; PAIVA, Vanessa P. de Vasconcelos. Um Modelo de Gestão e Avaliação de Programas para Melhoria do Desempenho de Instituição do Sistema de Ciência e Tecnologia. XXXIV ENANPAD, **Anais...** RJ, 2010.

RODRIGUES, Glauciane da P.; GUIDINI, Marilene B.; BAETA, Adelaide M. Coelho. Avaliação *Ex-Post* de Projetos de Pesquisa: uma Análise nas Agências de Fomento em C,T&I. **Revista Espacios**, Vol. 33(1) 2012. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a12v33n01/12330111.html>.

SALLES FILHO, S. L. M.; CASTRO, P. D. de; ZEITOUN, C.; COLUGNATI, F.; ALONSO, J. E. O. S.; FIRPO, S. P. Aplicação do Método Quase-experimental para Avaliação de Resultados e Impactos de Programas de CT&I : um estudo a partir do Programa Biot/FAPESP. XIV CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA – ALTEC, **Anais...** 2011.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Instituto de Saúde. **Boletim do Instituto de Saúde (BIS)**. Programa de Pesquisa para o SUS. São Paulo, Volume 13, Número 1, abr. 2011, p.08.

SILVA, Alberto Carvalho da. Descentralização em política de ciência e tecnologia. BRASIL: **Dilemas e Desafios II**. Estud. av. vol.14 nº 39 São Paulo May/Aug. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 04 out. 2014.

SBRAGGIA, Roberto. Avaliação do desempenho dos projetos em instituições de pesquisa: um estudo empírico dentro do setor de tecnologia industrial. **Revista de Administração**. v.19, n.1, jan – mar, p. 83-93, 1984.

SCHERER, Felipe; CARLOMAGNO, Maximiliano. **Gestão da Inovação na Prática: como Aplicar Conceitos e Ferramentas para Alavancar a Inovação**. Atlas. São Paulo. 2009.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OECD. Manual de Frascati (2002). **Proposta de Práticas Exemplares para Inquéritos sobre Investigação e Desenvolvimento Experimental**. Edição: F-Iniciativas Tradução: More than Just Words (Portugal), Revisão: Sophie Arnaut. 2013.

UNICEF. **Guide for Monitoring and Evaluation**. Disponível em: <http://preval.org/documentos/00473.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

VANTI, N. Os links e os estudos webométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p.78-88, jan./abr. 2005.

VASCONCELOS, Eduardo; KRUGLIANSKAS, Isak. **Avaliação de desempenho em instituições de pesquisas**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mDTc9-9a_wAJ:www.rausp.usp.br/download.asp%3Ffile%3D2604073.pdf+%&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 27 out. 2013.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria *et al.* Análise da Implantação da Gestão Descentralizada em Saúde: Estudo Comparado de Cinco Casos na Bahia, Brasil **Cadernos de Saúde Pública**, Vol. 23 nº 2, Rio de Janeiro, Fev. 2007. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200012. Acesso em: 17 jun. 2014.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2006.

ZOUAIN, Debora Moares. **Gestão de Instituições de Pesquisa**. 1ª ed. Rio de Janeiro. FGV. 2001, 259 p.

ANEXOS

ANEXO 1

EDITAIS/CHAMADAS DAS 4 EDIÇÕES



EDITAL MS/CNPq/FAPERGS N° 008 / 2004

Seleção pública de projetos de Pesquisa e desenvolvimento prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS)

O **Ministério da Saúde**, o **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** e o **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, por intermédio da **Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS**, e em parceria com a **Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul**, tornam público e o presente Edital e convocam os interessados a apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, nos termos aqui estabelecidos.

1 – OBJETIVO

O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde, no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2 - Linhas de Apoio/Temas

As áreas temáticas aqui definidas baseiam-se na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e também na definição local de prioridades de pesquisa em saúde, visando fortalecer a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e a melhoria das condições de vida da população brasileira .

O presente Edital contempla os seguintes temas envolvendo projetos de Pesquisa, Estudos e Desenvolvimento:

TEMA	<i>Linhas Temáticas</i>
DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS / FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Hipertensão arterial sistêmica - Doenças vasculares - Câncer - Diabetes mellitus - Epilepsia
DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS / FERRAMENTAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CAUSAS DE MORBI-MORTALIDADE EXTERNAS, DOENÇAS RESPIRATÓRIAS E DOENÇAS PERINATAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Suicídio - Trânsito - Idoso - Morbi-mortalidade pré-natal - Morbi-mortalidade neonatal - Doenças Infecciosas/transmissíveis de maior prevalência (HIV/AIDS, hepatite, sífilis, etc.)
AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE AÇÕES, PROGRAMAS E POLÍTICAS ESTRATÉGICAS EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> - Atenção pré-natal - Mortalidade Infantil - Ações preventivas na infância - Saúde do idoso - Sobrepeso - Hipertensão Arterial Sistêmica - Tabagismo - Atenção Básica/PSF - Gestão - Satisfação do Usuário
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E TERAPÊUTICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Terapia celular e molecular - Avaliação de novos materiais, procedimentos e equipamentos - Telemedicina (regulação e assistência) - Desenvolvimento de Fármacos e Fitoterápicos

1.3 – Cronograma

Fases	1.1.1.1 Data
Lançamento do Edital no Diário Oficial	29/10/2004
Submissão de propostas	29/10 à 19/11/2004
Julgamentos Ad Hoc	20/11 à 30/11/2004
Início da contratação	20/12/2004

1.4 - Público-Alvo

Pesquisadores com vínculo funcional/empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer

esfera do Governo; e organizações privadas sem fins lucrativos. Serão preferencialmente apoiadas as propostas que envolverem parcerias interinstitucionais, integrando ações do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil.

1.5 - Recursos Financeiros

1.5.1. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), oriundos de:

Decit/SCTIE/MS: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a serem repassados ao CNPq, conforme Portaria nº. 152, de 16 de julho de 2004.

FAPERGS: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), provenientes do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

1.5.2. Os recursos serão alocados neste Edital conforme especificado abaixo:

Faixa I	R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) Projetos de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que envolvam parceria de no mínimo duas instituições
Faixa II	R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Projetos de até R\$20.000,00 (vinte mil reais)

1.5.3. Em havendo sobra de recursos em uma das faixas, o montante poderá ser remanejado para a outra, observando-se sempre a classificação de mérito e a viabilidade aprovadas pela FAPERGS

1.5.4. O valor total deve ser destinado ao cumprimento de atividades de custeio e capital diretamente vinculados ao projeto e não disponíveis na Instituição.

A solicitação de recursos para despesas de capital não deve ultrapassar 40% do valor total do projeto.

1.6 - Itens financiáveis

1.6.1. Serão financiados itens referentes a capital e custeio, compreendendo:

a) Custeio:

- material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, e softwares;
- passagens e diárias;
- serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) - pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual;
- despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos.(observar o disposto no subitem 1.6.6)

b) Capital:

- equipamentos;
- material permanente;
- material bibliográfico;

1.6.2. Não são permitidas despesas com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo e as de rotina como as contas de luz, água, telefone, correio, reprografia e similares, e obras civis, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução de projetos e das colaboradoras.

1.6.3. É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica.

1.6.4. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/ instituição proponente a título de contrapartida.

1.6.5. Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço www.cnpq.br/prestacaocontas/legislacao.htm, e as da FAPERGS, disponíveis em www.fapergs.tche.br.

1.6.6. Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 15% (quinze por cento) do montante previsto para gastos com importação, indicando a taxa de conversão utilizada para cálculo.

1.7 - Prazos de Execução dos Projetos

Os projetos a serem apoiados pelo presente Edital poderão ter seu prazo de execução estabelecido em até 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da primeira liberação de recursos.

2 - CARACTERÍSTICAS OBRIGATÓRIAS

As características obrigatórias indicadas a seguir são válidas para o presente Edital. O atendimento às mesmas é considerado imprescindível para o exame da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer delas resultará em não enquadramento da proposta.

2.1 - Quanto ao Proponente Coordenador

2.1.1. Para os projetos da **Faixa I**, o Coordenador deve possuir **titulação mínima de doutor** e, para os da **Faixa II**, **titulação mínima de mestre**;

2.1.2. Para as duas faixas, o coordenador deve atender ainda os seguintes itens:

- ter seus dados e de todos os Pesquisadores da equipe técnica cadastrados e atualizados no Currículo Lattes, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/curriculo/>;
- possuir vínculo funcional/empregatício com Universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do Governo; e organizações privadas sem fins lucrativos;

2.1.3. Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores técnicos e instituições colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.1.4. O mesmo Coordenador não pode coordenar mais de uma proposta para este Edital.

2.1.5. Poderá durante a vigência do projeto e de sua fase de operacionalização, ser substituído o coordenador do projeto, mediante consulta formal e autorização da Fapergs.

2.2 - Quanto à Proposta

A proposta deve ser elaborada segundo roteiro contendo as informações descritas a seguir:

- título do projeto;
- entidade proponente à qual o coordenador estiver vinculado;
- coordenador - endereço, endereço eletrônico e telefone de contato; equipe técnica e qualificação;
- objetivo(s) geral(is) e específico(s), quando pertinente;
- metodologia e cronologia da pesquisa;
- justificativa(s) para realização do projeto; resultados, avanços e aplicações esperadas;
- indicadores de avaliação do andamento do projeto de pesquisa;
- instituições, pesquisadores e empresas (quando for o caso) envolvidos, e as respectivas atividades e tempo de dedicação ao projeto;
- o caráter cooperativo da proposta, nos projetos da **Faixa I** deve ser devidamente comprovado.
- orçamento detalhado da proposta, com a discriminação dos gastos de custeio e capital, este último quando pertinente e devidamente justificado;
- existência de financiamento de outras fontes, se houver;
- existência de interesse e/participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso;
- termo de compromisso de participação de cada pesquisador envolvido no projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento proposto, atestando conhecimento das atividades atribuídas no projeto, que deve ser mantido sob a guarda do Coordenador do projeto;
- termo de compromisso da empresa, quanto à sua participação e interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida, que deve ser mantido sob a guarda do Coordenador do projeto;

2.2.1. Quanto ao orçamento:

- detalhamento e justificativa dos recursos solicitados em cronograma físico-financeiro encadeado por fases, que retratem o projeto como um todo (cronograma de desembolso);
- informação acerca da contrapartida da instituição executora e das colaboradoras;
- informação se há solicitação em curso, de financiamento para o projeto, em outras agências nacionais ou internacionais;

2.2.2. A proposta não deve incluir solicitação de apoio para:

- atividades de rotina ou administrativas;
- formação de recursos humanos;

- despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo e as de rotina (contas de luz, água, telefone, correio, reprografia e similares) entendidas como despesas de contrapartida da Instituição de execução do projeto;
- despesas com obras de construção civil, inclusive de reparação, manutenção ou adaptação.

2.2.3. Quanto aos aspectos éticos:

- os projetos que envolvam pesquisa clínica, epidemiológica ou experimental com seres humanos e/ou animais, devem conter uma seção sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado comprovante de submissão ou parecer de comitê de ética em pesquisa credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), conforme os termos da Portaria 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.
- conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em Biossegurança.
- Conforme legislação em vigor, os projetos que envolvam experimentos ou manipulação de elementos radioativos devem apresentar cópia da matrícula no CNEN, quando cabível,
- Cópia do contrato de utilização do patrimônio e de Repartição de Benefícios, quando houver perspectiva de uso comercial de produto ou processo resultante da utilização de componente do patrimônio genético, conforme Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/01, Decreto nº 3.945, de 28/09/01 e Resolução nº 001, de 08/06/02.

3 - APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projetos, utilizando-se para tanto o aplicativo Formulário de Apresentação de Projetos, disponível no Link (Pesquisa para o SUS) no endereço www.fapergs.tche.br, a partir de 29/10/2004 conforme item 1.3 deste Edital, observando-se rigorosamente as correspondentes instruções de preenchimento nele contidas.

3.2. As propostas devem ser transmitidas, via Internet, até a data limite de submissão das propostas indicada no item 1.3. deste Edital, ou seja, dia 19 /11 /04 às 18:00h (dezoito) horas, horário de Brasília. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro) horas , encerrando-se impreterivelmente, em 20/11/04, às 18:00h (dezoito) horas, horário de Brasília. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um recibo eletrônico de protocolo de sua proposta, o qual servirá como comprovante de transmissão.

3.3. O solicitante, pessoa física, Coordenador Técnico do Núcleo, deverá imprimir as páginas do formulário eletrônico contendo os dados de seu projeto e o comprovante de sua transmissão. Cópias destes documentos somadas aos demais solicitados no item 3.4 deverão ser enviados pelo correio ou por empresa que cumpra as mesmas funções, à sede da FAPERGS, Rua Carlos Chagas, 55 – 3º andar – Porto Alegre, RS, CEP 90.030-020, em até dois dias úteis após a data final de submissão de propostas conforme item 2.

3.4. Os seguintes documentos deverão ser enviados a FAPERGS, conforme o estabelecido no item 3.3:

- a – Cópia do projeto inscrito via internet, assinada pelo coordenador.
- b – Cópia do comprovante de transmissão.

- c – Cópia do título comprobatório oficial de conclusão do curso de mais alto nível do coordenador (diplomas obtidos no exterior deverão ter anexado o comprovante de reconhecimento pelo MEC ou por Universidade credenciada para tanto).
- d – Declaração do Chefe da Unidade, Departamento ou Órgão da instituição de vínculo do proponente. Preencher o modelo do Anexo I,
- e – Declaração das instituições associadas. Preencher o modelo do Anexo II,
- f – Declaração de prestador de serviços contratado de acordo com o subitem 1.6.3, preencher o Anexo III,
- g – Currículo Vitae do Coordenador do projeto – modelo Lattes
- h – Cópia do CPF do coordenador.
- i – Cadastro do coordenador. (imprimir no www.fapergs.tche.br, entrar em “manuais e formulários” e preencher o documento)
- j – Relação de integrantes da equipe principal e sua qualificação
- k – Cópia da matrícula no CNEN, quando cabível,
- l – Parecer da Comissão de Ética das instituições envolvidas, quando cabível,
- m – Cópia do Certificado de Qualidade em Biossegurança, com o número do registro e data da publicação, quando cabível,
- n - Cópia do contrato de utilização do patrimônio e de Repartição de Benefícios, quando houver perspectiva de uso comercial de produto ou processo resultante da utilização de componente do patrimônio genético, conforme Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/01, Decreto nº 3.945, de 28/09/01 e Resolução nº 001, de 08/06/02.

3.5. Não serão aceitos, sob hipótese alguma, projetos entregues diretamente na FAPERGS, tampouco será permitida a anexação ou substituição de qualquer documento ou informação após encaminhamento da proposta

3.6. As propostas apresentadas fora de prazo ou que não apresentem os documentos e informações solicitados e os formulários corretamente preenchidos serão consideradas inabilitadas.

3.7. Será aceita uma única proposta por coordenador.

4 - ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas em atendimento a este Edital será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

- análise preliminar da documentação pelo protocolo da FAPERGS, Departamento de Auxílios e Bolsas, quanto ao enquadramento das propostas às condições e exigências do presente Edital;
- avaliação do mérito das propostas por consultoria *ad hoc*;
- análise pelo Comitê Assessor da Área da Saúde da FAPERGS
- aprovação final pelo Comitê Gestor constituído por representantes da FAPERGS, Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, do Departamento de Ciência Tecnologia

(Decit) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde e CNPq.

4.1 - Etapa I - Análise pelo Comitê Assessor da Área da Saúde - Enquadramento

Esta etapa consistirá na análise preliminar das propostas apresentadas, a ser realizada pelo Comitê Assessor da Área da Saúde da FAPERGS, quanto à sua adequação ao presente Edital, caracterizando a demanda qualificada, em atendimento às características obrigatórias (vide item 2) e demais exigências deste Edital.

4.2 - Etapa II - Análise pelos Consultores *ad hoc*

Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito de cada pleito, a ser realizada por especialistas que se manifestarão considerando os seguintes requisitos e critérios de julgamento:

- critérios de mérito;
- critérios gerenciais e financeiros;
- critérios de contribuição para consolidação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;
- critérios de aplicabilidade dos resultados.
- critérios de expansibilidade

4.3 – Etapa III – Análise pelo Comitê Assessor da Área da Saúde da FAPERGS

Após a etapa de análise de mérito pelos consultores *ad hoc*, os projetos serão apreciados conjuntamente, com relação ao mérito e relevância pelo Comitê Assessor da Área da Saúde da FAPERGS. Essa avaliação visa subsidiar o Comitê Gestor do Programa quanto ao conjunto dos projetos apresentados em cada área temática, numa perspectiva de análise comparativa e recomendação.

4.4 - Etapa IV - Aprovação Final pelo Comitê Gestor

4.4.1. As propostas recomendadas pelos consultores *ad hoc* e Comitê Assessor da Área da Saúde da FAPERGS, serão listadas em ordem decrescente de pontuação e submetidas à apreciação do Comitê Gestor, que emitirá a decisão final sobre os projetos aprovados, observados os limites orçamentários deste Edital. O caráter interdisciplinar e a difusão dos resultados obtidos para as comunidades envolvidas são pontos considerados como relevantes na avaliação das propostas.

4.4.2. Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer do Comitê de acordo com a pontuação alcançada dentro dos critérios estabelecidos. O Comitê poderá recomendar adequações no orçamento e cronograma propostos.

4.4.3. Ao serem concluídos os trabalhos de julgamento será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê, contendo a relação dos projetos aprovados e dos que não foram aprovados.

4.4.4. Caso algum dos membros do Comitê Assessor ou do Comitê Gestor faça parte da equipe de uma das propostas, o mesmo deverá se ausentar do julgamento do projeto.

5- RESULTADO DO JULGAMENTO

A relação dos projetos aprovados com recursos financeiros do presente Edital será divulgada pela FAPERGS disponível na Internet no endereço www.fapergs.tche.br.

6 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado deste Edital, a FAPERGS aceitará recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado do julgamento. O recurso deverá ser dirigido ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da FAPERGS, no prazo de 5 dias a contar da publicação dos resultados na homepage da FAPERGS.

7 - DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

7.1. Os projetos aprovados serão contratados em nome do Coordenador, com a aceitação da entidade por ele representada (instituição de execução do projeto), ou da instituição de execução do projeto] mediante assinatura de Termo de Concessão, onde as partes assumirão, fundamentalmente, os seguintes compromissos:

a) Coordenador do Projeto:

- responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a FAPERGS, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas; e
- fornecer as informações solicitadas pela FAPERGS para o bom acompanhamento do desenvolvimento de projeto aprovado.

b) Instituição de Execução do Projeto:

- fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

c) FAPERGS

- liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária .

7.2. O Proponente não poderá ter pendência no setor de Prestação de Contas e/ou com Relatórios Técnicos e/ou estar incluído no CADIN, no momento da liberação pelo CTA da FAPERGS sobre a concessão de recursos aos projetos avaliados e recomendados no seu mérito técnico-científico, bem como, no momento da assinatura do Termo de Outorga e no pagamento dos valores aprovados bem como em nível Federal.

8 - CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro será cancelada pelo CTA da FAPERGS por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

9 - PUBLICAÇÕES

9.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiado pelo presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio pela FAPERGS, Ministério da Saúde e CNPq.

9.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim, aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República -atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

10 - AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. Ao final da vigência, o proponente deve apresentar, em conformidade com o Termo de Concessão e demais normas da FAPERGS e CNPq:

- a prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas; e
- o relatório técnico final.

10.2. O projeto deve ser acompanhado até o final de sua vigência, por meio de: análise dos relatórios técnicos parciais, anuais, de execução do projeto;

- visitas *in loco* com a participação de técnicos e/ou consultores o Comitê Gestor; apresentação, pelo coordenador, de relatório técnico final, circunstanciado, apresentando os resultados, conclusões e produtos obtidos, devendo ser encaminhado à FAPERGS, até 60 dias após o prazo de encerramento do projeto;
- apresentação, pelo coordenador, de publicações de artigos em revistas ou Anais de Congressos nacionais ou estrangeiros, ou ainda, artigos submetidos a revista e que se encontram no prelo;
- seminários para apresentação dos resultados.

10.3. Caberá ao Comitê Gestor verificar se as publicações apresentadas são condizentes com a proposta descrita no projeto apresentado pelo proponente;

10.4. O proponente terá o prazo de **6 (seis) meses** para enviar cópia da publicação à FAPERGS ou carta de aceite do manuscrito assinada pelo Editor Chefe do periódico.

10.5. O Comitê Gestor reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais que julgar pertinentes.

11. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Após a publicação dos resultados no Diário Oficial do Estado e de sua divulgação nas páginas eletrônicas da FAPERGS, as propostas aprovadas passarão a ser contratadas imediatamente.

11.1. Os recursos serão depositados em conta corrente no Banrisul, aberta especificamente para o projeto em nome do outorgado e da FAPERGS.

12 – PRAZO PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos deverão ser aplicados dentro do prazo de vigência do termo de outorga (até 24 meses) e após o seu depósito na conta do pesquisador.

13 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

14 - REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Conselho Técnico Administrativo da FAPERGS seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15 - PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Deverá ser solicitada à FAPERGS, pelo Coordenador do Projeto, qualquer alteração relativa à execução do projeto, acompanhada da devida justificativa, devendo o coordenador, aguardar o parecer formal decisivo do CTA.

16.2. Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-á de acordo com o estabelecido Portaria 152 do Ministério da Saúde, de 16 de julho de 2004.

16.3. As informações geradas com a implementação dos projetos selecionados e disponibilizadas na base de dados do Ministério da Saúde, do CNPq e das FAPs serão de domínio público.

16.4. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelas normativas internas do CNPq e da FAPERGS.

17 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser sanadas pela FAPERGS no telefone 51-32314922, das 09:00-12:00 e das 13:30-17:00 e pelo site www.fapergs.tche.br.

18 - CLAUSULA DE RESERVA

A FAPERGS reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Porto Alegre, 29 de Outubro de 2004.

Carlos Nelson dos Reis

Diretor Administrativo

Jarbas Milititsky

Presidente do Conselho Superior

Jorge Alberto Villwock

Diretor Científico



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL MS/CNPq/FAPERGS – Nº 06/2006

Seleção pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico prioritário para o Sistema Único de Saúde - SUS

O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, tornam público o presente Edital e convocam os interessados a apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, nos termos aqui estabelecidos.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Apresentação

Nos últimos anos o Ministério da Saúde - MS, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Decit/SCTIE - vem empreendendo esforços para o fomento da pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico em saúde no País, na perspectiva de fortalecimento da Política Nacional de Saúde.

Em 2004, houve um incremento no volume de recursos destinados às ações de fomento à pesquisa em saúde na ordem de 550%, quando comparado com o ano anterior. Naquele ano, o Decit destinou cerca de R\$ 68 milhões para o desenvolvimento de atividades de ciência e tecnologia em saúde, e em 2005 esses recursos foram ampliados para R\$ 72,5 milhões. Em 2006, a perspectiva é que o Departamento disponha de R\$ 80 milhões para investimento em ações de fomento à pesquisa em saúde.

Parte desses recursos foi destinada ao desenvolvimento do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS – em todo o País. O PPSUS é uma iniciativa de descentralização do fomento à pesquisa em saúde que prioriza a gestão compartilhada de ações, por meio da parceria entre instâncias estaduais de saúde e de ciência e tecnologia - C&T. O objetivo primordial do Programa é financiar pesquisas em temas prioritários de saúde, capazes de dar resposta aos principais problemas de saúde da população que necessitam do conhecimento científico para sua resolução.

Para tornar mais abrangentes as ações de fomento à pesquisa em saúde, desenvolvidas pelo Decit, em julho de 2004, foi firmado Termo de Cooperação e Assistência Técnica entre os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia – MCT. A celebração deste Termo permitiu que o Departamento de Ciência e Tecnologia estabelecesse uma parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia -CNPq/MCT - para o desenvolvimento do PPSUS em todos os estados brasileiros. Essa parceria foi firmada com o propósito de ampliar o quantitativo de pesquisas em saúde a serem apoiadas pelo MS, conferir sustentabilidade técnica e financeira ao Programa, além de maior agilidade ao seu gerenciamento administrativo.

O PPSUS envolve parcerias no âmbito federal e estadual. No nível federal participam o Ministério da Saúde, por meio do Decit, que é o coordenador nacional do

Programa, e o CNPq, que é a instituição responsável pelo gerenciamento administrativo do PPSUS em nível nacional. Na esfera estadual estão envolvidas as Fundações de Amparo a Pesquisa - FAPs - e as Secretarias Estaduais de Saúde - SES.

Para operacionalização do Programa são transferidos recursos financeiros do Ministério da Saúde ao CNPq, que, por sua vez, repassa esses recursos às FAPs do País. Essas fundações são os agentes executores do Programa em cada estado. Cabe a essas fundações, preferencialmente em parceria com as respectivas SES, lançar os editais públicos para seleção de projetos de pesquisa em temas considerados relevantes para o sistema local de saúde e em consonância com as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde - ANPPS, do Ministério da Saúde.

O desenvolvimento do PPSUS nos anos de 2004 e 2005 possibilitou o alcance de resultados importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde no País: o financiamento de 443 pesquisas em saúde; o apoio a mais de 100 instituições que desenvolvem pesquisas nesse campo; a aproximação entre os sistemas estaduais de saúde e de ciência e tecnologia; a mobilização da comunidade acadêmica da área da saúde para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em temas considerados prioritários, tendo como parâmetro as necessidades reais de saúde da população brasileira; e a redução das desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, uma vez que o Programa investiu recursos financeiros em todos os estados brasileiros, reduzindo a forte concentração de financiamento em projetos de pesquisa oriundos da região sudeste.

1.2. Objetivo

O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem à promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Temas/ Linhas Temáticas

O presente Edital contempla os seguintes temas nos quais os projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico deverão ser enquadrados:

TEMA	Descrição	Linhas Temáticas
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> -Vigilância em saúde ambiental; -Vigilância de doenças e agravos não transmissíveis (DANT); -Vigilância do violência; -Vigilância em saúde; - Educação em saúde; - Entomologia; - Pesquisas sobre o uso de tecnologias de comunicação social contemporâneas em saúde; - Pesquisas sobre lesões por esforços repetitivos e/ou doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> -Comportamento das doenças e agravos relacionados aos fatores ambientais (químicos, físicos e biológicos); -Fatores de risco e proteção; - Fatores de risco e proteção; - Comportamento das doenças e agravos relacionados aos fatores sócio-econômicos e locais. - Avaliação de metodologias de capacitação para profissionais de saúde; - Modelos de controle dos vetores da dengue; - Estudos de impacto; - Etiologia, diagnóstico e prevenção.
ATENÇÃO À SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa sobre a efetivação da Atenção Primária a Saúde (APS)/Atenção Básica. - - Pesquisa sobre a organização de serviços característicos da prática de APS - Pesquisas no contexto dos Serviços de Urgência/Emergência do SUS 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exame periódico do adulto; 2. Condições clínicas frequentes; 3. Redução de internações por condições sensíveis à APS. 1. Porta de Entrada/Acesso, Longitudinalidade, Integralidade, Coordenação, orientação familiar, orientação comunitária; 2. Avaliação de serviços de APS e saúde da família; 3. Satisfação dos usuários de serviços de APS e Saúde da Família; 4. Interação da APS com outros pontos da rede de serviços em saúde Processo de gestão, organização, efetividade e avaliação.
	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa na área de Educação em Saúde 	<p>Formação e capacitação de profissionais para atuar em APS e Saúde da Família</p>

	- Saúde Bucal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Doenças Bucais mais frequentes 2. Cobertura populacional e capacidade assistencial de saúde bucal
	- Saúde da Mulher	Qualificação da atenção à saúde da mulher e redução de morbimortalidade
	- Saúde do Idoso	Qualificação da atenção à saúde do idoso e redução da morbimortalidade do idoso
	- Saúde da criança e do adolescente	Qualificação da atenção à saúde da criança e do adolescente, redução da morbimortalidade em crianças e adolescentes e promoção do crescimento e desenvolvimento.
	- Doenças crônicas não transmissíveis	Determinantes e controle das doenças: aspectos relacionados com etiopatogênese, epidemiologia, diagnóstico, prevenção primária e secundária.
	Produção, Qualidade e Acesso a Insumos Farmacêuticos Estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de novas tecnologias para incrementar a produção e melhorar a qualidade de medicamentos, hemoderivados e imunobiológicos destinados ao SUS. 2. Desenvolvimento de novas rotas e/ou metodologias sintéticas para farmacêuticos. 3. Otimização terapêutica de fármacos e medicamentos distribuídos pelo SUS.

1.4. Cronograma de Execução

ATIVIDADES	DATA
Lançamento do Edital no Diário Oficial do Estado	19/09/2006
Submissão de propostas	De 19/09/2006 até 03/11/2006
Julgamento dos projetos	Até 15/01/2007
Divulgação dos resultados	Até 17/01/2007
Assinatura do Termo de Outorga	A partir de 17/02/2007

1.5. Público-Alvo

Pesquisadores Apoiados

O coordenador e coordenador substituto do projeto deverão ser pesquisadores com titulação mínima de doutor e com vínculo funcional/empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas sem fins lucrativos. Serão preferencialmente apoiadas as propostas que envolverem parcerias interinstitucionais, integrando ações do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil. Será dada preferência para projetos que sejam desenvolvidos em parceria com de no mínimo duas instituições.

1.5.1 No caso de participação de empresa deve-se apresentar um termo de compromisso, expondo o interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida, que deve ser mantido sob a guarda do Coordenador do projeto.

1.5.2. Deve ser mantido sob a guarda do Coordenador do projeto o termo de compromisso de participação de cada pesquisador envolvido no projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento proposto, atestando conhecimento das atividades atribuídas no projeto.

1.6. Recursos Financeiros

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital e custeio no valor global estimado de R\$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil reais), oriundos do:

- Decit/SCTIE/MS: R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) a serem repassados ao CNPq, conforme Portaria nº. 69, de 03/07/2006, publicada no DOU EM 24/07/2006.
- FAPERGS: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), provenientes do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.
- Do total de recursos do Edital 40% serão destinados a despesas de capital e 60% de custeio.

1.6.1. Estima-se apoiar até 10 (dez) projetos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até 10 (dez) projetos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada.

Em havendo sobra de recursos, o montante poderá ser remanejado, observando-se sempre a classificação de mérito e a viabilidade aprovadas pelo Comitê Gestor.

1.7. Itens Financiáveis

1.7.1. Serão financiados itens referentes à capital e custeio, compreendendo:

a) Custeio:

- material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, e softwares;
- passagens e diárias;
- serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), **de caráter eventual**, conforme Normas de Instrução para o Uso dos Recursos. Disponível no site Fapergs www.fapergs.rs.gov.br/legislação.
- despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos (vide item 1.7.8).

b) Capital:

- equipamentos;
- material permanente;
- material bibliográfico;

1.7.2. Não são permitidas despesas com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, assim como despesas de rotina, tais como: contas de luz, água, telefone, reprografia e similares, correio e obras civis, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução da pesquisa e das colaboradoras.

1.7.3. É vedado o pagamento a qualquer título, a servidor da administração pública, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica.

1.7.4. É vedado o pagamento, a qualquer título, para formação de recursos humanos;

1.7.5. Não são permitidas despesas com obras de construção civil, inclusive de reparação ou adaptação.

1.7.6. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição proponente a título de contrapartida.

1.7.7. Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq disponíveis no endereço www.cnpq.br/prestacaocontas e as da FAPERGS, disponíveis no site www.fapergs.rs.gov.br.

1.7.8. Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 15% (quinze por cento) do montante previsto para gastos com importação, indicando a taxa de conversão utilizada para cálculo.

1.8. Prazos de Execução das Pesquisas

As pesquisas a serem apoiadas pelo presente Edital poderão ter seu prazo de execução estabelecido em até 24 (vinte e quatro) meses, conforme estipulado no Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio.

2. CARACTERÍSTICAS OBRIGATÓRIAS

As características obrigatórias indicadas a seguir são válidas para o presente Edital. O atendimento às mesmas é considerado imprescindível para o exame da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer delas resultará em não enquadramento da proposta.

2.1. Quanto ao Proponente e a Equipe

O Coordenador do projeto deve atender aos itens abaixo relacionados:

- ser pesquisador Doutor atuante na área;
- ter seus dados e de todos os pesquisadores da equipe técnica cadastrados e atualizados no Currículo Lattes, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/curriculo/>;
- possuir vínculo funcional/empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas e sem fins lucrativos, sediadas no próprio estado;
- não ser membro do Comitê Gestor do Programa PPSUS.

2.1.1. Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores técnicos e instituições colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.1.2. O mesmo Coordenador não pode coordenar mais de uma proposta para este Edital.

2.2. Quanto à Proposta

A proposta deve ser elaborada segundo roteiro contendo as informações descritas a seguir:

- título do projeto;
- dados da instituição executora;
- instituição signatária;

- dados do coordenador - endereço, endereço eletrônico e telefone de contato;
- especificação das instituições, pesquisadores e empresas (quando for o caso) envolvidas e das respectivas atividades a serem desempenhadas individualmente, bem como do tempo de dedicação ao projeto;
- identificação da equipe técnica e descrição de suas qualificações;
- identificação do tema e linha temática, conforme descrito no item 1.3;
- resumo do projeto e palavras-chave;
- introdução;
- justificativa(s) para realização do projeto e sua aplicabilidade para o SUS;
- objetivo(s) geral(is) e específico(s);
- metodologia e cronograma de execução das atividades previstas para o desenvolvimento da pesquisa;
- resultados, produtos, avanços e aplicações esperadas;
- orçamento detalhado da proposta, com a discriminação dos gastos de custeio e capital, este último quando pertinente e devidamente justificado;
- existência de financiamento de outras fontes;
- referências bibliográficas mais relevantes;
- estimativa dos indicadores de avaliação do projeto de pesquisa;
- existência de interesse e participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso.

2.2.1. Quanto ao orçamento:

- detalhamento e **justificativa** dos recursos solicitados em cronograma físico-financeiro, encadeado por fases que retratem o projeto como um todo (cronograma de desembolso);
- informação acerca da contrapartida da instituição executora e das colaboradoras; (se houver)
- informação se há solicitação em curso, de financiamento para o projeto, em outras agências nacionais ou internacionais;
- observância aos itens financiáveis e não-financeáveis (item 1.7. do edital).

2.2.2. Quanto às permissões/exigências legais:

- os projetos que envolvam pesquisa clínica, epidemiológica ou experimental com seres humanos e/ou animais, devem conter uma seção sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado comprovante de submissão ou parecer do comitê de ética em pesquisa credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), conforme os termos da Portaria 196/96, do Conselho Nacional de Saúde;
- conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em Biossegurança.
- Demais autorizações/permissões de caráter ético ou legal, que se façam necessárias, deverão ser providenciadas pelo coordenador do projeto e enviadas a FAPERGS como requisito para a liberação dos recursos.

3. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projetos de pesquisa, utilizando-se para tanto o aplicativo Formulário de Apresentação de Projetos de Pesquisas, contido no Sistema Informatizado do PPSUS, disponível na Internet, nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.saude.gov.br>, opção de menu: Ciência e Tecnologia, link: Programa pesquisa para

o SUS – PPSUS, ou no link www.fapergs.rs.gov.br, observando-se rigorosamente as correspondentes instruções de preenchimento nele contidas. O formulário compreende os campos de preenchimento obrigatório descritos no item 2.2, cujo preenchimento incompleto desqualifica o projeto.

3.2. As propostas devem ser transmitidas, via Internet, até a data limite de submissão das propostas indicada no item 1.4. deste Edital, ou seja, dia **03/11/2006**, às 18:00h (dezoito) horas, horário de Brasília. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro) horas, encerrando-se impreterivelmente, em **04/11/06**, às 18:00h (dezoito) horas, horário de Brasília. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um recibo eletrônico de protocolo de sua proposta, o qual servirá como comprovante de transmissão.

3.3. O solicitante, pessoa física, coordenador do projeto de pesquisa, deverá imprimir as páginas do formulário eletrônico contendo os dados de seu projeto e o comprovante de sua transmissão. Cópias destes documentos somadas aos demais solicitados no item 3.4 deverão ser enviados pelo correio ou por empresa que cumpra as mesmas funções, à sede da FAPERGS, Rua Carlos Chagas, 55 – 3º andar – Porto Alegre, RS, CEP 90.030-020, em até dois dias úteis após a data final de submissão de propostas conforme item 2.

3.4. Os seguintes documentos deverão ser enviados a FAPERGS, conforme o estabelecido no item 3.3:

- a – Cópia do projeto inscrito via internet, assinada pelo coordenador.
- b – Cópia do comprovante de transmissão.
- c – Cópia do título comprobatório oficial de conclusão do curso de mais alto nível do coordenador (diplomas obtidos no exterior deverão ter anexado o comprovante de reconhecimento pelo MEC ou por Universidade credenciada para tanto).
- d – Declaração do Chefe da Unidade, Departamento ou Órgão da instituição de vínculo do proponente. Preencher o modelo do Anexo I.
- e – Declaração das instituições associadas. Preencher o modelo do Anexo II.
- f – Declaração de prestador de serviços contratado de acordo com o subitem 1.7.3, preencher o Anexo III.
- g – Currículo Vitae do Coordenador do projeto – modelo Lattes
- h – Cópia do CPF do coordenador.
- i – Cadastro do Pesquisador, caso o solicitante não esteja cadastrado na FAPERGS ou deseja atualizá-lo; Disponível no site www.fapergs.rs.gov.br;
- j – Relação de integrantes da equipe principal e sua qualificação;
- k – Cópia da matrícula no CNEN, quando cabível;
- l – Parecer da Comissão de Ética das instituições envolvidas, quando cabível;
- m – Cópia do Certificado de Qualidade em Biossegurança, com o número do registro e data da publicação, quando cabível;
- n - Cópia do contrato de utilização do patrimônio e de Repartição de Benefícios, quando houver perspectiva de uso comercial de produto ou processo resultante da utilização de componente do patrimônio genético, conforme Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/01, Decreto nº 3.945, de 28/09/01 e Resolução nº 001, de 08/06/02.

3.5. Não serão aceitos, sob hipótese alguma, projetos entregues diretamente na FAPERGS.

3.6. O Conselho Superior e o Conselho Técnico Administrativo através da Resolução CS/CTA nº 03, de 28 de março de 2005, estabelecem o prazo de 10 (dez) dias úteis para a complementação da documentação constante deste Edital.

O prazo será contado a partir da postagem da correspondência ou envio de correio eletrônico pelo Departamento de Auxílios e Bolsas – DAB comunicando ao solicitante a(s) falha(s) verificada(s) na documentação.

3.7. Será aceita uma única proposta por coordenador.

3.8. Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio. Após o prazo final para recebimento das propostas, nenhuma proposta nova será recebida.

4. ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

- análise preliminar da documentação pelo protocolo da FAPERGS e pelo Departamento de Auxílio e Bolsas quanto ao enquadramento das propostas às condições e exigências do presente Edital;
- avaliação do mérito das propostas por consultoria ad hoc;
- análise pela Comissão de Especialistas; e
- aprovação final pelo Comitê Gestor, constituído, de forma paritária, por representantes do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, do CNPq, da FAPERGS e da SES/RS.

4.1. Etapa I: Análise do enquadramento das propostas pela FAPERGS

Esta etapa consistirá na análise preliminar das propostas apresentadas, a ser realizada pela instância responsável na FAPERGS, quanto a sua adequação ao presente Edital, caracterizando a demanda qualificada, em atendimento às características obrigatórias (vide item 2) e demais exigências deste Edital.

A etapa de enquadramento das propostas envolve três momentos distintos:

- revisão documental do material disponibilizado pelo Coordenador do projeto de pesquisa, em cumprimento às exigências contidas no item 2 do presente Edital.
- verificação do completo preenchimento do formulário de apresentação de projetos, contido no Sistema Informatizado do PPSUS. A submissão de projetos será realizada mediante o preenchimento do formulário eletrônico do Sistema Informatizado do PPSUS.
- adequação do projeto às linhas temáticas do Edital. A verificação do enquadramento do projeto às linhas temáticas do Edital é essencial para que, de fato, as pesquisas financiadas contemplem os temas prioritários de pesquisa definidos pela SES-RS e FAPERGS no Edital. Essa etapa é fundamental para o bom desenvolvimento da fase subsequente do processo de operacionalização do Programa, referente à distribuição dos projetos para os pareceristas *ad hoc*, uma vez que o enquadramento incorreto dos projetos implicará na distribuição e conseqüente avaliação inadequada pelos consultores *ad hoc*.

4.2. Etapa II: Análise por Consultores *ad hoc*

Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada quanto ao mérito técnico-científico de cada projeto, a ser realizada por especialistas que se manifestarão considerando os seguintes requisitos e critérios:

Análise do Projeto

- Identificação com um dos temas/linhas de apoio do Edital nº 06/2006, disponível no endereço eletrônico: <http://www.fapergs.rs.gov.br>;
- Como se evidencia a atuação do proponente na área do Edital;
- Caracterização da proposta como projeto de pesquisa.

Avaliação de Mérito

- Coerência entre objetivos e metodologia;

- Caráter do projeto quanto aos resultados esperados e benefícios potenciais para a área em estudo e/ou setores de aplicação;
- Poder de generalização.

Avaliação Gerencial e Financeira

- Factibilidade das etapas de trabalho demonstradas no cronograma: compatibilidade entre metodologia, atividade e prazo de execução;
- Coerência da previsão orçamentária com os objetivos, atividades e resultados propostos

Avaliação de Relevância

- Contribuição da pesquisa para a universalidade, integralidade, equidade, autonomia, direito à informação, controle social, descentralização, hierarquização e resolutividade do sistema único de saúde;
- Viabilidade de aplicação dos resultados ou da absorção de novas tecnologias
- Possibilidade de futuros desdobramentos que extrapolem o objetivo inicial da pesquisa, usando como base de análise a metodologia apresentada na pesquisa.

Resultado da Avaliação

- Resultado global da avaliação (proponente, equipe, projeto e orçamento);
- Detalhamento dos pontos relevantes que o(a) levaram a avaliação positiva ou negativa da proposta.

4.3 Etapa III: Análise por Comissão de Especialistas

Após a etapa de análise de mérito, os projetos serão apreciados conjuntamente, com relação ao mérito e relevância sócio-sanitária, por uma Comissão de Especialistas composta por pesquisadores doutores com qualificação nas respectivas linhas temáticas constantes neste Edital. Essa avaliação objetiva subsidiar o Comitê Gestor (CG) quanto ao conjunto dos projetos apresentados em cada linha temática, numa perspectiva de análise comparativa e de recomendação.

4.3.1. Ao final do processo de análise, a Comissão de Especialistas deverá estabelecer o ranqueamento das propostas, em escala decrescente de prioridade.

4.3.2. Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer da Comissão de Especialistas de acordo com a pontuação alcançada dentro dos critérios estabelecidos.

4.3.3. O formulário para avaliação dos projetos pela Comissão de Especialistas disporá dos mesmos parâmetros do instrumento definido pelo Decit e pelo CNPq, a fim de se obter uma padronização do processo avaliativo.

4.3.4. A Comissão de Especialistas poderá recomendar adequações no orçamento e cronograma propostos.

4.3.5. Caso algum dos membros da Comissão de Especialistas faça parte da equipe de uma das propostas, o mesmo deverá se ausentar do julgamento do projeto.

4.4. Etapa IV: Aprovação Final pelo Comitê Gestor (CG)

O Comitê Gestor (CG) é composto, paritariamente, por representantes do Decit/MS, do CNPq, da FAPERGS e da SES-RS e representa a instância final de deliberação sobre os projetos aprovados, observados os limites orçamentários neste Edital. O objetivo precípua da reunião do CG é a análise de relevância sócio-sanitária, a análise orçamentária e a aprovação final dos projetos recomendados pela Comissão de Especialistas.

4.4.1. A relevância sócio-sanitária será analisada de acordo com as prioridades locais de pesquisa em saúde, considerando-se aquelas que melhor atendam aos seguintes critérios:

- impacto positivo nas condições de saúde da população;
- consonância com a situação de morbi-mortalidade relacionada ao agravo a ser pesquisado;

- respondam as lacunas de conhecimento sobre o tema no estado;
 - consonância com a política nacional e estadual de saúde;
 - consonância com a agenda estadual de prioridades de pesquisa em saúde;
 - coerência com as demandas específicas da SES.
- 4.4.2.** Para a análise orçamentária deverão ser considerados os seguintes aspectos:
- conhecimento da infra-estrutura das instituições proponentes pelos representantes estaduais no Comitê;
 - coerência com os itens financiáveis e não-financeáveis definidos no Edital;
 - conhecimento de outras fontes de financiamento para determinado projeto pelos representantes estaduais no Comitê;
 - coerência entre os valores solicitados para os diversos itens e os preços praticados no mercado;
 - pertinência das despesas de capital e custeio às necessidades para desenvolvimento do projeto;
 - pertinência das despesas de capital e custeio com os percentuais definidos no Edital.
- 4.4.3.** Ao Decit é reservado o direito de decisão em caso de empate e outras situações não previstas nas reuniões do CG.
- 4.4.4.** Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer do Comitê de acordo com a prioridade alcançada. Os pareceres serão assinados por todos os membros do Comitê.
- 4.4.5.** O comitê poderá recomendar adequações no orçamento. A soma de cortes no orçamento não pode atingir 30% do valor total do projeto. Caso a Comissão de Especialistas e o Comitê sugiram cortes superiores a este valor, o projeto será automaticamente excluído da concorrência.
- 4.4.6.** Caso algum dos membros do Comitê faça parte da equipe de uma das propostas, o mesmo deverá se ausentar no momento do julgamento do projeto.
- 4.4.7.** Concluídos os trabalhos de julgamento, será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê, contendo a relação dos projetos aprovados e dos não aprovados.

5. RESULTADO DO JULGAMENTO

A relação dos projetos aprovados com recursos financeiros do presente Edital será divulgada pela FAPERGS, no seguinte endereço eletrônico : <http://www.fapergs.rs.gov.br>.

6. DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

6.1. Os projetos aprovados serão contratados em nome do Coordenador, com a aceitação da entidade por ele representada (instituição de execução do projeto), ou da instituição de execução do projeto mediante assinatura de Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio, onde as partes assumirão, fundamentalmente, os seguintes compromissos:

- a) Coordenador do Projeto:
 - responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a FAPERGS, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
 - fornecer as informações solicitadas pela FAPERGS para o bom acompanhamento do desenvolvimento do projeto aprovado.
- b) Instituição de Execução do Projeto:
 - fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.
- c) FAPERGS
 - empenho dos recursos dos projetos aprovados aos respectivos coordenadores, no prazo máximo de 30 dias após a publicação do resultado do processo de julgamento, conforme disponibilidade orçamentária;

6.2. Os documentos aprobatórios do Comitê de Ética da Comissão de Biossegurança, e/ou outras determinações legais, quando pertinentes, deverão ser enviados à FAPERGS pelo Coordenador da **proposta aprovada**, como pré-condição para concessão do auxílio.

6.3. O coordenador solicitante não poderá ter pendências na Divisão de Prestação de Contas e/ou na apresentação de Relatórios Técnicos Científicos e/ou estar incluído no CADIN (Cadastro de Informações do Estado do RGS).

7. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro será cancelada pelo CTA da FAPERGS, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

8. PUBLICAÇÕES

8.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalhos de pesquisa, apoiados pelo presente Edital, deverão citar, **obrigatoriamente**, o apoio da FAPERGS, do Ministério da Saúde e do CNPq.

8.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem como, aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

9. AVALIAÇÃO PARCIAL, FINAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A FAPERGS acompanhará até o final de sua vigência a execução físico-financeira dos projetos por meio:

- da análise da **Prestação de Contas** e do **Relatório Técnico Científico** parciais e finais a serem elaborados e enviados pelo Coordenador solicitante. Para tanto, deve ser remetido à FAPERGS a Prestação de Contas e o Relatório Técnico Científico nos prazos estipulados no Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio.
- de visitas *in loco* com a participação de técnicos e/ou consultores do Comitê Gestor, quando pertinente;
- da apresentação, pelo coordenador, de publicações de artigos em revistas ou anais de congressos nacionais ou estrangeiros, ou ainda, artigos submetidos à revista e que se encontram no prelo;
- organização de Seminários para Acompanhamento e Avaliação (A & A) das pesquisas apoiadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, realizando-se um no primeiro ano (parcial) e outro no segundo ano (final) de execução da pesquisa. Estes seminários deverão ser organizados pela FAPERGS, junto com a SES-RS, com apoio do Decit/MS e do CNPq.

9.2. O coordenador da pesquisa deverá realizar a apresentação dos resultados parciais e finais nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação. Em caso de impossibilidade de comparecimento, o coordenador deverá justificar o motivo da ausência e indicar um componente da equipe para realizar a apresentação.

9.3. Nos seminários de acompanhamento parcial e final, a pesquisa deverá ser avaliada por especialistas na respectiva área temática, indicados pelo Comitê Gestor. No seminário parcial, quando necessário, os especialistas encaminharão recomendações ao coordenador da pesquisa. Estas deverão ser observadas e incorporadas à pesquisa.

9.4. De modo a uniformizar as informações a serem disponibilizadas nos seminários, recomenda-se que essas abordem as seguintes questões: relevância do tema, objetivos, metodologia adotada, atividades realizadas, principais conclusões e resultados/produtos alcançados, tais como: artigos completos, teses, dissertações e livros publicados e produção

técnica, incluindo softwares, produtos e processos tecnológicos, com ou sem patente/registro/catálogo.

9.5. Os coordenadores terão um prazo máximo de 30 dias para efetuarem as alterações recomendadas. Finalizado o prazo, a pesquisa será encaminhada ao especialista que emitira parecer final. Esse parecer será disponibilizado ao coordenador da pesquisa.

9.6. No seminário final o coordenador da pesquisa deverá apresentar à FAP, ao Decit, a SES e ao CNPq o resumo do projeto em uma lauda, contendo título, autores, objetivo, metodologia, resultados/produtos e estratégias de utilização/incorporação dos mesmos pelo gestor público da área da saúde, na perspectiva de auxiliá-lo no processo de tomada de decisão.

9.7. Após a realização do seminário final de A&A, os representantes das SES no Comitê Gestor deverão apresentar ao MS e ao CNPq um relatório contendo uma análise dos resultados/produtos das pesquisas e descrevendo o potencial de utilização/incorporação desses no sistema e serviços de saúde, bem como a capacidade de darem resposta aos problemas relacionados à organização dos serviços e a atenção prestada a população do estado.

9.8. O proponente terá o prazo de 02 (dois) meses para enviar cópia da publicação à FAPERGS ou carta de aceite do manuscrito assinada pelo Editor Chefe do periódico.

9.9. O Comitê Gestor reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais que julgar pertinentes.

9.10. Ao final da vigência, o proponente deve apresentar, em conformidade com o Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio e demais normas da FAPERGS:

- prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas;
- relatório técnico final.

10. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

11. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do CTA da FAPERGS, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O presente Edital vincula-se às estipulações presentes nos Termos de Outorga e Aceitação de Auxílios e de Bolsa da FAPERGS e aos Manuais e Normas da Fundação, comprometendo-se com os mesmos, o coordenador solicitante e as Instituições às quais os outorgados são vinculados.

13.2 Na hipótese de conflito de normas, prevalecerão aquelas constantes neste Edital.

13.3 O presente Edital rege-se pelas suas cláusulas, aplicando-se, no que couber, as normas e princípios presentes na Lei 8.666/93.

13.4 Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-á de acordo com o estabelecido na Portaria 152 do Ministério da Saúde, de 16 de julho de 2004.

13.5 As informações geradas com a implementação dos projetos selecionados e disponibilizadas na base de dados do Ministério da Saúde, do CNPq e da FAPERGS serão de domínio público.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser sanadas no seguinte endereço eletrônico dab@fapergs.rs.gov.br ou pelo telefone: (51) 3221-4922 das 9h às 12h e das 13h30 às 17h.

15. CLÁUSULA DE RESERVA

Ao CTA da FAPERGS reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2006.

João Antonio Pêgas Henriques,
Diretor Presidente da FAPERGS.

Carlos Hoffmann Sampaio,
Diretor Científico da FAPERGS.

Jôni Franck Nunes Costa,
Diretor Administrativo da FAPERGS.



EDITAL FAPERGS/MS/CNPq/SESRS 002/2009

PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE PPSUS – 2008/2009

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS em parceria com o Ministério da Saúde, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Secretaria de Estado da Saúde do RS, por intermédio da Escola de Saúde Pública/RS, tornam público o presente Edital e convidam os pesquisadores a apresentarem projetos de pesquisas, no âmbito do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), nos termos aqui estabelecidos e em conformidade com o anexo **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, parte integrante deste Edital. As inscrições estarão abertas até 25 de maio de 2009, às 24h, devendo ser encaminhados à FAPERGS, a documentação exigida e o formulário de inscrição impresso, até o dia 26 de maio de 2009. O procedimento será regido pela Lei Federal 8.666/93. Informações por meio do site da FAPERGS www.fapergs.rs.gov.br ou na Rua Carlos Chagas, 55 sala 313 em Porto Alegre/RS – Fone: 0xx(51) 3221.4922 – ramal 4223 – Departamento de Auxílios e Bolsas (DAB).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. ESCOPO

O Ministério da Saúde (MS), por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE), vem desenvolvendo atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos 27 estados da federação, por meio do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), com o propósito de contribuir para o incremento científico e tecnológico no País e para a redução das desigualdades regionais na área da saúde.

O Objetivo geral do Programa é apoiar financeiramente o desenvolvimento de pesquisas que visem contribuir para resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde.

Em agosto de 2007, o MS reafirmou o Termo de Cooperação e Assistência Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), visando dar continuidade ao financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas. A parceria com o MCT confere sustentabilidade técnica e de execução financeira ao Programa, além de maior agilidade ao seu gerenciamento administrativo. A celebração desse Termo permite que o Decit estabeleça parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT), para desenvolvimento do PPSUS nos estados brasileiros.

O PPSUS envolve parcerias no âmbito federal e estadual. No nível federal participam o Ministério da Saúde, por meio do Decit, que é o coordenador nacional do Programa, e o CNPq, que é a instituição responsável pelo gerenciamento técnico-administrativo do PPSUS em nível nacional. Na esfera estadual estão envolvidas as Fundações de Amparo a Pesquisa (FAPs) e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES).

No estado, o Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), teve seu passo inicial quando da visita, em agosto de 2004, de coordenador e técnicos do MS à FAPERGS, presentes também representantes da SES/RS, ocasião em que foram apresentadas as metas e as diretrizes desta ação. O primeiro convênio foi

firmado em 2004, o segundo em 2006 entre FAPERGS/MS/CNPq e, desde então através deste Programa foram contempladas 63 pesquisas e em 2008/2009 entra na sua terceira edição.

O programa de uma forma geral tem possibilitado através das pesquisas a formação e capacitação de recursos humanos de alunos de iniciação científica, graduação, especialização, mestrado e doutorado e das equipes; consolidação de grupos de pesquisa; melhorias na infra estrutura dos laboratórios; difusão do conhecimento através de participação em eventos internacionais e nacionais e nas comunidades locais; criação de Programas Educacionais e futuras incorporações ao SUS.

O Programa Pesquisa para o SUS, se revela uma excelente iniciativa no sentido de apoiar pesquisadores e Instituições, estimulando avanços no conhecimento científico e tecnológico, também na inovação, assegurando melhoria da qualidade do Sistema Único de Saúde.

1.2. OBJETIVO

O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos relacionados ao objeto abaixo indicado, em conformidade com as condições estabelecidas no REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, anexo a este Edital, que determinará, também, condições e requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

OBJETO

Apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação da área de saúde, em temas prioritários para o Estado do Rio Grande do Sul, e com aplicabilidade no Sistema Único de Saúde.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

- 2.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projetos de pesquisa e enviadas **por meio eletrônico** e em **versão impressa (uma via)**. O envio das propostas por meio eletrônico deve ser feito por intermédio do **Formulário de Propostas Online**, disponível na página do Ministério da Saúde, no endereço <http://www.saude.gov.br/sisct> (link “**PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS**”/ FAPERGS/MS/CNPq/SESRS PPSUS/RS 2008/2009) até a data indicada no subitem 1.3, (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS. Além do envio do Formulário *Online*, a submissão da proposta requer também a entrega de Documentação Complementar (impressa), de acordo com as especificações deste Edital.
- 2.2. As propostas devem ser transmitidas até as 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS. O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.
- 2.3. A proposta deve ser apresentada em conformidade com o descrito no item 2 (CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, contendo rigorosamente todos os itens previstos neste Edital.
- 2.4. Não serão aceitas propostas que não forem submetidas via internet. Após o prazo final para recebimento das propostas, nenhuma proposta nova será recebida. Por isso, recomenda-se seu envio com antecedência, uma vez que a FAPERGS não se

responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

- 2.5. Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade de a proposta ser acolhida, examinada e julgada.
- 2.6. Será aceita uma única proposta por proponente. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.
- 2.7. Em se constatando propostas idênticas, todas serão desclassificadas.
- 2.8. A versão impressa da proposta deverá ser remetida pelos Correios, mediante SEDEX, ou por empresa que cumpra as mesmas funções, sendo neste caso considerada como data limite para postagem, o dia seguinte ao encerramento do prazo para submissão da proposta *online*, com a documentação completa e com todas as informações exigidas.
- 2.9. A postagem deve ser feita mediante registro postal ou equivalente, servindo o referido registro como comprovante de entrega. Para envio da versão impressa das propostas, o encaminhamento formal à FAPERGS, dar-se-á através de correspondência assinada pelo coordenador do projeto e pelo representante legal da instituição de vínculo do proponente. As propostas deverão ser impressas, em 01 (uma) via e colocadas em um envelope lacrado contendo os seguintes especificações:

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Carlos Chagas, nº 55, 3º andar, sala 313

Aos Cuidados do Departamento de Auxílios e Bolsas - DAB

Centro -Porto Alegre - RS

CEP 90030-020

EDITAL Nº 001/2009

PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE

NOME DO PROPONENTE /COORDENADOR

NOME DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA

FAIXA CORRESPONDENTE

- 2.10 As propostas deverão ser encaminhadas com os seguintes documentos:
 - a) Ofício de encaminhamento da proposta, devidamente assinado solicitando a submissão da proposta para o Edital FAPERGS 002/2009 - Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde;
 - b) Cópia da versão impressa da proposta do projeto de pesquisa por meio do Formulário de apresentação de propostas *online*, disponível no *site* <http://www.saude.gov.br/sisct> (link “PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS” / FAPERGS/MS/CNPq/SESRS_ PPSUS/RS 2008/2009), assinada pelo coordenador proponente;
 - c) Cópia do comprovante de transmissão;
 - d) Cadastro do coordenador proponente, caso o solicitante não esteja cadastrado na FAPERGS ou deseje atualizá-lo. Disponível no *site* www.fapergs.rs.gov.br ;
 - e) Currículo do coordenador (Modelos Lattes);
 - f) Cópia do CPF/RG do coordenador proponente;
 - g) Cadastro da Instituição Executora do Projeto (Instituição de vínculo do coordenador) e do Representante Legal da Instituição (Anexo I);
 - h) Cópia do CPF/RG do Representante Legal da Instituição Executora do Projeto;
 - i) Cópia de documento que comprove a designação do Representante Legal da Instituição Executora do Projeto;

- j) Cópia dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social devidamente registrados.
- k) Carta de anuência da Instituição Executora assinada pelo representante legal da instituição
- l) Resumo do Currículo (Modelo Lattes) atualizado dos membros da equipe executora que possuem titulação de Doutor;
- m) Declaração do coordenador do projeto, atestando possuir vínculo empregatício com a instituição onde será desenvolvido o projeto;
- n) Declaração do coordenador do projeto, atestando que os seus dados e de todos os pesquisadores da equipe executora estão cadastrados e atualizados no CNPq;
- o) Comprovação de submissão ao Conselho de Ética da Instituição para projetos que envolvam seres humanos (Resolução 196/96, CONEP/ CNS/ MS), com o devido registro de recebimento pelo respectivo Comitê.

2.11 As propostas **deverão** ser encaminhadas pela internet e pelos correios (via impressa da proposta *on line* e documentação exigida). **Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio.**

2.12 Após o prazo final para recebimento das propostas, nenhuma proposta será recebida.

2.13 Não será aceito, sob nenhuma justificativa, protocolo da proposta e dos documentos diretamente na FAPERGS.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As propostas aprovadas terão apoiadas as despesas de capital e de custeio, na proporção de 40% e 60%, respectivamente;

3.2 Os recursos são oriundos do Dedit/SCTIE/MS (repassados ao CNPq, conforme Portaria n^o 220, de 04 de agosto de 2008) e da FAPERGS;

3.3 Os itens financiáveis são aqueles estabelecidos no item 1.5 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS referentes a despesas de capital e custeio, desde que guardem relação direta com a execução do projeto de pesquisa, acompanhados das devidas justificativas.

4. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 Os recursos alocados para este Edital, são da ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$ 2.995.000,00 (dois milhões novecentos e noventa e cinco mil reais) para as propostas aprovadas e contratadas e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados às despesas com a realização dos seminários de avaliação, parcial e final exigidos pelo Programa.

4.2 Os projetos a serem apresentados serão classificados em 03 (três) Faixas:

4.2.1 Para a **Faixa 01** está reservado o valor total de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais).

4.2.1.1 Poderão ser submetidos projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica, dentro dos Temas/Linhas de Pesquisa deste Edital, orçados de R\$ 100.001,00 (cem mil e um reais) até um teto máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por projeto.

4.2.2 Para a **Faixa 02** está reservado o valor total de R\$ 1.245.000,00 (um milhão duzentos e quarenta e cinco mil reais).

4.2.2.1 Poderão ser submetidos projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica, dentro dos Temas/Linhas de Pesquisa deste Edital, orçados de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais) até um teto máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por projeto.

4.2.3 Para a **Faixa 03** está reservado o valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

4.2.3.1 Poderão ser submetidos projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica, dentro dos Temas/Linhas de Pesquisa deste Edital, orçados até um teto máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por projeto.

4.3 No momento da submissão da proposta caberá ao proponente (coordenador do projeto) registrá-la na sua Faixa correspondente. Os projetos serão avaliados separadamente, por Faixa, por essa razão, **serão desenquadrados aqueles que tiverem sua classificação registrada indevidamente.**

4.4 Os recursos estarão inicialmente distribuídos entre as Faixas 1, 2 e 3, conforme disposto no Quadro 01. No entanto, atendida a demanda qualificada em uma Faixa e havendo ainda recursos disponíveis os mesmos poderão ser remanejados para atender a demanda qualificada de outra Faixa.

Quadro 01: Distribuição dos recursos do Edital 001/2009 por Faixa de atendimento

Faixas	Valores das Propostas/Faixas R\$	Recursos alocados inicialmente por Faixa R\$
01	100.001,00 até 200.000,00	R\$ 1.250.000,00
02	50.001 até 100.000,00	R\$ 1.245.000,00
03	Até 50.000,00	R\$ 500.000,00

5. ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas à FAPERGS, em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

5.1. Etapa I – Análise pela Área Técnica da FAPERGS- Enquadramento

Esta etapa, a ser realizada pelo Departamento de Auxílios e Bolsas da FAPERGS, consiste no enquadramento e na pré-análise das propostas apresentadas. Será verificado o atendimento ao item 1.5 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, relativo aos ITENS FINANCIÁVEIS e às recomendações do item 2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE do mesmo regulamento, sendo efetuada a análise quanto à adequação da proposta ao presente Edital.

5.1.1 Implicará no imediato **desenquadramento** da proposta submetida que:

- a) Não estiver acompanhada do Formulário *on-line* para apresentação de Projetos de Pesquisa, contido no Sistema Informatizado do PPSUS, ou se o referido formulário estiver preenchido de forma incompleta ou em desacordo com as especificações;
- b) Estiver sem as assinaturas necessárias, nos campos previamente estabelecidos, no Formulário *on-line* para apresentação de Projetos de Pesquisa, disponível no Sistema Informatizado do PPSUS.
- c) Não estiver acompanhada de algum dos documentos exigidos neste Edital para apresentação da proposta.
- d) Não comprovar vínculo empregatício do coordenador da proposta, com a instituição na qual será desenvolvido o projeto.
- e) Apresentar currículo impresso sem identificação da Plataforma Lattes.
- f) Apresentar projeto de pesquisa fora dos Temas/Linhas de Pesquisa estabelecidos no Edital.
- g) Não for encaminhada em formato impresso .
- h) Classificar a Faixa do Edital, na qual o projeto deverá ser avaliado, em desacordo com as especificações;
- i) Tiver sido encaminhada fora dos prazos estabelecidos por este Edital.

- 5.1.2 Adequação do projeto aos Temas/Linhas de Pesquisa estabelecidos neste Edital é essencial para que as pesquisas a serem apoiadas contemplem as prioridades de pesquisa definidas pela SES/RS e FAPERGS. Essa etapa é fundamental para o bom desenvolvimento da fase subsequente do processo de operacionalização do Programa, referente à distribuição dos projetos para os pareceristas *ad hoc*.
- 5.2. **Etapa II - Análise por Consultores *ad hoc***
Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito e a relevância das propostas e será realizada por consultores *ad hoc*, que se manifestarão individualmente sobre os tópicos relacionados no item 3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO, do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, a fim de subsidiar a análise posterior.
- 5.3. **Etapa III – Análise por Comissão de Especialistas**
- 5.3.1. As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa, considerando as análises das etapas 5.1 e 5.2 deste Edital e os **Critérios para Julgamento**, indicados no item 3 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, que serão pontuados por uma Comissão de Especialistas, formada por pesquisadores, de acordo com a necessidade qualitativa e quantitativa da demanda a ser analisada.
- 5.3.2. Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, a Comissão de Especialistas poderá recomendar:
- a) a aprovação da proposta, com ou sem cortes orçamentários; ou
 - b) a não aprovação da proposta.
- 5.3.3. O parecer da Comissão de Especialistas sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e solicitações julgadas pertinentes quanto à relevância sócio-sanitária das propostas. Para propostas recomendadas, será indicado o valor adequado para financiamento e as justificativas para os cortes orçamentários (se houver). Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas. Os formulários deverão ser assinados pela maioria de membros da Comissão de Especialistas.
- 5.3.4. Não é permitido integrar a Comissão de Especialistas o pesquisador que tenha apresentado propostas a este Edital, ou que participe da equipe do projeto.
- 5.3.5. É **vedado**, a qualquer membro da Comissão, julgar propostas de projetos em que:
- a) haja interesse direto ou indireto seu;
 - b) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
 - c) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.
- 5.3.6. **Etapa IV - Análise e aprovação final pelo Comitê Gestor do PPSUS RS**
- 5.3.7. O Comitê Gestor do PPSUS/RS, composto paritariamente por representantes do Decit/SCTIE/MS, do CNPq, da FAPERGS e da SES/ESP/RS, é a instância final de deliberação sobre os projetos aprovados, observados os limites orçamentários deste Edital. O objetivo precípuo da reunião do Comitê Gestor é a análise de relevância sócio-sanitária, a homologação do resultado da Comissão de Especialistas e a análise orçamentária dos projetos.
- 5.3.8. A relevância sócio-sanitária será analisada pelo Comitê Gestor de acordo com as prioridades locais de pesquisa em saúde, e considerando-se aquelas que melhor atendam aos seguintes critérios:
- a) impacto positivo nas condições de saúde da população;

- b) consonância com a situação de morbi-mortalidade relacionada ao agravo a ser pesquisado;
 - c) respondam as lacunas de conhecimento sobre o tema no Estado;
 - d) consonância com a política nacional e estadual de saúde;
 - e) consonância com a agenda estadual de prioridades de pesquisa em saúde;
 - f) coerência com as demandas específicas da SES/RS.
- 5.3.9. Para a análise orçamentária do Comitê Gestor deverão ser considerados os seguintes aspectos:
- a) conhecimento da infra-estrutura das instituições executoras proponentes pelos representantes estaduais no Comitê;
 - b) coerência com os itens financiáveis e não-financiáveis definidos no Edital;
 - c) conhecimento de outras fontes de financiamento para determinado projeto pelos representantes estaduais no Comitê;
 - d) coerência entre os valores solicitados para os diversos itens e os preços praticados no mercado;
 - e) pertinência das despesas de capital e custeio às necessidades para desenvolvimento do projeto;
 - f) pertinência das despesas de capital e custeio com os percentuais definidos no Edital.
- 5.3.10. Ao Decit/MS é reservado o direito de decisão em caso de empate e outras situações não-previstas nas reuniões do Comitê Gestor.
- 5.3.11. Será utilizado um formulário padrão, para registrar o parecer do Comitê de acordo com a prioridade alcançada. O Comitê poderá promover adequações no orçamento e cronograma propostos.
- 5.3.12. Concluídos os trabalhos de julgamento, será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê Gestor, contendo a relação dos projetos aprovados e dos não aprovados.
- 6. RESULTADO DO JULGAMENTO**
- 6.1. A relação dos projetos aprovados para apoio com recursos financeiros do presente Edital, será divulgada na página Internet da FAPERGS www.fapergs.rs.gov.br, www.saude.rs.gov.br e www.esp.rs.gov.br.
- 6.2. O candidato que não apresentar todos os documentos solicitados, no prazo estipulado pela Fundação, bem como não encaminhar o Termo de Outorga na data determinada, em conformidade com o item 1.3 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS será automaticamente desclassificado.
- 6.3. O projeto aprovado, independente do seu mérito, não poderá ser beneficiado, caso o seu coordenador esteja inadimplente com a FAPERGS.
- 6.4. Pesquisadores e/ou técnicos participantes de alguma proposta submetida não poderão fazer parte do processo de análise e seleção de propostas.
- 6.5. O Conselho Técnico-Administrativo da FAPERGS reserva-se o direito de solicitar ao coordenador do projeto aprovado ajustes no Plano de Aplicação dos recursos e no Cronograma de Desembolso, que constam da proposta submetida. Nestes casos, a aprovação dos projetos ficará condicionada à realização dos ajustes solicitados, no prazo determinado pela Fundação. Caberá ao coordenador do projeto a realização dos ajustes sugeridos, conforme orientações a serem apresentadas no momento da divulgação dos resultados preliminares.
- 6.6. O resultado publicado poderá vir a ser modificado em função de deliberação ulterior sobre os recursos administrativos eventualmente interpostos após a publicação.
- 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 7.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do resultado no *site* da FAPERGS, SES/RS e ESP/RS.
- 7.2. O recurso deverá ser dirigido ao Conselho Técnico-Administrativo da FAPERGS para deliberação final, ouvidos os outros membros do Comitê Gestor do PPSUS – RS 2008/2009.
- 7.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente na FAPERGS.
- 7.4. Não serão aceitos recursos para as propostas desenquadradas.

8. DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

- 8.1. Os projetos aprovados serão contratados em nome do Coordenador, com a anuência da instituição de vínculo do coordenador (instituição de execução do projeto), mediante assinatura de Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio, onde as partes assumirão, fundamentalmente, os seguintes compromissos:

d) Coordenador do Projeto:

- responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a FAPERGS, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
- fornecer as informações solicitadas pela FAPERGS para o bom acompanhamento do desenvolvimento do projeto aprovado.

e) Instituição de Execução do Projeto:

- fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

f) FAPERGS:

- empenho dos recursos dos projetos aprovados aos respectivos coordenadores.
- 8.2. Os documentos comprobatórios do Comitê de Ética, da Comissão de Biossegurança, e/ou outras determinações legais, quando pertinentes, deverão ser enviados à FAPERGS pelo Coordenador do projeto aprovado, como pré-condição para concessão do auxílio.
 - 8.3. A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, não regularizada no prazo máximo estabelecido para a assinatura do Termo de Outorga, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.
 - 8.4. Serão cancelados os projetos não contratados após 90 dias do prazo de divulgação do resultado deste Edital.

8.5. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pelo Conselho Técnico-Administrativo – CTA da FAPERGS, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

9. PUBLICAÇÕES

- 9.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pelo presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, a fonte de financiamento da pesquisa e a utilização da logomarca específica: **DECIT/SCTIE/MS**, por intermédio do **CNPq**, o apoio da **FAPERGS** e **SES/RS**.

- 9.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º, do art. 37 da Constituição Federal, bem assim aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.
- 9.3. A produção científica resultante dos projetos apoiados (capítulo de livros publicados, textos em jornais ou revistas, trabalhos publicados em anais de congresso e demais tipos de produção técnica ou bibliográfica) deverá ser informada por meio de links de acesso, para e-mail: pesquisasus@saude.gov.br, cosau@cnpq.br e ceids@saude.rs.gov.br. O proponente deverá comunicar, imediatamente, após a publicação nos casos de artigos científicos e a defesa nos casos de mestrado e doutorado, e terá o prazo de 06 (seis) meses para enviar cópia da publicação ou carta de aceite do manuscrito assinada pelo Editor Chefe do periódico.
- 9.4. Na conclusão do projeto, o (a) coordenador (a) deverá produzir um artigo sobre os principais resultados do estudo com foco na sua utilização na gestão do SUS, para público-alvo composto por gestores de saúde. O Trabalho deverá ter até 2.000 caracteres e será submetido a comitê editorial e podendo ser publicado na revista anual do PPSUS.

10. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, tendo aceite sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

11. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do CTA da FAPERGS, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

- 12.1 É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.
- 12.2. Coordenadores de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (MP nº 2.186/01, Decreto nº 3.945/01, Decreto nº 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90 e Decreto nº 4.946/03) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do projeto.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada à FAPERGS por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.
- 13.2. O proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e o relatório técnico, em conformidade com estabelecido no Termo de Outorga e demais normas e regramentos estabelecidos pela FAPERGS.
- 13.3. O projeto será avaliado em todas as suas fases, nos termos definidos no Termo de Outorga e Aceitação de Auxílios.
- 13.4. A FAPERGS reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

- 13.5. As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do MS, CNPq, FAPERGS e SES/RS serão de domínio público.
- 13.6. Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido nas Leis n.º 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial); 9.610/98 (Lei de Direito Autoral); 10.973/04 (Lei de Inovação) esta regulamentada pelo Decreto n.º 5.563/05 e, no que couber, com a Resolução CS/CTA da FAPERGS 04/2005 e do CNPq RN 013/2008.
- 13.7. O presente edital regula-se pelos preceitos do direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93, Portaria Inteministerial 127/2008, Decreto 6.170/2007, normas do CNPq e da FAPERGS e pela IN 01/2006 CAGE.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *online* poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

15. CLÁUSULA DE RESERVA

O Conselho Técnico-Administrativo da FAPERGS reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Porto Alegre, 08 de abril de 2009.

Rodrigo Costa Mattos
Diretor Presidente da FAPERGS

Jôni Franck Nunes Costa
Diretor Administrativo da FAPERGS



EDITAL FAPERGS/MS/CNPq/SESRS 002/2009
Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em
Saúde PPSUS – 2008/2009

REGULAMENTO
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

O presente REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente, e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por edital, de propostas para execução de projetos.

1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1. DO OBJETO

Apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação da área de saúde, em temas prioritários para o Estado do Rio Grande do Sul e com aplicabilidade para o Sistema Único de Saúde.

1.2. PROPONENTE

1.2.1. Poderão apresentar propostas pesquisadores doutores, doravante denominados “proponentes”, vinculados a instituição científica ou tecnológica situada no estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2. A instituição de vínculo do proponente, doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, deverá se enquadrar em um dos seguintes perfis:

- a) instituições de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos;
- b) institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas e sem fins lucrativos;
- c) empresas públicas, que executem atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia e/ou Inovação.

Todos constituídos sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2.3. O proponente será, necessariamente, o Coordenador do projeto.

1.2.4. Ao apresentar a proposta o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

1.2.5. O proponente poderá apresentar apenas um projeto.

1.3. CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento do Edital na página Internet da FAPERGS	08/04/2009
Disponibilização do Formulário de Propostas <i>Online</i>	08/04/2009
Limite para submissão eletrônica das propostas	até 25/05/2009
Limite para recepção da proposta impressa e documentos*	Até 26/05/2009
Análise e Julgamento	Até 26/06/2009

Divulgação preliminar dos resultados na página Internet da FAPERGS	Até 01/07/2009
Recursos Administrativos	05 (cinco) dias contados da divulgação preliminar dos resultados
Divulgação Final dos Resultados	até 15/07/2009
Assinatura do Termo de Outorga*	Até 15/08 /2009 (30 dias após o resultado final)

***Será considerada a data da postagem do documento.**

- Solicita-se não enviar as propostas e seus documentos grampeados e/ou encadernados.
- Solicita-se, também, que a documentação exigida, seja encaminhada, previamente perfurada, obedecendo ao padrão universal de dois furos e observando a necessidade de centralização dos mesmos.

1.4. RECURSOS FINANCEIROS

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital e custeio, na proporção de 40% e 60%, respectivamente, perfazendo um valor global estimado de R\$ 2.995.000,00 (dois milhões novecentos e noventa e cinco mil reais), oriundos do:

- Decit/SCTIE/MS: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem repassados ao CNPq, conforme Portaria n.º 220, de 04 de agosto de 2008.
- FAPERGS: R\$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil reais), provenientes do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

1.5. ITENS FINANCIÁVEIS

Os recursos do presente Edital serão destinados ao apoio de despesas de custeio e capital na forma a seguir discriminada:

1.5.1. Custeio (até o limite de 60%)

- a) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos e software;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com a FAPERGS/CNPq/SES/RS e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto;
- c) despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos; e
- d) passagens e diárias no país, até o limite de 10% do valor total da proposta. Os valores de diárias devem obedecer às tabelas vigentes da FAPERGS, **desde que não inclua** passagem aérea/terrestre e diária para participar de congressos, seminários ou outros eventos científicos nacionais ou internacionais como consta no item 1.5.3 letra g.

1.5.2. Capital (até o limite de 40%)

- a) material bibliográfico;
- b) equipamentos;
- c) material permanente.

1.5.2.1 Os bens de capital adquiridos com recursos deste Edital, serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador e da Instituição de execução do projeto.

1.5.2.2 Quando aplicável, a proposta deverá incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 15% (quinze por cento) do montante previsto para gastos com importação, indicando a taxa de conversão utilizada para cálculo. A FAPERGS não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

1.5.3. Não são permitidas despesas com:

- a) construção e reforma de imóveis;
- b) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- c) despesas de rotina tais como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- d) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei vigente.
- e) pagamento de taxas de administração ou gestão, a qualquer título, de acordo com a Portaria Interministerial 127/2008;
- f) qualquer tipo de remuneração ao coordenador (proponente) da pesquisa;
- g) passagem aérea/terrestre e diária para participar de congressos, seminários ou outros eventos científicos nacionais ou internacionais.

1.5.4. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

OBS 1: Não será permitida a contratação de pessoa física por um período superior a 89 dias, vedada a prorrogação.

OBS 2: Em nenhuma hipótese será financiado serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) para cobrir despesas de caráter administrativo para quaisquer atividades do projeto.

OBS 3: Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas da FAPERGS (http://www.fapergs.rs.gov.br/principal.php?action=prestacao_contas).

1.6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pelo presente Edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da primeira liberação dos recursos.

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na desclassificação da proposta.

2.1. QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO:

2.1.1. O proponente deve atender aos itens abaixo:

- a) ser pesquisador Doutor atuante na área;
- b) ter seus dados e de todos os pesquisadores da equipe técnica cadastrados e atualizados no Currículo *Lattes*, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/curriculo/>;

- c) possuir vínculo empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas e sem fins lucrativos, sediadas no estado;
 - d) não ser membro do Comitê Gestor do Programa PPSUS.
- 2.1.2. O proponente deverá ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, na área específica do projeto de pesquisa.
- 2.1.3. A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.
- 2.1.4. Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores, técnicos e instituições colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.
- 2.1.5. Os membros da equipe técnica caracterizados como pesquisadores deverão ter seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros.
- 2.1.6. No caso de participação de empresa a mesma deve apresentar um termo de compromisso, expondo o interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida.
- 2.2. QUANTO À PROPOSTA:**
- 2.2.1. O projeto deve estar claramente caracterizado como pesquisa científica, tecnológica ou de inovação.
- 2.2.2. As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa. O Formulário *online* conterá campos de texto para o preenchimento das seguintes informações sobre o projeto, de forma a permitir sua adequada análise por parte da Comissão de Especialistas:
- a) título do projeto;
 - b) dados da instituição executora;
 - c) instituição signatária;
 - d) dados do coordenador - endereço, endereço eletrônico e telefone de contato;
 - e) especificação das instituições, pesquisadores e empresas (quando for o caso) envolvidas e das respectivas atividades a serem desempenhadas por cada uma delas, bem como do tempo de dedicação ao projeto;
 - f) identificação da equipe técnica e descrição de suas qualificações;
 - g) identificação do tema, linha temática e sublinha temática;
 - h) resumo do projeto e palavras-chave;
 - i) introdução;
 - j) justificativa(s) para realização do projeto e sua aplicabilidade para o SUS;
 - k) objetivo(s) geral(is) e específico(s);
 - l) metodologia e cronograma de execução das atividades previstas para o desenvolvimento da pesquisa;
 - m) resultados, produtos, avanços e aplicações esperadas;
 - n) orçamento detalhado da proposta, com a discriminação dos gastos de custeio e capital, este último quando pertinente e devidamente justificado;
 - o) existência de financiamento de outras fontes;
 - p) referências bibliográficas mais relevantes;
 - q) especificação dos indicadores de avaliação do andamento do projeto de pesquisa;
 - r) existência de interesse e participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso.

2.2.3. As propostas deverão atender às linhas temáticas listadas a seguir, estabelecidas com base nos resultados da “Oficina de Prioridades para o PPSUS 2008/2009”, realizada em 26 e 27 de junho de 2008. A seleção das linhas para este Edital visa orientar o fomento para a indução seletiva de projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa e não podem ser enfrentados apenas por uma combinação de meios de intervenção já existentes.

TEMA	LINHA TEMÁTICA	SUBLINHA
1. Vigilância em Saúde	1.1) Violências intencionais e não intencionais	1.1.1) Fatores que influenciam na violência. 1.1.2) Estudos de estratégias de articulação de rede para o enfrentamento da violência em Saúde.
	1.2) Incidência de doenças infecciosas e negligenciadas	1.2.1) Estudo de cepas circulantes e co-infecções. 1.2.2) Avaliação das respostas a tratamentos em subtipos prevalentes no local.
	1.3) Entomofauna de interesse em saúde pública	1.3.1) Taxonomia. 1.3.2) Mapeamento/georeferenciamento.
	1.4) Contaminantes ambientais à saúde humana/Intoxicações exógenas	1.4.1) Impacto da exposição à contaminantes e padrões de ocorrência de intoxicações na saúde. 1.4.2) Desenvolvimento de tecnologias para diagnóstico de contaminantes e intoxicações.
	1.5) Desigualdade social e promoção da saúde	1.5.1) Indicadores de desigualdade social e saúde. 1.5.2) Avaliação de estratégias de promoção da saúde.
2. Gestão e Educação em Saúde	2.1) Fragmentação e deficiência nos sistemas de informação em saúde	2.1.1) Desenvolvimento de tecnologias para a qualificação de informações em saúde.
	2.2) O complexo produtivo e a saúde	2.2.1) Saúde e desenvolvimento econômico.
	2.3) Judicialização da saúde	2.3.1) Impacto econômico e social da judicialização na saúde.
	2.4) Desvalorização do trabalhador e precarização do trabalho na saúde com a desumanização da gestão e da atenção em saúde	2.4.1) Processo de Trabalho e humanização na saúde.
	2.5) O ensino e a pesquisa nos serviços	2.5.1) Desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem nos serviços de saúde.

3. Atenção em Saúde	3.1) Atenção básica em idosos	3.1.1) Estratégias de promoção à saúde do idoso na atenção básica e identificação de situações de vulnerabilidade e da síndrome da fragilidade. 3.1.2) Morbimortalidade por causas externas e seus fatores de risco.
	3.2) Obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares	3.2.1) Determinantes e controle das doenças: aspectos relacionados com etiopatogênese, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e terapêutica.
	3.3) Assistência pré e peri- natal	3.3.1) Estratégias inovadoras para melhoria do pré-natal. 3.3.2) Impacto do diagnóstico e manejo pré-natal de afecções fetais na morbimortalidade infantil.
	3.4) Saúde Mental na Atenção Básica	3.4.1) Estratégias na interface Atenção Básica/Saúde Mental e efetividade de redes de atenção em saúde mental. 3.4.2) Cuidado integral aos transtornos mentais comuns em Atenção Básica.
	3.5) Estratégias inovadoras de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação na Atenção Básica	3.5.1) Novas alternativas em prevenção, diagnóstico e terapêutica no manejo de doenças crônicas transmissíveis e não-transmissíveis.

2.2.4. Quanto às permissões/exigências legais:

- a) Os projetos que envolvam pesquisa clínica, epidemiológica ou experimental com seres humanos e/ou animais, devem conter uma seção sobre seus aspectos éticos, **devendo ser anexado comprovante de submissão ou parecer do comitê de ética em pesquisa credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**, conforme os termos da Portaria 196/96, do Conselho Nacional de Saúde;
- b) Conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em biossegurança;
- c) Demais autorizações/permissões de caráter ético ou legal, que se façam necessárias, deverão ser providenciadas pelo coordenador do projeto.

2.3. QUANTO À DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

A documentação requerida para a etapa de avaliação deverá conter os seguintes itens:

- a) cópia impressa do projeto de pesquisa submetido eletronicamente (para a impressão, utilizar o comando “visualizar todo o projeto” após o preenchimento do Formulário *online*);
- b) cópia impressa do currículo do Coordenador, no **modelo Lattes**, com destaque para a produção científica dos últimos 05 (cinco) anos e Resumo do currículo da equipe executora;
- c) carta de anuência da Instituição Executora assinada pelo representante legal da instituição.
- d) cópia do protocolo de submissão do projeto ao comitê de ética em pesquisa e de outras autorizações/permissões de caráter ético ou legal, quando for o caso,

conforme descrito no item 2.2.4 deste REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

3. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

Estão listados abaixo os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária.

Critérios de análise e julgamento	Conceitos
Critérios de mérito: <ul style="list-style-type: none"> • Relevância e clareza dos objetivos; • Originalidade; • Adequação da metodologia aos objetivos propostos; • Validade interna; • Poder de generalização. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 30 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 15 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 10 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
Qualificação da equipe: Qualidade e regularidade da produção científica/tecnológica divulgada em veículos qualificados, na linha temática a que concorre.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 5 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 pontos
Critérios gerenciais e financeiros: <ul style="list-style-type: none"> • Viabilidade da execução e factibilidade das etapas de trabalho demonstradas no cronograma; • Coerência do orçamento com os objetivos, atividades e resultados propostos. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 10 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 5 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
Aplicabilidade ao SUS: <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS; • Integração com a Secretaria de Estado da Saúde, inclusive com participação de servidores deste na equipe, de forma a possibilitar, ao término do projeto, a transferência dos resultados obtidos para utilização no Sistema Único de Saúde; • Possibilidade de futuros desdobramentos que extrapolem o objetivo inicial da pesquisa, usando como base a tecnologia ou a metodologia apresentada na pesquisa; • Viabilidade da aplicação dos resultados ou absorção de novas tecnologias; • Facilidade de implantação, fatores custo e tempo. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 35 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 25 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 15 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 10 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
TOTAL: 100	

4. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO FINAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. A execução dos projetos aprovados será acompanhada por meio de relatórios técnicos parciais, de visitas *in loco* de técnicos ou consultores do Comitê Gestor, e da participação dos Coordenadores nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS 2008/2009, organizados anualmente pela FAPERGS e pela SES/ESP/RS.

- 4.2. Quando solicitado pela FAPERGS, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado e enviá-lo à FAPERGS antes da realização dos Seminários de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS.
- 4.3. O coordenador da pesquisa deverá realizar a apresentação dos resultados parciais e finais nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação. Em caso de impossibilidade de comparecimento, o coordenador deverá justificar o motivo da ausência e indicar um componente da equipe para realizar a apresentação.
- 4.4. Nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação, os Coordenadores convocados deverão apresentar as atividades desenvolvidas e resultados alcançados, a fim de que estes sejam avaliados por especialistas indicados pelo Comitê Gestor, que emitirão pareceres e recomendações a serem seguidas na continuação do projeto.
- 4.5. Após o seminário final de Acompanhamento e Avaliação, os representantes da SES no Comitê Gestor apresentarão ao MS, ao CNPq e a FAPERGS um relatório contendo análise dos resultados/produtos dos projetos aprovados e descrevendo seu potencial de utilização/incorporação no sistema e serviços de saúde, bem como sua capacidade de dar resposta aos problemas relacionados à organização dos serviços e à atenção prestada à população do estado.
- 4.6. O Coordenador do projeto deverá encaminhar à FAPERGS, no prazo estipulado no Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio e demais normas da **FAPERGS**:
 - a) O relatório técnico final e Síntese de Resultados, elaborado no formato especificado pelo PPSUS, apresentando os principais resultados, conclusões e produtos obtidos com ênfase na sua utilização para o SUS;
 - b) a prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no endereço eletrônico http://www.fapergs.rs.gov.br/principal.php?action=prestacao_contas .

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Sobre o conteúdo do Edital

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço dab@fapergs.rs.gov.br

5.2. Sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *Online*

O atendimento a proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário de Propostas *online* dab@fapergs.rs.gov.br .

Porto Alegre, 08 de abril de 2009.

Rodrigo Costa Mattos
Diretor Presidente da **FAPERGS**

Jôni Franck Nunes Costa
Diretor Administrativo da **FAPERGS**



CHAMADA FAPERGS/MS/CNPq/SESRS n. 002/2013 PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE PPSUS – 2013/2015

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul/FAPERGS em parceria com o Ministério da Saúde/MS, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ e a Secretaria de Estado da Saúde do RS/SES-RS, por intermédio da Escola de Saúde Pública/RS, tornam pública a presente Chamada e convidam os pesquisadores a apresentarem projetos de pesquisas no âmbito do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) – 2013/2015, nos termos aqui estabelecidos e em conformidade com o anexo **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, parte integrante desta Chamada. As inscrições estarão abertas para submissão do dia **06/05/2013** até o dia **20/06/2013**, às 24h, devendo ser encaminhadas à FAPERGS, a documentação exigida e o formulário de inscrição impresso, até o dia 20/06/2013 de 2013. O procedimento será regido pela Lei Federal 8.666/93. Informações por meio do site da FAPERGS www.fapergs.rs.gov.br ou, na Av. Borges de Medeiros, 261 – 2º andar – Centro – CEP 90.020-021 – Porto Alegre/RS no Departamento de Auxílios e Bolsas (DAB).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. APRESENTAÇÃO

O MS, por intermédio do Decit/SCTIE, vem desenvolvendo atividades de fomento descentralizado à pesquisa nas 27 Unidades da Federação/UF, por meio do PPSUS, com o propósito de contribuir para o incremento científico e tecnológico no país e para a redução das desigualdades regionais na área da saúde.

O Objetivo geral do Programa é apoiar financeiramente o desenvolvimento de pesquisas que visem contribuir para resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde.

Em agosto de 2007, o MS reafirmou o Termo de Cooperação e Assistência Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT, visando dar continuidade ao financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas. A parceria com o MCT confere sustentabilidade técnica e de execução financeira ao Programa, além de maior agilidade ao seu gerenciamento administrativo. A celebração desse Termo permite que o Decit estabeleça parceria com o CNPq, para desenvolvimento do PPSUS nas UF brasileiras.

O PPSUS envolve parcerias no âmbito federal e estadual. No nível federal participam o MS, por meio do Decit, que é o coordenador nacional do Programa, e o CNPq, que é a instituição responsável pelo gerenciamento técnico-administrativo do PPSUS em nível nacional. Na esfera estadual estão envolvidas as Fundações de Amparo a Pesquisa/FAP e as Secretarias Estaduais de Saúde/SES.

No estado, o PPSUS, teve seu passo inicial quando da visita, em agosto de 2004, de coordenador e técnicos do MS à FAPERGS, presentes também representantes da SES/RS, ocasião em que foram apresentadas as metas e as diretrizes desta ação. O primeiro convênio foi firmado em 2004, o segundo em 2006, o terceiro em 2008 em 2013/2015 entra na sua quarta edição.

O programa de uma forma geral tem possibilitado através das pesquisas a formação e capacitação de recursos humanos de alunos de iniciação científica, graduação, especialização, mestrado e doutorado e das equipes; consolidação de grupos de pesquisa; melhorias na infraestrutura dos laboratórios; difusão do conhecimento através de participação em eventos internacionais e nacionais e nas comunidades locais; criação de Programas Educacionais e futuras incorporações ao SUS.

O PPSUS se revela uma excelente iniciativa no sentido de apoiar pesquisadores e Instituições, estimulando avanços no conhecimento científico e tecnológico, também na inovação, assegurando melhoria da qualidade do Sistema Único de Saúde/SUS.

1.2. OBJETIVO

A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos relacionados ao objeto abaixo indicado, em conformidade com as condições estabelecidas no REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, anexo a esta Chamada, que determinará, também, condições e requisitos relativos ao proponente/beneficiário, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

OBJETO

<p>Apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação da área de saúde, em temas prioritários para o Estado do Rio Grande do Sul, e com aplicabilidade</p>

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

2.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projetos de pesquisa e enviadas por meio eletrônico e em versão impressa. O envio das propostas por meio eletrônico deve ser feito por intermédio do Formulário de Propostas *Online*, disponível na página do MS, no endereço <http://www.saude.gov.br/sisct> (link “**PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS**” / “Chamada PPSUS n. 002/2013 FAPERGS”), a partir da data indicada no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS. Além do envio do Formulário *Online*, a submissão da proposta requer também a entrega de Documentação Complementar (impressa), como detalhado adiante.

2.2. As propostas devem ser transmitidas até as 24h00 (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

2.3. A proposta deve ser apresentada em conformidade com o descrito no item 2 (CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada.

2.4. Não serão aceitas propostas que não foram submetidas via internet. Após o prazo final para recebimento das propostas, nenhuma proposta nova será recebida. Por isso, recomenda-se seu envio com antecedência, uma vez que a FAPERGS não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

2.5. Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico – SISC&T. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade de a proposta ser acolhida, examinada e julgada.

2.6. Será aceita uma única proposta por proponente.

2.7 Em se constatando propostas idênticas, todas serão desclassificadas.

2.8. A versão impressa da proposta deverá ser remetida pelos Correios, mediante SEDEX, ou por empresa que cumpra as mesmas funções, sendo neste caso considerada como data limite para postagem o dia de encerramento do prazo para submissão da proposta online, conforme subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

2.9. A postagem deve ser feita mediante registro postal ou equivalente, servindo o referido registro como comprovante de entrega. Para envio da versão impressa das propostas, o encaminhamento formal à FAPERGS, dar-se-á através de correspondência assinada pelo coordenador do projeto e pelo representante legal da instituição de vínculo do proponente. As propostas deverão ser impressas, em 01 (uma) via e colocadas em um envelope lacrado contendo as seguintes especificações:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS
Av. Borges de Medeiros, 261 – 2º andar
Centro - Porto Alegre - RS
CEP 90.020-021
CHAMADA FAPERGS/MS/CNPq/SESRS n. 002/2013
PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE PPSUS –
2013/2015

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital e custeio, na proporção de 30 % e 70%, respectivamente, sendo oriundos do Decit/SCTIE/MS R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), da FAPERGS R\$ 2.930.000,00 (dois milhões novecentos e trinta mil reais).

3.2. Com o objetivo de contribuir para a estratégia de fortalecimento do esforço nacional em C&TIS, até 5% do valor global do convênio estabelecido entre o CNPq e a FAPERGS será destinado à operacionalização do Programa na UF.

3.3. Serão financiados de acordo com item 1.5. do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS referentes a capital, custeio e bolsas, desde que devidamente justificados.

4. ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas à FAPERGS, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

4.1. Etapa I – Análise pela Área Técnica da FAPERGS - Enquadramento

A etapa consistirá na análise preliminar das propostas apresentadas, a ser realizada pela área técnica da **FAPERGS**, quanto a sua adequação à presente chamada, caracterizando a demanda qualificada.

Esta etapa de enquadramento das propostas envolve três momentos distintos:

- a) revisão documental do material disponibilizado pelo coordenador do projeto de pesquisa;
- b) verificação do completo preenchimento do formulário de apresentação de projetos, contido no SISC&T;
- c) Distribuição dos projetos para os pareceristas *ad hoc*.

4.2. Etapa II - Análise por Consultores *ad hoc*

Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito técnico-científico de cada proposta, a ser realizada por pareceristas *ad hoc* que se manifestarão, individualmente, sobre os tópicos relacionados no item 3 (CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, a fim de subsidiar a análise posterior.

4.3. Etapa III – Análise por Comissão de Especialistas

4.3.1 Após a etapa de análise de mérito técnico-científico pelos pareceristas *ad hoc*, os projetos serão apreciados conjuntamente, com relação ao mérito técnico-científico e relevância sócio-sanitária, considerando as análises das etapas 4.1 e 4.2 desta Chamada e os Critérios para Julgamento, indicados no item 3 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, por uma Comissão de Especialistas composta por pesquisadores doutores com qualificação nas respectivas linhas temáticas constantes nesta Chamada. A Comissão de Especialistas deverá ser constituída, pelo menos em parte, por membros de outras UF e deverá respeitar a necessidade qualitativa e quantitativa da demanda a ser analisada.

4.3.2 Após a análise de mérito técnico-científico e relevância sócio-sanitária de cada proposta e da adequação de seu orçamento, a Comissão de Especialistas deverá estabelecer o ranqueamento das propostas, em escala decrescente de classificação, indicando:

- a) a aprovação da proposta, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) a não aprovação da proposta.

4.3.3. O parecer da Comissão de Especialistas sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e solicitações julgadas

pertinentes quanto à relevância sócio-sanitária das propostas. Para propostas recomendadas, será indicado o valor adequado para financiamento e as justificativas para os cortes orçamentários (se houver). Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas. Os formulários deverão ser assinados pela maioria de membros da Comissão de Especialistas.

4.3.4. Não é permitido integrar a Comissão de Especialistas o pesquisador que tenha apresentado propostas a esta Chamada, ou que participe da equipe do projeto.

4.3.5. É vedado a qualquer membro da Comissão julgar propostas de projetos em que:

- a) haja interesse direto ou indireto seu;
- b) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau; ou
- c) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

4.4. Etapa IV - Análise e aprovação final pelo Comitê Gestor do PPSUS-RS

4.4.1. O Comitê Gestor do PPSUS 2013/2015, composto, paritariamente, por representantes do Decit/SCTIE/, do CNPq, da FAPERGS e da SES/RS, é a instância final de deliberação sobre os projetos aprovados, observados os limites orçamentários desta Chamada. O objetivo precípuo da reunião do Comitê Gestor é a análise de relevância sócio-sanitária, a homologação do resultado da Comissão de Especialistas e a análise orçamentária dos projetos.

4.4.2 Para a análise orçamentária do Comitê Gestor deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- a) conhecimento da infraestrutura das instituições proponentes pelos representantes estaduais no Comitê;
- b) conhecimento de outras fontes de financiamento para determinado projeto pelos representantes estaduais no Comitê;
- c) coerência entre os valores solicitados para os diversos itens e os preços praticados no mercado;
- d) pertinência das despesas de capital e custeio às necessidades para desenvolvimento do projeto;
- e) pertinência das despesas de capital e custeio com os percentuais definidos na Chamada.

4.4.3 O Comitê Gestor poderá promover adequações no orçamento e cronograma propostos.

4.4.4. Ao Decit/MS é reservado o direito de decisão em caso de empate e outras situações não previstas nas reuniões do Comitê Gestor.

4.4.5 Concluídos os trabalhos de julgamento, será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê Gestor.

5. RESULTADO DO JULGAMENTO

5.1. A relação dos projetos aprovados para apoio com recursos financeiros da presente Chamada será divulgada na página de Internet da **FAPERGS** (www.fapergs.rs.gov.br) e publicada no Diário Oficial do Estado.

5.2. O resultado publicado poderá vir a ser modificado em função de deliberação ulterior sobre os recursos administrativos eventualmente interpostos após a publicação.

6. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário específico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado no site da **FAPERGS**.

6.2. O recurso deverá ser dirigido à **FAPERGS** cuja diretoria científica deliberará, ouvido os demais membros do Comitê Gestor do PPSUS - RS.

6.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente na **FAPERGS**.

6.4. O formulário específico para apresentação de recurso administrativo estará disponível na página da **FAPERGS**, após a publicação do resultado do julgamento.

7. DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

7.1. Os projetos aprovados serão contratados em nome do coordenador, com a aceitação da entidade por ele representada (instituição de execução do projeto), mediante assinatura de Termo de Outorga, onde as partes assumirão, fundamentalmente, os seguintes compromissos:

a) Coordenador do Projeto:

- ✓ responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a **FAPERGS** a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
- ✓ fornecer as informações solicitadas pela **FAPERGS** para o bom acompanhamento do desenvolvimento do projeto aprovado.

b) Instituição de Execução do Projeto:

- ✓ fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

c) **FAPERGS**:

- ✓ empenho dos recursos dos projetos aprovados aos respectivos coordenadores/beneficiários, no prazo máximo de 30 dias após a publicação do resultado final do processo de julgamento.

7.2. Os documentos comprobatórios do Comitê de Ética, da Comissão de Biossegurança, e/ou outras determinações legais, quando pertinentes, deverão ser enviados à **FAPERGS** pelo coordenador do projeto aprovado, como pré-condição para concessão do auxílio.

7.3. A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ou pendência de entrega de Relatório Técnico de Projeto executado com apoio da FAPERGS em chamadas anteriores, não regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a divulgação do resultado final, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

7.4. Serão cancelados os projetos não contratados após 90 dias do prazo de divulgação do resultado desta Chamada.

8. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pelo Conselho Técnico-Administrativo - CTA da **FAPERGS**, ouvidos os outros membros do Comitê Gestor do PPSUS – RS, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

9. PUBLICAÇÕES

9.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, quando produzidos, deverão citar, obrigatoriamente, a fonte de financiamento da pesquisa e a utilização da logomarca específica: Decit/**SCTIE/MS**, por intermédio do **CNPq**, o apoio da **FAPERGS** e da **SES/RS**.

9.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem como aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

9.3. A produção científica resultante dos projetos apoiados (capítulo de livros publicados, textos em jornais ou revistas, trabalhos publicados em anais de congresso e demais tipos de produção técnica ou bibliográfica) deverá ser informada por meio de links de acesso, para e-mail: asstec@fapergs.rs.gov.br, ppsus@saude.gov.br, cosau@cnpq.br e ceids@saude.rs.gov.br.

9.4. O proponente deverá comunicar, imediatamente, após a publicação nos casos de artigos científicos e a defesa nos casos de mestrado e doutorado, e terá o prazo de 06 (seis) meses para enviar cópia da publicação ou carta de aceite do manuscrito assinada pelo Editor Chefe do periódico.

9.5. A produção científica resultante dos projetos apoiados (capítulo de livros publicados, textos em jornais ou revistas, trabalhos publicados em anais de congresso e demais tipos de produção técnica ou bibliográfica) deverá ser informada no relatório de pesquisa de acordo com as Normas da ABNT e **entregar cópia para a FAPERGS e SES/RS**.

9.6. Na conclusão do projeto, o (a) coordenador (a) deverá produzir e publicar um artigo sobre os principais resultados do estudo com foco na sua utilização na gestão do SUS, para público-alvo composto por gestores de saúde. O Trabalho deverá ter até 2.000 caracteres **e ser anexado ao relatório final da pesquisa.**

10. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

10.1. Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

10.2. A impugnação deverá ser dirigida formal e pessoalmente ao Diretor Científico da FAPERGS, e encaminhada até a data limite de que trata o subitem anterior, para o endereço:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS
Av. Borges de Medeiros, 261 – 2º andar
Centro - Porto Alegre – RS
CEP 90.020-021

11. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do CTA da **FAPERGS** ou **Comitê Gestor do PPSUS/RS**, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

12.1. É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

12.2. Coordenadores de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (MP nº 2.186/01, Decreto nº 3.945/01, Decreto nº 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90 e Decreto nº 4.946/03) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no país aos estrangeiros participantes do projeto.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com a **FAPERGS** deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica remetida pelo serviço de e-mail do Sistema SigFapergs.

13.2. Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada à **FAPERGS** por seu coordenador, pelo serviço de e-mail do SigFapergs, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

13.3. Ao final da vigência, o coordenador/beneficiário deverá apresentar a prestação de contas financeira e o relatório técnico, em conformidade com estabelecido no Termo de Outorga e demais normas da **FAPERGS**.

13.4. O projeto será avaliado em todas as suas fases, nos termos definidos no Termo de Outorga.

13.5. A **FAPERGS** reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

13.6. As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do Decit/SCTIE/MS, CNPq, FAPERGS e SES/RS serão de domínio público.

13.7. Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, nº. 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (**LPI**), regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

13.8. A presente Chamada regula-se pelos preceitos do direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93, Portaria Interministerial 127/2008, 507/2011 Decreto 6.170/2007, normas do CNPq e da FAPERGS e pela IN 01/2006 CAGE.

13.9 Compromisso com a demanda – o compromisso da FAPERGS restringe-se aos recursos indicados na presente Chamada. Os projetos não contratados, mesmo tendo mérito reconhecido, serão arquivados e não mais considerados para futuras contratações, salvo na hipótese de obtenção de recursos adicionais aportados diretamente à FAPERGS para financiamento do programa.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *online* poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

15. CLÁUSULA DE RESERVA

O Conselho Técnico-Administrativo da FAPERGS reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada, ouvido o Comitê Gestor do PPSUS/RS quando pertinente.

Porto Alegre, 06 de maio de 2013.

José Miguel Reichert

Marco Antonio Baldo

Diretor Científico

Diretor Administrativo

Nádyá Pesce da Silveira

Diretora Presidente

REGULAMENTO

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

O presente REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente, e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por Chamada, de propostas para execução de projetos.

1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1. DO OBJETO

Apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação da área de saúde, em temas prioritários para o Estado do Rio Grande do Sul, e com aplicabilidade no Sistema Único de Saúde.

1.2. PROPONENTE

1.2.1. Poderão apresentar propostas pesquisadores mestres e doutores, doravante denominados “proponentes”, vinculados a instituição científica ou tecnológica situada no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2. A instituição de vínculo do proponente, doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, deverá se enquadrar em um dos seguintes perfis:

- a) instituições de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos;
- b) institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, públicos ou privados, sem fins lucrativos;
- c) empresas públicas, que executem atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.

Todas, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2.3. O proponente será, necessariamente, o coordenador do projeto.

1.2.4. O proponente poderá apresentar apenas um projeto por Chamada.

1.2.5. Ao apresentar a proposta o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

1.3. CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento da Chamada na página Internet da FAPERGS, no Diário Oficial do Estado e no SISCT (http://www.saude.gov.br/sisct).	Dia 06/05/2013
Limite para submissão eletrônica das propostas	Até 20/06/2013
Limite para postagem da documentação impressa	Até 20/06/2013
Análise e julgamento das propostas	Até 02/08/2013
Divulgação preliminar dos resultados	Até 06/08/2013
Prazo para submissão dos Recursos Administrativos	Até 14/08/2013
Divulgação FINAL dos resultados na página Internet da	Até 23/08/2013

FAPERGS/RS	
Data limite de submissão no SigFapergs das propostas aprovadas	Até 30/08/2013
Contratação das propostas aprovadas	Até 30/09/2013

1.4. RECURSOS FINANCEIROS

1.4.1 As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital e custeio, na proporção de 30% e 70%, respectivamente, perfazendo um valor global estimado de R\$ 7.430.000,00 (sete milhões e quatrocentos e trinta mil reais), oriundos do:

- Decit/SCTIE/MS: R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
- FAPERGS: R\$ 2.930.000,00 (dois milhões novecentos e trinta mil reais), provenientes do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

1.4.2 Tais recursos devem apoiar projetos de pesquisa, nas seguintes faixas:

Faixa A (exclusiva para **Mestre**): até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para projetos que possuam coordenador com o título de Mestre e que atendam o item 2.1 e 2.2 do REGULAMENTO desta Chamada.

Faixa B (exclusiva para **Doutor**): até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para projetos que possuam coordenador com título de Doutor e que atendam o item 2.1 e 2.2 do REGULAMENTO desta Chamada.

1.4.3. Para as faixas de projetos sobreditas serão destinados os seguintes montantes:

- R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para financiar projetos da Faixa A;
- R\$ 5.430.000,00 (cinco milhões quatrocentos e trinta mil reais) para financiar projetos da Faixa B.

1.4.4 Os recursos não utilizados em uma faixa poderão ser transferidos para outra faixa.

1.4.5 A liberação dos recursos financeiros ocorrerá em até duas parcelas iguais, sendo a primeira logo após a assinatura do termo de outorga.

1.5. ITENS FINANCIÁVEIS

Os recursos da presente Chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio e capital, compreendendo e respeitando a proporção citada no item 1.4 do regulamento:

1.5.1. Custeio:

- a) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, incluindo as despesas acessórias, especialmente as de importação;
- b) serviços de terceiros de pessoa jurídica;

c) passagens e diárias no país, exclusivamente, destinadas às atividades do Projeto aprovado, até o limite de 10% do valor total da proposta. Os valores de diárias devem obedecer às tabelas de diárias vigente da **FAPERGS**.

1.5.2. Bolsas:

a) Bolsas de Iniciação Científica (uma por projeto por um período de até 24 meses).

1.5.3. Capital:

a) material bibliográfico;

b) equipamentos, incluindo as despesas acessórias especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos;

c) material permanente, incluindo as despesas acessórias, especialmente as de importação.

Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

1.5.4. Não são permitidas despesas com:

a) construção e reforma de imóveis;

b) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);

c) despesas de rotina tais como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, cartucho de tinta, material de expediente, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto,

d) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei vigente, bem como as normas da **FAPERGS/RS**, disponíveis no endereço eletrônico www.fapergs.rs.gov.br.

e) pagamento de taxas de administração ou gestão, a qualquer título, de acordo com o Inciso I, Art. 52 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

f) qualquer tipo de remuneração ao coordenador ou proponente da pesquisa e ao coordenador de campo;

g) não são permitidos gastos para participação em eventos científicos (inscrição, passagens e diárias).

1.5.5. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

1.5.6. Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas da **FAPERGS/RS** disponíveis no endereço www.fapergs.rs.gov.br.

1.5.7. Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 15% (quinze por cento) do montante previsto para tais gastos. A **FAPERGS/RS** não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

1.6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do término da vigência do projeto.

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na desclassificação da proposta.

2.1. QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO:

2.1.1. O proponente deve atender aos itens abaixo:

a) ser pesquisador Doutor ou Mestre atuante na área;

b) ter seus dados e de todos os pesquisadores da equipe técnica cadastrados e atualizados no Currículo *Lattes*, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/curriculo/>;

c) possuir vínculo empregatício (estatutário ou celetista) com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas e sem fins lucrativos, sediadas no estado do RS;

d) não ser membro do Comitê Gestor do Programa PPSUS/RS.

2.1.2. O proponente deverá ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, na área específica do projeto de pesquisa.

2.1.3. O proponente não pode estar inadimplente junto a FAPERGS.

2.1.4. A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

2.1.5. Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores, técnicos e instituições colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita pela instituição a qual estão vinculados, devendo ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.1.6. Os membros da equipe técnica, **caracterizados como pesquisadores**, deverão ter seus currículos cadastrados na Plataforma *Lattes*. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros.

2.1.7. Serão, preferencialmente, apoiadas as propostas que envolverem parcerias interinstitucionais, integrando ações do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil.

2.1.8. No caso de participação de empresa a mesma deve apresentar um termo de compromisso, expondo o interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida.

2.2. QUANTO À PROPOSTA:

2.2.1. O projeto deve estar claramente caracterizado como pesquisa científica, tecnológica ou de inovação.

2.2.2. As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa. O Formulário *online* conterá campos de texto para o preenchimento das seguintes informações sobre o projeto, de forma a permitir sua adequada análise por parte da Comissão de Especialistas, dos consultores *ad hoc* e Comitê Gestor.

- a) título do projeto;
- b) dados da instituição executora;
- c) Instituição signatária;
- d) dados do coordenador – CPF, endereço, endereço eletrônico e telefone de contato;
- e) especificação das instituições, pesquisadores e empresas (quando for o caso) envolvidas e das respectivas atividades a serem desempenhadas por cada uma delas, bem como do tempo de dedicação ao projeto;
- f) identificação da equipe técnica com CPF e descrição de suas qualificações;
- g) identificação do tema e linha temática;
- h) resumo do projeto e palavras-chave;
- i) introdução;
- j) justificativa(s) para realização do projeto e sua aplicabilidade para o SUS;
- K) objetivo(s) geral(is) e específico(s);
- l) metodologia e cronograma de execução das atividades previstas para o desenvolvimento da pesquisa;
- m) resultados, produtos, avanços e aplicações esperadas;
- n) orçamento detalhado da proposta, com a discriminação dos gastos de custeio e de capital, este último quando pertinente e devidamente justificado;
- o) existência de financiamento de outras fontes;
- p) referências bibliográficas mais relevantes;
- q) especificação dos indicadores de avaliação do andamento do projeto de pesquisa;
- r) existência de interesse e participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso.

2.2.3. As propostas deverão atender às linhas temáticas listadas abaixo, estabelecidas com base nos resultados da “Oficina de Prioridades para o PPSUS, Edição 2013/2015”, realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2012. A seleção das linhas para esta Chamada visa orientar o fomento para a indução seletiva de projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa e não podem ser enfrentados apenas por uma combinação de meios de intervenção já existentes.

TEMA: EDUCAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE	
LINHAS TEMÁTICAS:	
1)	Formação em Educação Permanente e Popular em saúde.
2)	Organização da rede intersetorial de atenção à saúde e processo de trabalho.
3)	Precarização do trabalho no SUS: sistemas de remuneração e plano de carreira para trabalhadores de saúde.
4)	Modelos de Gestão e participação social - Perfil dos gestores e os impactos na organização dos processos de trabalho no sistema de saúde.
5)	Análise de políticas públicas em saúde.
6)	Redes de atenção em saúde, regionalização e organização da atenção por linhas de cuidado.
7)	Sistemas de informação para a Vigilância em Saúde.

TEMA: ATENÇÃO EM SAÚDE	
LINHAS TEMÁTICAS:	
1.	Pesquisa de eficácia e segurança de plantas medicinais nativas.
2.	Linhas de cuidado no câncer, preferencialmente neoplasias de maior prevalência e câncer infantil.
3.	Linhas de cuidados para portadores de deficiência.
4.	Desenvolvimento de modelos de atenção para o cuidado em doenças crônicas na atenção básica de saúde.
5.	Linha de cuidado à gestação, parto e puerpério, preferencialmente a questão da redução da morbidade e mortalidade materna e infantil.
6.	Linha de cuidado em saúde mental do adolescente, preferencialmente em relação a álcool e outras drogas.
7.	Linha de cuidado à saúde e qualidade de vida do idoso, preferencialmente a questão da feminilização do envelhecimento.
8.	Acesso, adesão e uso racional de medicamentos.
9.	Morbidade e mortalidade de vítimas de acidente de trânsito.
10.	Práticas integrativas e complementares em saúde nas redes de atenção.
11.	Cuidado nutricional e alimentar na promoção à saúde.
12.	Linha de cuidado em doenças sexualmente transmissíveis.
13.	Saúde prisional e de grupos vulneráveis, preferencialmente em relação a doenças negligenciadas.
14.	Obesidade e distúrbios metabólicos correlatos.

TEMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
LINHAS TEMÁTICAS:	
1)	Estudos em Farmacovigilância.
2)	Eco-epidemiologia de zoonoses e doenças transmitidas por vetores.
3)	Qualidade do ar, água, solo e alimentos e seus impactos na saúde humana.
4)	Vigilância de doenças transmissíveis: epidemiologia, agentes infecciosos, métodos de diagnóstico para saúde pública, tratamento prevenção e controle, e avaliação de programas preferencialmente: doenças preveníveis por vacina, hepatites, tuberculose, HIV/Aids, sífilis congênita, antroponoses, hanseníase e doenças negligenciadas.
5)	Vigilância de doenças e agravos não transmissíveis: epidemiologia, fatores de risco, determinantes sociais, promoção de saúde e avaliação de programas especialmente: violências, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, câncer, doença pulmonar obstrutiva crônica, acidentes e abuso de álcool e outras drogas.
6)	Agravos à saúde decorrentes de desastres naturais: epidemiologia, fatores de risco, determinantes sócio-ambientais, prevenção e controle.
7)	Saúde do trabalhador: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento de protocolos para diagnóstico de agravos relacionados a saúde do trabalhador (especialmente amianto, LER/DORT, intoxicações exógenas e saúde mental). ○ Pesquisa quanti-qualitativa sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho: prevalência/incidência, determinantes sociais e processos produtivos.

2.2.4. Quanto às permissões/exigências legais:

a) Os projetos que envolvam pesquisa clínica, epidemiológica ou experimental com seres humanos e/ou animais, devem conter uma seção sobre seus aspectos éticos, **devendo ser anexado comprovante de submissão ou parecer do comitê de ética em pesquisa credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**, conforme os termos da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde;

b) Conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em biossegurança;

c) Demais autorizações/permissões de caráter ético ou legal, que se façam necessárias, deverão ser providenciadas pelo coordenador do projeto.

2.3 QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO:

2.3.1 A instituição de execução do projeto deverá se enquadrar ao estabelecido pelo item 1.2.2 deste REGULAMENTO.

2.4. QUANTO À DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA:

A documentação impressa requerida para a etapa de avaliação deverá conter os seguintes itens:

a) cópia impressa do projeto de pesquisa submetido eletronicamente (para a impressão, utilizar o comando “visualizar todo o projeto” após o preenchimento do Formulário *online*);

b) Cópia digital, em cd, do projeto de pesquisa.

c) cópia impressa do *curriculum vitae* do Coordenador, no **modelo Lattes**, com destaque para a produção científica dos últimos 05 (cinco) anos;

d) cartas de anuência de outros pesquisadores doutores/mestres integrantes da equipe quanto à sua participação no projeto;

e) carta de anuência da Instituição Executora assinada pelo representante legal ao qual se vincula o pesquisador;

f) cópia do protocolo de submissão do projeto ao comitê de ética em pesquisa e de outras autorizações/permissões de caráter ético ou legal, quando for o caso, conforme descrito no item 2.2.4 deste REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

2.5. Submissão das propostas aprovadas no Sistema SigFapergs.

2.5.1 O proponente que tiver sua proposta APROVADA deverá proceder, no SigFapergs (Sistema de Informação e Gestão de Projetos), disponível no site www.fapergs.rs.gov.br, os seguintes passos:

- a) Cadastrar proponente no sistema SigFapergs;
- b) Preencher Formulário Eletrônico da Proposta *on line*;
- c) Anexar os documentos listados no item 2.4 desta Chamada.

2.5.2 As instituições de execução do projeto deverão estar com seu cadastro devidamente atualizado no Cadastro de Representantes Legais da Fapergs (ver site www.fapergs.rs.gov.br);

2.5.3 As propostas deverão ser submetidas à Fapergs até às 23h59min da data limite de submissão, conforme o CRONOGRAMA deste Regulamento;

2.5.4 A Fapergs não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação;

2.5.5 A proposta que reunir toda a documentação eletrônica, nesta etapa de preencher todos os requisitos e condições de habilitação exigidos nesta Chamada, será contratada.

3. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

3.1 Análise de mérito técnico-científico:

Critérios de análise e julgamento		Conceitos
	Critérios de mérito técnico-científico:	() Muito Bom – 30 pontos
	• Originalidade e caráter de inovação.	() Bom – 20 pontos
	• Viabilidade técnica de execução do projeto	() Regular – 15 pontos
	• Cumprimento aos aspectos éticos em	() Pouco consistente – 10

	pesquisa.	pontos () Inconsistente – 0 ponto
	Aplicabilidade ao SUS: Contribuição para o aprimoramento e consolidação do SUS. Relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico da UF. Benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento; Estímulo ao ensino, pesquisa, extensão e educação permanente em saúde.	() Muito Bom – 20 pontos () Bom – 15 pontos () Regular – 10 pontos () Pouco consistente – 05 pontos () Inconsistente – 0 ponto
	Crítérios gerenciais e financeiros: Coerência do orçamento com os objetivos, atividades e resultados propostos. Compatibilidade da infra-estrutura e dos recursos humanos para o desenvolvimento da proposta. Coerência dos itens orçamentários solicitados com o valor de mercado.	() Muito Bom – 15 pontos () Bom – 10 pontos () Regular – 08 pontos () Pouco consistente – 04 pontos () Inconsistente – 0 ponto
	Crítério de expansibilidade da pesquisa: • Expansibilidade, possibilidade de futuros desdobramentos que extrapolem o objetivo inicial da pesquisa, usando como base a tecnologia ou a metodologia apresentada na pesquisa.	() Muito Bom – 15 pontos () Bom – 10 pontos () Regular – 08 pontos () Pouco consistente – 04 pontos () Inconsistente – 0 ponto
	Crítério de cooperação científica: • Cooperação com grupos internos e/ou externos à UF. • Intersetorialidade e transdisciplinaridade da pesquisa.	() Muito Bom – 20 pontos () Bom – 15 pontos () Regular – 10 pontos () Pouco consistente – 05 pontos () Inconsistente – 0 ponto
		Total: 100 pontos

3.2 Análise de relevância sócio-sanitária:

Crítérios de análise e julgamento	Conceitos
<p>Aplicabilidade sócio-sanitária dos resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para a superação das desigualdades. estaduais/regionais no âmbito da atenção à saúde. • Melhoria dos indicadores de saúde na região. • Impacto positivo nas condições de saúde e/ou na qualidade de vida da população. 	<p>() Muito Bom – 30 pontos () Bom – 20 pontos () Regular – 15 pontos () Pouco consistente – 10 pontos () Inconsistente – 0 ponto</p>

	Consonância com a situação de morbimortalidade relacionada ao agravo a ser pesquisado	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
	Capacidade de respostas às lacunas de conhecimento sobre o tema.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 08 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 04 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
	Consonância com a política nacional e estadual de Saúde	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
	Consonância com as prioridades de pesquisa em saúde da UF.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 05 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 03 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 02 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 01 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
	Clareza dos benefícios esperados e impactos (científico, tecnológico, econômico, social e ambiental) para transformação social.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
	Possibilidade de incorporação dos resultados em curto e médio prazo na gestão e/ou atenção em saúde	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 10 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 05 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
		Total de pontos: 100

4. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO FINAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. A execução dos projetos aprovados será acompanhada por meio de relatórios técnicos parciais, de visitas *in loco* de técnicos ou consultores do Comitê Gestor, e da participação dos Coordenadores nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS 2013, organizados, anualmente, pela SES/RS e pela **FAPERGS**.

4.1.1. O coordenador deverá encaminhar impresso, nos padrões da instituição, a FAPERGS, o relatório técnico-científico de acordo com a data presente no Termo de Outorga.

4.2. Quando solicitado pela **FAPERGS**, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado e enviá-lo à **FAPERGS com, no mínimo, 15 dias de antecedência da realização dos Seminários de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS.**

4.3. O coordenador da pesquisa deverá realizar, pessoalmente, a apresentação dos resultados parciais e finais nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação. Em caso de impossibilidade de comparecimento, o coordenador deverá justificar o motivo da ausência e indicar um componente da equipe de mesma titulação para realizar a apresentação.

4.4. Caso o Coordenador não atenda ao disposto no item 4.3 o mesmo ficará inadimplente junto à FAPERGS, devendo submeter justificativa formal à análise pelo Comitê Gestor do PPSUS em Rio Grande do Sul. Frente ao não cumprimento deste item, o Coordenador poderá ser impedido de concorrer a novas chamadas do PPSUS;

4.5 Nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação, os Coordenadores convocados deverão apresentar as atividades desenvolvidas e resultados alcançados, a fim de que estes sejam avaliados por especialistas indicados pelo Comitê Gestor, que emitirão pareceres e recomendações a serem seguidas na continuação do projeto.

4.6. Após o seminário final de Acompanhamento e Avaliação, a Fapergs e o Comitê Gestor apresentarão ao MS e ao CNPq um relatório contendo análise dos resultados/produtos dos projetos aprovados e descrevendo seu potencial de utilização/incorporação no sistema e serviços de saúde, bem como sua capacidade de dar resposta aos problemas relacionados à organização dos serviços e à atenção prestada à população do estado.

4.7. O Coordenador do projeto deverá encaminhar à **FAPERGS**, em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o Termo de Outorga e demais normas da **FAPERGS**:

a) O relatório técnico final, elaborado no formato especificado pelo PPSUS, apresentando os principais resultados, conclusões e produtos obtidos com ênfase na sua utilização para o SUS;

b) a prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no www.fapergs.rs.gov.br.

4.8 Todas as pesquisas financiadas pelo MS estarão disponíveis no banco de dados Pesquisa Saúde, acessível por meio do endereço eletrônico: www.saude.gov.br/pesquisasaude. Para tanto, é item obrigatório a todos os coordenadores de pesquisa que preencham o relatório no módulo Pesquisa Saúde disponível no link: <http://portal2.saude.gov.br/sisct/login.cfm> ao término do seu projeto, o qual se constituirá na fonte de informação e divulgação do estudo realizado.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: duvidasdab@fapergs.rs.gov.br

Porto Alegre, 06 de maio de 2013.

José Miguel Reichert
Diretor Científico

Marco Antonio Baldo
Diretor Administrativo

Nádyá Pesce da Silveira
Diretora Presidente

ANEXO 2

Lista de pesquisadores e projetos aprovados nas 4 edições

EDITAL MS/CNPq/FAPERGS Nº 008/2004

PESQUISADOR	TÍTULO DO PROJETO	INST.	TEMA
CARLOS EDUARDO POLI DE FIGUEIREDO	DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE MICROPARTÍCULAS CIRCULANTES DE CELULAS ENDOTELIAIS E DO PERFIL Th1/Th2 NA GESTÃO NORMAL E NA SÍNDROME PRE-ECLÂMPSIA	PUCRS	*1
CLAUDIA MARIA DORNELLES DA SILVA	DESENVOLVIMENTO DE UM TESTE COLORIMÉTRICO PARA DETECÇÃO E GENOTIPAGEM DO VIRUS DA HEPATITE C	FEPPS	*1
DENISE RANGEL AERTS	AMORTALIDADE FETAL EM PORTO ALEGRE: RS: UMA INVESTIGAÇÃO DE SUA MAGNITUDE	ULBRA	*1
DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA	A PROTEÍNA S100 B COMO MARCADORA DE LESÃO CEREBRAL DIANTE DE HIPOXIA NEONATAL	UFRGS	*1
MAURO ANTONIO CZEPIELEWSKI	IDENTIFICAÇÃO DE FATORES CLÍNICOS, BIOQUÍMICOS E HORMONAIS ASSOCIADOS A RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM PACIENTES COM RETARDO DE CRESCIMENTO INTRA-UTERINO	UFRGS	*1
ANA LUIZA SILVA MAIA	DIAGNÓSTICO MOLECULAR DO CARCINOMA MEDULAR DE TIREÓIDE: IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÕES NO PROTO-ONCOGENE RET	UFRGS	**2
ANA MARIA MARQUES DA SILVA	DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UM SISTEMA DE TELERADIOLOGIA DE BAIXO CUSTO	PUCRS	**2
JOÃO RICARDO MICHIELIN SANT'ANNA	PREPARO E IMPLANTE DE CELULAS TRONCO AUTOLOGAS DA MEDULA ÓSSEA VISANDO REGENERAÇÃO DO MIOCARDIO	IC	**2
MARCIA SUSANA NUNES SILVA	DESENVOLVIMENTO DE UM MÉTODO MOLECULAR PARA DETECÇÃO DE MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS RESISTENTE A ISONIAZIDA E RIFAMPICINA	FEPPS	**2

ROSA DEA SPERHACKE	AVALIACAO DO CUSTO-EFETIVIDADE E APLICABILIDADE NA REDE PUBLICA DE SAUDE DAS METODOLOGIAS MOLECULARES GM PCR E PCR DOT-BLOT NA DETECCAO DE MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS EM AMOSTRAS CLINICAS	FEPPS	**2
JADERSON COSTA DA COSTA	AVALIACAO DO POTENCIAL TERAPEUTICO ACILPOLIAMINOTOXINA JSTX-3: EFEITO SOBRE SISTEMA NERVOSO COMO NEUROPROTETOR E ANTIEPILEPTICO	PUCRS	**2
VINICIUS DUVAL DA SILVA	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA BAYESIANO PARA SUPORTE NA TOMADA DE DECISOES EM LESOES ESTUDADAS POR VIDEOENDOSCOPIA	PUCRS	**2
FLAVIO DANNI FUCHS	EFEITO DA MONITORIZACAO DOMICILIAR DA PRESSAO ARTERIAL SOBRE O CONTROLE DA HIPERTENSAO ARTERIAL: UM ENSAIO CLINICO RANDOMIZADO	UFRGS	***3
JOÃO JOSE FREITAS SARKIS	NUCLEOTIDASES DE PLAQUETAS, SORO, LINFOCITOS E POSSIVEL RELACAO COM CANCER	UFRGS	***3
LEILA BELTRAMI MOREIRA	PREVALENCIA DE DISTURBIOS DO SONO E ASSOCIACAO COM HIPERTENSAO ARTERIAL SISTEMICA, EM AMOSTRA REPRESENTATIVA DA POPULACAO ADULTA DE PORTO ALEGRE	UFRGS	***3
LUIS VALMOR CRUZ PORTELA	EFEITOS DOS TRANSPLANTES CARDÍACOS SOBRE A CONCENTRAÇÃO DEHOMOCISTEÍNA E A HIDRÓLISE ENZIMÁTICA DE NUCLEOTÍDEOS EXTRACELULARES	UFRGS	***3
LUIZ CARLOS BODANESE	TRANPLANTE AUTOLOGO INTRACORONARIO DE CÉLULAS DA MEDULA OSSEA NO INFARTO AGUDO DO MIOCARDIO	PUCRS	***3
PATRICIA ASHTON-PROLLA	CARACTERIZAÇÃO MOLECULAR DE TUMORES COLORRETAIS NA SÍNDROME DE CÂNCER COLORRETAL HEREDITÁRIO NÃO-POLIPOMATOSO	HCPA	***3
RENATO ABDALA KARAN KALIL	O ISOLAMENTO DAS VEIAS PULMONARES DURANTE A CIRURGIA VALVULAR MITRAL EM PACIENTES COM FIBRILAÇÃO ARTERIAL PERMANENTE UTILIZANDO ENERGIA	IC	***3

ANAMARIA BAPTISTA MENEZES	ESTUDO DE INTERVENCAO EM FUMO, DIETA E ATIVIDADE FISICA EM ESCOLARES ADOLESCENTES	UFPEL	****4
BEATRIZ REGINA LARA DOS SANTOS	VIGILÂNCIA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE DE UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS DA ÁREA ADSTRITA A UMA UNIDADE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	UFRGS	****4
BRUCE BARTHOLOW DUNCAN	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO PROCESSO DE ATENÇÃO E DA SUA EFETIVIDADE SOBRE A SAUDE DO ADULTO NO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	UFRGS	****4
CASSIA REGINA MEDEIROS	ANÁLISE DAS CAUSAS DE ROTATIVIDADE DE ENFERMEIROS E MÉDICOS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	UNIVATES	****4
CLAIDES ABEGG	AVALIAÇÃO DO IMPACTO ODONTOLÓGICO NO DESEMPENHO DIÁRIO DOS INDIVÍDUOS DE 50 A 74 ANOS EM PORTO ALEGRE/RS	UFRGS	****4
CLAITON HENRIQUE DOTTO BAU	VARIABILIDADE GENÉTICA E HETEROGENEIDADE NO TABAGISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ABORDAGEM FARMACOGEMICA	UFRGS	****4
EDUARDO ALEXIS ALCAYAGA	ESTUDO DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO DE DESFLUORETAÇÃO PARCIAL DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS EM CONDIÇÕES REAIS DE OPERAÇÃO PARA CONSUMO HUMANO	UNISC	****4
ELIANE FLORA SOBIESIAT MORETTO	CONSULTA DE ENFERMAGEM NO PSF NA VISAO DO ENFERMEIRO E DE SEUS USUARIOS	UPF	****4
JOSE MIGUEL CHATKIN	EFICACIA DA NORTRIPTILINA NO TRATAMENTO DO TABAGISMO: UMA RELACAO CUSTO-BENEFICO FAVORAVEL?	PUCRS	****4
MARTA REGINA CEZAR VAZ	TRABALHO EM SAUDE E O CONTEXTO TECNOLÓGICO DA POLITICA DE ATENCAO A SAUDE DA FAMILIA	FURG	****4
LUCIA CAMPOS PELLANDA ZIMMER	ALTERAÇÕES DO METABOLISMO PÓS-PRANDIAL DE LIPÍDIOS, CARBOIDRATOS E MARCADORES INFLAMATÓRIOS EM ADOLESCENTES OBESOS E COM SOBREPESO	IC	****4
LUCIANA CARVALHO FERNADES	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LAJEADO	UNIVATES	****4

LUIS HENRIQUES TELLES DA ROSA	REALIDADE E ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS VOLTADAS AO ENVELHECIMENTO. UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DOS COREDES ALTO DO JACUI E ALTO BOTUCARAÍ	UNICRUZ	****4
MARIA CECÍLIA FORMOSO ASSUNÇÃO	INTERNACAO NUTRICIONAL EM INDIVIDUOS COM SOBREPESO E OBESIDADE: ENSAIO CLINICO RANDOMIZADO	UFPEL	****4
MARISA MALTZ	PRESERVACAO DENTARIA ATRAVES DO TRATAMENTO ALTERNATIVO DE LESOES PROFUNDAS DE CARIE BASEADO EM EVIDENCIAS BIOLOGICAS	UFRGS	****4

TEMAS:

*1 Desenvolvimento de processos / ferramentas de prevenção e controle de causas de morbimortalidade externas, doenças respiratórias e doenças perinatais.

**2 Desenvolvimento e avaliação de novas tecnologias e terapêuticas.

***3 Desenvolvimento de processos / ferramentas de diagnóstico, prevenção e controle de doenças crônico-degenerativas.

****4 Avaliação de impacto de ações, programas e políticas estratégicas em saúde.

Edital MS/CNPq/FAPERGS n. 006/2006

PESQUISADOR	TÍTULO DO PROJETO	INST.	TEMA
ALUISIO JARDIM DORNELLAS DE BARROS	A UTILIZAÇÃO DO SUS PELA POPULAÇÃO; UM ESTUDO ETNO-EPIDEMIOLOGICO DO MODELO PSF DA ATENÇÃO BASIA A SAÚDE	UFPEL	*1
JENIFER SAFFI	AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTIOXIDANTE E DA CAPACIDADE DE REPARAÇÃO DE DNA DE MULHERES COM CANCER DE MAMA	ULBRA	*1
CASSIANO KUCHENBECKER ROSING	ASSOCIAÇÃO ENTRE OBESIDADE E DOENÇA PERIODONTAL: ESTUDO LONGITUDINAL DE 5 ANOS	UFRGS	*1
JUVENAL SOARES DIAS DA COSTA	AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA NO RS ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE INTERNAÇÕES SENSÍVEIS	UNISINOS	*1
LAURA BANNACH JARDIM	REDE DE DIAGNÓSTICOS PARA DOENÇAS NEUROGENÉTICAS: MULTICENTRICA PARA DIAGNÓSTICOS SINTOMÁTICOS ESTRUTURALMENTE PARA OS TESTES PREDITIVOS	UFRGS	*1
MARCIA REGINA VITOLO	IMPLEMENTAÇÃO DOS 10 PASSOS DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	FFFCMPA	*1
NANCE BAYER NARDI	COMPARAÇÃO DE CELULAS-TRONCO MESENQUIMAIS MURINAS E HUMANAS ISOLADAS DE DIFERENTES ÓRGÃOS QUANTO A CAPACIDADE DE DIFERENCIAÇÃO IN VITRO EM CELULAS-PRODUTORAS DE INSULINA E REVERSÃO DE DIABETES EM MODELOS MURINOS	UFRGS	*1
TATIANA ROMAN	AGRESSIVIDADE, IMPULSIVIDADE E ABUSO/DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS NA POPULAÇÃO JOVEM: IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO COM BASE EM UM MODELO GENÉTICO-COMPORTAMENTAL	FFFCMPA	*1
MARILENE HENNING VAINSTEIN	ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE LEVEDURAS DO COMPLEXO CRYPTOCOCCUS NEOFORMANS QUE COMPROMETEM A SEGURANÇA NO SERVIÇO DA SAÚDE DO RS: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO (HPS) E RECOMENDAÇÕES PARA PREVENÇÃO DAS PATOGENIAS RELACIONADAS	UFRGS	**2
JURACI ALMEIDA CESAR	ASSISTÊNCIA À GESTÃO E AO PARTO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO	FURG	*1
CELIA REGINA RIBEIRO DA SILVA CARLINI	SAÚDE BUCAL DE IDOSOS: LESÕES CANCERISÁVEIS E CANCER BUCAL	UFRGS	*1
DORA LUCIA LEIDENSCORREA DE OLIVEIRA	A PERSPECTIVA DE RISCO DE VIDA ENTRE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA: SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO DO SERVIÇO	UFRGS	*1

ANA MARIA DE MENEZES	SIBILANCIA RESPIRATORIA: DESDE O NASCIMENTO ATE A ADOLESCENCIA ESTUDO LONGITUDINAL DAS CRIANÇAS NASCIDAS EM 1993 NA CIDADE DE PELOTAS-RS	UFPEL	*1
MARINO MUZFELDT BIANCHI	ESTUDO DO EFEITO DOS ALELOS VARIANTES DO PDNF NO PROGNOSTICO DE EPILEPSIA DO LOBO TEMPORAL	HCPA	*1
PATRICIA ASHTON PROLLA	CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO PILOTO DE IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA CANCER DE MAMA HEREDITARIO DE BASE POPULACIONAL VINCULADO AO PROGRAMA SAUDA DA FAMILIA	HCPA	*1
BERNARDO LESSA HORTA	SINDROME METABOLICA: PREVALENCIA E FATORES DE RISCO EM ADULTOS JOVENS, UM ESTUDO DE CORTE	UFPEL	*1
CARLOS GRAEFF TEIXEIRA	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE VIGILANCIA E DIAGNOSTICO DA ESQUISTOSSOMOSE MANSONICA EM FOCOS DE BAIXA ENDEMICIDADE E VERIFICAÇÃO DA SUA APLICABILIDADE PELA REDE BASICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	PUCRS	**2
TATIANA EMANUELLI	AVALIAÇÃO DOS NIVEIS DE ESTRONCIO A SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE MINERAL OSSEA E PARAMETROS BIOQUIMICOS EM MULHERES	UFMS	*1
BARTIRA ERCILIA PINHEIRO DA COSTA	DOENÇA HIPERTENSIVA GESTACIONAL E OS POLIMORFISMOS PROTEICO E GENETICO DA ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA	PUCRS	*1
MARCELO ZUBARAN GOLDANI	IMPACTO DO AUMENTO DAS TAXAS DE GESTAÇÕES MULTIPLAS SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE (BRASIL)	UFRGS	**2
ANA LUIZA SILVA MAIA	CARCINOMA MEDULAR DE TIREOIDE: ESTUDO CLINICO, EPIDEMIOLOGICO, BIOQUIMICO E MOLECULAR COM IMPACTO NO DIAGNOSTICO, MANEJO E PREVENÇÃO	UFRGS	*1
MARIA LUIZA SARAIVA PEREIRA	DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA APLICAVEIS A TRIAGEM NEONATAL: DIAGNOSTICO MOLECULAR DA FIBROSE CISTICA E FENILCETONURIA	UFRGS	*1
VANESSA SUNE MATTEVI	INVESTIGAÇÃO DOS FATORES DE RISCO PARA OBESIDADE PRECOCE E ANEMIA EM UMA COORTE DE CRIANÇAS SUBMETIDAS A UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NO PRIMEIRO ANO DE VIDA	FFFCMPA	*1
ANA CRISTINA OSTERMANN	GENERO, SEXUALIDADE E VIOLENCIAS: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLINGUISTICA INTERNACIONAL DOS ATENDIMENTOS A SAÚDE DA MULHER	UNISINOS	*1
LIANE NANJI ROTTA	INVESTIGAÇÃO DE DISLIPIDEMIA NA POPULAÇÃO INFANTIL ATENDIDA PELO SUS, EM LABORATORIO DA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	FFFCMPA	*1

LETICIA ALGARVES MIRANDA	AVALIAÇÃO GENÉTICA DE PACIENTES COM PERIODONTITE ATRAVÉS DA ANÁLISE DE DEPOLIMORFISMO DE GENES ASSOCIADOS A PROCESSOS INFLAMATORIOS	UFRGS	*1
TATIANA ENGEL GERHARDT	FLUXOS E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE: MOBILIDADE E NECESSIDADES EM SAÚDE DE USUÁRIOS E NOVOS DESAFIOS PARA A INTEGRALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA	UFRGS	*1
WALTER JOSE KOFF	ESTUDO DE FASE II COM VACINA CELULAR AUTOLOGA IMUNOMODULADA PARA TRATAMENTO DE CANCER DE PROSTATA LOCALMENTE AVANÇADO	HCPA	*1
ROGERIO FRIEDMANN	ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA DE CONTROLE DA GLICEMIA E DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM PACIENTES DIABÉTICOS TIPO 2 NA REDE PÚBLICA	UFRGS	*1

TEMAS:

*1 Atenção à Saúde

**2 Vigilância em Saúde

EDITAL FAPERGS/MS/CNPq/SESRS 002/2009

Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde PPSUS – 2008/2009

PESQUISADOR	TÍTULO DO PROJETO	INST.
Laura Bannach Jardim	O fenilbutirato na doença de Machado-Joseph: um estudo duplo-cego, placebo-controlado, para determinar a segurança e a tolerabilidade do fenilbutirato em pacientes com a doença de Machado-Joseph	HCPA
Ana Claudia Gastal Fassa	Exposição a agrotóxicos entre trabalhadores rurais	UFPeI
Carlos Graeff Teixeira	Adequação das ações de vigilância visando interromper a transmissão da esquistossomose no RS	PUC-RS
Dino Roberto Soares De Lorenzi	Causas e fatores associados à natimortalidade no município de Caxias do Sul – RS: um estudo de base populacional	FUCS
Jaderson Costa da Costa	Avaliação eletrofisiológica e potencial terapêutico de uma nova neurotoxina na epilepsiogenética no camundongo EL/Suz	PUC-RS
Clarice Sampaio Alho	Alvos genéticos com potencial prognóstico na SESPE	PUC-RS
Pedro Alves d'Azevedo	Caracterização fenotípica e genotípica de amostras de Staphylococcus aureus meticilina-resistente (MRSA) isoladas em hospitais e unidades ambulatoriais da região metropolitana de Porto Alegre/RS	UFSCPA
Paulo Márcio Condessa Pitrez	Avaliação da resposta ao tratamento com Azitromicina em lactentes internados com bronquiolite por Vírus Sincicial Respiratório	PUC-RS
Ana Maria Baptista Menezes	Variações genética e epigenética no gene IL4 e seus padrões de associação com asma em adolescentes: estudo de coorte de nascimentos em Pelotas-Brasil	UFPeI
Irenio Gomes da Silva Filho	Prevalência e fatores de risco de demência em idosos atendidos pelo Programa Saúde da Família do município de Porto Alegre	PUC-RS
Claides Abegg	Impacto da estratégia da saúde da família no perfil epidemiológico de saúde bucal no RS	UFRGS
Diogo Onofre Gomes de Souza	Papel neuroprotetor da guanósina em doenças crônicas neurodegenerativas. Modulação das ações neurotóxicas do glutamato. Abordagem experimental e clínica	UFRGS
Andrea Pereira Regner	Estudo de preditores epidemiológicos, clínicos e moleculares de mortalidade em vítimas de traumatismo crânio-encefálico grave: investigação do perfil das vítimas internadas nas unidades de terapia intensiva do SUS em Porto Alegre e Canoas	ULBRA

Cristina Bonorino	Perfil de risco imunológico em idosos	PUC-RS
Claiton Henrique Dotto Bau	Genética e desinibição comportamental: suscetibilidade para transtornos externalizadores e seus desfechos relacionados com abuso de drogas, personalidade anti-social e violência	UFRGS
Márcia Susana Nunes Silva	Validação interlaboratorial de um método molecular na detecção da resistência de mycobacterium tuberculosis aos principais fármacos do tratamento	FEPPS
Ida Vanessa Doederlein Schwartz	Acesso e adesão ao tratamento da fenilcetonúria: avaliação da judicialização e do impacto médico e sócio-econômico para os pacientes e suas famílias e para o sistema único de saúde	HCPA
Paulo Zielinsky	Constricção ductal durante a vida fetal induzida por ingestão materna de flavonoides: um estudo clínico e experimental	IC
Jerusa Fumagalli de Salles	Índices para reabilitação neuropsicológica das sequelas de Acidente Vascular Cerebral: aspectos demográficos, neurológicos, neuropsicolinguísticos e de neuroimagem funcional	UFRGS
Eneida Rejane Rabelo da Silva	Impacto da visita domiciliar nas taxas de readmissão e nos custos hospitalares em pacientes com insuficiência cardíaca: ensaio clínico randomizado	UFRGS
Fernando Neves Hugo	Avaliação da adequação de processos e ambientes físicos da atenção básica e das percepções em relação às políticas de saúde voltadas às necessidades das pessoas idosas	UFRGS
Geraldo Attilio De Carli	Prevalência de infecções enteroparasitárias na população idosa atendida pelo programa de Saúde da Família da Cidade de Porto Alegre	PUC-RS
Luiz Valmor Portela	O papel do fator semelhante à insulina tipo 1(IGF-1) na doença de Machado-Josef	UFRGS
PATRICIA ASHTON PROLLA	Risco de câncer associado à mutação germinativa TP53 R337H: análise da contribuição para diversos tipos de câncer nas regiões Sul e Sudeste do Brasil	UFRGS
Maria Paz Loayza Hidalgo	Avaliação do ritmo circadiano em idosos com sintomas depressivos na atenção básica	HCPA
Simone Chaves Fagondes	Definição de padrões ventilatórios e avaliação de estratégias diagnósticas de transtornos respiratórios durante o sono em pacientes candidatos à realização de cirurgia bariátrica	HCPA
Ricardo Azevedo da Silva	Transtornos de Humor: epidemiologia, fatores neuroquímicos e psicossociais no tratamento psicoterapêutico	SPAC - UCPEL
RENATO ABDALA	Protocolo pré-clínico de terapia gênica para	IC

KARAM KALIL	revascularização miocárdica em modelo utilizando miniporcos (minipigs)	
Antônio Domingues Benetti	Processos simples de potabilização da água a nível familiar e sua aplicabilidades em áreas não servidas por rede de abastecimento público ou afetadas por desastres naturais	UFRGS
Silvia Helena Koller	Avaliação de programa de capacitação profissional e de intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – FASE II	UFRGS
Dulcinéa Blum Menezes	Análise do comprometimento de cepas de listeria monocytogenes em processos de abortamentos ou partos prematuros na região de Pelotas/RS	UFPeI
Rosane Azevedo Neves da Silva	Estratégias de cuidado em saúde mental na interface com a atenção básica: o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nas equipes de Saúde da Família	UFRGS
Patricia Helena Lucas Pranke	Estratégias inovadoras para o tratamento da lesão de medula espinhal, do acidente vascular cerebral e de queimados, através do uso de células-tronco e nanotecnologia para engenharia de tecidos	UFRGS
HERICKA ZOGBI JORGE DIAS	Proconvite: Implantação do espaço de convivência permanente para crianças usuárias do CAPS infantil da cidade de Santa Maria/RS e avaliação do impacto da intervenção terapêutica em usuários e funcionários do CAPSI	UFSM
MARCO ANTONIO STEFANI	A Interação do Genótipo no Resultado em Pacientes com Malformações vasculares cerebrais e sua associação com Acidente Vascular cerebral (AVC) e Lesão Cerebral	HCPA
Pedro Dall' Ago	Treinamento da Musculatura Ventilatória (TREMVEN): efeitos sobre a capacidade funcional, a função endotelial, a variabilidade da frequência cardíaca em doenças não transmissíveis	UFSCPA
Beatriz Sebben Ojeda	Crise asmática: o conhecimento dos pais/cuidadores sobre o cuidado no âmbito domiciliar no Distrito Leste de Porto Alegre	PUC-RS
Leila Beltrami Moreira	Tratamento e controle da hipertensão arterial em ambulatório especializado: hipertensão mascarada, efeito do avental branco e risco cardiovascular	UFRGS
Rodrigo Della Méa Plentz	Terapia gênica na cardiopatia isquêmica avançada: análise da função endotelial	IC
Juvenal Soares Dias da Costa	Avaliação da atenção básica nos municípios sede das coordenadorias reg	UNISINOS
Patricia Viana da Rosa	IDENTIFICAÇÃO PRECOCE E PREVISIBILIDADE DE AGRAVOS EM POPULAÇÃO IDOSA	UNICRUZ

CHAMADA FAPERGS/MS/CNPq/SESRS n. 002/2013

**PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE PPSUS –
2013/2015**

PESQUISADOR	TÍTULO DO PROJETO	INST.	TEMA
Adriana Roese	DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E O PLANEJAMENTO EM SAÚDE: OS DESAFIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS	UFRGS	Educação e Gestão em Saúde
Adriane Vieira	GRUPO DA COLUNA NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	UFRGS	Atenção em Saúde
Amarillo V.de Macedo Neto	LOCALIZAÇÃO SEGURA PARA FENESTRAÇÃO BRÔNQUICA EXTRA-ANATÔMICA ALARGADA: ESTUDO PRÉ-CLÍNICO	HCPA	Atenção em Saúde
Ana Cristina Ostermann	A interação médico-gestante em exames de diagnóstico de pré-natal: O processo de entrega e de compreensão dos resultados, do que está por vir e do que pode ser feito	UNISINOS	Atenção em Saúde
Ana Luiza Silva Maia	Estudo das Vias de Sinalização Intracelulares envolvidas na Patogênese dos Carcinomas da Tireoide: Implicações na Progressão e Tratamento.	UFRGS	Atenção em Saúde
Ana Maria Marques da Silva	Desenvolvimento de um sistema de informação para controle da qualidade e dosimetria de pacientes submetidos a exames de tomografia computadorizada	PUC	Educação e Gestão em Saúde
Andréa Lúcia G. da Silva	Efeitos da Reabilitação Pulmonar sobre a capacidade cardiorrespiratória e funcional dos portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, no município de Santa Cruz do Sul – RS	APESC	Vigilância em Saúde
Andrea Von Groll	Custo-efetividade de novos métodos reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde para o diagnóstico da tuberculose e detecção de casos resistência em pacientes vivendo com HIV/AIDS para fomentar programas públicos de controle destas doenças	FURG	Vigilância em Saúde
Andréia Buffon	Estratégias de melhoria do rastreamento do câncer cervical e marcadores moleculares aplicáveis ao SUS.	UFRGS	Atenção em Saúde
Andréia Rosane de Moura Valim	Dano, Reparação e Susceptibilidade em Doenças Pulmonares	APESC	Vigilância em Saúde

Beatriz Regina L. dos Santos	PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE DO IDOSO: a construção de diretrizes assistenciais de cuidados para a promoção da qualidade de vida, funcionalidade, autocuidado e a prevenção de doenças cardiovasculares	PUC	Atenção em Saúde
Carine Viana Silva	Fitoterápicos como opções terapêuticas no SUS: padronização de extratos de plantas nativas e avaliação de efeitos cardiovasculares e anticonvulsivantes.	UFSM	Atenção em Saúde
Carla Vitola Gonçalves	Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) na placenta e colostro de gestantes e incidência de IST no cordão umbilical de neonatos atendidos no Hospital Universitário (FURG), Rio Grande-RS.	FURG	Vigilância em Saúde
Caroline B. de Farias	O papel de neurotrofinas em leucemias pediátricas	ICI	Atenção em Saúde
Cássia Regina G. Medeiros	CONDIÇÕES CRÔNICAS NA REGIÃO DA 16ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE/SES/RS	UNIVATE S	Atenção em Saúde
Cintia Costi	Diagnóstico Molecular das Hepatites B e C em amostras fixadas em papel filtro	FEPPS	Vigilância em Saúde
Claudia Maria D. da Silva	Caracterização molecular de Hiperplasia Adrenal Congênita e Deficiência de Biotinidase em um laboratório de saúde pública	FEPPS	Atenção em Saúde
Claudia Morais Trevisan	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA MULTIPROFISSIONAL EM DESORDENS DO MOVIMENTO INFANTIL	UFSM	Atenção em Saúde
Cleci Menezes Moreira	Estudo de plantas nativas da Restinga Fluminense e do Pampa Gaúcho com ações cardiovasculares como possíveis fitoterápicos com opções terapêuticas no SUS	UNIPAMP A	Atenção em Saúde
Cristiane Cardoso de Paula	AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES COM HIV/AIDS	UFSM	Atenção em Saúde
Cristina Thum Kaefer	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA- RS	UFRGS	Educação e Gestão em Saúde
Cristine Maria Warmling	Atenção à saúde das gestantes, puérperas e bebês e qualificação profissional de equipes de saúde	UFRGS	Educação e Gestão em Saúde

Daniel Demétrio Faustino da Silva	Impacto de programas preventivos de saúde bucal infantil na Atenção Primária a Saúde	HNSC	Vigilância em Saúde
Daniel Simon	Estudo de fatores genéticos humanos e virais associados com a persistência do papilomavírus genital e progressão para câncer de colo de útero	ULBRA	Vigilância em Saúde
Denis Martinez	Tratamento da síndrome da apneia-hipopneia obstrutiva do sono para prevenção da hipertensão arterial	UFRGS	Atenção em Saúde
Dinara Hansen	HÁBITOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES PREVENTIVOS PARA CÂNCER DE MAMA E CÉRVICO-UTERINO E FATORES DE RISCO EM IDOSAS ATENDIDAS PELAS ESFS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA-RS	UNICRUZ	Atenção em Saúde
Dinara Jaqueline Moura	Desenvolvimento de um extrato padronizado de Plantago major em ácidos triterpênicos e determinação do potencial anti-inflamatório e segurança toxicológica	UFCSPA	Atenção em Saúde
Dino Roberto Soares De Lorenzi	Mortalidade Materna no Município de Caxias do Sul – RS, 1996-2014: um estudo de base populacional	UCS	Atenção em Saúde
Diogo O. Gomes de Souza	Interação astrócito-neurônio na doença de Parkinson: uma abordagem clínica e pré-clínica	UFRGS	Atenção em Saúde
Dirce Stein Backes	Formação em educação permanente e popular em saúde	UNIFRA	Educação e Gestão em Saúde
Elizete Keitel	DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE LATENTE PRÉ-TRANSPLANTE RENAL – NOVAS POSSIBILIDADES COM TESTES SOROLÓGICOS	UFCSPA	Vigilância em Saúde
Erika Laurini de S. Meyer	Expressão dos genes de reparo de DNA no carcinoma diferenciado da tireoide	UFCSPA	Atenção em Saúde
Fábio Klamt	VALIDAÇÃO DO USO DA PROTEÍNA COFILINA COMO BIOMARCADOR PREDITIVO E PROGNÓSTICO DE CÂNCER DE PULMÃO PARA USO EM SERVIÇOS HOSPITALARES	UFRGS	Atenção em Saúde

Fabricio R. Conceição	Implementação de ensaio imunoenzimático com antígenos recombinantes de <i>Toxocara canis</i> para vigilância epidemiológica da toxocaríase: uma zoonose negligenciada	UFPEL	Vigilância em Saúde
Fatima de Barros Plein	Análise do processo de implantação dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde Coletiva, enquanto estratégia de implementação das Políticas de Educação Permanente em Saúde e Humanização, em municípios da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde.	UFCSPA	Educação e Gestão em Saúde
Fernando Anschau	MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO FRENTE À REDE CEGONHA NO GHC: A CONSTRUÇÃO DE UMA FERRAMENTA DE GESTÃO DO SUS	HNSC	Educação e Gestão em Saúde
Fernando Carlos V. Siqueira	INTERVENÇÃO COM ATIVIDADE FÍSICA EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: PROJETO UBS+ATIVA	UFPEL	Atenção em Saúde
Gilberto Schwartzmann	Avaliação genotípica e fenotípica do metabolismo do 5-fluoruracil e sua relação com o resultado da terapia do câncer	HCPA	Atenção em Saúde
Graciele Sbruzzi	Efeitos da estimulação elétrica funcional e do treinamento muscular inspiratório em pacientes com insuficiência cardíaca: ensaio clínico randomizado	UFRGS	Atenção em Saúde
Guido lenz	Estabelecimento de culturas de tumores do sistema nervoso central para avaliação celular, genética e farmacológica e correlação com resposta terapêutica e sobrevida	UFRGS	Atenção em Saúde
Helen Gonçalves da Silva	TRAJETÓRIA DE ATIVIDADE FÍSICA NA ADOLESCÊNCIA E GORDURA CORPORAL AOS 18 ANOS	UFRGS	Atenção em Saúde
Ida Vanessa D. Schwartz	ABORDAGEM TRANSLACIONAL DO TRATAMENTO DAS GLICOGENOSES HEPÁTICAS: avaliação dos níveis de citocinas inflamatórias, de hepcidina e de sua relação com variáveis clínicas, bioquímicas e nutricionais, e fundamentação da inclusão de nutracêuticos no SUS	UFRGS	Atenção em Saúde
Isabela Heineck	Uso de varfarina em nível ambulatorial – uma coorte de pacientes do Sistema Público de Saúde	UFRGS	Vigilância em Saúde

Janaína V. dos Santos Motta	Prevalência de insegurança alimentar em pacientes com HIV/AIDS, Pelotas, RS	UCPEL	Atenção em Saúde
Jenifer Saffi	Avaliação do perfil de reparo do DNA em adenocarcinomas colorretais esporádicos em uma população do Rio Grande do Sul: busca de novos marcadores moleculares para refinamento do estadiamento e determinação de prognóstico	UFCSPA	Atenção em Saúde
José Antonio P. de Figueiredo	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE BUCAL EM PACIENTES COM DESORDENS METABÓLICAS RELACIONADAS COM A OBESIDADE: ESTUDO INTERDISCIPLINAR CLÍNICO-LABORATORIAL	PUC	Atenção em Saúde
Karina Giane Mendes	OBESIDADE ABDOMINAL EM MULHERES NO CLIMATÉRIO: NOVAS ABORDAGENS	UCS	Atenção em Saúde
Laura Bannach Jardim	Prevalência mínima da doença de Huntington em regiões brasileiras; e a instabilidade intergeracional dos alelos causadores da doença de Huntington nas famílias com doença de Huntington e em indivíduos com déficit cognitivo	UFRGS	Vigilância em Saúde
Leni Dias Weigelt	O Processo de Gestão do Trabalho e de Educação Permanente em Saúde dos trabalhadores que atuam no SUS no âmbito da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde-RS.	APESC	Educação e Gestão em Saúde
Lúcia Mariano da Rocha Silla	ENSAIO CLÍNICO DE FASE I/II PARA TESTAR A SEGURANÇA E EXEQUIBILIDADE DA TERAPIA COM CÉLULAS NATURAL KILLER IL-21 EXPANDIDAS PARA A TRATAMENTO DE LEUCEMIA MIELÓIDE AGUDA RECIDIVA/REFRATÁRIA.	UFRGS	Atenção em Saúde
Maria Inês D. da Costa Ferreira	PROTOCOLO DE SELEÇÃO, INDICAÇÃO, ADAPTAÇÃO DE AASI E REABILITAÇÃO DE PACIENTES DEFICIENTES AUDITIVOS COM VISTAS À INFLUÊNCIA DA COGNIÇÃO E DO PROCESSAMENTO AUDITIVO		Atenção em Saúde
Maria Lúcia Rosa Rossetti	Novas tecnologias para estudo da tuberculose: Uma análise da detecção e transmissão de M. tuberculosis circulante	ULBRA	Vigilância em Saúde

Maria Rosa Chitolina Schetinger	CÂNCER DE PULMÃO: MECANISMOS MOLECULARES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS AGREGATÓRIOS E INFLAMATÓRIOS RELACIONADOS AO SISTEMA PURINÉRGICO	UFMS	Atenção em Saúde
Maria Teresa Anselmo Olinto	Implementação de ações da 'Rede de Evidências para as Políticas de Alimentação e Nutrição em Saúde'. Avaliação de diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira	UNISINOS	Atenção em Saúde
Marilda Borges Neutzling	Educação Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas com insegurança alimentar: resgate da cultura alimentar, promoção da alimentação saudável e da exigibilidade do Direito Humano a Alimentação.	UFRGS	Atenção em Saúde
Marilise Oliveira Mesquita	IMPACTOS DO CULTIVO DO TABACO NA SAÚDE DO TRABALHADOR E NA QUALIDADE DO SOLO E DA ÁGUA EM PROPRIEDADES DOS MUNICÍPIOS DA "METADE SUL" DO RIO GRANDE SUL	UFRGS	Vigilância em Saúde
Marina Venzon Antunes	Sangue seco em papel como ferramenta para a avaliação genotípica e fenotípica do metabolismo do tamoxifeno no câncer de mama	FEEVALE	Atenção em Saúde
Marli Camassola	Macrofungos: potencial para redução de índices glicêmicos e lipídicos e incremento de células do sistema imunológico	UCS	Atenção em Saúde
Marta Conte	Plano Terapêutico Institucional: análise da implantação no Hospital Sanatório Partenon, referência estadual para tuberculose	HSP	Vigilância em Saúde
Marta Regina Cezar Vaz	SAÚDE DO TRABALHADOR, RISCOS, ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO: ESTUDO EM UM PORTO NO EXTREMO SUL DO BRASIL	FURG	Vigilância em Saúde
Mônia Clarissa Hennig Leal	Judicialização e controle jurisdicional de Políticas Públicas: contributo para uma gestão sistêmica da saúde a partir de uma cooperação entre os Poderes e atores sociais	APESC	Educação e Gestão em Saúde
Nêmora Tregnago Barcellos	Avaliação do Impacto do Teste Rápido na Atenção Primária em Saúde de Porto Alegre na Transmissão Vertical do HIV: Projeto TESTAPOA-TV	UNISINOS	Educação e Gestão em Saúde

Patricia Ashton Prolla	MUTAÇÕES GERMINATIVAS NO GENE TP53 E EXPRESSÃO DE HER2 EM MULHERES COM CÂNCER DE MAMA DIAGNOSTICADO ANTES DOS 60 ANOS DE IDADE.	UFRGS	Atenção em Saúde
Patrícia Dall'Agnol Bianchi	ADESÃO AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DA HIPERTENSÃO E DIABETES MELLITUS E SUA RELAÇÃO COM O GRAU DE FRAGILIDADE EM IDOSOS CADASTRADOS NO PROGRAMA HIPERDIA NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA - RS	UNICRUZ	Atenção em Saúde
Patricia Helena Lucas Pranke	Estratégias inovadoras para o restabelecimento da espermatogênese após tratamento de cânceres e para a regeneração de tecido removido após cirurgia para o tratamento de câncer de traqueia	UFRGS	Atenção em Saúde
Paula Dal Bó Campagnolo	Impacto da implementação do Programa dos Dez Passos para Alimentação Saudável durante o primeiro ano de vida nas condições nutricionais e de saúde na adolescência.	UNISINOS	Atenção em Saúde
Paulo Ricardo Gazzola Zen	Implementação da produção de sondas de DNA para hibridização in situ fluorescente	UFCSPA	Atenção em Saúde
Paulo Zielinsky	Inflamação e estresse oxidativo na contração do ducto arterioso fetal por ingestão materna de alimentos ricos em polifenóis.	IC/FUC	Atenção em Saúde
Pedro Dall' Ago	Efeitos de diferentes modalidades de treinamento físico sobre a capacidade funcional e qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes portadores do HIV em uso de terapia antirretroviral	UFCSPA	Atenção em Saúde
Rafael Linden	Monitoramento ambiental e biológico da exposição ocupacional ao formaldeído e sua relação com biomarcadores de estresse oxidativo e genotoxicidade	FEEVALE	Vigilância em Saúde
Regina Bones Barcellos	Identificação de papilomavírus humanos (HPV) de alto e baixo risco: aperfeiçoamento de ensaio colorimétrico em microplacas	FEPPS	Vigilância em Saúde
Renata Maria Dotta Panichi	A situação das mulheres privadas de liberdade e o Apoio Matricial em Saúde Mental a Equipes de Atenção Básica inseridas no Sistema Prisional		Atenção em Saúde

Renato Abdala Karam Kalil	Transplante autólogo de células-tronco da medula óssea na cardiomiopatia dilatada em pacientes jovens.	IC/FUC	Atenção em Saúde
Rita Mattiello	Associação dos níveis de Interferon com a gravidade da infecção por Influenza em pacientes pediátricos	PUC	Vigilância em Saúde
Rosane Teresinha Fontana	O TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO: DETERMINANTES DE SOFRIMENTO E ADOECIMENTO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SAÚDE	URI	Vigilância em Saúde
Sabrina E. de Matos Almeida	ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO MOLECULAR DO HIV NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FEEVALE	Vigilância em Saúde
Sibele da Rocha Martins	PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E DOS USUÁRIOS DAS COMUNIDADES ADSTRITAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICAS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS	FURG	Atenção em Saúde
Sílvia Dias de Oliveira	Análise dos fenótipos de resistência e persistência de isolados nosocomiais de Acinetobacter baumannii	PUC	Vigilância em Saúde
Simone Mainieri Paulon	QUALIFICACAO DA SAUDE MENTAL NA ATENCAO BASICA: ANALISE DAS PRATICAS DE EQUIPES DA REGIAO 10-MACROMETROPOLITANA/RS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENCAO BASICA	UFRGS	Educação e Gestão em Saúde
Simone Martins de Castro	Caracterização molecular de doenças diagnosticadas na triagem neonatal da rede de saúde pública do estado do RS	UFRGS	Atenção em Saúde
Solange Beatriz Billig Garces	Associação do risco nutricional com agravos à saúde e qualidade de vida de idosos atendidos por Estratégias de Saúde da Família do município de Cruz Alta - RS	UNICRUZ	Atenção em Saúde
Solange Cristina Garcia	AVALIAÇÃO DE BIOMARCADORES COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA /PROGNÓSTICA PARA INTOXICAÇÕES EXÓGENAS EM EXPOSTOS OCUPACIONALMENTE	UFRGS	Vigilância em Saúde

Suzane Beatriz Frantz Krug	SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DA 13ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE-RS	APESC	Vigilância em Saúde
Taysa Schiocchet	EXERCÍCIO DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS POR MULHERES E ADOLESCENTES, NO CONTEXTO BRASILEIRO: TUTELA E EFETIVIDADE DO DIREITO AO ABORTO LEGAL	UNISINOS	Educação e Gestão em Saúde
Teresa Cristina T. Dalla Costa	Otimização da Antibioticoprofilaxia em Cirurgia Bariátrica: Uma Abordagem Translacional para o SUS	UFRGS	Atenção em Saúde
Tiago Luiz Luz Leiria	Desenvolvimento de novas tecnologias em ecocardiografia tridimensional para a avaliação da função miocárdica, rejeição aguda e doença arterial coronariana do enxerto cardíaco em pacientes transplantados.	IC/FUC	Atenção em Saúde
Ursula da Silveira Matte	Reposição enzimática para Mucopolissacaridose do tipo I: contribuição do modelo animal para estudos de efetividade de uma terapia de alto custo	HCPA	Atenção em Saúde
Valquiria Linck Bassani	Desenvolvimento, caracterização e avaliação da biodisponibilidade de complexos de isoflavonas com ciclodextrinas em sistema de liberação matricial: minitables para tratamento de sintomas do climatério e osteoporose	UFRGS	Atenção em Saúde
Vanessa Suñé Mattevi	ADESÃO AO MESILATO DE IMATINIBE EM PACIENTES COM LEUCEMIA MIELÓIDE CRÔNICA: PROPOSIÇÃO E VALIDAÇÃO DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO E INFLUÊNCIA FARMACOGENÔMICA NA RESPOSTA AO TRATAMENTO.	UFCSPA	Atenção em Saúde
Vera Lúcia Portal	Efeito de polimorfismos nos genes CD36 e STAT3 sobre diferentes intervenções dietéticas entre pacientes com doença arterial coronariana: um ensaio clínico randomizado com enfoque nutri genético.	IC/FUC	Atenção em Saúde

Vera Maria Melchior Morsch	Avaliação da densidade de receptores colinérgicos muscarínicos e nicotínicos em linfócitos sobre a resposta terapêutica de pacientes com esclerose múltipla.	UFSM	Atenção em Saúde
-------------------------------	--	------	---------------------

ANEXO 3



PPSUS – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO FINAL

Formulário do Coordenador

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

* Coordenador	
* Título do projeto	
* Processo nº	
* Instituição Executora	
* Instituição co-executora	
* Instituição (ões) participante (s) do projeto	
* Vigência do projeto	
* Data de liberação dos recursos	
* Área do conhecimento	

EXECUÇÃO FINANCEIRA

	Recursos Liberados	Recursos Gastos	Saldo
Capital			
Custeio			
Saldo			
Data da situação			

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Classifique a pesquisa selecionando os campos abaixo:

Natureza da pesquisa: (escolha apenas uma opção)	Setor de aplicação dos resultados da pesquisa: (escolha apenas uma opção)
<p>Básica</p> <p>Aplicada/Estratégica</p> <p>Tecnológica</p>	<p>Avaliação de políticas, programas e serviços de saúde</p> <p>Avaliação de tecnologias em saúde</p> <p>Bioética e ética em saúde pública</p> <p>Biossegurança</p> <p>Biotecnologia</p> <p>Desenvolvimento de materiais e insumos médico-sanitários</p> <p>Informação e comunicação em saúde</p> <p>Controle e participação social</p> <p>Economia da saúde</p> <p>Gestão e planejamento em saúde</p> <p>Informação em saúde</p> <p>Políticas públicas e saúde</p> <p>Práticas clínicas</p>
Tipo da pesquisa: (escolha apenas uma opção)	
<p>Pesquisa biomédica (stricto sensu)</p> <p>Pesquisa clínica</p> <p>Pesquisa em saúde coletiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Epidemiologia - Ciências sociais e humanas aplicadas em saúde - Sistemas de saúde, planejamento e gestão de políticas, programas e serviços de saúde <p>Desenvolvimento tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Etapa pré-clínica - Etapa clínica – Fase I 	

- Etapa clínica – Fase II - Etapa clínica – Fase III - Etapa clínica – Fase IV	Recursos humanos em Saúde Regulação em saúde Sistemas de pesquisa em saúde
--	--

EXECUÇÃO DO PROJETO
<p>1 – Faça um resumo estruturado da pesquisa, contendo: objetivos, métodos (abrangência do estudo ou área geográfica, população-alvo, técnicas de coleta ou produção de dados e plano de análise de dados) e resultados parciais (até 3000 caracteres).</p>
<p>2 – Quais os objetivos propostos e quais os alcançados? Justifique.</p>
<p>3 – Houve alteração dos objetivos propostos? Justifique.</p>
<p>4 – Os resultados esperados foram alcançados? Justifique.</p>
<p>5 – Quais recursos foram utilizados para divulgação dos resultados? (publicações, artigos, resumos em congresso, etc.)?</p>
<p>6 – Houve interação com outra(s) instituição(ões)? Caso SIM, indique a(s) instituição(ões) e os aspectos em que houve maior cooperação (análise de material, publicações, apresentações em eventos científicos, etc.).</p>

7 – Relacione os fatores que facilitaram ou dificultaram a execução do projeto.		
8 – Perspectiva de aplicação dos resultados alcançados no SUS:		
8.1 – Quanto ao prazo de aplicação:		
8.2 – Quanto ao nível de aplicação:		
Nível municipal ()	Nível estadual ()	Nível federal ()
Comentários e observações:		
8.3 – Quanto ao âmbito do atendimento:		
Atenção básica ()	Atenção secundária ()	Atenção terciária ()
Comentários e observações:		
Quais contribuições sua pesquisa trouxe?		